Jean Delumeau considera o Renascimento enquanto "promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas". Encarado numa perspectiva de "desafio e resposta", o Renascimento passa pela "crítica do pensamento clerical da Idade Média, pela recuperação demográfica, pelos progressos técnicos, pela aventura marítima, por uma estética nova, por um cristianismo reelaborado e rejuvenescido". O regresso à Antiguidade, "o aparente regresso às fontes da beleza, do saber e da religião foi apenas um meio de progredir". Nesta obra em dois volumes encontramos a origem dos movimentos e das profundas aspirações do nosso tempo.

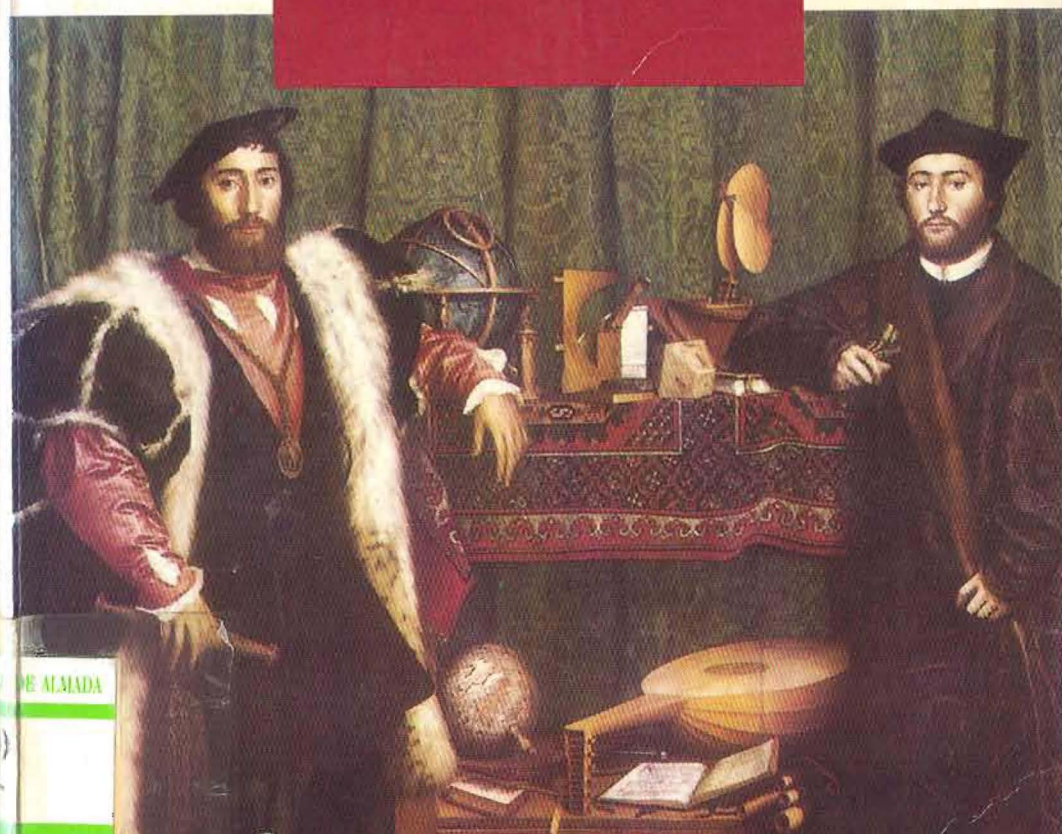
ISBN 972-33-1000-7

9 789723 310009

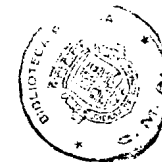
Jean Delumeau A CIVILIZAÇÃO DO RENASCIMENTO I

NOVA HISTÓRIA

Jean Delumeau

A CIVILIZAÇÃO DO RENASCIMENTO

Volume I

EDITORIAL ESTAMPA

A CIVILIZAÇÃO DO RENASCIMENTO

NOVA HISTÓRIA
17

Jean Delumeau

A CIVILIZAÇÃO DO RENASCIMENTO

Volume I

1994

EDITORIAL ESTAMPA

FICHA TÉCNICA

Título original: *La Civilisation de la Renaissance*
Tradução: Manuel Ruas
Capa: José Antunes
Ilustração da capa: *Os Embaixadores* (1533), de Hans Holbein, o Moço. National Gallery, Londres
Impressão e Acabamento: Rolo & Filhos - Artes Gráficas, Lda.
Depósito Legal n.º 80745/94
ISBN 972-33-1000-7

ÍNDICE

Volume I

Segunda Parte

A VIDA MATERIAL

A Jeanny

AGRADECIMENTOS

Este livro, obra imperfeita, mais imperfeito seria sem os conselhos de amigos a quem desejo aqui agradecer. Em primeiro lugar a Jacques Le Goff, autor do notável volume que antecede este [1]. *A nossa amizade, que é já de um quarto de século, permitiu-me beneficiar do contributo da sua vasta cultura, do seu conhecimento do Leste europeu e da sua biblioteca. Em Rennes, os meus colegas historiadores Jean Meyer e André Mussat, bem como o sr. Rousseau, director da Biblioteca Municipal, responderam com competência e gentileza às muitas perguntas que lhes fiz. Quero manifestar-lhes a minha gratidão. Há ainda o facto, reconfortante para um autor, de eu ter entrado em contacto com uma pessoa tão solícita como o director literário das «Éditions B. Arthaud», Sylvain Contou. As nossas longas conversas sobre o Renascimento e sobre os problemas que este livro levantava fizeram-me descobrir nele um amigável interlocutor, com quem simpatizei desde o primeiro momento. Sorridente e eficaz, Dominique Raoul-Duval reuniu os variados elementos que eu lhe ia entregando — texto, imagens, mapas, índice documental, cronologia —, equilibrou-os, completou-os com rara competência e adaptou-os uns aos outros de modo a formar um todo homogéneo. Quanto à iconografia, realizada por Josette Champinot e Ana Pacheco, mostra, bem melhor que as minhas palavras, a cultura e o senso artístico de quem nos proporcionou as belas imagens deste livro.*

O Autor

---

[1] *A Civilização do Ocidente Medieval*, publicado nesta colecção. *(N. do E.)*

PREFÁCIO

Esta Civilização do Renascimento, *que ficamos a dever a Jean Delumeau, vem agora inserir-se entre os dois volumes que Jacques Le Goff e Pierre Chaunu já publicaram nesta colecção, dedicados, respectivamente, à Idade Média e à Europa Clássica. Embora, nos aspectos gerais, estejam todos em conformidade com a estrutura escolhida para a totalidade da série «Grandes Civilizações»* (1), *estrutura que corresponde aos desejos e necessidades do leitor e lhe permite sentir-se numa paisagem que lhe é já familiar, cada um destes livros tem a sua face peculiar. De facto, são produto da reflexão de historiadores com temperamentos bem diferentes. Sempre abarcando os assuntos em toda a sua amplidão, cada um deles iluminou o seu de modo original e pessoal. Isso corresponde perfeitamente ao próprio espírito desta colecção. Era nosso propósito que a clareza da exposição e a riqueza dos informes não excluíssem nem sequer ocultassem a originalidade das opiniões. As pesquisas recentemente realizadas vieram abrir novas perspectivas que mostram a uma luz por vezes imprevista os problemas ainda não resolvidos. Não era justo que se pudesse deplorar a sua ausência nestes trabalhos.*

Devido aos seus anteriores estudos, que tinham incidido sobre a vida económica e social da Roma do século XVI, J. Delumeau estava especialmente habilitado a renovar um assunto que já foi centro de tantos ensaios e de tantas sínteses. O plano que ele adoptou para tratar esse vasto movimento de civilização coberto pelo termo Renascimento é de uma nitidez e de uma clareza verdadeiramente clássicas. O tríptico da História, das realidades da vida de todos os dias e da mentalidade e aspirações novas permitiu-lhe ordenar harmoniosamente os conhecimentos e as reflexões que colheu no seu passado de erudito. O que na sua expo-

(1) Colecção das Éditions B. Artaud, a que pertence esta obra. *(N. do T.)*

sição impressiona é, sem dúvida, a escrupulosa prudência que transparece ao longo de todos os capítulos e de todas as páginas. Dar juízos de conjunto sobre situações muito complexas e que, em tal ou tal aspecto, ainda são imperfeitamente conhecidas parece-lhe perigoso e, muitas vezes, temerário e ele sente necessidade de matizar a apreciação para que ela não vá além dos limites impostos pelo presente estado das informações disponíveis e pela complexidade dos factos. Logo à partida, o próprio termo Renascimento, que devemos ao humanismo italiano, parece-lhe insuficiente e quase injusto. Renascimento pressupõe, pelo menos, um torpor, um sono prévio. Ora é ilusório buscar uma nítida ruptura na trama contínua dos tempos. Portanto, o valor extensivo do termo será limitado à ideia, justa e precisa, da promoção do Ocidente e do avanço que este rapidamente tomou sobre as civilizações paralelas.

Dá satisfação que J. Delumeau tenha acentuado como convinha as ligações com o passado sem ignorar o valor da renovação. Assim se pode medir melhor a importância do progresso material e técnico do século XVI europeu e se aprecia com maior justeza o ímpeto surpreendente das navegações e a multiplicidade das grandes descobertas planetárias que alargaram, quase brutalmente, o limitado horizonte dos seus contemporâneos, o aparecimento da imprensa, que veio, no momento exacto, dar resposta a um profundo apelo da curiosidade humana, o progresso, enfim, da civilização urbana com o desenvolvimento de técnicas destinadas a um grande futuro, como a da banca. Esta reflexão, saída da boca de um observador espantado, «a arte da guerra é agora tal que é preciso aprendê-la de novo de dois em dois anos», tem um sabor terrivelmente moderno. De facto, nessa época, o aperfeiçoamento do armamento obrigava a constantes modificações da táctica e da estratégia e os rápidos progressos da utilização do canhão forçaram a invenção de novas e eficazes formas de amuralhamentos e fortificações.

Talvez seja, precisamente, esta noção de modernismo que, no fim do estudo, apareça com maior evidência e com mais viva claridade. O Renascimento, ligado por numerosas fibras aos séculos anteriores, mostra, porém, na figura dos seus homens e das suas obras, traços e cores que preludiam de forma espantosa os caracteres do nosso tempo. Sem dúvida que se não deve procurar alhures a origem dos movimentos e das profundas aspirações do nosso tempo. Promoção do indivíduo, da pessoa, reabilitação da mulher, reforma da educação — que se pretende que seja uma verdadeira formação do homem e já não uma inútil sobrecarga do espírito, esmagado por um fardo de conhecimentos —, revalorização do corpo e da educação física, reflexão pessoal e livre sobre o homem, a sua natureza e a sua religião, ímpeto entusiástico, enfim, para as conquistas literárias e técnicas e gosto apaixonado da glória que faz reviver as mais belas tendências da Grécia e de Roma, pois não é verdade que tudo isso, que pertence verdadeiramente ao século XVI europeu, nos surge ao mesmo tempo como assunto nosso?

O movimento humanista e o regresso ao antigo não devem ter para nós uma ressonância apenas artística e literária. No fundo, é toda uma nova filosofia da vida que se elabora e se define. Os Antigos servem, neste aspecto, de modelos e de inspiradores e a ligação com eles é muito profundamente sentida. Mas aquilo que fundamenta de novo modo a valorização do corpo humano e propõe como objectivo supremo da vida um equilíbrio harmonioso entre o desenvolvimento da alma e o desenvolvimento do corpo é uma reflexão viva e pessoal. A pedagogia de Rabelais, e depois a de Montaigne, prenunciando a de Rousseau, modelam-se na natureza humana e definem com clareza o objectivo fundamental de toda a educação: não mutilar o homem, mas desenvolvê-lo harmoniosamente na sua totalidade; e a educação física e os cuidados com o corpo têm de encontrar o lugar que merecem.

Quanto à instrução propriamente dita, os princípios de um Montaigne são válidos hoje como o eram há perto de quatro séculos; e o nosso ensino tenta, sem sempre o conseguir, conformar-se a eles. Formar a capacidade de juízo, evitar, antes do mais, sobrecarregar a memória com um amálgama de conhecimentos tantas vezes inúteis — eis as regras que todos aceitamos mas que ainda hoje é bem difícil levar à prática. E no entanto o ensino só desempenhará verdadeiramente o seu papel quando a criança puder passar tudo pelo crivo da sua inteligência sem «arrumar nada na cabeça apenas pela autoridade de quem lho diz».

Há muito quem hoje se sinta pouco à vontade na leitura de Montaigne por causa do carácter ainda arcaico do francês da época, desse francês que o ardor apaixonado dos poetas da Pléiade contribuiu para impor ao seu século. Mas é preciso ler e reler Montaigne, saborear a apetitosa frescura do seu estilo, o rebrilhar das suas palavras e das suas frases. É preciso observá-lo, como ele desejava e como nos convida a fazê-lo, na sua «maneira simples, natural e corrente, sem contenção nem artifício». A sabedoria a que ele aspirava e que soube alcançar é, realmente, aquela que convém à condição do homem. Qual não é o prazer que sentimos ao reler esta definição de um ensino que tem de ensinar a pensar: «Quem vai atrás de outrem nada segue e nada encontra: nada procura mesmo. Non sumus sub rege, sibi quisque se vindicet [1]»? *No dia em que todos os povos — mas estará próximo esse dia? — se conformarem a semelhante regra poderemos certamente falar também de um verdadeiro Renascimento.*

Raymond Bloch

[1] Não dependemos de um rei; que cada um seja senhor de si próprio. *(N. do T.)*

INTRODUÇÃO

A PROMOÇÃO DO OCIDENTE

A nossa compreensão do período que vai de Filipe, o Belo a Henrique IV ficaria muito facilitada se fossem suprimidos dos livros de História dois termos solidários e solidariamente inexactos: «Idade Média» e «Renascimento». Com isso se abandonaria todo um conjunto de preconceitos. Ficar-se-ia, especialmente, livre da ideia de ter havido um corte brusco que veio separar uma época de luz de um período de trevas.

Criada pelos humanistas italianos e retomada por Vasari, a noção de uma ressurreição das letras e das artes graças ao reencontro com a Antiguidade foi, seguramente, fecunda como fecundos são todos os manifestos lançados em todos os séculos por novas gerações conquistadoras. Essa noção significa juventude, dinamismo, vontade de renovação. Teve em si a inevitável injustiça das abruptas declarações de adolescentes, que rompem ou crêem romper com os gostos e as categorias mentais dos seus antecessores. Mas o termo «Renascimento», mesmo na acepção estrita dos humanistas, que o aplicavam, essencialmente, à literatura e às artes plásticas, parece-nos actualmente insuficiente. Parece rejeitar, como bárbaras, as criações simultaneamente sólidas e misteriosas da arte românica e aqueloutras, mais esbeltas e dinâmicas, da idade gótica. Não dá conta nem de Dante, nem de Villon, nem da pintura flamenga do século XV. E, principalmente, ao ser alargado às dimensões de uma civilização pela historiografia romântica, mostrou-se inadequado. Não afirmou Burckhardt — que não tinha em conta a economia —, há já um século, que, no essencial, o Renascimento não fora uma ressurreição da Antiguidade? Ora, se dermos aos factos da economia e à técnica o lugar que lhes cabe, o juízo de Burckhardt ganha ainda mais verdade. Pois o regresso à Antiguidade em nada influiu na invenção da imprensa ou do relógio mecânico, nem no aperfeiçoamento da artilharia, nem no estabelecimento da contabilidade por partidas dobradas, nem no da letra de câmbio ou das feiras bancárias. Mas as palavras têm muita vida. Impõem-se-nos contra

a nossa própria vontade. Com que haveríamos de substituir a palavra «Renascimento»? Com que outro vocábulo designaríamos essa grande evolução que levou os nossos antepassados a mais ciência, mais conhecimentos, maior domínio do mundo natural, maior amor pela beleza? Na falta de melhor, conservei, portanto, ao longo de todo este trabalho, a palavra consagrada pelo uso. Mas que fique entendido: esta palavra já não pode ter o sentido original. No âmbito de uma História total, significa (e não pode significar outra coisa) *a promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas*. No tempo das primeiras cruzadas, a técnica e a cultura de Árabes e Chineses igualavam, e suplantavam até, a técnica e a cultura dos Ocidentais. Em 1600 já não era assim. Propus-me, pois, estudar o porquê e o como da ascensão do Ocidente no momento em que ele elaborou uma civilização de tal modo superior que, seguidamente, se impôs pouco a pouco a todo o mundo.

★

Os diversos espaços atribuídos ao Renascimento são tantos quantos os historiadores. Na minha óptica, os problemas da periodização — um dos pesadelos da historiografia ao debruçar-se sobre a época intermédia que separou a idade feudal da era de Descartes — perdiam acuidade. Optei por uma história longa, sem tentar estabelecer cortes artificiais. Tudo o que se mostrasse como elemento de progresso seria chamado a figurar numa vasta paisagem que se estende do fim do século XIII até à aurora do século XVII e que vai da Bretanha à Moscóvia. Em contrapartida, visto que toda a construção histórica tem, necessariamente, rejeições e silêncios, deixei de lado, as mais das vezes, os factores de estagnação — que indiscutivelmente pesaram numa civilização, apesar deles, rica de inovações. O quadro geral estava assim delineado e era evidente que o Renascimento aqui proposto não se revelaria especialmente artístico nem particularmente italiano. O acento tónico recaiu no dinamismo de toda a Europa. A ciência pictórica dos Van Eyck e as miniaturas do rei René, a invenção do alto forno e a realização da caravela, as antecipações proféticas de Nicolau de Cusa e o irenismo de Erasmo pareceram-me significar a promoção do Ocidente no mesmo pé que os estudos de perspectiva de Piero della Francesca e de Leonardo. É certo, no entanto, que a Itália, pelos seus humanistas, pelos seus artistas, pelos seus homens de negócios, pelos seus engenheiros e pelos seus matemáticos, foi o país de vanguarda, o principal responsável pelo grande avanço europeu.

O historiador fica confundido perante o dinamismo que há um milénio o Ocidente tem vindo a mostrar. Durante o período abrangido pelo nosso estudo, nem o peso das estruturas e técnicas rurais nem o conservantismo das corporações nem a esclerose das tradições escolásticas conseguiram equilibrar as forças de movimento, cujo poder se mani-

festou sempre com nova energia. Porquê essa energia? O legado da civilização greco-romana, o contributo fecundante do cristianismo, o clima temperado, as terras férteis — eis aí outros tantos factores, sem dúvida a juntar a muitos outros, que favoreceram os homens que se tinham concentrado no Oeste do continente euro-asiático. Mas também não faltaram as provações: umas naturais, como a Peste Negra; outras provocadas pelo jogo das competições políticas, económicas e religiosas. Entre 1320 e 1450 abateu-se sobre a Europa uma conjunção de desgraças: privações, epidemias, guerras, aumento brutal da mortalidade, diminuição da produção de metais preciosos, avanço dos Turcos; desafios esses que foram vencidos com coragem e com génio. A história do Renascimento é a história desses desafios e dessas respostas. A crítica do pensamento clerical da Idade Média, a recuperação demográfica, os progressos técnicos, a aventura marítima, uma estética nova, um cristianismo reelaborado e rejuvenescido: eis os principais elementos da resposta do Ocidente às tão variadas dificuldades que no seu caminho se haviam acumulado. «Desafio e resposta»: pode-se aqui reconhecer a terminologia de A. Toynbee, e eu penso que ela traduz admiravelmente o fenómeno do Renascimento. Mas não vou mais além na esteira desse grande historiador inglês. Vistas a uma certa distância, a história da Humanidade em geral e, mais especialmente, a da humanidade ocidental parecem menos uma sucessão de crescimentos e de desagregações que uma marcha para diante, entrecortada, é certo, de paragens e regressões; mas paragens e regressões apenas provisórias. É verdade que houve porções de humanidade localmente falhadas, mas a Humanidade, globalmente considerada, nunca deixou de progredir de século em século, e isso também nos períodos de conjuntura desfavorável. Assim, e sem negligenciar o estudo da conjuntura na época do Renascimento, insisti principalmente nas modificações das estruturas materiais e mentais que permitiriam à civilização europeia avançar, entre os séculos XIII e XVII, no caminho do seu extraordinário destino.

★

Identificar um caminho não implica achá-lo sempre belo, como não implica que não haja outro possível. Como ao historiador compete compreender e não julgar, não procurei saber se o período do Renascimento deveria ser preferido à «idade das catedrais» ou privilegiado em relação ao «grande século». Para quê essa estranha mas frequente distribuição de prémios? Por isso não apresentei um Renascimento em que tudo fosse êxitos e beleza. Pelo contrário, a mais elementar obrigação de lucidez conduz-nos a declarar que os séculos XV e XVI viram, de certo modo, um aumento de obscurantismo — o obscurantismo dos alquimistas, dos astrólogos, das feiticeiras e dos caçadores de feiticeiras. Continuaram a dar relevo a tipos de homens — por exemplo, os *condottieri* — e de sen-

timentos, como o desejo de vingança, que durante muito tempo foram tidos por característicos do Renascimento quando, na verdade, constituíam herança do período anterior. Tempo de ódios, de lutas terríveis, de processos insensatos, a época de Barba-Azul e Torquemada, dos massacres dos povos americanos e dos autos-de-fé, impressiona também o historiador do século XX pela dureza da sua vida social. Não só inaugurou a deportação dos Negros para o Novo Mundo como também alargou, na própria Europa, o fosso que separava os humildes dos privilegiados. Os ricos tornaram-se mais ricos, os pobres passaram a ser mais pobres. Não se repisou já muito a ascensão da burguesia na época de Jacques Cœur, dos Médicis e dos Fugger? A realidade é mais complicada, pois os novos-ricos apressaram-se a passar à nobreza, que assim se viu renovada e insuflada. Claro que ela foi cada vez mais dócil em relação ao Príncipe. Mas nem por isso deixou de ser a classe possuidora. E, ao converter-se à cultura — fenómeno cuja importância ainda não foi bastante salientada —, impôs à civilização ocidental uma estética e uns gostos aristocráticos que tinham por contrapartida o desprezo pelo trabalho manual.

Raramente numa fase da História o melhor ombreou tanto com o pior como no tempo de Savonarola e dos Borgia, de Santo Inácio e do Aretino. Por isso o Renascimento surge aos nossos olhos como um oceano de contradições, um concerto por vezes estridente de aspirações divergentes, uma difícil concomitância da vontade de poderio e de uma ciência ainda balbuciante, do desejo de beleza e de um apetite malsão pelo horrível, uma mistura de simplicidade e de complicações, de pureza e de sensualidade, de caridade e de ódio. Recusei-me, portanto, a mutilar o Renascimento e a não ver nele, como H. Haydn, senão um espírito anticientífico ou, em sentido oposto, como E. Battisti, senão a caminhada para o racional. Nisso residem o seu carácter desconcertante, a sua complexidade e a sua inesgotável riqueza. Por exemplo, ao dar ao número, na tradição dos pitagóricos, um carácter quase místico e religioso, o Renascimento foi, todavia, conduzido, por esse caminho indirecto, para o quantitativo e para a noção cientificamente fecunda segundo a qual a Matemática constitui o tecido do Universo.

★

O Renascimento tinha o gosto dos caminhos escusos. É por isso que ainda hoje o regresso à Antiguidade obceca certos espíritos que pretendem avaliar a época de Leonardo em função desse aspecto e lhe reprovam ter-se deixado atrasar por aquele passado já de há muito suplantado. Na verdade, o aparente regresso às fontes da beleza, do saber e da religião foi apenas um meio de progredir. Alegremente se «pilhou os templos de Atenas e de Roma» para ornamentar os de França, de Espanha e de Inglaterra. A partir do século XVI identificou-se em Miguel Ângelo o

maior artista de todos os tempos. Demoliu-se Aristóteles com base em Platão e Arquimedes. Colombo descobriu as Antilhas graças aos erros de cálculo de Ptolomeu. Lutero e Calvino, julgando restaurar a Igreja primitiva, deram uma face nova ao cristianismo. O Renascimento, que se comprazia com os «emblemas» e os criptogramas, dissimilou a sua profunda originalidade e o seu desejo de novidade por trás de um hieróglifo que ainda causa enganos: a falsa imagem de um regresso ao passado.

Através de contradições, e por caminhos complicados, mas sempre sonhando com paraísos mitológicos ou com impossíveis utopias, o Renascimento deu um extraordinário salto para diante. Nunca uma civilização dera tão grande lugar à pintura e à música, nem erguera ao céu tão altas cúpulas, nem elevara ao nível da alta literatura tantas línguas nacionais encerradas em tão exíguo espaço. Nunca no passado da Humanidade tinham surgido tantas invenções em tão pouco tempo. Pois o Renascimento foi, especialmente, progresso técnico; deu ao homem do Ocidente maior domínio sobre um mundo mais bem conhecido. Ensinou-lhe a atravessar os oceanos, a fabricar ferro fundido, a servir-se das armas de fogo, a contar as horas com um motor, a imprimir, a utilizar dia a dia a letra de câmbio e o seguro marítimo.

Ao mesmo tempo — progresso espiritual paralelo ao progresso material —, iniciou a libertação do indivíduo ao tirá-lo do seu anonimato medieval e começando a desembaraçá-lo das limitações colectivas. Burckhardt observou de forma genial esta característica da época que estudava. Todos os seus sucessores o têm de seguir nesse caminho, mas sublinhando quão doloroso foi esse nascimento do homem moderno, acompanhado por um sentimento de solidão e de pequenez. Os contemporâneos de Lutero e de Du Bellay descobriram-se pecadores e frágeis, sujeitos às ameaças do Diabo e das estrelas. Houve uma melancolia do Renascimento. E talvez não tenha sido errado — sob condição de se não tomar a fórmula em mau sentido — o definir-se a doutrina da justificação pela fé como um «romantismo da consolação». Mas falar apenas de descoberta do Homem é dizer muito pouco. A historiografia recente demonstrou que o Renascimento foi também descoberta da criança, da família, no sentido estrito da palavra, do casamento e da esposa. A civilização ocidental fez-se então menos antifeminista, menos hostil ao amor no lar, mais sensível à fragilidade e à delicadeza da criança.

O cristianismo viu-se nessa altura perante uma nova mentalidade, uma mentalidade complexa, feita do receio da danação, da necessidade de devoção pessoal, da aspiração a uma cultura mais laica e do desejo de integração da vida e da beleza na religião. O anarquismo religioso dos séculos XIV e XV levou, sim, a uma ruptura, mas também a um cristianismo rejuvenescido, mais estruturado, mais aberto às realidades do dia a dia, mais habitável pelos leigos, mais permeável à beleza do corpo e do mundo. O Renascimento foi, sem dúvida, sensual; e optou,

por vezes, especialmente em Pádua, por uma filosofia materialista. Mas o seu paganismo, mais aparente que real, iludiu certos espíritos que buscavam, principalmente, o anedótico e o escandaloso. Deslumbrado com a beleza do corpo, pôde restituir-lhe o seu legítimo lugar na arte e na vida. Mas, com isso, não aspirava a romper com o cristianismo. A maioria dos pintores representou com igual convicção as cenas bíblicas e os nus mitológicos. Ao fazê-lo, não tinham o sentimento de estar em contradição consigo próprios. A mensagem de Lorenzo Valla foi compreendida: cristianismo não significava, forçosamente, ascetismo. A laicização e a humanização da religião não constituíram, nos séculos XV e XVI, uma descristianização.

Esta explicação convida a outra, de natureza diferente. Ambas, porém, provêm do mesmo desejo de explorar em profundidade um período que tem sido fascinante principalmente pelo seu cenário, as suas festas e os seus excessos. Pois não iríamos aqui ceder à facilidade e apresentar um Renascimento em que o veneno dos Borgia, as cortesãs de Veneza, os casamentos de Henrique VIII e os bailes da corte dos Valois tivessem posição de primeiro plano. Em vez disso, o que deve chamar as atenções são as transformações de incalculável alcance, escondidas por falsas perspectivas como as que todas as épocas têm. Seguindo John U. Nef, acentuei, portanto, a promoção do quantitativo e a elevação do espírito de abstracção e de organização, a lenta mas firme consolidação de uma mentalidade mais experimental e mais científica.

Fugindo a caminhos muito trilhados, à anedota e ao superficial, desejoso de oferecer uma síntese nova e de empreender uma reinterpretação do Renascimento, tive todavia a constante preocupação de evitar o paradoxo e as fórmulas, que atordoam mas não convencem. Procurei, em vez disso, demonstrar, esclarecer, fornecer ao leitor uma documentação tão vasta quanto possível. Quando estava a escrever este livro veio-me muito à memória uma frase de Calvino. No fim da vida, ao dar uma olhadela às suas obras, Calvino disse: «esforcei-me por alcançar a simplicidade». Também eu procurei fazer o mesmo.

Estas poucas páginas de introdução tiveram a finalidade de criar uma ligação, uma cumplicidade entre o leitor e o autor. Eu devia a quem viesse a ler-me as explicações necessárias. Chegou agora o momento de recolher-me e dar lugar ao assunto que tratei; mas não sem mostrar o plano seguido. A primeira parte constitui uma colocação dos principais factos nos quatro domínios: político, económico, cultural e religioso. A segunda é uma penetração no interior das realidades concretas da vida quotidiana. A terceira, paralela à segunda, mas na ordem espiritual, procura identificar uma mentalidade diferente da do passado e captar a vinda à superfície de novos sentimentos.

PRIMEIRA PARTE

LINHAS DE FORÇA

CAPÍTULO I

A EXPLOSÃO DA NEBULOSA CRISTÃ

A importância da Europa na época do Renascimento não está no plano demográfico. A sua população, em 1600, ainda não atingia cem milhões de habitantes, quando, segundo parece, era este o número de habitantes da Índia no princípio do século XVI: 30 ou 40 milhões no Decão e 60 milhões no Norte. A China, por volta de 1500, teria já 53 milhões de almas; e 60 em 1578. Claro que a África e a América também eram pouco povoadas em relação à imensidão dos seus territórios: arrisca-se a calcular em relação à Àfrica uns 50 milhões de habitantes no princípio do século XVI; quanto à América, hesita-se entre os 40 e os 80 milhões. Mas em ambos esses continentes havia vastas zonas desertas a separar núcleos de povoamento muito intenso. A plataforma vulcânica mexicana (cerca de 510 000 km²) teria 25 milhões de habitantes quando Cortez * [1] e os Espanhóis irromperam nesse mundo até então desconhecido dos Europeus. O Império inca, no início do século XVI, reuniria 8 a 10 milhões de súbditos. Ora a França, considerada nos seus actuais limites territoriais, tinha menos de 15 milhões de habitantes em 1320; e não é certo que, em 1620, tenha ultrapassado os 18 milhões. Entre estas duas datas, por causa das pestes, das fomes, das guerras, o progresso demográfico da Europa foi muito fraco. A Itália passou, talvez, de 10 a 12 milhões de almas; a Alemanha (nas fronteiras de 1937) de 12 a 15 milhões; a Espanha de 6 milhões e meio a 8 milhões e meio; a Inglaterra e a Escócia, juntas, de 4 a 5 milhões e meio. Vale ainda a pena fazer notar que, no princípio do século XVI, as mais importantes cidades do mundo estavam fora da esfera da civilização ocidental. Assim, Constantinopla * e México, duas capitais que se ignoravam mutuamente, teriam, a primeira, 250 000 habitantes e a segunda 300 000, mais, portanto, que Paris (talvez 200 000 almas) e Nápoles * (cerca de 150 000). Mas era na Europa, e mais especialmente no Oeste do continente, que estavam o dinamismo e as chaves do futuro.

---

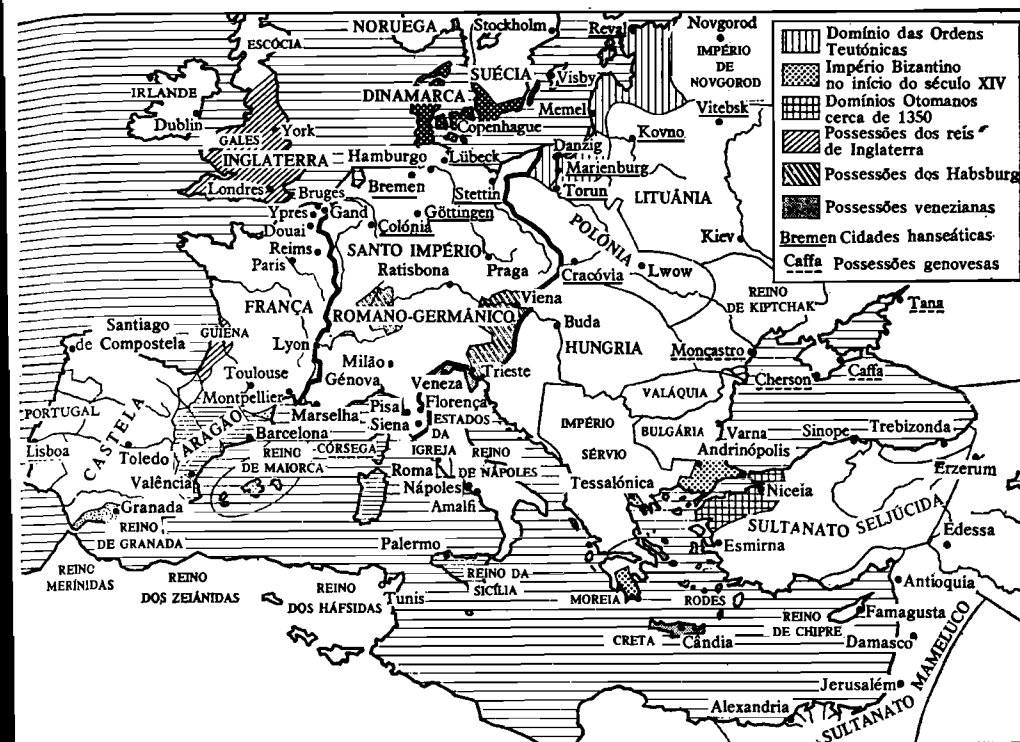
[1] Às palavras assinaladas no texto com um asterisco correspondem artigos do «Índice Documental» no fim desta obra. *(N. do E.)*

Descobrir-se-á uma primeira prova desse dinamismo ao comparar dois mapas da Europa: o de 1320 e o de 1620. Entre estas duas datas, quantas transformações! No início do século XIV, a Península Ibérica está repartida em cinco estados: Navarra, Aragão, Castela, Portugal e o reino de Granada. Portugal não pôs ainda pé em África. Só em 1415, ao apoderar-se de Tânger, o fará. Castela, rasgada por querelas intestinas ao longo de todo o século XIV, é derrotada em 1319 por Granada e em 1343 por Algeciras. Em contrapartida, Aragão, mais vigoroso, tenta criar um império mediterrânico.

— A França de Filipe VI * de Valois — que sobe ao trono em 1328 — vai até Gand e a Bruges, mas não inclui Metz, nem Grenoble, nem Marselha nem Montpellier, sem falar, naturalmente, de Estrasburgo ou de Perpignan. Lyon está na fronteira do ducado da Sabóia. Bordéus, Baiona e toda a Guiena, bem como o Ponthieu, estão em mãos inglesas, embora o rei de Inglaterra ainda aceite prestar homenagem ao seu suserano de França. A Bretanha é um ducado praticamente independente.

Quanto à Inglaterra, conseguiu, não sem dificuldade, anexar o País de Gales — que, porém, só no reinado de Henrique VIII * será totalmente absorvido. Está, no entanto, em más relações com o reino da Escócia, vizinho e rival. A Irlanda já é uma espécie de colónia inglesa, mas uma colónia desprezada, cuja costa oriental é a única região efectivamente dominada por Eduardo III *, feito rei de Inglaterra em 1327.

O Império está entregue, de uma forma crónica e durável, à anarquia e à impotência. Mas a Liga Hanseática, nascida em meados do século XII da penetração germânica nas costas do Báltico, constitui uma potência. Em 1370 formará uma federação de setenta e sete cidades, capaz de impor ao rei da Dinamarca, pela paz de Stralsund, a isenção de direitos alfandegários aos navios hanseáticos que atravessassem o Sund. Em 1375 o imperador Carlos IV consagrará a grandeza da Hansa * dirigindo-se a Lübeck em visita solene. Mas, na Alemanha do princípio do século XIV, o Brandeburgo ainda não pertence aos Hohenzollern, que só em 1415 o adquirirão. Quanto aos Habsburgos, duques da Áustria e da Estíria, sofreram derrotas nas lutas contra os Suíços — a Confederação data de 1291 — e não possuem ainda a Caríntia, nem o Tirol nem a Carníola. Só em 1440, com Frederico III, obterão a coroa imperial. A noroeste, os Países Baixos ainda não nasceram como unidade política. A leste, o século XIV é uma época brilhante para o reino da Boémia, parte integrante do Império à qual estão ligadas a Morávia e a Silésia. A dinastia dos Luxemburgos instala-se em Praga em 1310. Só se extinguirá em 1437. O seu apogeu situa-se no reinado de Carlos IV, rei da Boémia de 1347 a 1378, rei da Germânia desde 1346, coroado imperador em 1355, que foi o fundador da Universidade de Praga.

Os imperadores, teoricamente, têm direitos de tutela numa parte da Itália; mas esta, na realidade, escapa-se-lhes. As viagens de Henrique VII, em 1312, e de Luís de Baviera, em 1328, à península redundaram em

1. A EUROPA NO INÍCIO DO SÉCULO XIV.

fracassos. A um tempo esplendorosa e dividida, a Itália é formada por muitos pequenos estados que fazem, cada um, o seu próprio jogo. A situação, portanto, é muito fluida: vai modificar-se muitas vezes entre 1320 e 1620. Depois das Vésperas Sicilianas de 1282, a Sicília pertence a Aragão, que anexa a Sardenha em 1325. Mas só a partir de 1442 haverá um Reino das Duas Sicílias, estendido, portanto, à Itália do Sul. Mais a norte, os feudais parecem senhores do «Estado eclesiástico», que o papado abandonou ao instalar-se, em 1309, em Avinhão. Em Florença *, onde Dante, exilado em 1302, não poderá voltar, as lutas intestinas não estorvam os negócios. A cidade do Arno, porém, grande centro bancário e têxtil, ainda domina apenas um pequeno território e só terá acesso ao mar em 1406 depois de vencer Pisa. Em Milão *, os Visconti * começaram uma carreira que será brilhante — principalmente no fim do século XIV e na primeira metade do século XV. Em 1395-1397, Gian Galeazzo receberá do imperador os títulos de duque de Milão e da Lombardia. Bloqueada por terra pelos Apeninos, Génova * é no século XIV uma rica cidade

marítima, orgulhosa das suas feitorias do Mar Negro e do Egeu. Caffa, na Crimeia, onde terminam as rotas terrestres do Extremo Oriente, pertence-lhe desde 1286. Em frente da costa da Ásia Menor, Lesbos, Chios e Samos caem também em seu poder entre 1340 e 1360. Génova passa a dominar a produção e a venda do alúmen * oriental, especialmente o de Foglia, a antiga Foceia. A inimiga de Génova, Veneza *, interessa-se também, antes de tudo, pelo Mediterrâneo Oriental, pois a IV cruzada fizera do doge «senhor de um quarto e meio da Romănia». Em 1320, a Sereníssima domina a Ístria e a costa dalmata, possui o condado de Cefalónia, o Negroponto (a Eubeia), o ducado de Naxos e a ilha de Creta. O seu comércio em Constantinopla é activo. Terá de abandonar o Negroponto em 1470, mas já antes disso terá ocupado Corfu, Módon e Córon. Instalar-se-á em Chipre em 1489.

No centro da Europa, a Hungria é, no século XIV, uma grande potência, nas mãos de uma dinastia angevina desde 1308. Esse vasto conjunto de territórios inclui, além da Hungria actual, a Bósnia, a Croácia, a Eslováquia e a Transilvânia. O rei dispõe de recursos regulares e de um forte exército. Os Luxemburgos sucederão aos Angevinos em 1397. Depois disso, a ameaça turca e as crises internas levarão ao trono Matias Corvino (rei de 1458 a 1490), que será um brilhante mecenas.

A primeira metade do século XIV vê, além disso, desenvolver-se uma grande Sérvia, que aproveitou os reveses do Império Bizantino, estendendo-se do Danúbio ao Adriático e alcançando o apogeu na época de Estevão IX Dušan (1331-1355), que terminou a conquista da Macedónia, ocupou a Albânia, o Epiro e a Tessália, dominou a Bulgária e sonhou conquistar Constantinopla. A sua morte, porém, foi a ruína desse efémero império sérvio, que se desmoronaria definitivamente em Kossovo (1389) sob os golpes dos Otomanos.

O Império Grego, restaurado em 1261, não encontrou o poderio de outros tempos. Continuando a lutar contra os Latinos, que se mantinham no Peloponeso, os Basileus afastaram-se da Ásia Menor. Ora aí nasceu o perigo. No princípio do século IV, uma tribo turca, rechaçada para o litoral pelos Mongóis *, começou a dar que falar: eram os Otomanos *. Cerca de 1350 ocupavam, em frente de Constantinopla, toda a parte oriental do Mar de Mármara. Esse território, centrado em Brousse, tem bom acesso ao Mar Negro e ao Egeu. Passando à Europa, os Otomanos apoderam-se de Andrinópolis em 1362, vencem os Sérvios em Kossovo em 1389 e esmagam em Nicópolis, em 1396, os cruzados ocidentais, indisciplinados e comandados por João Sem Medo. A Bulgária é conquistada; a Valáquia pagará tributo. A incursão brutal de Tamerlão * na Ásia Menor e a derrota que ele inflige a Bajazeto I em 1402 em Ankara darão ao Império Bizantino uma moratória de cinquenta anos.

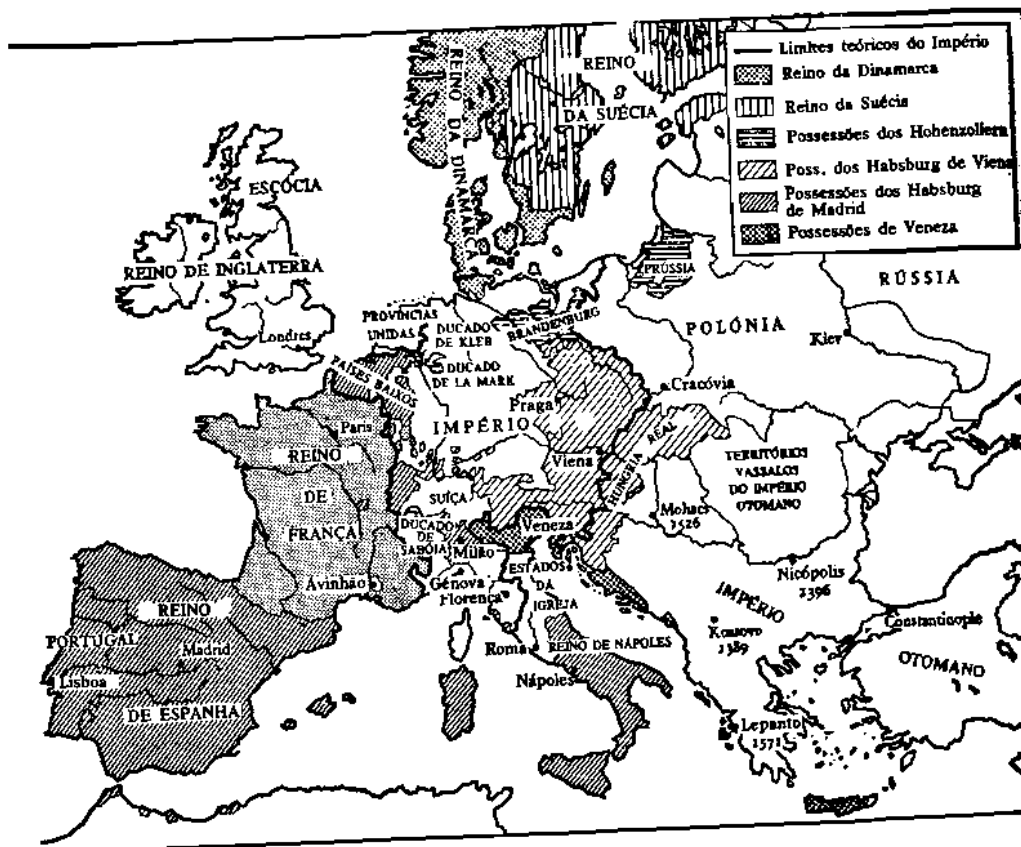
No final da Idade Média, a Escandinávia tem um papel apagado apesar da união de Kalmar, concluída em 1397 sob a égide da Dinamarca e que juntou os três reinos. Em contrapartida, os séculos XIV e XV

assistiram à ascensão da Polónia e ao recuo da Ordem Teutónica, que por breve tempo dominara toda a costa do Báltico, da Pomerânia ao Narva. Em 1386, o duque pagão da Lituânia — um Jagelão — casou com a herdeira do trono polaco e converteu-se ao cristianismo. Assim se viram unidas para quatro séculos uma pequena Polónia, repartida pelos dois lados do Vístula, entre Cracóvia e Torun, e uma vasta Lituânia, que tinha o Dniepre como eixo e cujas cidades principais eram Vilna e Kiev. Em 1410, os cavaleiros teutónicos sofreram séria derrota em Grunwald (Tannenberg). Em 1454, Dantzig colocou-se sob a protecção da Polónia. Esse porto de mar estava destinado a um grande desenvolvimento.

No início do século XIV é ainda demasiado cedo para falar da Rússia. Novgorod deve a sua prosperidade à Hansa e o principado de Moscovo é vassalo dos Mongóis da Horda de Ouro *. Apesar da presença em Moscovo, a partir dessa época, de um patriarca ortodoxo não dependente de Constantinopla, será preciso esperar até Ivan III (1462-1505), «o unificador das terras russas», para que a Moscóvia se imponha a Novgorod e se liberte da tutela mongol.

★

Viremos as páginas da História. Voltando ao mapa da Europa nas vésperas da Guerra dos Trinta Anos, encontramo-lo profundamente simplificado. Castela e Aragão uniram-se em 1479, o reino de Granada desapareceu em 1492. Navarra foi anexada em 1512. Entre 1580 e 1640, a Espanha e Portugal tiveram o mesmo soberano. Com a força das riquezas do México e do Peru, senhora das longínquas Filipinas, dispondo momentaneamente do império português no Extremo Oriente e no Brasil, a Espanha, apesar das suas derrotas em França e na Flandres e da destruição da *Invencível Armada* (1588), continua em 1620 a ser a primeira potência mundial. Possui na Europa os Países Baixos meridionais, o Franco-Condado, o Charolês, o Milanês, presídios na costa toscana, o reino de Nápoles, a Sicília e a Sardenha.

A França que Henrique IV reergueu é mais modesta que a Espanha mas, de facto, mais homogénea. O reino ocupa já quatro quintos do território actual. O Delfinado foi recuperado em 1349, Montpellier em 1382, a Provença em 1481. Seis anos antes, o rei de Inglaterra renunciara à coroa de França e a todas as suas possessões no continente, com excepção de Calais, que só em 1559 voltou à França. Ana da Bretanha casou com Carlos VIII * em 1491; em 1532, o seu genro Francisco I uniu definitivamente o ducado ao reino. Em contrapartida, a França, sob Carlos VIII, abandonou o Artois, o Franco-Condado e o Rossilhão, adquirido por Luís XI: era largar uma boa presa em troca da sombra italiana. Mazarino e Luís XIV virão depois a reparar o erro. Mas, em 1559, os três bispados de língua francesa, Metz, Toul e Verdun, foram anexados e, em 1601, Henrique IV, para libertar Lyon, adquiriu a Bresse, o Bugey e a região de Gex. Apesar da crise da guerra dos Cem Anos, do fracasso das expe-

2. *A EUROPA CERCA DE 1620.*

dições a Itália e do drama das guerras religiosas, a França, no início do
século XVII, é um país unido e robusto contra o qual nada puderam
Carlos V nem Filipe II.

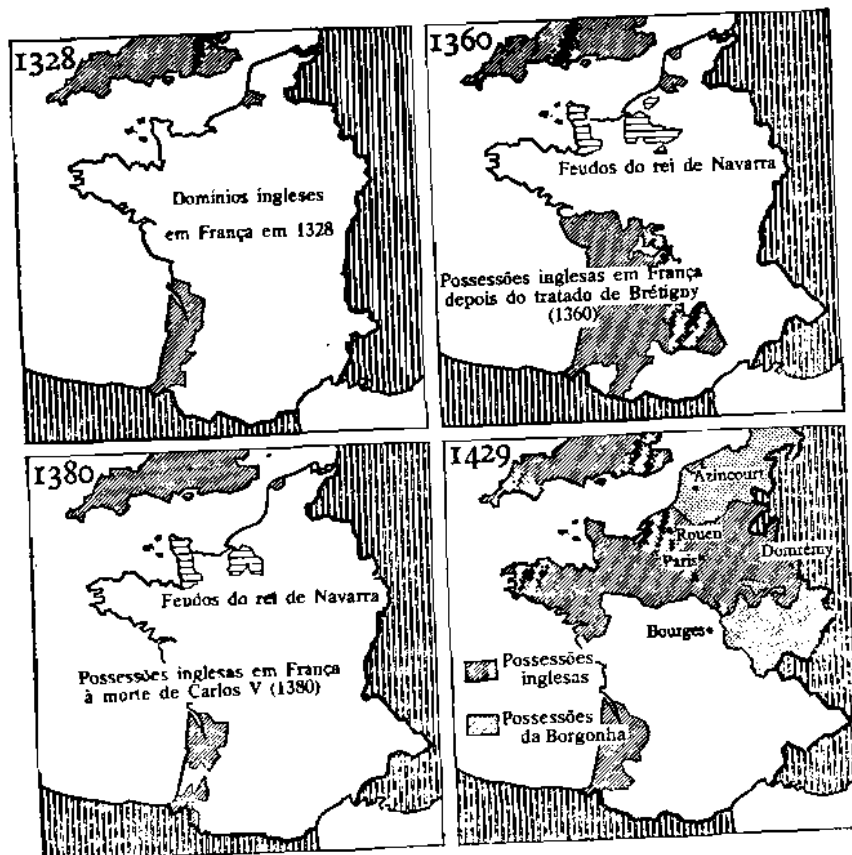
Em 1620, a Inglaterra e a Escócia, de há muito mutuamente hostis,
têm, há dezassete anos, o mesmo soberano. Estes reinos, tendo ambos
adoptado a Reforma, ficarão unidos para o futuro. Ainda são pouco po-
voados, mas o destino dos Britânicos está já traçado com nitidez. A partir
de 1570 os seus navios mercantes invadem o Mediterrâneo; em 1588, os
marinheiros de Isabel desfazem a orgulhosa e poderosa tentativa da
Invencível Armada. Em 1620, exactamente, os «Padres peregrinos» desem-
barcam na América do Norte.

O Império conserva a sua estrutura balofa e os seus múltiplos estados
e principados, tantos quantos os dias do ano. Mas as duas grandes famí-

lias que viriam a dominar a cena da Europa Central até 1918 estão já a forjar o seu poderio. A casa eleitoral dos Hohenzollern, nas vésperas da Guerra dos Trinta Anos, acaba de adquirir novas possessões a leste e a oeste: de um lado, os ducados de Clèves e a Marca (1614); e do outro a Prússia, exterior aos limites do Império (1618). Quanto aos Habsburgos de Viena, contam na Europa, não tanto por uma coroa imperial, que lhes não dá nenhum real poder, como pelo bloco que pacientemente constituíram a partir do século XIV em volta dos ducados da Áustria e da Estíria. Reinam, pois, num conjunto de territórios que se estendem do Adriático às fronteiras da Polónia, do Vorarlberg à extremidade oriental da Eslováquia. Possuem ainda vários territórios mais a oeste, especialmente na Alsácia. A Boémia, que no início do século XVII se fez maioritariamente protestante, desejaria retomar a antiga independência. A derrota da Montanha Branca (1620) fê-la solidária, para três séculos, do destino dos Habsburgos de Viena.

A Hansa perdeu já, no princípio do século XVII, muito do seu prestígio e do seu poderio. A Guerra dos Trinta Anos vai dar-lhe um golpe mortal. Os navios holandeses tomam, cada vez mais, o lugar dos hanseáticos. As Províncias Unidas são um dos paradoxos da história europeia do século XVII. Em 1609, a Espanha, de fôlego perdido com a «guerra da Flandres», que a roeu como um cancro, aceitou uma trégua que reconhecia, a título provisório, a independência da pequena República calvinista. Em 1648 será preciso reconhecer a evidência: 2 milhões de seres humanos, apinhados em 25 000 km², estarão de posse do maior império jamais visto no mundo. Quanto à Bélgica, existe já virtualmente na Europa de 1620. Entre 1579 e 1585, Alexandre Farnésio reconquistou à Espanha os Países Baixos meridionais, que passaram a ser um dos baluartes da reforma católica. Mas, em 1598, Filipe II faz deles um estado autónomo, confiado a arquiduques. Quer dependente de Madrid quer, mais tarde, de Viena, a futura Bélgica, fortalecida pelas tradições e êxitos provenientes da sua prosperidade medieval, constitui já uma unidade à parte.

Também a Suíça confirmou a sua originalidade, quase atingindo, a partir do fim do século XV, as fronteiras actuais. Os seus soldados fizeram tremer a Europa no tempo de Carlos, o Temerário *. A Suíça foi um dos centros da Reforma. A paz da Vestefália separá-la-á oficialmente do Império.

Para lá dos Alpes, a Itália continua dividida. Adquiriu, por volta de 1560, excepto em alguns aspectos de pormenor, as fronteiras que há-de conservar até à campanha de Bonaparte em 1796. Depois da paz de Lodi (1454) criou-se um equilíbrio italiano que já então prefigurava o equilíbrio europeu do século XVII ao século XIX. Cinco estados mais importantes que os outros se destacam: o ducado de Milão, a República de Veneza, a Toscana (feita grão-ducado em 1569 em proveito dos Médicis), os domínios temporais do papa e o reino de Nápoles. A Espanha domina

3. *A FRANÇA EM 1328, 1360 1380 E 1429.*
(Segundo J. Le Goff, Le Moyen Âge.)

o primeiro e o último destes cinco estados, de modo que a liberdade de acção dos outros três, e, com mais forte razão, dos pequenos principados, está muito limitada. Veneza suporta com humor este protectorado dos Habsburgos, mas preocupa-se gravemente com a ameaça otomana. Durante a guerra de 1469-1479, teve de ceder aos Turcos o Negroponto, várias ilhas do Mar Egeu e bastantes pontos de apoio na Moreia e no Epiro. Em 1571 — no próprio ano da vitória de Lepanto —, Veneza sai de Chipre. Entendeu bastante cedo a gravidade do perigo otomano e procurou soluções de compensação. A grande expansão veneziana na Terra Firme data do princípio do século XV; Vicenza e Verona foram anexadas em 1406, Udine em 1421, Brescia e Bergamo em 1428. Mas o que é Veneza — e, mais, o que é Génova, privada das feitorias orientais —

no tempo da preponderância espanhola? No mapa, muito pouco. Mas, no plano da civilização, o papel da Itália continua a ser muito importante, mesmo ainda em 1620. Na verdade, a Itália dominou — e muito — os três séculos que vão de Dante a Galileu. Na península, os estados mais importantes não são, forçosamente, os mais brilhantes. Urbino foi a Atenas do século XV e Ferrara * foi um dos maiores focos do Renascimento.

Do lado de lá do Adriático começa o mundo otomano, espalhado por três continentes, de Buda a Bagdade, do Nilo à Crimeia, estendendo mesmo a sua dominação a uma parte do Norte de África. A conquista de Constantinopla (1453), o fim do pequeno império grego de Trebizonda (1461), a posse do Egipto (1517), a ocupação de Belgrado (1521), a derrota infligida em Mohács (1526) aos cavaleiros húngaros e ao seu rei Luís, que lá ficou morto, a metódica anexação das ilhas do Egeu entre 1462 (Lesbos) e 1571 (Chipre) fizeram do sultão uma espécie de Augusto muçulmano, ao mesmo tempo sucessor de Maomé, «servidor das cidades santas». Na Europa é senhor dos Balcãs, a sul do Save e do Danúbio, e da maior parte da Hungria. A Transilvânia, a Moldávia e a Valáquia pagam-lhe tributo. Em 1480, uma força turca desembarcara em Otranto. Esquece-se muitas vezes que a brilhante Itália do Renascimento tremeu perante o perigo turco e que o apogeu dos Otomanos se situa em pleno século XVI, sob Solimão, o Magnífico (1520-1560). Os corsários turcos e barbarescos continuaram, mesmo depois de Lepanto, a visitar as costas tirrenas. Leia-se o *Diário* de Montaigne durante a sua viagem pela Itália em 1581. Falando da região de Ostia, diz ele: «Os Papas, e em especial este (Gregório XIII *), fizeram erguer nesta costa marítima grandes torres, ou atalaias, a cerca de uma milha umas das outras, para prover às arremetidas que os Turcos aqui faziam frequentemente, até no tempo das vindimas, a fim de tomar gados e homens. Com estas torres, que estão a um tiro de canhão entre si, vão transmitindo os avisos com tão grande rapidez que o alarme depressa voa até Roma».

Os Jagelões *, soberanos da Polónia e da Lituânia reunidas entre 1386 e 1572, nem sempre foram felizes nos seus esforços de resistência aos Turcos: em 1444, Ladislau III foi derrotado por eles em Varna; no início do século XVI, foi forçoso entregar-lhes a Moldávia e a Bucovina. Mas os reis da Polónia reinam, no século XVI, sobre um vasto território — demasiado vasto —, sem defesas naturais, que vai de Poznan ao baixo Dniepre e das fronteiras da Transilvânia à actual Estónia. Houve uma idade de ouro polaca na época do Renascimento, especialmente sob Segismundo I, que reinou de 1506 a 1548. Sua esposa era uma Sforza e a corte real era um foco de humanismo. Mas, depois da extinção da dinastia dos Jagelões e do reinado de Estêvão Báthory (1576-1586), o país, a cujos destinos preside agora um ramo da família Vasa *, encaminha-se para dificuldades cada vez maiores. A indisciplina da nobreza combina-se com os perigos exteriores. A Polónia está rodeada de inimigos: Turcos, Suecos, Moscovitas.

4. OS CINCO GRANDES ESTADOS ITALIANOS EM 1494-1515
(*Segundo J. Delumeau e J. Heers*, La Fin du Moyen Âge, les XVI[e] et XVII[e] siècles.)

Em 1523, a Suécia, seguindo Gustavo Vasa, separou-se da Dinamarca. A união de Kalmar sempre fora frágil. Muito mais frágil foi a união (1592-1595) da Polónia e da Suécia no tempo de Segismundo I Vasa. Este rei, católico, feria as convicções de uma Suécia muito ligada à Reforma. Além disso, os dois países eram rivais no Báltico. Em 1612,

Gustavo Adolfo reina há já onze anos, sonhando transformar o Báltico num «lago sueco», e já tirou aos Russos a Íngria e a Carélia Oriental.

No início do século XVII, Suecos e Polacos enfrentam, de facto, uma Rússia que se vai afirmando. Ivan III (1462-1505) casou com a sobrinha do último Basileus. Tomou insígnias imperiais e fez-se chamar «autocrata» e «senhor». Em 1522, os Russos tiraram Smolensk à Polónia. Depois disso, sofrem reveses a oeste mas, aproveitando-se da desagregação dos canatos mongóis, ocupam Kazan em 1552 e Astracã em 1554. É a época de Ivan IV, o Terrível (1533-1584), que, ao subir ao trono, tomou o título de «czar de todas as Rússias». A sua morte foi seguida de perturbações, como também o foi a morte de Boris Godunov em 1605. Mas, oito anos depois, Miguel III (1613-1645) funda a dinastia dos Romanov. Enquanto a Polónia e a Suécia se vão apagando, é preciso contar cada vez mais com a Rússia.

★

No princípio do século XIV, a Europa era ainda uma nebulosa de formas indecisas e de futuro incerto. Em 1620, pelo contrário, as divisórias políticas do continente aparecem, se não firmes, pelo menos clarificadas e consolidadas nas suas grandes linhas. Apesar do momentâneo desaparecimento da Polónia no final do século XVIII, da independência da Grécia alguns anos depois e de vários retoques aqui e além, o mapa da Europa não há-de ser em 1850 radicalmente diferente do que era na ocasião em que rebentou a Guerra dos Trinta Anos. Em resumo, a época do Renascimento, quer dizer, esse grande período de mutação que começou no reinado de Filipe VI de Valois e terminou no de Luís XIII, é aquela em que a Europa se define politicamente, descobrindo, pelo exemplo italiano e pelo jogo da resistência francesa às ambições dos Habsburgos, a regra de ouro do equilíbrio entre potências. O ideal da unidade europeia, realizada sob a autoridade do imperador, foi substituído por uma relação de forças.

Dante, em *De monarchia*, escrevia cerca de 1320: «Onde já nada mais há a desejar não pode subsistir a cobiça. Uma vez destruídos os objectos que podemos cobiçar, desaparecem também os movimentos que com eles se relacionam. Ora o Monarca (é assim que Dante designa o «imperador da terra») nada tem a desejar, pois a sua jurisdição só é limitada pelo oceano, o que não é o caso dos outros príncipes, cujos senhorios confinam com outros senhorios, como, por exemplo, o reino de Castela confina com o reino de Aragão. O Monarca é, pois, entre todos os mortais, aquele que mais sinceramente pode estar submetido à justiça». Mas, no meio do século XVI, o inglês John Cork, retomando as fórmulas dos juristas de Filipe, o Belo, dizia orgulhosamente: «Todas as nações sabem que o muito poderoso rei de Inglaterra é imperador no seu próprio reino e não depende de ninguém». Ser «imperador no seu próprio reino» queria dizer

que se repudiava, no fundo, a hierarquia feudal, que noutros tempos distinguia suseranos e vassalos, sendo o imperador o suserano dos suseranos. A Guerra dos Cem Anos veio provar que o sistema feudal não se adaptava já à realidade. No momento em que Eduardo III, em 1337, dirigiu o desafio a Filipe VI, seu suserano pela Guiana e pelo Ponthieu, queria, principalmente, subtrair os seus domínios continentais a todo e qualquer laço de dependência. De facto, no tratado de Brétigny (1360), João, o Bom *, prisioneiro, teve de ceder ao seu antigo vassalo, em total propriedade — e, portanto, sem homenagem —, quase todo o Sudoeste da França. Não menos significativo é o tratado de Arras, concluído em 1435 entre Carlos VII * e Filipe, o Bom, duque da Borgonha. Este aceitava abandonar a aliança inglesa e, em troca, Carlos VII dava-lhe várias «cidades reais», em especial no Somme, e dispensava-o, vitaliciamente, de toda e qualquer homenagem ao rei de França.

Como é que, em tais condições, poderia o imperador conservar autoridade efectiva sobre os soberanos da Europa? Claro que o mito imperial tinha muita força e continuava a inquietar os espíritos. Francisco I e Carlos de Espanha foram concorrentes na famosa eleição de 1519. Na realidade, Carlos V * fundava o seu poder, não no título de imperador mas no facto de ser senhor efectivo de importantes territórios exteriores ao Império. Apercebeu-se, a partir de 1522, de ser difícil governar ao mesmo tempo o centro e o sul da Europa e cedeu a seu irmão Fernando os territórios austríacos da casa dos Habsburgos. Em 1556, desmoralizado por não ter conseguido sequer conservar a unidade religiosa da Alemanha, partilhou os seus domínios, deixando a Fernando a Europa Central e a coroa imperial e a Filipe II a Espanha, os Países Baixos, o Franco-Condado, as possessões italianas e a América. Conjunto ainda demasiado vasto para poder durar muito. O futuro pertencia, de facto, às construções territoriais baseadas num autêntico sentimento nacional.

Evidentemente que nem todas as colectividades nacionais conseguiram vingar no final da Idade Média e no início dos tempos modernos. Há insucessos a registar, especialmente naquela parte do território que a vaga otomana cobriu. Aí, as populações dobraram-se sobre si próprias e esperaram, mais ou menos silenciosamente, por melhores tempos. No que à Boémia diz respeito, este esquema é mais matizado. A Boémia escapou à ocupação turca. A identidade nacional começou a afirmar-se no tempo de Carlos IV, o benfeitor de Praga, e ainda mais se afirmou na época de João Huss, que pregava em checo e contribuiu para a expulsão (1409) dos Alemães da Universidade da capital. As guerras hussitas do século XV tiveram três aspectos: religioso, social e nacional. No princípio do século XVII, o reino da Boémia, tendo na sua maior parte adoptado a Reforma, gozava de um lugar privilegiado no conjunto de territórios governados pelos Habsburgos na Europa central; e o soberano gostava de residir em Praga. A brutal política religiosa de Fernando II, a revolta checa que ela provocou (1618), o esmagamento dos Checos na Montanha Branca

(1620) e a repressão que se lhe seguiu causaram um eclipse do sentimento nacional da Boémia, onde a corte deixou de ser electiva. É certo que o reino conservou, teoricamente, a independência; Praga, principalmente, transformou-se, na época da reforma católica, numa cidade barroca cujos monumentos conservam emocionante beleza. Estabeleceu-se uma espécie de colaboração entre as camadas de *elite* checa e germânica, de tal modo que é historicamente falso falar-se, quanto aos séculos XVII e XVIII, de «ocupação alemã» do país. Mas a acção de João Huss * e a repressão que veio depois da derrota da Montanha Branca tinham deixado recordações bastantes para se poder dar depois a renovação nacional do século XIX. Em boa verdade, na Europa do Renascimento, foram mais os êxitos de expansão nacional que os fracassos, quer nos países ocidentais quer na Rússia ou na Suécia.

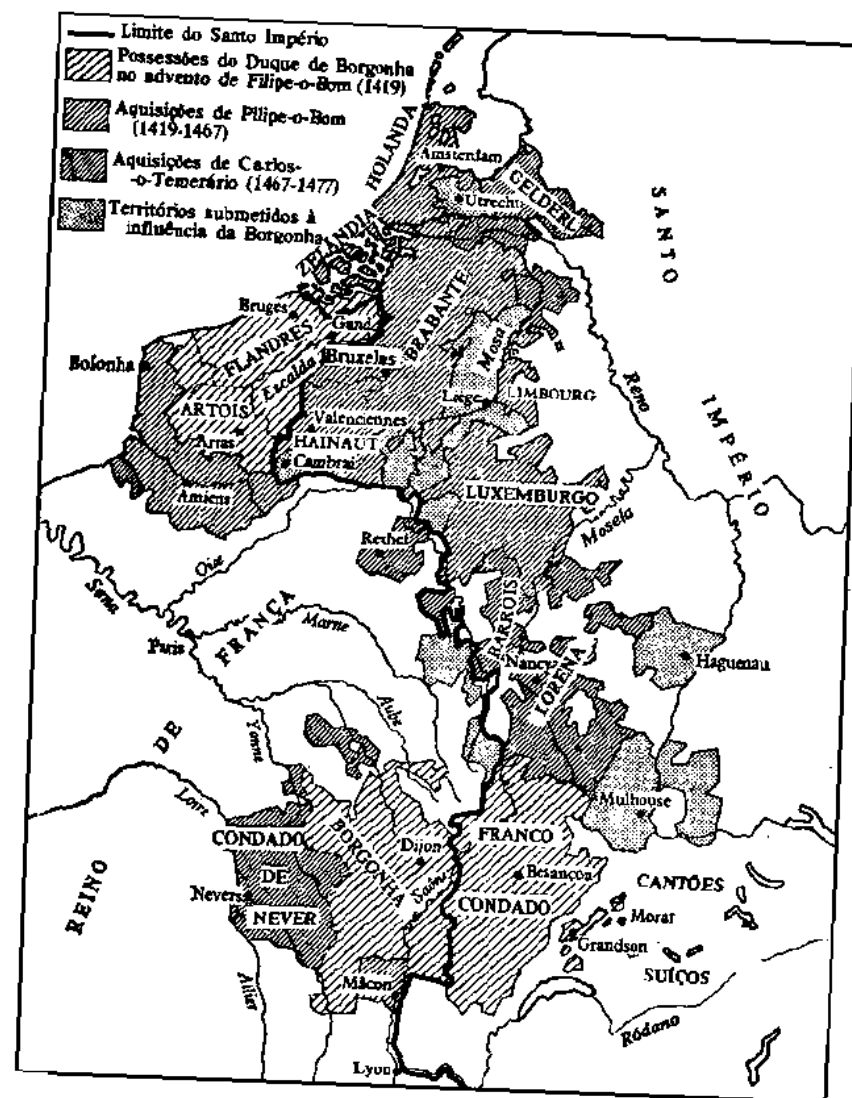
Objectar-se-á, todavia, o caso da Itália. Maquiavel, no *Príncipe* (1516), clamou em vão pelo unificador que mobilizasse as energias nacionais e aglutinasse o país. Efectivamente, a Itália conheceu, a partir dos fins do século XV, não só o vaivém, mas, o que é mais grave, a instalação de exércitos estrangeiros em diversos locais. Em 1494, Carlos VIII passou os Alpes e, «novo Ciro», entrou triunfante em Milão, em Parma, em Florença, em Roma e no Sul. Fez-se coroar «rei de Nápoles, da Sicília e de Jerusalém». Mas, meses depois, os príncipes de Itália e de outros países coligaram-se contra ele. Carlos VIII teve muita sorte ao conseguir, em Fornua (Julho de 1495), à custa de violenta batalha, abrir caminho de regresso a França. E apesar disso já em 1499 Luís XII * mandava outra vez o exército francês para Itália. As forças francesas ocuparam Milão, cujo duque, Ludovico, o Mouro *, foi preso e deportado para Loches, onde morreu. Senhor de Génova e da Lombardia, o rei de França esmagou os Venezianos em 1509 em Agnadello. É facto que, cinco anos antes, tivera de abandonar o sonho de Carlos VIII e deixar o reino de Nápoles a Fernando de Aragão *. Em 1512, a «Santa Liga», que Júlio II *, já reconciliado com os Venezianos, tinha erguido, expulsava de Milão os Franceses apesar da vitória sem futuro de Gaston de Foix em Ravena.

Os reis de França teimaram nas ambições sobre Itália. O ano de 1515 viu começar o reinado de Francisco I com a brilhante vitória de Marignano. Milão voltou a ser francesa, mas não por muito tempo. Seis anos depois, a cidade fugia ao *Roi Très Chrétien*, cujos soldados foram rapidamente esmagados em Pavia (1525): 8000 Franceses morreram em combate ou ficaram afogados no Tessino; os imperiais perderam apenas 700 homens. Com o tratado de Madrid (Janeiro de 1526), Francisco I pareceu renunciar à Itália. Mas, poucos meses passados, criava contra Carlos V a Liga de Cognac e aproximava-se do Papa. O saque de Roma provocou nova arremetida francesa — a de Lautrec — na Lombardia e em direcção a Nápoles: novo fracasso, sancionado pela paz de Cambrai (1529). Em 1535, porém, morreu o último duque Sforza *, que só nominalmente governava o Milanês, e este passou para o domínio directo de

Carlos V. A modo de protesto, e para ter uma base donde pudesse partir para futuras incursões no Sul, Francisco I mandou em 1536 ocupar a Sabóia e o Piemonte, onde as tropas francesas ficaram durante mais de vinte anos. Francisco I ainda em 1542 pensava em retomar Milão. Sob Henrique II *, os soldados do rei de França guerrearam muitas vezes em Itália. Em 1551 lutavam contra Júlio III * na região de Parma e de Mirandola. No ano seguinte, Siena revoltou-se contra os do Império aos gritos de *Francia, Francia!* E, em 1557, Francisco de Guise, chamado pelo Papa Paulo IV * — ameaçado pelos Espanhóis —, apareceu em Roma e tentou, sem resultado, uma «última viagem a Nápoles». A paz de Cateau-Cambresis pôs fim às cavalgadas francesas, mas não acabou com a presença de tropas estrangeiras em solo italiano, pois os Espanhóis, que ali tinham chegado em 1504, ficaram ainda por mais de dois séculos.

Deste modo, a península teve de sofrer, no século XVI, a passagem e a pesada presença de soldados franceses, suíços, alemães e espanhóis. Assistiu, impotente, ao saque de Roma em 1527. Comandadas por um francês, as tropas imperiais — ou seja, lansquenetes alemães, muitos deles luteranos, Espanhóis e até Italianos — tiveram então o sádico prazer de pilhar, violar e aviltar uma cidade que era considerada a «Babilónia moderna» mas que toda a Europa invejava. A Itália, porém, não perdeu alento. Nessa época, apesar de Maquiavel, não aspirava à unidade política mas tinha consciência da sua unidade espiritual e sabia que os Alpes eram a sua fronteira natural. Júlio II exprimia os sentimentos dos seus compatriotas ao distinguir os Italianos dos «Bárbaros» que convinha expulsar. Meio século depois, também Paulo IV se esforçou por «libertar a Itália dos exércitos estrangeiros». Essas tentativas falharam. Mas os Espanhóis não conseguiram, e nem sequer tentaram, assimilar o Milanês, o reino de Nápoles e a Sicília — que conservaram a língua, o património cultural e a individualidade que lhes eram próprios. Ou não é com excessiva pressa que se fala da «Itália espanhola» dos séculos XVI e XVII? A realidade é muito mais complicada, principalmente quando pensamos que Roma, Veneza e Florença continuaram independentes, mesmo tendo de contar, no plano das relações exteriores, com o poder espanhol. Foi por isso que a arte e o espírito italianos puderam continuar a expandir-se livremente nesses três baluartes da civilização ocidental. Seria por acaso que tantos artistas lombardos vinham instalar-se em Roma na segunda metade do século XVI? O novo esplendor e a crescente irradiação emanada da Cidade Eterna na época da reforma católica e num momento em que os papas, especialmente Sisto V (1585-1590), procuravam reforçar a liberdade de acção da Santa Sé e do Estado eclesiástico, testemunham que a Itália tinha conservado o essencial do seu génio e continuava fiel ao grande passado que noutros tempos a colocou à cabeça do mundo. Dividida, mantinha uma coerência interna que nunca houve na heteróclita reunião de territórios que a Filipe II * obedecia. Também a Alemanha, fragmentada, entregue à guerra civil, conservava fronteiras

relativamente estáveis que protegeram um capital cultural e uma espécie de consciência colectiva testemunhados por Lutero com eloquência.

Não será a falta de uma tal consciência colectiva, tão fortemente desenvolvida nos Confederados *suíços*, que explica em profundidade o

5. O PODERIO DA BORGONHA NO SÉCULO XV.

fracasso da nova Lotaríngia que os duques da Borgonha * quiseram erguer no fim do século XIV e no século XV? Extraindo as consequências das sucessivas ampliações do domínio burguinhão e fiel à linha política de Filipe, o Bom, Carlos, o Temerário (1467-1477) quis, ao ocupar a Alsácia, a Lorena e a Champagne, juntar as suas possessões do norte às do sul e formar um bloco único, do Zuiderzee a Mâcon e a Basileia. Luís XI * e os Suíços encarregaram-se de lho vedar. Mas, seja como for, essa construção territorial demasiado apressada podia parecer artificial. Os habitantes dos Países Baixos nunca se tinham sentido «burguinhões»: provam-no as repetidas revoltas de Liège, Bruges e Gand contra Filipe, o Bom, contra Carlos, o Temerário, contra Filipe, o Belo e contra Carlos V. O fracasso de tal construção deixava pressagiar o futuro desmembramento do império europeu da Espanha. As perturbações verificadas a partir de 1560 nos Países Baixos tiveram, sem dúvida, motivos religiosos; mas o atraso dos Estados Gerais, por obra dos ministros de Filipe II, e a hostilidade para com os militares espanhóis explicam também, em parte, a revolta da Flandres. Se, pelo contrário, os diversos territórios dados pela partilha de 1556 aos Habsburgos de Viena vieram a constituir, durante vários séculos, um agrupamento relativamente sólido, foi porque no seu centro havia um forte núcleo que se esforçou por germanizar as regiões periféricas.

Tão revelador como o afundamento da nova Lotaríngia do século XV é o da monarquia franco-inglesa, que não pôde nascer da Guerra dos Cem Anos. Em 1337, Eduardo III, que tinha no continente a Guiena e o Ponthieu, não contente com desafiar o seu suserano, Filipe VI, contestou-lhe a coroa de França e reclamou-a para si. É verdade que, no Tratado de Brétigny, de 1360, Eduardo III renunciou a essa coroa, mas João-o-Bom deu-lhe perto de um terço da França. Sessenta anos mais tarde, o Tratado de Troyes deserdava o delfim Carlos — o futuro Carlos VII — e dava em casamento, ao filho de Henrique V, Catarina, filha de Carlos VI *. Podia-se ler no texto do tratado: «As duas coroas, de França e de Inglaterra, ficarão juntas para sempre e pertencerão à mesma pessoa, a saber: nosso filho, o rei Henrique, enquanto ele viver, e, depois dele, aos seus herdeiros». Mas, em 1453, os ingleses já só tinham Calais.

★

A redução dos Ingleses à Inglaterra era consequência do desenvolvimento, em França, de uma espécie de consciência nacional, da qual Joana de Arc foi comovente e nobre intérprete. Joana escrevia em 1429 ao duque de Bedford: «Dai à Donzela, aqui enviada por Deus, Rei do Céu, as chaves de todas as boas cidades que tendes tomado e violado em França... Eu vim aqui da parte de Deus, Rei do Céu, para os escorraçar para fora de toda a França... E não julgueis que mais alguma vez tereis de Deus o reino de França.»

Ingleses e Franceses estavam, de facto, a descobrir tudo aquilo que os separava. O dito acerca da «falsidade» dos Ingleses parece ter nascido no século XIV. E foram-lhes ainda encontrados outros defeitos. Jean Le Bel, cónego de Liège (1290-1369), que de resto era favorável a Eduardo III, não hesitava em julgar os Ingleses «commumente invejosos de todos os estrangeiros, quando estes lhes estão acima, mesmo nos seus países... A inveja ainda não foi morta em Inglaterra». Cerca de 1450, foi escrito por um francês o *Débat des hérauts d'armes de France et d'Angleterre*, em que os sentimentos anti-ingleses, acumulados ao longo da Guerra dos Cem Anos, tinham rédea solta: «À sombra da divisão da França, tendes pilhado e perturbado este reino e fizestes inúmeros males». Acusação esta de que se faz eco o *Livre de la description des pays*, de Gilles Le Bouvier, escrito na mesma época: «Essa nação (a Inglaterra) tem gentes cruéis e gentes sanguinárias... E fazem guerra a todos os povos do mundo, tanto no mar como em terra». Também são cúpidos, mas hábeis mercadores. «Tudo aquilo que ganham nos países estranhos onde vão, enviam-no para o seu reino. E é por isso que este é rico».

No já citado *Débat*, cada um dos dois arautos busca os motivos da superioridade do seu país. O da França invoca a geografia e o clima e declara ao seu rival inglês: «O reino de França está muito mais bem situado que o vosso, pois está entre as regiões quentes e as regiões frias; as quentes, que estão para lá dos montes, são difíceis de suportar, pelos grandes e excessivos calores; e as frias, em que vós estais, são muito nocivas ao corpo humano, pois o Inverno começa lá tão cedo e dura tanto tempo, que as pessoas vivem a sofrer de frio e não pode lá crescer quase nenhum fruto, e o que cresce é mal formado e mal amadurecido. Mas em França, que está entre ambas, e no meio é onde repousa a virtude, é onde o ar é doce e agradável; e todos os frutos lá crescem abundantemente e são virtuosos e deliciosos, e as pessoas vivem alegremente e com moderação, sem demasiado calor nem demasiado frio». Como estamos longe do século II, quando a Inglaterra parecia aos letrados do Ocidente uma pátria comum! Um monge, Richard de Cluny, morto em 1188, não tinha palavras suficientemente elogiosas para a Inglaterra, em cuja honra escreveu um poema latino:

> *Inglaterra, gleba fecunda, recanto fértil do mundo...*
> *Inglaterra, país dos jogos, povo livre, nascido para a folia,*
> *País agradável, que digo?, país que é só alegria,*
> *Que nada deve aos Gauleses, mas a quem a Gália deve*
> *Tudo o que nela há de cativante e de amorável.*

Ao *Débat*, composto por um francês em meados do século XV, responde, cem anos depois, o *Debate between the heralds of England and France* de John Coke. O autor insular elogia, naturalmente, pela boca do seu arauto, o que há de agradável, de valoroso e de rico em Inglaterra.

Dona Prudência, encarregada de ajuizar, não pode deixar de se pronunciar contra a França: «A minha sentença é que o reino de Inglaterra deverá ser conduzido para junto da Honra, de preferência à França, e tomar lugar à sua direita; que vós, senhor arauto da França, em todas as assembleias onde honra se deva mostrar, reconheçais para sempre o vosso dever dando o lugar ao arauto da Inglaterra.»

No fim do século XVI, o orgulho nacional inglês viria a ter em Shakespeare um vate genial. Em *Ricardo II* (cerca de 1595), João de Gand, antes de morrer, exalta a Inglaterra: «Este augusto trono de reis, esta ilha porta-ceptro, esta terra de majestade, este assento de Marte, este segundo Éden, este semiparaíso, esta fortaleza construída para se defender da invasão e das proezas da guerra, esta feliz raça de homens, este pequeno universo, esta pedra preciosa engastada num mar de prata que a defende como uma muralha, ou como o fosso protector de um castelo, contra a inveja dos países menos felizes...». Isto é depois da derrota da Invencível Armada!

O que temos de compreender que está por trás das injúrias, das gabarolices e das hipérboles é a consciência de si e dos outros que, na época do Renascimento, surge na maioria dos povos europeus. Sabem já que são diferentes. Os Franceses têm reputação de levianos, ferventes, inconstantes. No século XIV, Jean Le Bel assevera: «... sempre prometeram e sempre cumpriram mal». Duzentos anos depois, o embaixador veneziano Marcantonio Barbaro define-os assim: «Os Franceses são naturalmente briosos e orgulhosos, muito audazes nas acções de guerra; por isso o seu primeiro embate é muito difícil de aguentar... Nos seus exércitos há muito entusiasmo e pouca ordem. Se pudessem dominar o seu ardor, os Franceses seriam invencíveis; mas a sua falta de ordem provém de lhes ser impossível suportar por muito tempo as fadigas e os incómodos». No seu *Livre de la description des pays*, Gilles Le Bouvier esforça-se por caracterizar povos, nações e províncias. Os Suíços são dados como «gente cruel e rude». Quanto aos Escandinavos e aos Polacos, diz ele que são «gentes terríveis e furiosas, gentes sanguinárias que ferem antes ainda daqueles que estão cheios de vinho». Os Sicilianos são «grandes cristãos e muito ciumentos das suas mulheres», os Napolitanos «gente grosseira e rude, maus católicos e grandes pecadores». Os Castelhanos são descritos como «pouco comedores de carne e são gente muito irritadiça, e andam mal vestidos, mal calçados e mal dormidos, e são maus católicos, e isso em tão bom (fértil) país». Gilles Le Bouvier faz, em contrapartida, o elogio dos Florentinos: «Estas gentes suportam comparação com toda a Cristandade; tudo o que ganham levam-no para a cidade de Florença, e por isso a cidade é tão rica; estas gentes são muito bem comportadas e honestamente vestidas e são muito sóbrias no beber e no comer». Também é prestada semelhante homenagem ao Hainault, cujos habitantes, «nobres e comuns, são gente muito honesta, bem vestida com bons tecidos e boas plumas, e são muito bons mercadores, trabalhadores e gente de

ofícios, bem munidos de baixelas de cobre e de estanho nas suas estalagens».

Faz-se juízo sobre os estrangeiros, mas também sobre o próprio povo, e às vezes sem piedade. No seu *Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã*, Lutero (1520) não receia evocar «o abuso das vitualhas e das bebidas, de que nós, Alemães, fizemos o nosso vício particular e graças ao qual não gozamos no estrangeiro de excelente reputação; já não é possível remediá-lo pela pregação, de tal modo esse abuso se enraizou e tal o domínio que tem já sobre nós». Donde o reformador conclui que compete às autoridades civis lutar contra a embriaguez. Quanto a Montaigne (*Ensaios*, II, ix), avalia, de modo irónico, o valor intelectual e a finura de espírito de vários povos do Ocidente em função do seu comportamento na guerra: «Um senhor italiano exprimiu uma vez, na minha presença, esta opinião em desfavor da sua nação: que a subtileza dos Italianos e a vivacidade das suas concepções era tão grande e que previam com tal antecedência os perigos e acidentes que lhes podiam advir que se não devia achar estranho que fossem vistos, muitas vezes, na guerra, prover à sua segurança bem antes de ter reconheeido o perigo; que nós e os Espanhóis não éramos tão finos, íamos adiante e tínhamos de ver com os olhos e tocar com a mão o perigo antes de assustar-nos com ele, e logo depois perdíamos a compostura; mas que os Alemães e os Suíços, mais grosseiros e mais pesados, não tinham o senso de modificar as suas opiniões nem mesmo quando já estavam subjugados pelos golpes do inimigo».

Esta compreensão de si e dos outros, a nível dos povos, explica bastantes coisas desse período em que nasceu a Europa moderna. Explica não só que os barões franceses tenham afastado em 1328 Eduardo III, neto de Filipe, o Belo, mas nascido em Inglaterra, como também que os Portugueses, para não se unirem a Castela em 1385, tenham preferido eleger um rei bastardo, João I, fundador da dinastia de Avis, e que estes mesmos Portugueses, dois séculos e meio mais tarde, tenham recusado manter-se sob um soberano espanhol: recusa de que nasceu a revolta de 1640. Esta tomada de consciência explica ainda que a palavra — e, mais ainda, a noção de — «fronteira» tenha gradualmente substituído, a partir do século XIV, a palavra e a realidade da «marca», que as «alfândegas» sejam, no fim da Idade Média, uma inovação comum a todos os países da Europa; que o mercantilismo se desenvolva como expressão económica da vontade de independência; e que se tenha começado a definir, na senda dos exemplos italianos, «águas territoriais» ao longo das costas marítimas dos vários Estados, tendo os tribunais marítimos surgido em Inglaterra em 1360 e em França em 1373.

Como esquecer, por outro lado, tudo o que houve de «nacional» no comportamento religioso dos Ocidentais a partir do século XIV? Catarina de Siena pediu com fervor o regresso do papa «para entre as gentes de Roma ou de Itália». A Inglaterra irritou-se ao ver a França pôr o papado

sob tutela. Os membros do Concílio de Constança — iniciativa revolucionária — agruparam-se por «nações». Além-Reno, como além-Mancha, era-se cada vez mais hostil à fuga de dinheiros para Roma e à nomeação de beneficiados estrangeiros. A Reforma, que triunfou no século XVI em metade da Europa, pode legitimamente parecer, de certo ponto de vista, como uma reacção de individualismo nacional. No seu *Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã*, Lutero escrevia: «Nós (Alemães) temos o nome do Império, mas o papa dispõe dos nossos bens, da nossa honra, das nossas pessoas, das nossas vidas, das nossas almas e de tudo aquilo que nós temos: há que troçar dos Alemães e pagar-lhes com ilusões». Quanto ao rei de Inglaterra, recebeu do Parlamento, em 1534, «o direito de examinar, repudiar, ordenar, corrigir, reformar, repreender e emendar tais horrores, heresias, enormidades, abusos, ofensas e irregularidades... a fim de conservar a paz, a unidade e a tranquilidade do reino, não obstante qualquer uso, costume ou lei estrangeira e qualquer autoridade estrangeira». Seria por acaso que o primeiro grande reformador suíço, Zwingli, primeiramente pároco de Glaris, começou a sua carreira protestando contra o envio de mercenários helvéticos para fora do país?

Assim, o individualismo, do qual falaremos mais adiante e que é um dos traços distintivos do Renascimento, é percebido, antes de mais, ao nível dos povos da Europa, que, ao diferenciarem-se e oporem-se uns aos outros de forma por vezes dramática, adquirem o sentimento da sua profunda originalidade. Lição geradora de espírito crítico e de relativismo e, portanto, fecunda. A dúvida metódica de Montaigne *, antes da de Descartes, viria permitir a crítica de bastantes preconceitos: «Qual a verdade que estes montes limitam, e que é mentira no mundo que está para lá?». A cada nação sua verdade.

A partir do século XIV desenha-se uma nova geografia universitária que, a um tempo, exprime e reforça a crescente diversificação da Europa. São criadas universidades *, designadamente em Praga (1347), Cracóvia (1364), Viena (1365), Colónia (1388), Leipzig (1409), St. Andrews (1413), Lovaina (1425), Basileia (1459), Uppsala (1477), Copenhaga (1478), Alcalá (1499), etc. Esta multiplicação, acrescentando-se aos efeitos do Grande Cisma e ao êxodo de muitos clérigos que, antes da Guerra dos Cem Anos, estudavam em Paris, teve como resultado a diminuição do recrutamento internacional das universidades e a ruína do sistema das «nações», que constituíra até então a chave da sua estrutura.

O humanismo * também contribuiu para o nascimento das nações europeias. Esta afirmação pode causar surpresa. Lorenzo Valla * recusava-se a morrer pela pátria, agregado de indivíduos em que nenhum lhe devia ser mais querido que ele próprio. Erasmo, espírito cosmopolita que só escrevia em latim, foi, nos anos que antecederam a Reforma, uma espécie de presidente da «república das letras». E, no entanto, o latim renovado serviu, especialmente, para exaltar a história nacional. A iniciativa partiu de Itália, com Flávio Biondo, que compôs, entre 1439 e 1453,

uma *História da Decadência do Império Romano (Historiarum ab inclinatione Romanorum Imperii decades)* e uma *Italia illustrata*. Este humanista dizia que, no seu tempo, graças à benevolência divina e às qualidades dos Italianos, a dignidade e a glória da península se manifestavam de novo depois de um eclipse de mil anos. Além disso, dava, na *Italia illustrata*, «a primeira representação geográfica de toda a península». Em Espanha e em Inglaterra, os Italianos fizeram nascer o interesse pelas antiguidades nacionais. Lucio Marineo, um siciliano que ensinava na Universidade de Salamanca, publicou em 1495 um *De Hispaniæ laudibus* e Polidoro Vergilio começou em 1506, a pedido de Henrique VII, a sua grande *Historia anglica*. A redescoberta da *Germânia* de Tácito, publicada em 1500 por Conrad Celtis, suscitou na Alemanha toda uma literatura, escrita em latim mas resolutamente nacionalista, da qual é bom exemplo o diálogo *Arminius*, composto em 1520 por Ulrich von Hutten. Arminius era o herói nacional e o símbolo da resistência alemã contra Roma: alusão evidente à revolta luterana contra o papado.

Mas os humanistas não se contentaram com escrever em latim. Admiradores dos escritores antigos, quiseram frequentemente imitá-los e igualá-los, cada um na sua língua. Ao fazer isto, continuaram, com novos meios e baseando-se numa cultura muito mais vasta, a obra dos primeiros grandes escritores — Dante, Chaucer, Froissart, etc. — que tinham aberto o caminho às diversas literaturas nacionais. No século XVI descobre-se na Europa, em toda a parte, a vontade expressa de promoção das línguas vernáculas. Na sua célebre *Défense et illustration de la langue française* (1529), Du Bellay * deplorava o desprezo dado, mesmo em França, ao idioma francês: «Reservam-no para os generozinhos frívolos, baladas, redondilhas, e outros temperos... Quando se quer exprimir grandes ideias, usa-se o latim». Ronsard *, no prefácio da *Franciade*, aconselha: «Usai palavras puramente francesas.» Mais tarde, Agrippa d'Aubigné recordará, no prefácio das *Tragiques*, estas palavras de Ronsard: «Recomendo-vos em testamento que não deixem, de modo algum, perder velhos termos e que os empregueis e os defendais audazmente contra os maraus que não têm nor elegante o que não seja surripiado do latim e do italiano». Assim, poetas e prosadores franceses do século XVI esforçaram-se por conservar as palavras antigas, por inventar vocábulos novos e por introduzir na literatura nacional os «grandes géneros» imitados dos Antigos: ode, epopeia, tragédia, comédia, sátira, epístola, ou dos Italianos: o soneto. Não hesitaram em pilhar Atenas e Roma para «enriquecer os templos e altares» da França.

Na competição internacional entre línguas «vulgares», o toscano tinha, desde o século XIV, graças a Dante, Petrarca e Boccacio *, considerável avanço em relação ao francês. Mas um admirador de Virgílio e de Dante, Sperone, escreveu em 1542 uma defesa da língua de Florença, o *Dialogo delle lingue*, de onde Du Bellay traduziu, pura e simplesmente, bastantes trechos para a sua *Défense*, utilizando em favor do francês aquilo que

o seu colega italiano escrevera em prol do idioma toscano. Também em Portugal se exaltou a língua nacional. O humanista António Ferreira (1528-1569), a quem se deve uma tragédia célebre (*A Castro*), pode ser considerado como um Du Bellay português. Exclamou um dia: «Que floresça, fale, cante, seja ouvida e viva a língua portuguesa; e, onde quer que vá, se mostre orgulhosa de si e altaneira». O inglês Roger Ascham (1515-1568), que foi, por breve tempo, preceptor de Isabel e «o mais popular dos educadores do seu tempo» em Inglaterra, deve ser comparado a Du Bellay e a António Ferreira. Todos três estavam imbuídos de cultura greco-romana. Ora todos eles beberam nesta cultura o desejo de fortalecer e servir as línguas dos seus países. Ascham afirmava, no início do seu *Toxophilus*, que poderia ganhar maior fama se escrevesse em latim. Mas, como o inglês era ainda uma língua inferior, à mercê dos ignorantes e dos incompetentes, queria contribuir para o seu aperfeiçoamento introduzindo-lhe os torneados e as elegâncias do latim. A prosa inglesa, dizia ele, devia seguir a escola de Cícero e de Séneca. Na longínqua Polónia, Nicolaj Rej, a quem chamaram «pai da literatura nacional», não discorria de modo diferente. Em todos os seus escritos, especialmente na sua obra-prima, o *Espelho de Todos os Estados* (1568), esforçou-se por demonstrar as possibilidades da língua polaca em comparação com o latim.

Estes esforços foram coroados de êxito. O século XVI viu o decisivo erguer das grandes literaturas europeias: é o século de Ariosto e de Maquiavel, de Lutero e de Rabelais, de Ronsard e de Spenser, de Camões e de S. João da Cruz. Em 1620, data em que podemos, razoavelmente, considerar concluído o Renascimento, Cervantes e Shakespeare tinham morrido havia quatro anos. Mas esta vitória das línguas nacionais não se situa somente no cume da actividade intelectual. Encontramo-la também na vida profunda dos povos. Na época em que o édito de Villers-Cotterêts (1539) impunha, no reino de Francisco I, o uso da língua da Ile-de-France, em vez do latim, nos escritos de juízes e de notários, o toscano passava a ser a língua de Roma e, portanto, da capital natural da Itália. Os papas do Renascimento, em especial os Médicis (1513-1521 e 1523-1534), chamando a Roma artistas toscanos e povoando de Florentinos a cúria e as secretarias do Vaticano, foram os principais autores do recuo simultâneo do latim e do dialecto *romanesco*. Quanto à Reforma, na medida em que fez intensificar a leitura da Bíblia * pelo povo, auxiliou poderosamente a consolidar e difundir as línguas vernáculas. Lutero foi, sem querer, o principal autor da unificação, pelo menos relativa, dos falares alemães.

No momento em que se afirmavam as nações europeias, reforçava-se a unidade da civilização ocidental: dois fenómenos aparentemente contraditórios e, no entanto, solidários, cuja dialéctica é uma das maiores características do período que estamos a estudar. A descoberta e exploração dos mundos exóticos viria, ao mesmo tempo, avivar as tensões entre os Europeus e precisar ainda mais a comunidade dos seus destinos.

CAPÍTULO II

A ÁSIA, A AMÉRICA E A CONJUNTURA EUROPEIA

Em 1454, Constantinopla tinha caído havia um ano; os príncipes da Europa, divididos, não eram capazes de organizar uma contra-ofensiva comum contra os Turcos. O humanista Æneas Silvio Piccolomini, legado pontifical na Alemanha e futuro papa (Pio II *), escrevia tristemente a um amigo: «Preferia que me chamassem mentor a que me chamassem profeta... Mas não posso acreditar que haja nisto alguma coisa de bom... A Cristandade não tem um chefe a quem todos aceitem submeter-se... O papa e o imperador vêem os seus direitos ignorados. Não há respeito nem obediência. Olhamos para o papa e para o imperador como se fossem figuras decorativas, dotadas de títulos vazios de conteúdo».

Lamentos inúteis de um letrado aberto à nova cultura mas que, apesar disso, olhava para o passado. A Europa desunida, a despeito das suas rivalidades internas — ou, melhor, por causa delas —, já estava a forjar um seu destino excepcional, abrindo as portas que davam para longe. Na verdade, os Ocidentais de há muito que aspiravam já a sair dos seus territórios. Não tinha o veneziano Marco Polo estado na China de 1275 a 1291? No princípio do século seguinte, o papa nomeou, para arcebispo de Pequim, um missionário franciscano. Durante mais de cinquenta anos, uma rota comercial muito segura, que atravessava toda a Ásia e terminava nas feitorias genovesas do Mar Negro — Tana e Caffa —, permitiu que viessem para a Europa os produtos chineses. Infelizmente, os progressos dos Turcos, a partir de 1350, depressa interpuseram uma barreira entre a Europa e a China mongol. Os Portugueses, tocando no início do século XVI as costas do Celeste Império, tiveram a impressão de ter descoberto um mundo tão novo como aquele que Cortez encontrou ao penetrar no México.

Mas a curiosidade europeia tinha estado desperta. A prova está nos cento e trinta e oito manuscritos que nos ficaram do *Livro das Maravilhas* de Marco Polo. Henrique, o Navegador, possuía um; e Cristóvão Colombo teve na sua biblioteca um dos primeiros exemplares impressos

da célebre obra. O encerramento da rota chinesa não desencorajou das viagens ao Oriente e ao Extremo Oriente os Ocidentais mais aventureiros. Em 1419, um veneziano, Niccolò Conti, partiu para um longo périplo que, por Damasco, Bassorá, Ormuz e o Decão, o levou até Samatra. O português Pêro da Covilhã partiu de Lisboa em 1487 para Alexandria, de onde passou sucessivamente ao Cairo, ao Mar Vermelho e a Calecut. No caminho de regresso, foi levado a Ormuz e daí à Abissínia, onde se instalou. Em 1493 (ou 1494) um genovês, Hieronimo di Santo Stefano, alcançou a Birmânia e Samatra passando pelo Cairo, Adém, Calecut e Ceilão. O diário de viagem do bolonhês Lodovico Varthema, publicado em 1510, teve no seu tempo um êxito comparável ao do *Livro das Maravilhas*. Deixando Veneza em 1502, Varthema alcançou o Cairo e Damasco; depois, fazendo-se passar por peregrino muçulmano, chegou a Meca. Passou depois a Goa, Bengala e Malaca, onde os Portugueses não tinham ainda chegado. Não é seguro que tenha ido às ilhas das especiarias. Na volta, esteve por algum tempo em Calecut, que Vasco da Gama * tocara em 1498. Foi o primeiro europeu a chegar à Índia pela rota do Mar Vermelho e a regressar pela do Cabo.

Outras viagens revelam o espírito empreendedor dos Europeus antes das grandes expedições marítimas do final do século XV. Anselme d'Isalguier, de Toulouse, atravessou o Sara em 1402 e viveu dez anos em Gao antes de voltar a França. Já em 1291 os irmãos Vivaldi, de Génova, tinham tentado ir à Índia pela rota atlântica; mas nunca voltaram. Em contrapartida, o seu compatriota Lanzarotto Malocello chegou às Canárias no princípio do século XIV. Por meados deste século, os Açores e a Madeira foram, provavelmente, descobertos por Genoveses; mas a sua colonização só começou depois de 1420, por ordem de Henrique, o Navegador *. Este mesmo príncipe deu início à exploração sistemática da costa de África pelos barcos portugueses. As caravelas * lusitanas passaram Cabo Verde em 1445. Viriam a cortar a «linha equinocial» em 1471 e a dobrar o Cabo da Boa Esperança, sob o comando de Bartolomeu Dias *, em 1487.

O gosto do desconhecido e do mistério não podia deixar de atrair para fora da Europa os temperamentos aventureiros. Todo um conjunto de mitos e de fábulas reforçou nos mais audazes Ocidentais o duplo desejo de enriquecer e alargar o domínio da Igreja de Cristo. Narrativas fantásticas, principalmente relacionadas com o Oriente, ocuparam durante toda a Idade Média a imaginação dos Europeus. Muitas delas vinham da Antiguidade — uma colecção de lendas e de espantosas descrições de animais estranhos e de homens monstruosos, largamente explorada por enciclopedistas e cronistas medievais. A Índia era, por excelência, para os Ocidentais, o país do insólito e do maravilhoso, onde pigmeus lutavam contra grous e gigantes contra grifos. Ali viviam homens com cabeça de cão, que grunhiam e uivavam, e outros, sem cabeça, com os olhos no ventre; outros ainda defendiam-se do sol deitando-se de costas e levantando um

pé único e enorme — todo um mundo que reapareceria, no fim do século XV e no princípio do XVI, no universo de Hieronymus Bosch *. O cristianismo, por seu lado, foi também criador de mitos orientais. Não só colocava Jerusalém no centro do mundo — convicção partilhada por Cristóvão Colombo — como fazia de Alexandre uma espécie de cavaleiro cristão (é conhecida a voga dos vários *Romance de Alexandre* na Idade Média) e situava na Ásia o paraíso terrestre, de onde provinham os quatro maiores rios do mundo. Não se dizia que Alexandre tinha visitado o jardim do Éden durante as suas campanhas da Índia? Também se situava no fundo da Ásia o *habitat* dos gigantes Gog e Magog, chefes de um povo terrível cuja invasão causaria, no dia do Juízo Final, a destruição da Humanidade pecadora. Era mais tranquilizante outra crença, segundo a qual estava na Índia o cadáver do apóstolo Tomé, a quem se atribuía a fundação, no Decão, de uma próspera e numerosa comunidade cristã. Foi na Ásia que primeiramente se localizou Ofir, o país de onde teriam vindo o ouro e as jóias de Salomão — país maravilhoso posteriormente procurado com obstinação por Colombo nas Índias Ocidentais, por Sebastian Cabot na América do Sul e pelos Portugueses na África Oriental. Na Ásia, enfim, nasceu o mais célebre mito exótico da Idade Média: o mito do Preste João *. Esse lendário soberano, piedoso como um apóstolo e rico com um Cresus, é mencionado pela primeira vez em 1145. O seu reino — verdadeira «Utopia» medieval —, onde encontramos juntos as Amazonas, as relíquias de S. Tomé, a fonte de Juventa e rios que transportavam ouro, prata e jóias, situava-se então na Índia. Odorico di Pordenone, que foi à China no princípio do século XIV, ainda situa o reino do Preste João a cinquenta dias de marcha pedestre para oeste de Catai *. Mas, a partir de 1340, já o colocam em África: daí o duradouro interesse que nele tiveram os Portugueses do século XVI; esperavam que o soberano da Etiópia, aliado aos cristãos do Ocidente, atacasse os Muçulmanos pelas costas. Não é de surpreender que o reino do Preste João tenha passado, geograficamente, da Ásia para a África. O Egipto e a Abissínia foram considerados, durante muito tempo, como fazendo parte da Ásia; o Oceano Índico foi concebido também durante muito tempo como um mar fechado, o «rio Oceano», e só em 1415 um mapa o apresentou pela primeira vez como mar aberto.

O Oceano Índico e as suas costas foram, pois, nas representações mentais dos Ocidentais da Idade Média, «um mundo prodigioso e exótico onde amontoaram os seus mitos religiosos, os seus sonhos de riqueza, o seu amor pelo fantástico e também os seus desejos, mais ou menos recalcados na Europa cristã, de uma mais livre vida sexual» (J. Le Goff). Na fronteira oriental do continente, cinco mil «ilhas afortunadas» — é este o número dado por Jean de Mandeville no princípio do século XIV — eram como que o colar de pérolas da Ásia. Colombo, ao navegar de ilha em ilha nas pequenas Antilhas, julgou ter encontrado as ilhas de que falava Mandeville.

Mas os países maravilhosos não estavam todos a leste. O Eldorado * — ou, mais exactamente, o *Rio d'Oro* (o «Rio de Ouro») — foi primeiramente localizado em África, pois foi o ouro do Sudão que originou esta lenda — de vida tenaz, já que os conquistadores do século XVI ainda procuraram na actual Venezuela esse país de abundância. Quanto à noção da Atlântida, continente atlântico desaparecido do qual, todavia, subsistiriam ainda alguns pedaços, sabe-se que vem de Platão. Mas sobrevivia ainda no

6. *NAUFRÁGIO PROVOCADO PELAS PEDRAS-ÍMAN QUE ESTÃO NO FUNDO DO MAR.* (*Gravura em madeira extraída de um* Hortus sanitatis *de 1491.*)

Renascimento, reavivada por lendas cristãs. Dizia-se que, no princípio da Idade Média, S. Brandão visitara mares fantásticos e ilhas encantadas a noroeste da Irlanda. Também se cria na viagem dos sete bispos que teriam partido da Espanha muçulmana, teriam navegado no Atlântico e encontrado uma ilha de felicidade onde fundaram sete cidades. Esta tradição persistia ainda no tempo de Henrique, o Navegador: um capitão relatou-lhe que tinha descoberto a ilha dos sete santos. Em meados do século XVI ainda uns aventureiros espanhóis procuravam na região do Mississípi um oculto paraíso baptizado de «sete cidades de Cibola». E a ilha de S. Brandão figura, a 5° a oeste das Canárias, num mapa de... 1755! Todas estas miragens serviram de contrapeso aos horrores espalhados entre os marinheiros por narrativas terríveis. Dizia-se que os navios se afundavam ao passar perto de certas «pedras de íman», pois os pregos do casco, atraídos pelo íman, saltavam do casco e este desconjuntava-se.

E o mar, cada vez mais quente à medida que se ia andando para o sul, entrava em ebulição no Equador.

★

O melhor conhecimento dos trabalhos e das concepções geográficas dos Gregos também favoreceu as grandes viagens marítimas do Renascimento. Movimento intelectual característico deste período: em muitos domínios, o regresso ao passado provocou um enorme salto para diante. Os Gregos, a partir da escola pitagórica, e depois com Aristóteles, tinham afirmado a esfericidade da Terra. Uma boa parte da Idade Média cria, pelo contrário, que a Terra era um disco, achatada. Esta concepção perdeu muito da sua autoridade depois de Alberto Magno (1200-1280) e de Roger Bacon (1214-1294). Eratóstenes (276-194 a. C.) dera uma medida notavelmente exacta do perímetro do Equador (39 690 km). Mas Ptolomeu (127-160) considerava uma circunferência muito mais pequena, com 28 350 km: erro fecundo que deu a Colombo coragem para empreender a grande viagem para oeste. Ptolomeu foi esquecido durante todo um período da Idade Média. Mais tarde, no século XIII, a sua *Cosmografia (Almagesto)*, traduzida do árabe, veio parar às mãos dos Ocidentais. E a sua *Geografia* foi, finalmente, encontrada no princípio do século XV graças aos pesquisadores humanistas; a sua tradução para latim, acontecimento considerável, situa-se entre 1406 e 1410. O bispo de Cambrai, Pierre d'Ailly * (1350-1420), que compusera uma *Imago mundi* antes do reaparecimento da *Geografia* ptolomaica, levou esta descoberta em linha de conta nos seus *Cosmographiæ tractatus duo.* Pierre d'Ailly estendia a Ásia ainda mais para leste que Ptolomeu e encurtava a extensão oceânica que separava a Espanha do Extremo Oriente. Cristóvão Colombo, que tinha na sua biblioteca um exemplar da *Imago mundi*, abundantemente anotado por si, não hesitou em reduzir a 5600 km a distância entre as Canárias e a China.

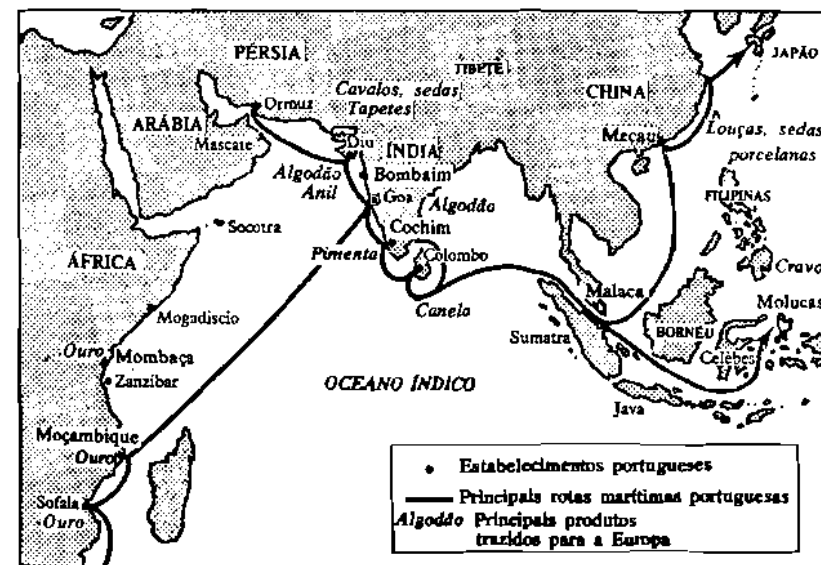
Não havia acordo entre os Gregos acerca do número e extensão das zonas habitadas. Para Aristóteles, existia apenas uma *oikouméné*, embora ela se estendesse para longe a leste e a sul do Mediterrâneo. Mas Crates de Mallos, e, mais tarde, Pomponius Mela e Macróbio, herdeiros da ciência helénica, garantiram que os antípodas eram habitados. Alberto Magno compartilhou esta opinião e afirmou, além disso — coisa que os Portugueses viriam a verificar —, que a própria zona equatorial, geralmente considerada inabitável por demasiado quente, também albergava seres humanos. Roger Bacon, que Pierre D'Ailly copiou frequentemente palavra por palavra, abundou no mesmo sentido e postulou ainda a existência de uma terra habitada, uma espécie de prolongamento da China, a bem pequena distância de Espanha. Há, pois, uma estreita relação entre a ciência ptolomaica, as especulações escolásticas e a descoberta da América.

Mas as grandes viagens marítimas só puderam realizar-se mediante o concurso de muitas outras causas e circunstâncias que vieram reforçar o estado de espírito criado pela atracção do longínquo, pela miragem das lendas e pelo recrudescimento do interesse pela geografia grega. Mais adiante voltaremos a falar de certos progressos técnicos que, todavia, é necessário mencionar desde já: a associação da agulha magnética com a carta de marear; o aperfeiçoamento do cálculo da latitude; a construção (cerca de 1420) da caravela, que podia navegar contra ventos contrários; a descoberta — especialmente pelos Portugueses — dos alíseos e dos ventos que permitem contornar a África: eis outros tantos prolegómenos das expedições de Colombo e do Gama. Ora tais progressos deram-se na altura em que a Europa sofria de uma crescente necessidade de ouro, prata, especiarias, perfumes e drogas. A guerra era cada vez mais dispendiosa por causa dos mercenários e da artilharia. E, por outro lado, a civilização ocidental era cada vez mais luxuosa. Sofria, porém, de uma carência crónica de metais preciosos, e daí o desejo de alcançar esses países fabulosos chamados Ofir, Eldorado e Catai. A necessidade de especiarias * explica-se facilmente. A alimentação dessa época era muito monótona. Para lhe dar alguma variedade, o cozinheiro só dispunha da arte dos molhos. As drogas e perfumes eram muito usados nas cerimónias religiosas, na farmacopeia, na luta de cada dia contra os maus cheiros e as epidemias. Portanto, a Europa pedia ao Oriente não só a pimenta mas também o cravo de girofle, a canela, a noz moscada, a cânfora, o incenso, etc., tudo produtos existentes, principalmente, na Índia, no Ceilão, nas ilhas da Sonda e nas Molucas. Havia muito tempo que chegavam ao Ocidente pelo Mar Vermelho e pelo Egipto (ou pela Síria). Em Alexandria e em Trípolis, barcos venezianos, e também de França, da Catalunha, da Ragusa e de Ancona carregavam as preciosas mercadorias. No fim do século XV, os Portugueses pensaram que seria mais vantajoso evitar tais intermediários e ir pessoalmente aos locais de produção. De resto, contornando a África, escapariam às ameaças turcas, que enxameavam nas vias comerciais do Próximo Oriente.

Mas a expansão europeia não teve unicamente motivos materiais. Os Portugueses procuravam derrotar o mundo muçulmano com o auxílio da Etiópia, já identificada como o reino do Preste João, da mesma maneira como S. Luís e Inocêncio IV procuraram a aliança e a conversão do Grande Cã. Não foi por acaso que Isabel deu a Colombo o título de almirante e o nomeou vice-rei das terras que descobrisse (17 de Abril de 1492) menos de quatro meses depois da conquista de Granada (2 de Janeiro). Os Espanhóis, de facto, tinham a impressão de poder continuar além-mar a *reconquista*, já concluída na Europa. Roma, por seu lado, acompanhou de muito perto os grandes empreendimentos ultramarinos dos Europeus. Em 1493 veio a público um extracto do diário da primeira viagem de Colombo. O papa, no mesmo ano, foi chamado a estabelecer um projecto de limite entre os novos impérios coloniais espanhol e portu-

guês. Foi a Leão X * que o italiano Pietro Martire, criador da expressão «Novo Mundo», dedicou as suas *Decades de orbe novo*, publicadas a partir de 1511, que são ainda hoje uma fonte fundamental para o conhecimento dos princípios da penetração europeia na América. O nome de S. Francisco Xavier * simboliza todo o interesse que a Igreja romana dedicou no século XVI às regiões longínquas recentemente dominadas pelos Europeus.

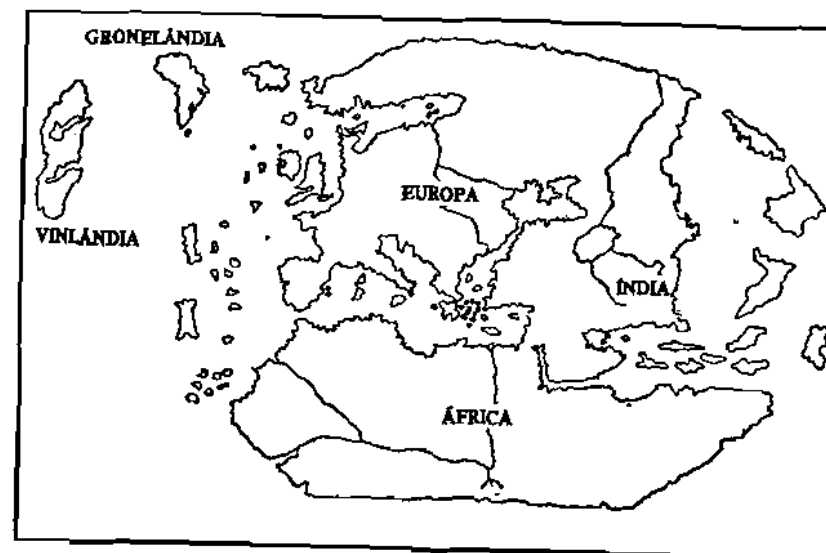
★

Uma vez dobrado por Bartolomeu Dias, em 1487, o Cabo da Boa Esperança, o caminho marítimo para a Índia e para o Extremo Oriente estava aberto aos Portugueses. A viagem dos quatro navios de Vasco da Gama a Calecut data de 1497-1498. Em Março de 1500 saiu de Lisboa para a Índia, sob o comando de Cabral *, uma frota, composta já de treze barcos; em 1501, o rei de Portugal, Manuel, o Venturoso, inaugurou a prática das viagens marítimas anuais ao Oriente. Os Portugueses descobriram Madagáscar em 1501, construíram o seu primeiro forte na Índia, em Cochim, em 1503, instalaram-se comercial e militarmente na costa oriental da África — em Sofala, Quíloa, Mombaça e Moçambique — entre 1505 e 1507. Ocuparam Goa em 1510, fazendo dela a capital do

7. OS PORTUGUESES NO OCEANO ÍNDICO NO SÉCULO XVI.
(Segundo J. Delumeau e J. Heers, op. cit.)

Estado da Índia, e, no ano seguinte, tomaram Malaca. Deste porto, por onde passavam os produtos chineses (lacas, porcelanas, sedas) e as especiarias antes de seguir para a Índia e para o Ocidente, lançaram-se desde 1511-1512 para as ilhas de Sonda e para as Molucas. Ternate foi, a partir de 1514, um centro activo de comércio português. Depois do século XIV Jorge Álvares foi o primeiro europeu a alcançar solo chinês em 1513. Só em 1557 conseguiram os Portugueses implantar-se em Macau, cidade onde Camões começou a compor os *Lusíadas*, mas já tinham sido mais bem sucedidos noutros sítios. De facto, instalaram-se em Ormuz em 1515 e, no ano seguinte, construíram uma praça-forte em Colombo (Ceilão). Exploraram o delta do Ganges cerca de 1516, entraram a partir de 1519 em relações comerciais com o reino de Pegu (Rangun), fundaram muitas feitorias, especialmente em Mailapur e Pulicat, na costa de Coromandel, entre 1517 e 1522. Durante alguns anos — entre 1524 e 1538, data da conquista turca —, Adém pagou tributo ao vice-rei português de Goa. O Japão, na outra ponta do continente, foi descoberto por acaso em 1542 por três mercadores portugueses que procuravam criar um comércio de contrabando com a China e cujo navio foi afastado do continente por uma violenta tempestade. O Cipangu * das lendas medievais desapareceu e deu o lugar ao país dos Samurais, que Francisco Xavier se esforçou por converter. Por alturas de 1560, todo o comércio «da Índia para a Índia», isto é, de um porto para outro do Oriente, se não era feito pelos Portugueses — pois, de facto, continuava a ser frequentemente realizado pelos Chineses para lá de Malaca e pelos Árabes para cá —, era, pelo menos, dominado por eles. Os Portugueses concentravam em Goa, onde a frota da Europa as vinha buscar, as porcelanas e as sedas da China, o cravo e a noz moscada das Molucas, a pimenta de Samatra e da costa malabar, a canela de Ceilão, os algodões da Índia, os tapetes da Pérsia e o ouro da costa oriental africana.

Na sua viagem de 1497-1498, Vasco da Gama, que se embrenhara no alto mar para sul-sudoeste a fim de evitar as calmarias do golfo da Guiné e as correntes que correm ao longo da costa ocidental da África, esteve três meses sem ver terra, realizando assim uma navegação de alto mar de 3800 milhas marítimas. Cristóvão Colombo *, na sua primeira viagem, esteve apenas cinco semanas no alto mar e só percorreu 2600 milhas entre as Canárias e as Bahamas. Mas é a este genovês, aluno de Portugueses — tinha estado muito tempo na Madeira —, que cabe o mérito, parcialmente involuntário, na verdade, de ter feito a mais sensacional descoberta geográfica de todos os tempos.

Não se sabia nada da América antes dele? O mapa recentemente publicado pela Universidade de Yale, que data mais ou menos de 1440, mostra a Gronelândia e uma ilha cuja costa oriental tem certas semelhanças com a costa canadiana. As lições dos Vikings, portanto, não teriam sido perdidas. Além disso, uma carta portuguesa de 1448 indica uma ilha a sudoeste de Cabo Verde com a enigmática inscrição *Isola*

otinticha xe longa a ponente 1500 mia: «ilha autêntica a 1500 milhas a oeste (de Cabo Verde)». Os Portugueses teriam tocado a costa americana a meio do século XV? Há também dúvidas sobre a viagem que, em 1473, teria feito, por ordem do rei de Portugal, um capitão açoriano, João Vaz Corte-Real, que teria identificado uma *Terra nova dos bacalhaos* que tanto poderia ser a Terra-Nova como o Labrador ou a Gronelândia.

8. O MUNDO SEGUNDO A CARTA DE YALE

Esta carta é a mais antiga actualmente conhecida com o contorno da costa americana. As navegações dos Vikings, da Noruega à Islândia e à Gronelândia, tê-los-iam levado até à costa oriental da América do Norte, que teriam tomado por uma ilha. Está especificado na carta que a Nova Inglaterra (Vinlanda Insula) teria recebido em 1117 ou 1121 a visita de Erico, legado do papa e bispo da Gronelândia.

Na realidade, os filhos deste Corte-Real dirigiram-se, em 1500-1502, a estas regiões. Mas, em 1502, Colombo andava já na sua quarta deambulação no Mar das Caraíbas. Quaisquer que sejam os conhecimentos existentes antes dele acerca da América, e embora o almirante de Isabel não tenha compreendido que descobrira um continente, a importância histórica de Colombo é excepcional. Graças a uma empresa cientificamente conduzida, patenteou a existência de terras desconhecidas a oeste e, com o seu exemplo, suscitou uma emulação que muito rapidamente terminaria na exploração e conquista do Novo Mundo pelos Europeus. A sua pri-

meira viagem, em 1492-1493, teve dois resultados: em primeiro lugar, a descoberta das Bahamas, de Cuba e de S. Domingos; depois, a descoberta, não menos importante, do caminho de regresso. Os três navios espanhóis tinham beneficiado, na ida, do auxílio do alíseo. Para voltar a Espanha, Colombo dirigiu-se ao norte e foi buscar às Bermudas os ventos que sopram para o lado europeu. «Estava traçada, para quatro séculos, a rota de regresso dos veleiros» (P. Chaunu). A segunda viagem de Colombo (1493-1496), feita com dezassete navios, revelou à Europa a existência da Dominica, de Guadalupe, de Porto Rico e da Jamaica. Na terceira (1498-1500), o almirante de Isabel tocou na ilha de Trinidad e, a seguir, na Venezuela. Explorou a foz do Orenoco, rio de um caudal tal, que o levou a situar-lhe a nascente no paraíso terrestre. A quarta viagem, feita numa ocasião em que Colombo estava já meio caído em desgraça, entre 1502 e 1504, foi a mais difícil de todas, mas o seu interesse geográfico é grande. Foi descoberta a Martinica e, especialmente, foi costeado todo o litoral da América Central, das Honduras até ao futuro local de Nombre de Dios. Colombo teve imitadores desde muito cedo — imitadores e concorrentes, muitos dos quais, como Alonso de Ojeda, Juan de la Cosa, Vicente Yañez Pinzon, etc., tinham sido seus companheiros. Exploraram entre 1499 e 1504 o litoral americano, de Surinam ao golfo de Darien. Além disso, a costa brasileira foi alcançada, quase ao mesmo tempo, por Vespucci (1499), Pinzon (Fevereiro de 1500) e Cabral (Abril de 1500). Sabe-se que Cabral se dirigia para a Índia com uma esquadra portuguesa. Parece que foi por acaso, por ter tomado uma rota demasiado a ocidente, que ele chegou ao Brasil. Seja como for, tomou conta dessa terra em nome do rei de Portugal e deu conhecimento disso à Europa. As descobertas e a personalidade do florentino Amerigo Vespucci * são controversas. Parece, porém, que, no decurso de uma viagem feita em 1501-1502 por conta de Portugal, navegou ao largo da costa brasileira até além da baía do Rio de Janeiro, tendo compreendido que as terras americanas formavam um continente e não um rosário de ilhas ao largo da Ásia.

Apesar do ouro das Antilhas, a América, a princípio, mostrou-se decepcionante e mais parecia um obstáculo colocado entre a Europa e a China, verdadeira meta dos navegadores europeus. Quando Balboa * atravessou o istmo do Panamá em 1513 e descobriu o «Mar do Sul», foi preciso reconhecer a evidência: para lá do novo continente havia um oceano. Houve então uma obstinada procura da rota marítima que, rodeando ou atravessando as terras recentemente descobertas, desse acesso à Ásia. Daí a missão confiada pela Espanha em 1515 a Juan de Solis, que no ano seguinte se aventurou pelo estuário do rio da Prata julgando ter encontrado uma passagem para a China. Quatro anos depois, Magalhães entrou também no estuário, sempre na intenção de encontrar caminho marítimo para oeste. Mas foi, por fim, muito mais a sul que o descobriu, atravessando em trinta e oito dias o estreito que

tem o seu nome. A Magalhães *, português passado para o serviço da Espanha (facto que Camões * lhe censura nos *Lusíadas*), servido por um estado-maior essencialmente português, cabe o mérito de ter realizado em circunstâncias heróicas um dos maiores feitos do Renascimento. No Pacífico, os marinheiros comeram o couro dos apestos náuticos; os ratos eram vendidos a trinta ducados cada um. Os biscoitos «já não eram pão, mas uma mistura de poeira, vermes e urina de rato, com um cheiro repugnante». Só um dos cinco navios da expedição voltou à Europa depois de uma viagem de mil e oitenta e três dias (20 de Setembro de 1519-8 de Setembro de 1522). Dos duzentos e oitenta homens que tinham partido apenas regressaram trinta e cinco. O próprio Magalhães fora morto por indígenas nas Filipinas. A segunda viagem de circum-navegação, de Francis Drake * (1577-1580), foi quase tão difícil como essa: demorou dois anos e dez meses e só um dos cinco barcos que tinham saído de Plymouth voltou a Inglaterra. Drake passara pelo estreito de Magalhães, mas o holandês Jacob Lemaire, que fez a terceira viagem à volta do mundo em 1615-1616, passou mais a sul, descobrindo o estreito que tem o seu nome e o Cabo Horn.

A miragem do Extremo Oriente teve vida pertinaz. Já o México estava conquistado pelos Espanhóis quando Sebastian Cabot foi encarregado por Carlos V, em 1526, de ir «às Molucas, a Tarsis, Ofir, Cipangu e Catai» e trazer «ouro, prata, pedras preciosas, pérolas, especiarias, seda, brocados e outras coisas preciosas». Na realidade, Sebastian Cabot contentou-se com explorar a Argentina e o Paraguai dos nossos dias; aí ouviu falar de um império fabuloso, o império dos Incas, onde os Europeus ainda não haviam entrado. Alguns indígenas trouxeram-lhe objectos de prata vindos do Peru. Foi por isso que ele chamou Rio da Prata ao largo estuário descoberto por Solis. Para os Espanhóis, as riquezas reais do Peru iriam substituir, em breve, as riquezas mais ou menos imaginárias da China. Mas os outros Europeus, invejando os êxitos de Espanhóis e Portugueses, procuraram a noroeste uma passagem para o Extremo Oriente que não fosse dominada pelos Ibéricos. Assim se explicam as tentativas inglesas e francesas na América do Norte.

As dos Ingleses são do fim do século XV. Em 1497, o pai de Sebastian Cabot, John, de seu nome verdadeiro Giovanni Cabotto — um marinheiro genovês passado para o serviço de Inglaterra —, recebeu de Henrique VII uma carta de «descoberta». Durante uma viagem de três meses, parece ter navegado ao longo da costa sul da Terra Nova; é provável que tenha desembarcado na ilha do Cabo Bretão. Voltou na convicção de ter estado na parte nordeste da Ásia. Voltou, por isso, em 1498, com a intenção de alcançar os centros da civilização asiática. Evidentemente que o não conseguiu; mas deve ter acompanhado a costa norte-americana até ao Cabo Delaware ou mesmo até ao Cabo Hatteras. Esta hipótese é sugerida pelo exame da carta de Juan de la Cosa (1500), que tem a inscrição «mar descoberto pelos Ingleses» junto ao litoral da América do

Norte. O filho de John, Sebastian, que parece ter compreendido bastante cedo a verdadeira natureza do novo continente, esforçou-se por alcançar a Ásia costeando a América pelo Norte. Partiu de Inglaterra em 1509 para uma viagem singularmente ousada que o levou ao paralelo 67° norte e talvez mesmo à entrada da baía de Hudson. Foi obrigado a retroceder pelos gelos e por uma amotinação a bordo. É possível que tenha então seguido junto à costa americana, em direcção ao sul, procurando em vão uma passagem para a Ásia: este fracasso afectou profundamente a comunidade marítima de Bristol, que estava na origem destas tentativas.

A viagem iniciada em 1524 por Verrazzano — sábio e humanista florentino, aparentado com os Rucellai, que navegou por conta de Francisco I e foi auxiliado financeiramente pelos mercadores italianos de Lyon — também tinha por objectivo alcançar «o Catai e o extremo oriental da Ásia». Na realidade, Verrazzano, a quem se deve a descoberta do estuário do Hudson, apenas pôde realizar a ligação entre a Florida espanhola e as regiões descobertas pelos Portugueses na região da Terra Nova.

Também Jacques Cartier * foi encarregado de encontrar a rota do noroeste para a China e de «descobrir certas ilhas e países onde se diz que deve haver grande quantidade de ouro e de outras coisas ricas». As suas três viagens, de 1534, 1535-1536 e 1541-1543, tiveram resultado de certo modo negativo. Provaram, indiscutivelmente, a insularidade da Terra Nova e permitiram a descoberta do rio de S. Lourenço, que foi percorrido até acima de Montreal; mas, ao mesmo tempo, convenceram os Franceses de esse rio não dar passagem para a China. Por isso os reis de França se desinteressaram do Canadá durante o resto do século XVI.

Os Ingleses obstinaram-se mais que os outros Europeus na descoberta do caminho para o Extremo Oriente pelo noroeste. Em 1566, Humphrey Gilbert, meio-irmão de Sir Walter Raleigh, escreveu um *Discurso sobre a Descoberta de uma Nova Passagem para o Catai* que foi muito lido nos meios marítimos. Onze anos depois era fundada em Inglaterra uma «Companhia de Catai». A rainha estava entre os subscritores de acções. O ano de 1612 viu também nascer uma «Companhia dos mercadores londrinos descobridores da passagem de noroeste». Mas as muitas tentativas de Frobisher, Davis, Hudson, Bylot e Baffin, entre 1576 e 1616, não permitiram encontrar a norte do Labrador o local onde se esperava que as águas corressem, enfim, para sudoeste. Em contrapartida, melhorou o conhecimento das regiões setentrionais. Davis *, em 1587, costeou a Gronelândia até ao paralelo 72° norte. Hudson percorreu, em 1610-1611, a baía que tem o seu nome. Em 1615, Bylot e Baffin chegaram à saída noroeste desta baía. No ano seguinte, bordejaram a costa ocidental da Gronelândia até ao paralelo 78° norte e regressaram sem saber que tinham encontrado uma passagem do Mar de Baffin para o Oceano Glacial Árctico — passagem que só dois séculos depois viria a ser navegada.

Não haveria, então, uma passagem para a China por nordeste? O século XVI procurou-a e o cosmógrafo Plancius, discípulo de Mercator, afirmou a sua existência em 1584. Trinta anos antes, o inglês Chancellor dobrara o Cabo Norte, entrara no Mar Branco e desembarcara na foz do Dvinà. As relações comerciais anglo-russas levaram à fundação de Arkhangelsk em 1584. Doze anos depois, foi a grande tentativa do holandês Barents na direcção nordeste. Barents chegou ao Spitzberg e depois à Novaia Zemliá, que a expedição costeou ao longo de setecentos quilómetros. Mas não foi possível passar além da ponta norte dessa ilha: o mar começou a gelar a partir de 15 de Agosto. A hibernação (1596-1597) a 76° norte foi muito dura. Barents morreu na viagem de regresso. Decididamente, os melhores caminhos para a China eram os do sul. Mas os Espanhóis tinham melhor que a China.

★

Entre 1496, data da fundação da cidade de S. Domingos, e 1519, ano da fundação do Panamá e do desembarque de Cortez no México, existiu na América um primeiro império espanhol. Esse império ocupava uma extensão territorial de cerca de 300 000 km² e incluía as Antilhas, o istmo do Panamá, o princípio da costa sul-americana até à foz do rio Madalena e a Florida, descoberta em 1513 por Ponce de León. Num período de trinta anos, este império alargou-se desmesuradamente ao continente. Os seus elementos essenciais foram, nos séculos XVI e XVII, o México (Nova Espanha), o Peru e a Nova Granada. Quatrocentos peões, dezasseis cavaleiros e seis bombardas destroçaram o império azteca *, que, na realidade, não conhecia cavalos nem armas de fogo. Os Mexicanos viram em Cortez um deus vingador, cujo regresso estava anunciado na sua mitologia pessimista. Além disso, o conquistador foi eficazmente auxiliado pelos Tlaxcalanos, que suportavam mal o domínio azteca — que, de resto, era de recente data. Tenochtitlan — o México — foi ocupado, primeiramente, sem efusão de sangue, em Novembro de 1519. Mas, no ano seguinte, a cidade revoltou-se e os Espanhóis tiveram de retirar na sinistra *Noche Triste* (30 de Junho de 1520). Foi precisa uma verdadeira vitória naval — a cidade estava construída no meio de um lago — e combates de ruas para a reconquista da capital azteca (13 de Agosto de 1521). Esta cidade exercia influência sobre uns 300 000 km², mas os Espanhóis bem depressa se atreveram a ir mais para lá. Em 1523-1524 ocuparam o Yucatan, a Guatemala e as Honduras. O golfo da Califórnia foi explorado a partir de 1533; o Grande Canyon do Colorado foi descoberto em 1540 e a baía de S. Francisco em 1542. Dizia-se que, a norte do México, havia um país fabuloso — o país das sete cidades de Cibola. Quatrocentos espanhóis partiram da Florida em 1528 para tentar alcançá-lo; ao fim de sete anos de viagem, apenas quatro sobreviventes chegaram, pelo Texas e pelo Rio Grande, à Nova Espanha. A miragem das

regiões auríferas explica também a expedição de De Soto, iniciada em 1539 com seiscentos homens. Partindo da Florida, atravessaram o Mississippi a sul da actual cidade de Memphis, atravessaram os montes Ozark e chegaram à confluência do Arkansas com o Canadian River. Só treze homens voltaram a Tampico. De Soto morrera no regresso. Durante o século XVI, os Espanhóis percorreram as regiões situadas a norte do actual México — do Atlântico até à Califórnia. Em 1602 foi fundada em Santa Fé uma instalação permanente. Mas, nessa data, a parte mais interessante da América era, para a Espanha, o Peru.

Em 1528, Carlos V recebeu em Toledo um homem da pequena nobreza estremenha, Pizarro *, que tinha já combatido na América e se

9. *A SITUAÇÃO DO MÉXICO (Segundo J. Delumeau e J. Heers, op. cit.)*

comprometia a realizar novas conquistas além-mar. No ano seguinte, o imperador nomeou-o governador vitalício do Peru. Em troca, Pizarro, segundo escreve Gomara, «prometeu grandes riquezas e grandes reinos: muito mais do que ele conhecia e muito menos do que havia realmente». Pizarro saiu de Sevilha a 19 de Janeiro de 1530 com cento e oitenta homens e vinte e sete cavalos. Tinha trezentos soldados quando enfrentou, a 16 de Novembro de 1532, os trinta ou quarenta mil índios de Atahualpa na planície de Cajamarca. O império inca * desmantelou-se nesse dia. O seu desaparecimento, porém, foi facilitado por uma guerra civil que já durava havia sete anos. O resgate de Atahualpa foi de 971 125 pesos de ouro e 40 860 marcos de prata. Meses depois, foi baptizado e estrangulado. Cuzco, capital do império inca, foi ocupada a 17 de Novembro de 1533. Os soldados pilharam o jardim e o templo do Sol.

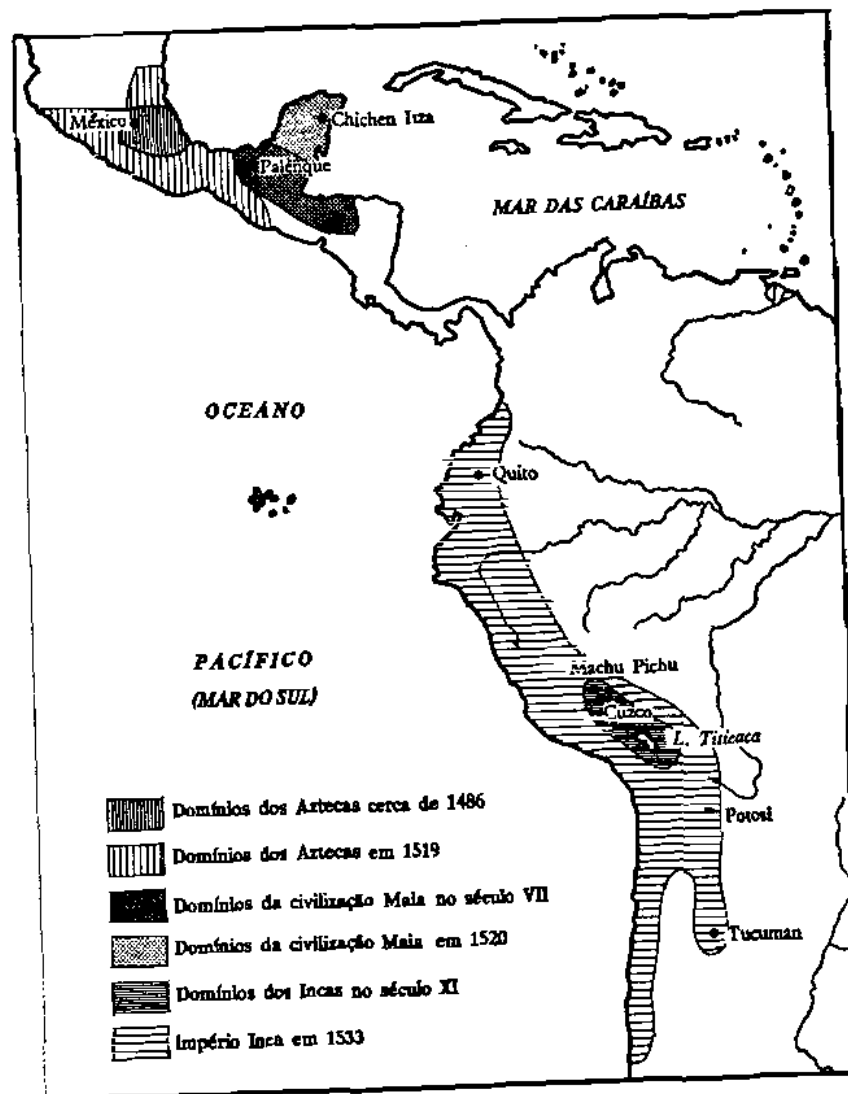
No fim da campanha, cada soldado recebeu o equivalente a dezoito quilos de ouro. Em 1535, Pizarro fundou a capital do novo Peru, Lima.

Os Espanhóis franquearam rapidamente os limites do império inca, como já tinham franqueado as fronteiras do mundo azteca. A partir de 1535, Almagro e os seus homens desceram para o Chile, que alcançaram à custa de inauditas dificuldades. Mil e quinhentos índios que acompanhavam a expedição morreram. Apesar da duradoura hostilidade dos Araucanos, o Chile foi conquistado pelos Espanhóis a partir de 1540 graças a Valdivia, que fundou Valparaíso e Santiago. Em 1553, um navio espanhol navegou ao longo da costa do Chile e entrou, pelo lado do Pacífico, no estreito de Magalhães. Assim, em menos de trinta anos, toda a costa ocidental da América do Sul tinha sido explorada pelos súbditos do Rei Católico.

Os Espanhóis estenderam o seu domínio à Nova Granada (Colômbia e Venezuela actuais) quase ao mesmo tempo que se apoderaram do Peru. As primeiras tentativas de colonização na região de Darien (1509) tinham sido pouco encorajadoras. Mas em 1524 criou-se uma instalação em Santa Marta e, em 1532, foi fundado o porto de Cartagena. Depois disto, podia-se avançar para o interior: e foi isso que conseguiu, entre 1536 e 1539, a expedição dirigida por um jurista jovem e enérgico, Quesada. Tinha contra si um clima de estufa, a selva e as doenças tropicais, um relevo acidentado, a inexistência de caminhos, uma multidão de insectos. Mas, acompanhando de perto a margem direita do rio Madalena, conseguiu ultrapassar a zona da floresta e alcançar planícies altas e cultivadas. Fundou a cidade de Santa Fé de Bogotá numa savana onde tinha achado ouro e muitas esmeraldas. Nessa planície de Bogotá, Quesada encontrou em 1539 um aventureiro alemão, Federmann, vindo da Venezuela, e um espanhol, Belalcazar, que vinha do Peru. Assim se fazia a ligação entre os dois domínios conquistados para a Espanha por Pizarro e Quesada.

Ainda em 1539, outro espanhol atravessou os Andes a leste de Cajamarca e chegou à nascente do Amazonas. Os Europeus procuravam na região situada entre os rios Madalena e Amazonas um novo Eldorado, deformação e transposição americana do mito africano. Já se não ia em busca de um rio de ouro, mas do reino do homem dourado, *el Dorado*. Efectivamente, antes de 1480, um rei da região de Bogotá, durante determinadas festividades, untava-se com óleo de terebentina e rebolava-se em pó de ouro, mergulhando por fim num lago para onde anteriormente tinham sido atiradas esmeraldas e objectos preciosos. Aquilo que os aventureiros alemães enviados pelos Welser e pelos Habsburgos nos anos de 1530, e depois os Espanhóis, entre 1530 e 1595, e finalmente os Ingleses, nos últimos anos do século XVI e no início do século XVII, se tinham esforçado por encontrar na vasta região que vai da actual Colômbia ao norte do Brasil era a inatingível capital do homem dourado. À medida que prosseguiam as buscas, essa capital ia sendo localizada mais para leste. Seja

como for, a procura desse lendário país de abundância permitiu aos Europeus aperfeiçoar os seus conhecimentos do continente sul-americano.

Em 1539-1541, uma expedição conduzida por Gonzalo Pizarro, meio-irmão do fundador de Lima, partiu de Quito e, depois de incríveis difi-

10. OS IMPÉRIOS PRÉ-COLOMBIANOS
(Segundo J. Delumeau e J. Heers, ibid.)

culdades, chegou ao Coca, cujas águas correm para o Amazonas. Outra aventura ainda mais espantosa: um lugar-tenente de Gonzalo Pizarro, Orellana, conseguiu, com mais cinquenta homens, em 1541, numa viagem que durou oito meses, descer o Amazonas de barco até à foz. A expedição

11. A AMÉRICA DO SUL NA ÉPOCA DA PENETRAÇÃO IBÉRICA
(Segundo B. Penrose, Travel and Discovery in the Renaissance.)

teve de enfrentar indígenas, entre os quais havia mulheres combatentes, e por isso Orellana deu o nome de rio das Amazonas ao imenso curso de água que explorou. Outros espanhóis — sempre em busca do Eldorado — descobriram, cerca de 1560, o canal Cassaquiari, que liga o sistema fluvial do Orenoco ao do Amazonas, e, na década de 1590, subiram o Caroni. Foi por ter lido escritos que situavam o Eldorado nessa região da América que Sir Walter Raleigh enviou uma missão à Guiana em 1594 e foi, em pessoa, duas vezes, às margens do Orenoco e do Caroni. Cada viagem, cada fracasso. Raleigh * foi executado no regresso da segunda expedição, em 1618.

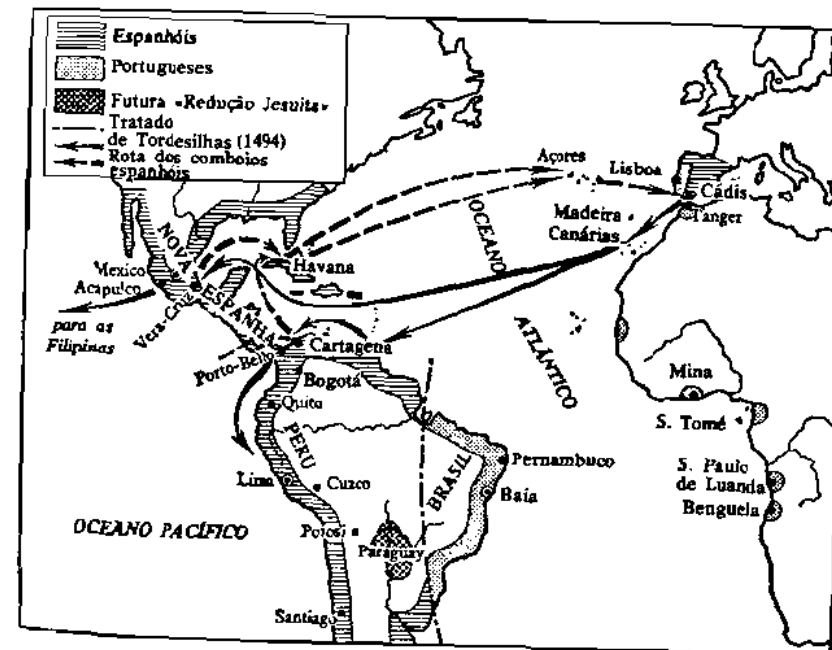
Apesar de não ter conservado firmemente em seu poder todas as regiões que tinham descoberto, os Espanhóis tenderam a formar na América um conjunto de territórios relativamente homogéneo. Durante a missão de 1526-1529, Sebastian Cabot alcançou o local oude hoje se encontra Asunción. A ligação entre Asunción e Cuzco ficou assegurada desde 1547. Nos anos seguintes, colonos vindos do Chile fundaram, a leste dos Andes, Tucuman e Mendoza. Estava a nascer a Argentina. A fundação de Buenos Aires, criada em 1535 mas logo depois abandonada, foi definitiva a partir de 1580, com uns sessenta espanhóis vindos de Asunción e algumas centenas de Índios Guaranis. Mas só no fim do século XVIII (1776) surgiu o vice-reino da Prata. Até então, aquela vasta zona, ainda pouco povoada, dependia do Peru, que na segunda metade do século XVI, graças à descoberta das minas de prata de Potosí, passou a ser o mais interessante território americano da Espanha. A cidade de Potosí propriamente dita teria, em 1580, uns 120 000 habitantes.

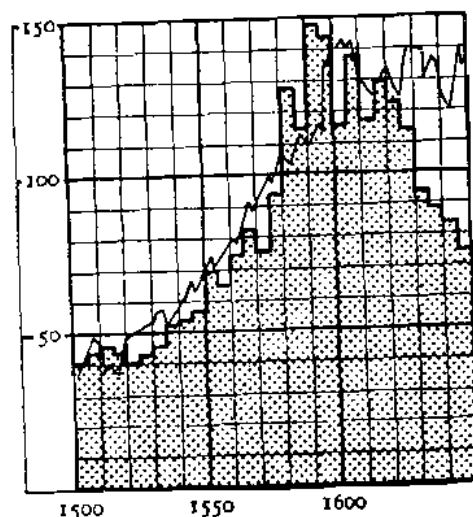
Núcleo dinâmico da dominação espanhola na América do Sul, o Peru viria, durante o século XVI, a estender a sua influência em todas as direcções: para o Chile, para a Nova Granada, para o Prata e também para o mar. Se a expedição de Legaspi e Urdaneta, que colonizou as Filipinas em 1565, partira de Acapulco — o «galeão de Manila» tomou então o hábito de regressar ao México por uma rota muito mais setentrional que a da ida —, foi, em contrapartida, de Callao que saíram as esquadras que tentaram descobrir a grande terra austral de que os Incas tinham falado aos vencedores. Mas Mendaña, em 1567 e 1595, e Quirós, em 1605, nada conseguiram com essas buscas. Apenas tocaram ilhas sem interesse económico — especialmente no arquipélago de Salomão.

No fim do século XVI, quando a América espanhola já contava entre 115 000 e 120 000 brancos, o Brasil, português, só tinha 24 000 que tinham ao seu serviço 18 000 índios e 14 000 negros. Princípio modesto. Ali não tinha havido nem império inca, nem conquistadores, nem lendas do Eldorado. Inicialmente, esse mundo imenso e mal conhecido não oferecia senão a madeira cor de fogo a que o país deve o seu actual nome. Mas, pouco a pouco, o Brasil colonial foi-se formando — apesar do fracasso da «França antárctica» que, a instâncias de Coligny, Villegaignon

procurou fazer viver na baía do Rio entre 1555 e 1567. A colonização portuguesa começou na terceira década do séc. XVI. Foram criadas capitanias hereditárias ao longo de toda a costa. Em 1549, Tomé de Sousa, nomeado governador-geral de toda a colónia, instalou-se na Baía. Para o fim do século, a produção de açúcar, que enraizava a presença portuguesa na América do Sul, garantia a boa sorte do Brasil colonial. Havia ali 60 engenhos de açúcar em 1570 e 230 em 1610, principalmente nos arredores da Baía e de Pernambuco. A produção de açúcar, que era de 180 000 arrobas cerca de 1560, atingiu 1 200 000 arrobas em 1600. Ainda se não suspeitava sequer de que o Brasil seria, no século XVIII, uma das fontes de ouro da Europa. Até então, o Peru e o México forneceram ao velho mundo, nos séculos XVI e XVII, a maior parte dos metais preciosos * de que ele teve necessidade.

★

Durante muito tempo, foi clássico ligar-se a prosperidade do «belo século XVI» ao afluxo de ouro e prata da América — mais ainda da prata que do ouro. E. Hamilton calculou que, entre 1503 e 1600 — e sem contar com as fraudes, impossíveis de contabilizar —, chegaram a Sevilha,

12. *ESPANHOIS E PORTUGUESES NA BACIA ATLANTICA CERCA DE 1580.* (*Segundo J. Delumeau e J. Heers, op. cit.*)

provenientes do Novo Mundo, 7440 toneladas de prata e 154 toneladas de ouro. Foi, porém, principalmente, depois da descoberta das minas de prata de Potosi (1545) e da utilização na América (a partir de 1557) do processo do amálgama * para tratamento do minério argentífero que o Peru e o México passaram a fornecer plenamente a Europa com as suas riquezas. Só no decénio 1591-1600 chegaram a Espanha, provenientes da América, mais de 2707 toneladas de prata e mais de 19 toneladas de ouro. Bem depressa os metais preciosos começaram a sair dos cofres espanhóis para alcançar outros países europeus. Em 1530 chegavam já a Antuérpia *, capital económica do Ocidente. De acordo com o relatório de um embaixador veneziano, estava a preparar-se nos Países Baixos, na Primavera de 1551, a cunhagem de 800 000 ducados do Peru. Outro veneziano garantia em 1556 que todos os anos passavam 5 milhões e meio de escudos de ouro de Espanha para França apesar da hostilidade que persistia entre os dois países. A Itália, muito ligada, política e economicamente, à Espanha, virava-se para os metais preciosos americanos ainda mais que os Países Baixos e que a França. No fim de 1594 e no início de 1595, a chegada a Sevilha * da esquadra de Havana sofreu um atraso anormal. Em Março de 1595, o embaixador do duque de Urbino

13. CHEGADA DOS METAIS PRECIOSOS A SEVILHA E ALTA DE PREÇOS EM ESPANHA (1500-1650)
(*Segundo J. Hamilton*, Les Trésors d'Amérique et les mouvements des prix en Espagne)

em Roma escrevia ao seu senhor: «Se a esquadra não aparecer, a praça de Génova está *fallitissima*». Sevilha era o pulmão da Europa. Mas o ouro e a prata, no século de Cellini, não eram transformados apenas em moeda *. Um francês escrevia em 1620 que esses metais estavam também «em grandíssimas quantidades nos templos, sob forma de vasos

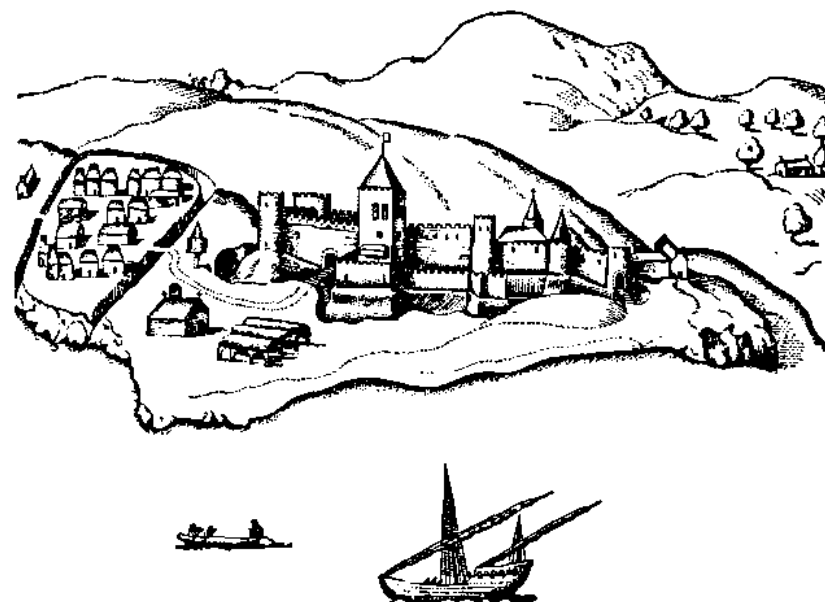
sagrados ou cálices, candelabros, cruzes, bastões, crucifixos, lâmpadas e, principalmente, cofres e relicários». O que era verdade em França era-o, *a fortiori*, em Roma, onde o primeiro ouro chegado da América serviu para revestir o tecto de Santa Maria Maior. Em 1622, Roma contava 97 ourives e artesãos da prata, 40 douradores, 38 medalhistas, 17 batedores de ouro: números eloquentes por si sós.

A subida geral de preços do século XVI continua a apaixonar os historiadores; constitui um dos indicadores por meio dos quais eles procuram adivinhar e quantificar a expansão económica da Europa na «idade de ouro» do Renascimento. Em Espanha, foi de 240 % num século (1501/1510-1600/1610); e, entre estas mesmas datas, parece que, em toda a Europa, ultrapassou sempre os 200 %, alcançando até os 300 % se se tiver em conta que os artigos industriais aumentaram muito menos que os produtos alimentares. Afirma-se que a grande alta começou na Andaluzia a partir dos finais do século XV e se propagou depois, mais ou menos rapidamente, aos outros países da Europa, conforme a importância das suas relações com a Espanha: e daí a sedutora hipótese de a sua causa estar no afluxo de ouro e prata da América. Pois não é esta a explicação dada já em 1568 por Jean Bodin *? Na verdade, a alta dos preços culminou em Espanha, em Itália, em França, nos Países Baixos, no fim do século XVI e no primeiro decénio do século XVII, no momento em que chegavam à Europa as maiores quantidades de metais preciosos peruanos ou mexicanos. Assim, é tentador relacionar, por um lado, os tesouros da América e, por outro, o desenvolvimento do crédito, o aumento geral dos negócios, o empolamento dos orçamentos militares, o recrudescimento do luxo e o esplendoroso florescimento artístico que caracterizam o século XVI. Inversamente, o século XVII, menos alimentado que o anterior pelas minas americanas, cuja produção baixara, teria sido, no plano económico, um período de recessão; ao passo que o século XVIII — principalmente depois de 1730 —, alimentado pelo ouro do Brasil e pelo recrudescimento da produção de prata do México, teria sido, novamente, um século feliz, cuja euforia reencontrada se reflectiria na nova subida de preços que sucedeu à baixa verificada no tempo de Colbert. Esquema clássico que contém, sem dúvida, uma parte de verdade mas que convém matizar, corrigir, completar — atendendo embora a que a prosperidade mineira do século XVI se opôs ao marasmo da época anterior.

No século XIII tinha-se visto na Europa Ocidental e Central um verdadeiro renascimento monetário, testemunhado pelo reatamento da cunhagem de ouro (genovês e florim de 1252, escudo de S. Luís, ducado veneziano de 1284) e mais ainda, talvez, pela entrada em circulação dos grossos de prata, primeiro em Veneza, logo depois em Florença, em França, na Flandres, na Inglaterra e na Boémia. O século XIV e a maior parte do século XV caracterizaram-se, pelo contrário, por uma verdadeira quebra da produção europeia de prata. As minas do Derby-

shire e do Devonshire, de Poitou e da Sardenha, em verdade bem pouco importantes, esgotaram-se. Ainda mais grave foi o declínio das explorações da Europa Central: as da Hungria, que estavam em actividade desde o século VIII e *tinham atingido* o pleno desenvolvimento nos séculos XII e XIII, de Goslar, na Saxónia, que eram desde o século X as principais fontes europeias de prata e cobre, de Freiberg, perto de Erzgebirge, abertas no século XII e que tiveram o seu apogeu por volta de 1310. Também estavam em depressão, em meados do século XIV, as minas de Meissen (perto de Dresden), do Tirol, da Caríntia, da Transilvânia, da Boémia e da Morávia.

A necessidade de metais monetários foi, dissemo-lo, uma das causas das viagens de descoberta. Essa necessidade explica, designadamente, a obstinação com que os Portugueses se aventuraram ao longo da costa africana em busca do ouro do Sudão. Pelo menos desde o século X, o ouro em pó do Sudão «subia» em caravanas transarianas até à África do Norte, de onde uma parte passava depois à Europa. Instalando-se no litoral ocidental da África e fundando em 1481 a feitoria-fortaleza da Mina, no golfo da Guiné, os Portugueses desviaram para o mar, e em seu proveito, esse tráfico multissecular. A África do Norte ficou mais pobre e Portugal mais rico: entre 1504 e 1507 chegavam anualmente a Lisboa, em média, 433 kg de ouro; e, entre 1517 e 1519, 444 kg. Mas, em vez de animar, como outrora, o comércio mediterrânico, esse ouro foi utilizado para pagar no Extremo Oriente a pimenta, as especiarias e as pérolas. O domínio lusitano do ouro africano não veio, pois, aliviar verdadeiramente a economia ocidental, que, a partir de cerca de 1460, beneficiou com felicidade de um novo arranque das minas de prata da Europa Central.

Esta renovação devia-se a progressos técnicos de que trataremos mais adiante. Foi, porém, espectacular, tendo alcançado, provavelmente, o apogeu no decénio 1526-1535. Segundo os cálculos de J. U. Nef, perto de 85 toneladas de prata teriam então sido produzidas na Europa em cada ano: número este que é comparável com os do século XIX! Por volta de 1550 haveria na Europa doze vezes mais metais monetários que em 1492. Ora o contributo da América, depois da descoberta, nos meados do século XVI, ascendia — sempre sem contar com as fraudes — a umas 59 toneladas de ouro e 264 toneladas de prata. O regresso da prosperidade à Europa na época de Dürer (1471-1528), de Rafael (1283-1520), de Lutero (1483-1546) e de Zwingli (1484-1531) foi, portanto, menos apoiado pelos tesouros da América que pela prata da Europa Central. Algumas explorações mineiras — por exemplo, as de Schneeberg, na Saxónia — atingiram o apogeu nos anos 80 do século XV. Outras, especialmente as de Freiberg, só o atingiram a meio do século XVI. Mas a maioria teve entre os anos de 1515 e 1540 o seu ponto de mais alta actividade.

14. FORTALEZA DE S. JORGE DA MINA, FUNDADA EM 1481 NA COSTA DO OURO.
(Segundo B. Penrose, op. cit.)

A fortuna da Alemanha do Sul a partir do último quartel do século XV e durante a primeira metade do século XVI, a promoção dos homens de negócios bávaros e francónios, a irradiação artística e humanista de Nuremberga *, Augsburgo e Innsbruck na época do Renascimento explicam-se, nomeadamente, pelo facto de que as cidades da Baviera e dos Alpes alemães se encontravam no centro de uma vasta zona produtora de prata (Harz, Tirol, Boémia). Situadas, além disso, nos melhores eixos norte-sul da Europa, estavam em condições de vender em Antuérpia ou em Veneza, juntamente com os fustões fabricados em quantidade na região do lago de Constança, a prata, o cobre e o ferro extraídos das minas da Europa Central. Os maiores negociantes alemães do século XVI começaram a enriquecer com as minas. Testemunha-o Jakob Fugger *, «o rico», que em 1487 obteve, contra um empréstimo, a parte que cabia ao arquiduque Segismundo de Habsburgo na produção das suas minas de prata do Tirol: o início de uma imensa fortuna.

«Apesar da actividade mineira da Europa — escrevia H. Hauser —, o período que antecede as guerras de Itália é um período de moeda rara». Efectivamente, o banco Médicis, ainda antes da vinda de Carlos VIII a Itália, estava em pleno marasmo; e Florença, que tivera setenta e

dois *banchi grossi* em 1422, só tinha meia dúzia deles em 1494. Em boa verdade, a Europa do Renascimento, apesar da renovação económica — ou por causa dela —, parece ter vivido constantemente acima dos seus recursos: daí a crise brutal dos anos 1557-1560, quando os Habsburgos de Espanha, enfrentando um *deficit* de uns 15 milhões de ducados, se viram empurrados para a bancarrota — e esta foi fatal para os Fugger. Por seu lado, Henrique II, vencido em Saint-Quentin em 1557, deixou, ao morrer, dois anos depois, uma dívida de mais de 40 milhões de *libras* de Tours. Era tempo de a prata americana, que chegava já a Espanha em quantidades maciças, tomar o lugar da prata da Europa Central, agora em declínio. Mas, na época de Lepanto (1571), da Invencível Armada (1588) e das guerras religiosas em França e na Flandres, enquanto quantias enormes iam para a construção do Escorial * e para o aformoseamento de Roma, o Renascimento dos últimos dias, mais belicoso que nunca e, mais que nunca, apaixonado pelo luxo e pela decoração, continuava a gastar sem conta. A monarquia espanhola voltou a entrar em bancarrota em 1575, 1596, 1607, 1627 e 1647. Os bancos do Ocidente, portanto — e mesmo quando, na segunda metade do século XVI, a conjuntura se mostrou extremamente favorável —, viveram numa atmosfera rarefeita, sob perpétua ameaça de asfixia, quer dizer: de falência. F. Braudel escreve com muita justeza que a economia do século XVI, «tão favorecida quando pensamos nas riquezas do Novo Mundo», estava, apesar disso, «senão sempre, pelo menos muitas vezes com falta de numerário». Evocando o caso particularmente típico de Sevilha, F. Braudel acrescenta: «Desde que falta o dinheiro, depois da partida das esquadras, (os bancos da cidade) estão em falência virtual, incapazes de pagar as dívidas e, naturalmente, de encontrar o mínimo crédito. Vivem a ritmo lento..., vivos e mortos a um tempo, parecendo, até ao regresso das esquadras (da América), aqueles operários do mundo lunar de Wells que eram adormecidos na véspera do desemprego para, mais tarde, quando o mercado do trabalho os reclamasse, se vir fazê-los acordar outra vez».

★

Não há dúvidas sobre a existência de uma relação, ao longo dos três séculos do nosso estudo e além deles, entre produção de metais preciosos e conjuntura económica. Mas eram só o ouro e a prata a criar a conjuntura? E, mesmo, eram eles o seu principal motor? Os homens, e o número de homens, não contarão tanto ou mais que o ouro e a prata? Outro problema, ainda mais complicado que o anterior: no período de conjuntura desfavorável, quando diminuía a produção dos metais preciosos e os preços baixavam, iria tudo igualmente mal?

Não neguemos, todavia, que a Europa atravessou, depois de 1300, uma temporada difícil, que veio suceder ao «bom tempo de Monsenhor S. Luís», de que não fora só a França a beneficiar. O Ocidente, desde

o século XI até ao final do século XIII, progredira de modo relativamente contínuo. A população tinha aumentado; novas terras tinham sido ganhas para a agricultura; as cidades e as aldeias tinham-se multiplicado e desenvolvido; muitos camponeses tinham escapado à servidão; os preços subiam; o comércio tinha reflorescido na idade de ouro das feiras de Champagne; nascera uma grande indústria têxtil na Flandres e em Itália, especialmente em Florença; cunhava-se boas moedas de ouro e prata; a arte gótica e o ensino das grandes universidades de Paris, Oxford e Bolonha resplandeciam sobre a Cristandade. Mas, a partir de cerca de 1270, este belo equilíbrio desfez-se. J. Le Goff vê como um símbolo das dificuldades que se faziam anunciar o desabamento, em 1284, das abóbadas da catedral de Beauvais, lançadas a quarenta e oito metros de altura.

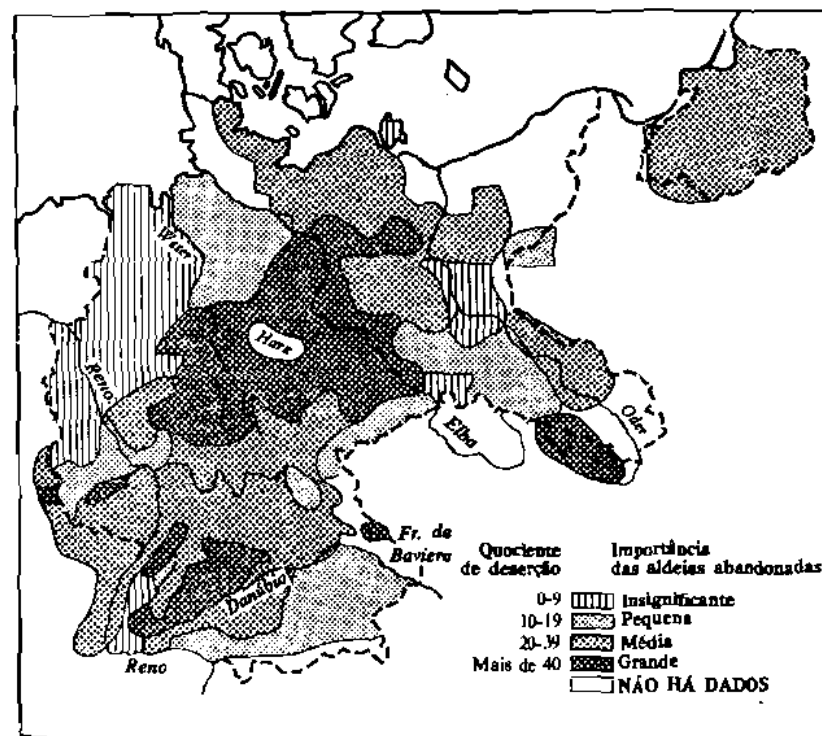
A partir do fim do século XIII, estalaram greves e motins urbanos na Flandres, na Normandia, em Béziers, em Toulouse. Em 1302 houve na actual Bélgica um levantamento quase geral. Depois disso, multiplicaram-se os movimentos revolucionários, atirando camponeses contra senhores feudais, povo miúdo das cidades, por vezes conduzido por grandes burgueses, contra cobradores de impostos ou contra o patriciado urbano (*popolo grasso* de Itália, «ricos-homens» da Flandres). Esse tempo de perturbações viu as tentativas e os fracassos de Cola di Rienzo em Roma (1347), de Étienne Marcel em Paris (1358), de Filipe Van Artevelde em Gand (1381). Foi marcado por quatro sedições parisienses (1306, 1358, 1382, 1413), pelo «tumulto» dos *ciompi* de Siena em 1371 e de Florença em 1380, pelas revoltas nas cidades escandinavas entre 1411 e 1436. Mais violentas ainda que as das cidades, as agitações rurais foram porém menos coerentes. Os trabalhadores dos campos não souberam aliar-se de forma durável e eficaz aos das cidades: daí o fracasso, em 1358, dos «jacques» da Ilha de França, que foram, para Étienne Marcel, aliados comprometedores, e, em 1381, a conquista sem futuro de Londres pelas tropas de Wat Tyler. Os cento e cinquenta anos que seguiram o século XIII foram preenchidos por desordens nos campos, que, juntamente com os factos já mencionados, são testemunhados pela insurreição da Flandres marítima (1322-1328), pela dos Tuchins do Languedoc (1380), pela revolta de Jack Cade em Kent (1450) e, nessa mesma época, pelo movimento de *remensas* da Catalunha. O paroxismo das perturbações, quer urbanas quer rurais, situa-se à volta de 1380: todo o Ocidente, da Inglaterra a Florença e de Barcelona à Alemanha Ocidental, pareceu mergulhar na anarquia.

Outros indicadores permitem medir a amplidão da crise então sofrida pelo Ocidente, especialmente as grandes falências dos bancos italianos, nomeadamente florentinos, na primeira metade do século XIV: os Frescobaldi em 1312, os Scali em 1327, os Bonaccorsi, os Usani e os Corsini em 1341 e, mais ainda, os Acciaiuoli e os Peruzzi em 1343 e os Bardi em 1346. Outro sinal importante: os preços dos cereais estagnaram ou

desceram. Entre 1160 e 1300 tinham subido uns 180 % em Inglaterra, o país onde são mais bem conhecidos hoje em dia. Ora em 1380-1399 estavam 21 pontos abaixo do nível do período de 1300 a 1319 e, no princípio do século XVI, não o tinham ainda alcançado outra vez. Estes cálculos, sejamos precisos, baseiam-se nos preços nominais e não nos preços-prata, que, por causa das desvalorizações, ainda reflectiriam uma queda mais flagrante. Os preços do centeio do Brabante mostraram uma persistente tendência para baixar entre 1425 e 1475. Em Aragão e Valência, a impressão é a mesma: uma curva de período longo mostra a estagnação dos preços durante o século XV. A carência de metais preciosos que se seguiu à abundância do século XIII obrigou os governos a fazer desvalorizações: Filipe, o Belo dera o sinal. De 1288 a 1509, o valor intrínseco da libra genovesa baixou 75 %; o da libra inglesa flectiu, entre 1405 e 1406, 28 % no ouro e 33 % na prata. Em França, a libra de Tours, que em 1250 continha 80 g de ouro fino, tinha apenas 22 g em 1500.

Insistindo na depressão dos séculos XIV e XV, R. Lopez acentuou ainda outros factos. Sejam 28 cidades entre o Loire e o Reno: vê-se que, entre 1100 e 1250, foram dotadas de 20 *muralhas principais* e 17 extensões, ou seja, ao todo, 37 novas muralhas; entre 1250 e 1400 houve apenas 10 extensões, não tendo sido construída nenhuma muralha *principal* nesse período; prova evidente, segundo este autor, de um rápido declínio da população urbana. Além disso, diversas cidades, como Barcelona, Perpignan, Florença, Siena, Veneza, Modena, Zurique e Albi, ainda não tinham recuperado, no fim do século XV, o seu quantitativo populacional da primeira metade do século XIV. A produção de panos de lã de Florença baixou dois terços entre 1338 e 1378 e nunca mais recuperou (100 000 peças em 1338, apenas 14 000 no fim do século XVI). O retrocesso da produção de panos de Ypres durante o século XIV foi tão catastrófico como o de Florença. As exportações de lã inglesa desceram de forma quase contínua a partir de 1350. O imposto sobre entradas e saídas de navios na Estaque (Marselha) só dava, em 1480, 35 % do que dera dois séculos antes; o comércio de Génova teria também declinado na ordem dos 70 % entre 1290 e 1480; o de Dieppe, durante o século XV, desceu 65 %. Como não concluir, diz R. Ropez, que toda a economia do Ocidente estava nessa altura em crise?

É bem certo que as guerras, as doenças e as fomes se abateram sobre a Europa no fim da Idade Média. «Daí em diante havia que dar lugar à guerra na vida quotidiana. Viriam a nascer homens que nunca saberiam o que é a paz, nem mesmo pelo testemunho dos avós» (G. Duby). Guerra dos Cem Anos — que durou mais de um século e foi acompanhada de lutas entre Armagnacs e Borguinhões —, deambulações das «grandes companhias», guerras hussitas na Europa Central (1415-1436), Guerra das Duas Rosas em Inglaterra (1450-1485), perturbações civis em Espanha e na Escandinávia, lutas repetidas e mal sucedidas contra

os Turcos: tudo isto foi a sorte da humanidade ocidental nesses «tempos difíceis». Tomemos como exemplo o Artois: as operações militares começaram com as campanhas de Filipe, o Belo; depois disso, a região foi atravessada por todas as cavalgadas inglesas que partiam de Calais; por fim, ali se prolongou a Guerra dos Cem Anos, com as lutas entre a França e a casa de Borgonha. A conta de receita da região de Langle de 1438-1439 assinala, depois da passagem dos «*Engloix*»: «As terras estão gastas e não houve ninguém que as quisesse cultivar ou lavrar e até os habitantes da região se ausentaram, ficando apenas mulheres pobres». Em 1472, um exército francês entrou no Artois e talou os vales do Canche e do Authie; três anos depois, nova expedição seguiu o mesmo caminho, continuando até Arras e Bapaume: a primeira cavalgada devastou 25 aldeias e lugares; a segunda 150. Durante estas duas campanhas, foram destruídas totalmente trinta e uma paróquias. Mas todas se reergueram. De facto, as aldeias morrem mais por asfixia que por assassínio. Ora

15. AS ALDEIAS ABANDONADAS NA ALEMANHA DOS SÉCULOS XIV E XV. (Segundo W. Abel.)

os estudos recentes mostraram que houve na Europa Ocidental e Central, nos séculos XIV e XV, um verdadeiro movimento de deserção dos campos. Segundo W. Abel, de cerca de 170 000 localidades existentes na Alemanha (fronteiras de 1937) à volta de 1300, 40 000, isto é, 23 %, tinham desaparecido antes do início do século XVI. Na Alsácia, 137 comunidades foram abandonadas entre 1340 e 1500. A Provença tinha, no princípio do século XIV, uns 625 lugares ou aldeias, dos quais 177 estavam desabitados em 1471. Em Navarra, perto de 60 % das 133 aldeias ali dadas como desaparecidas foram evacuadas entre 1348 e 1500. Nos campos romanos, 25 % das comunidades rurais vivas na época de 1300 tinham desaparecido no início do século XV. Finalmente, em Inglaterra, as *enclosures* * despovoaram as aldeias desde o princípio do século XIV; mas, na realidade, foi na segunda metade do século XV que o movimento atingiu o paroxismo.

16. DIFUSÃO DA PESTE NEGRA DE 1347 A 1350
(Segundo E. Carpentier in Annales E. S. C., *1962, n.° 6.)*

Será que, em muitos países, a Peste Negra * de 1348-1350 e as epidemias que depois dela vieram não foram o principal agente do despovoamento rural? No bailiado de Pongau, a sul de Salzburg, 66 % das explorações agrícolas perderam, entre 1348 e 1352, os antigos donos e só 17 % os conservaram — o destino das outras era incerto. Na Noruega, país muito afectado pela Peste Negra, a superfície cultivada da região de Oslo baixou 40 % entre 1300 e 1400 e o preço médio da terra flectiu mais de 40 % na segunda parte do século XIV, quer no Leste quer no Oeste do reino. Os registos paroquiais de Givry, na Borgonha, provam que metade da população desapareceu em 1348 (680 falecimentos entre Agosto e o fim de Outubro, sendo a média mensal normal de 5 e a população total de 1200 a 1500 pessoas). Na Sabóia, os fogos da paróquia de Saint-Pierre-du-Soucy passaram de 108 em 1347 a 68 em 1348 e a 55 em 1349; os das sete paróquias vizinhas diminuíram de 303 em 1347 para 142 em 1349. Estas indicações lançarão alguma dúvida sobre a hipótese, por muito tempo admitida, de a mortalidade rural ter sido, no tempo das pestes, inferior à mortalidade urbana? Não o cremos. Na época de Montaigne, como na do *Decameron*, os ricos esforçavam-se, nos períodos de peste, por fugir para o campo. Os cónegos de Southwell, em 1471 e 1479, fizeram o mesmo ao fugir da cidade para escapar ao contágio. De qualquer modo, só conhecemos, principalmente, a mortalidade urbana, que foi catastrófica. Florença, que contava 110 000 habitantes em 1338, já só tinha 50 000 em 1351. A população de Albi e a de Castres ficaram reduzidas a metade entre 1343 e 1357. Em 1350, a morte teria levado 50 % dos habitantes de Magdeburg, 50 % a 66 % dos de Hamburgo, 70 % dos de Brema. É verosímil que, em contrapartida, a mortalidade tenha sido inferior nos campos, onde os riscos de contágio eram menores. Assim, para muitos historiadores, a grande transformação da conjuntura económica que se verificou no século XIV, e que teve, forçosamente, origem no mundo camponês, já que 90 % das pessoas viviam da terra, subentende causas mais profundas ainda do que as devastações da guerra e a mortalidade das pestes.

No final do século XIII, a Europa estava sobrepovoada e, portanto, à mercê de eventuais calamidades. Tinham sido criados centros de colonização nas zonas marginais durante o período da expansão demográfica: «instalações cheias de defeitos» que rapidamente decepcionaram o excessivo optimismo dos colonos com os fracos rendimentos que davam e constituíram, na Alta Provença, na Inglaterra ou nas montanhas de Salzburgo, a maioria das aldeias que desapareceram na recessão dos séculos XIV e XV. De tal maneira que o esgotamento dos solos e a má rentabilidade de muitas explorações tinham de provocar, quase automaticamente, fomes, retrocesso da actividade agrícola e quebra demográfica. As epidemias, e também as más colheitas, isto é, o clima, ao qual temos de dar por inteiro o papel que de facto desempenha, encarregaram-se de dar um aspecto catastrófico ao declínio que naturalmente

estava a começar. Pois, de facto, e muito antes da Peste Negra, uma verdadeira crise de fome se abateu em 1315-1317 sobre a Inglaterra, a França Setentrional, a Flandres, a Alemanha e a Dinamarca. Parece ter sido a partir de então que a conjuntura se modificou em grande parte da Europa. Os anos de fome parecem ter sido mais numerosos no resto do século XIV e no século XV do que no século XIII. Em Inglaterra, apenas na primeira metade do século XIV, conta-se oito «colheitas muito más» em comparação com as quatro de todo o século XIII. Em Orvieto, a Peste Negra atingiu em 1348 uma população já enfraquecida por três anos de chuvas e de fome. Ainda em Itália, e no Sul da França, houve em 1374-1375 uma grande fome. As carências imperaram em 1409, 1416-1417, 1437-1439, 1455-1458, 1477-1483 e 1487-1493 na Flandres, no Artois, no Hainaut e na região de Cambrésis.

Assim, a conjuntura económica dos anos 1320-1450, que à primeira vista poderia parecer caracterizada pela baixa da produção de metais preciosos, foi também, igualmente, senão mesmo mais, determinada por uma profunda quebra demográfica. É razoável admitir que, durante o século XIV, a população europeia diminuiu um terço. Não é, pois, de espantar que, apesar de subidas brutais mas breves, por ocasião das fomes, os preços dos cereais tenham mostrado persistente tendência para baixar. Pois não havia menos bocas a alimentar, e, portanto, uma procura menor? Daí, por exemplo na Alemanha, uma importante emigração rural para as cidades; daí, na Inglaterra, a aceleração do movimento das *enclosures* [1], aproveitando-se os grandes proprietários da fraqueza económica e física dos camponeses para dar aos carneiros, «devoradores de homens», as terras retiradas ao cultivo de cereais.

★

Ora este período, que conheceu tantas infelicidades e se parece com um fragmento do Apocalipse, viu nascer e florescer o humanismo, desabrochar e espalhar-se a arte do Renascimento. A Peste Negra gerou o *Decameron*. Em 1428, Masaccio, o primeiro grande pintor do Renascimento italiano, já tinha morrido. Brunelleschi, arquitecto genial, concluiria em 1434 a cúpula de Santa Maria del Fiore. A encantadora Ca' d'Oro de Veneza data da primeira metade do século XV. Dir-se-á que é uma região privilegiada e que a Itália escapou à depressão mais que qualquer outro país da Europa — afirmação que, de facto, é geralmente aceite. Mas o retábulo do *Cordeiro Místico*, a maravilha de Gand, foi pintado pelos Van Eyck entre 1413 e 1432. E o século XV é a idade de ouro da pintura flamenga. Quem admirar na Hofburg de Viena os sumptuosos paramentos sacerdotais utilizados no século XV, na corte

[1] Em inglês no original. Terrenos cercados. *(N. do T.)*

de Borgonha, para as cerimónias da ordem do Tosão de Ouro interroga-se como tanta riqueza pôde coexistir com tanta miséria. Em França, foi num período bem sombrio — entre 1380 e 1420 — que foram feitas essas iluminuras deslumbrantes que se chamam *Livre de la Chasse*, de Gaston Phébus, *Très belles heures de Notre-Dame*, *Très riches heures du duc de Berry*.

Teremos de concluir, com C. Cipolla e E. Kominsky, que nenhuma depressão económica afectou verdadeiramente a época do Renascimento? Ou, bem pelo contrário, com R. Lopez, que «o dinheiro dirige-se para a arte quando se estreitam as saídas económicas»? Este mesmo autor assevera que os tiranos italianos de *Trecento* e de *Quattrocento* construíram igrejas e palácios para reabsorver as massas de desempregados. Claro que seria errado ligar aprioristicamente o desenvolvimento económico ao florescimento artístico. Mas é preciso, principalmente, evitar fechar o complexo destino da humanidade nas categorias excessivamente rígidas da contracção e da expansão económicas. Em períodos de recessão, a análise identifica sectores e momentos privilegiados. Podem aparecer localmente sinais de prosperidade que corrijam, pelo menos parcialmente, a acção dos factores depressivos. O historiador, mesmo quando detecta grandes tendências gerais, deve, pois, ter em conta, principalmente nesse período, as originalidades regionais. Assim, a indústria têxtil do Brabante conheceu, nos primeiros decénios do século XV, um aumento de actividade e exportou substancialmente para o centro da Europa. Assim também a planície do Pó, melhor drenada, parece ter sido mais rica depois de 1350 que anteriormente. Quanto a Veneza, nada prova que tenha passado, nos séculos XIV e XV, por um longo período de recessão. Em Florença, se é verdade que a indústria de panos foi duramente atingida depois da Peste Negra, a indústria da seda, pelo contrário, conheceu um belo incremento. Continua a ser exacto que as exportações de lã inglesa baixaram depois de 1350. Mas a indústria têxtil desenvolveu-se além-Mancha e a Inglaterra exportou em 1480 62 500 panos, tendo exportado apenas 27 700 em 1400. Mais ainda: Londres * foi atingida no século XV por onze pestes, mas os números provam que só uma delas teve incidências na saída de panos pelo seu porto. Quanto ao recuo dos cereais numa boa parte da Europa, é verdade que provocou o aumento das pastagens; mas também provocou maior cultivo de plantas industriais: linho, cânhamo, lúpulo, plantas oleaginosas, pastel e garança. É certo que a indústria rural sentiu nessa ocasião progressos notórios nos Países Baixos, no Oeste da França e no Sul da Alemanha: daí o desenvolvimento dos panos de linho e de cânhamo nas duas primeiras dessas regiões e dos fustões na terceira. Enfim, e principalmente, o rápido despovoamento acarretou, de um modo geral, um importante aumento dos salários, pois a mão-de-obra escasseava. Muitos historiadores pensam, por isso, que o rendimento individual médio aumentou em grande parte da Europa depois de meados do século XIV. A depressão económica teria tido

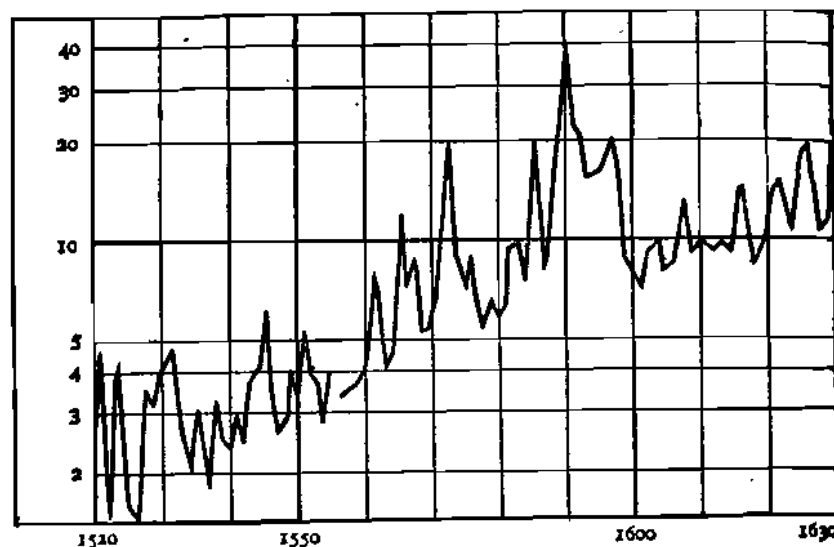
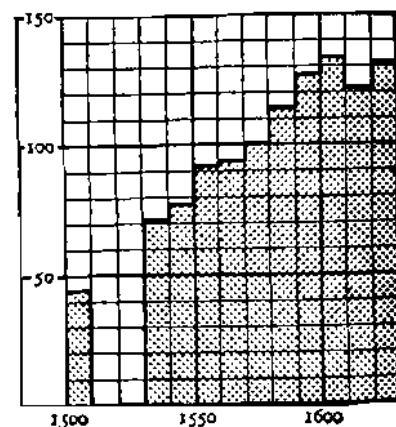
como resultado que a mesma quantidade de riquezas fosse partilhada por um número menor de seres humanos. Essa melhoria do nível de vida explicaria a subida dos preços da manteiga e da carne, bens relativamente caros, no momento em que os cereais desciam. Para compreender o Renascimento é preciso renunciar à ideia de que a descida dos preços dos cereais e a quebra demográfica significam obrigatoriamente agravamento geral da condição social dos homens.

É verdade que o Renascimento teve um início doloroso: temos de o dizer claramente. Começou em meio de epidemias, de fomes e de guerras, na perturbação dos espíritos criada pela Peste Negra, quando se massacrava os Judeus * tidos por responsáveis das infelicidades, quando as procissões de flagelantes passeavam pelas ruas e caminhos os seus cortejos sangrentos. Mas houve Renascimento porque a humanidade ocidental venceu as provações e tirou partido delas. A civilização europeia, no seu conjunto, não retrocedeu; não foi atingida pelo torpor e pela atonia. A arte gótica flamejante prova que ela conservava o humor, a fantasia, a juventude. O movimento de laicização * da sociedade e da cultura, iniciado antes do século XIV, continuou, precisou-se, acelerou-se. O indivíduo continuou a emergir. Melhor, as provações dos tempos difíceis trouxeram a primeiro plano personalidades — Étienne Marcel ou Joana de Arc — que, em períodos mais clementes, teriam ficado na sombra. Foram sendo, gradualmente, questionadas noções e estruturas que pareciam eternas: hierarquia feudal, autoridade da Igreja, valor dos sacramentos. Talvez porque, num tempo de fomes e de guerras, a terra e os homens chamaram mais as atenções dos artistas, estes — e nisso está um dos aspectos fundamentais do Renascimento — foram mais sensíveis ao real que no passado. Interessaram-se pela paisagem, pela perspectiva, pelos traços individuais. No meio das dificuldades persistentes, os homens do Ocidente continuaram a inventar — provam-no a imprensa e as técnicas de escoamento da água das minas. Também souberam generalizar, na navegação ou nos negócios, a utilização das técnicas descobertas no período anterior. Tiveram, enfim, a coragem de enfrentar os perigos do oceano e de deixar, durante dias e meses, a linha familiar e tranquilizante do horizonte costeiro. Portanto, entre o século XIV e o princípio do século XVII, jogou-se uma partida decisiva para o Ocidente. Atingido pela infelicidade, especialmente entre 1320 e 1450, o Ocidente poderia ter-se entregue ao destino. É verdade que teve medo: teve medo perante os Turcos, teve medo com o Grande Cisma, teve medo com o anúncio, mil vezes repetido, de um iminente Juízo Final. Mas soube, por fim, descobrir as fórmulas que o libertaram. A arte e a literatura antigas trouxeram-lhe, mais que uma escapatória, um verdadeiro convite à renovação; as reformas religiosas do século XVI, a protestante e a católica, restituíram-lhe a confiança em Deus; as grandes viagens marítimas forneceram-lhe os meios de dominar o mundo. Mas, repitamos, esses resultados só foram possíveis graças a longas e pacientes apalpadelas: o reju-

venescimento religioso do século XVI não pode ser separado da crise do Grande Cisma; a perspectiva naturalista da pintura dos «virtuoses» do fim do Renascimento postula as pesquisas do *Quattrocento* sobre a perspectiva; a descoberta da América não teria sido possível sem as navegações portuguesas na costa africana.

★

Quando Benozzo Gozzoli * pintava nas paredes do palácio Médicis, cerca de 1460, o esplendoroso e precioso fresco dos *Reis Magos*, a Itália tinha saído da conjuntura da recessão. Precedera nesse caminho o resto da Europa. Embora os Países Baixos meridionais e a Alemanha hanseática tenham ainda vivido, no fim do século XV, numa atmosfera de crise, o renascimento económico era, nessa altura, um facto seguro, não apenas em Itália mas também em França, em Inglaterra, na Península Ibérica, na Alemanha do Sul e na Boémia. O recrudescimento de actividade das minas de prata da Europa Central teve, certamente, o seu papel nesta recuperação da conjuntura. Mas como esquecer o evidente aumento demográfico? Ainda lento no século XV, este aumento afirmou-se no século XVI, dando novos braços à agricultura. Já antes do fim do século XV nos campos franceses se reconstruía sobre as ruínas, se cultivava de novo as terras baldias, se repovoava muitas aldeias abandonadas. O Rouergue escoou para o Quercy, devastado pela Guerra dos Cem Anos, o seu excedente populacional. A Guinea, também devastada, retomou forças e vitalidade com os imigrantes vindos das Charentes, do Poitou e da Vendeia. «As florestas estão outra vez em recuo; as franjas pioneiras avançam com ímpeto; as sementeiras alastram à custa das pastagens e o trigo ganha à lã e à carne» (E. Le Roy Ladurie). Um moralista francês do século XVI evoca os camponeses, que «cantam todos os dias nos campos e ressonam de noite nas suas casinhas». Durante muito tempo, e muitas vezes, se asseverou que a população da Espanha baixou durante o século XVI. Investigações recentes provaram o contrário. Os recenseamentos acusaram, em 1541, 891 454 fogos em Castela e 1 315 700 cinquenta anos depois — isto é, um aumento de 47 %. Tanto as cidades como os campos sofreram este empolamento demográfico. O Renascimento viu o triunfo das grandes cidades. Nessa época, a população aumentou em toda a Europa. Daí uma maior procura de cereais e a respectiva subida geral de preços em Paris, em Roma, em Londres, em Antuérpia ou em Lvov.

Mas poderemos então continuar a ligar a alta de preços do século XVI — que, de resto, não foi uma «revolução» (cerca de 300 % de aumento dos preços nominais num século, em comparação com os 35 000 % de aumento em França entre 1875 e 1961) — apenas à injecção de metais preciosos, primeiro alemães e depois americanos, de que a Europa beneficiou a partir de 1460? Se assim fosse, a subida dos preços

17. PREÇOS DO TRIGO EM PARIS DE 1520/1521 A 1630/1631.

18. A ALTA DOS PREÇOS EM ROMA DE 1500 A 1630.
(*Segundo J. Delumeau,* Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du XVIe siècle.)

teria sido a contrapartida exacta da desvalorização da moeda à medida que o «stock» de metais preciosos aumentava. Ora a alta, no seu conjunto, foi muito maior que as desvalorizações monetárias. Por outro lado, todos os preços teriam tido, em cada determinado local, de aumentar ao mesmo tempo e da mesma maneira, o que não foi o caso. Outros factores estiveram em jogo, designadamente a vaga demográfica, a urbanização, o acréscimo da procura de cereais, a maior velocidade de circulação da moeda, a expansão do crédito... e do luxo: fenómenos estes que caracterizaram o crescimento económico do século XVI — ao mesmo tempo, de resto, que um bastante geral desfasamento entre salários e preços.

Repor assim a América no seu lugar quanto à explicação da conjuntura do Renascimento não significa minimizar a enorme parte que ela passou a ter, aliás juntamente com as Índias Orientais, nos interesses, nas preocupações e na vida da Europa. As grandes viagens de descobrimento significaram, no contexto da civilização ocidental, a vitória duradoura do mar. Entre 1504 e 1650, mais de 18 000 barcos navegaram entre a Espanha e a América. Passou a haver um incessante processo de trocas entre a Europa e o Novo Mundo: a América enviava a prata, o anil, a cochonilha, o açúcar; a Espanha, Portugal e logo depois a Inglaterra exportaram técnicas, livros, homens. Pois o Renascimento foi também o nascimento das Europas fora da Europa e foi ainda — por causa da Europa — o nascimento das Áfricas fora da África. Como havia que valorizar os territórios recentemente conquistados, e como a pesquisa do ouro e, logo a seguir, a cultura da cana-de-açúcar nas Antilhas, no Brasil e, mais tarde, na América do Norte requeriam uma mão-de-obra robusta, a Europa, que ao longo da Idade Média não deixara de utilizar escravos, recorreu, desde 1501, ao transporte de Negros para a América. Nos três primeiros séculos da história americana, entraram no Novo Mundo quatro vezes mais Negros que Brancos: quase quatro milhões de escravos. O Renascimento está, portanto, na origem do problema negro de além-Atlântico.

CAPÍTULO III

RENASCIMENTO E ANTIGUIDADE

O Renascimento definiu-se a si próprio como movimento em direcção ao passado — característica aparentemente oposta à do nosso mundo moderno, a caminho do progresso. O Renascimento quis voltar às fontes do pensamento e da beleza.

Petrarca é, indubitavelmente, o criador da noção de «tempos obscuros», que viria a dominar durante muito tempo a interpretação da história medieval. Qualificou de «antiga» a época anterior à conversão de Constantino e de «moderna» aquela que lhe sucedera e continuava ainda no século XIV. Ora Petrarca * caracterizava esta idade moderna pela «barbárie» e pelas «trevas». E, ao mesmo tempo, votava ao passado romano uma admiração apaixonada e quase romântica. Foi, assim, considerado iniciador da revolução intelectual do Renascimento, restaurador daqueles *studia humanitatis* pelos quais o *homo ferus* (homem selvagem) chega aos valores da civilização. Ao compor em 1436 as suas *Vidas de Dante e de Petrarca*, o humanista florentino Leonardo Bruni, para quem o «estilo literário» só podia ser o latim, embora reconhecendo o talento de Dante dava a preferência a Petrarca, que «foi o primeiro a possuir bastante graça e génio para poder distinguir e evidenciar a antiga elegância do estilo, que estava perdida e extinta». Num *Diálogo dos Sábios* (1490) dedicado a Lourenço, o Magnífico, Paolo Cortese acentuou também a importância de Petrarca: «Tinha tão grande espírito e tão extensa memória que foi o primeiro a ousar fazer voltar à luz o estudo da eloquência. De facto, foi sob a acção do seu génio que a Itália recebeu o primeiro estímulo, o primeiro impulso para o estudo». Mas, prosseguia Cortese, Petrarca não escrevia num latim suficientemente clássico. Que havia nisso de espantoso? «Ao homem que nasceu na lama acumulada por todos os séculos faltavam esses ornamentos da arte de escrever». Depois dele tinham sido feitos alguns progressos.

Quando, a partir do fim do século XV, o movimento humanista alcançou os países transalpinos, também fora de Itália foi adoptada a

noção de um renascimento literário obtido por meio do regresso aos autores da Antiguidade. Um francês, Jean Despautère, reconhecia sem dificuldade no prefácio da sua *Ars versificandi* (1516) que fora Petrarca quem, «não sem inspiração divina, tinha inaugurado, cerca do ano 1340, a guerra aberta contra os Bárbaros e, chamando as musas fugidas, estimulou vigorosamente o estudo da eloquência». Mas a «guerra contra os Bárbaros» começou, aquém-Alpes, com mais de um século de atraso em relação à Itália. Daí a importância de Erasmo, muitas vezes considerado, fora da península, na expressão de Guillaume Budé (carta de 1517), como «o pai do começo que se fez no nosso tempo». Esta opinião era compartilhada por Jacques Charron, que, ao reeditar os *Adágios* em 1571, afirmou no prefácio: «(Erasmo) foi o primeiro a fazer valer as boas letras na época em que elas estavam a renascer e a emergir do aluvião bárbaro». No entanto, devido ao orgulho nacional, foi a Francisco I que muitos escritores franceses atribuíram o renascer das letras no seu país. Assim, Jacques Amyot *, dedicando a Henrique II a sua tradução das *Vidas dos Varões Ilustres* de Plutarco, declarava: «O grande rei Francisco, teu pai, fundou felizmente as boas letras e fê-las renascer e florir neste nobre reino».

O termo «Renascimento» * tem, todavia, também, uma ressonância estética, devida aos humanistas e artistas da época. Neste aspecto, faz figura de pioneiro Filippo Villani, que compôs no fim do século XIV um *Livro dos Cidadãos Famosos da Cidade de Florença*. Com efeito, faz nesta obra o elogio dos pintores florentinos, «que reergueram as artes anemiadas e quase extintas», a começar por Cimabue, que soube reconduzir a arte à semelhança com a natureza. «Depois dele — acrescentava —, e aberto caminho para uma arte nova, Giotto — que não só suporta comparação com os ilustres pintores da Antiguidade como os ultrapassa em talento e em génio — restituiu à pintura a sua antiga dignidade e a sua mais alta fama». A opinião de Villani sobre a ressurreição da pintura * foi retomada no século XV por Ghiberti no seu segundo *Comentário* (1455). Quanto a Leone Battista Alberti, atribuiu aos seus contemporâneos — Brunelleschi, Donatello, Ghiberti, etc. — o renascimento das artes plásticas. Seja como for, era evidente para os Italianos esclarecidos do século XV que a sua época vira a arte renascer das cinzas. Isso mesmo o afirmavam também humanistas de nomeada ao sublinhar o sincronismo dessa ressurreição com a das belas-artes. Marsílio Ficino proclamava, não sem chauvinismo: «É sem dúvida um século de ouro, que trouxe à luz as artes liberais, anteriormente quase destruídas: gramática, eloquência, pintura, arquitectura, escultura, música. E tudo em Florença.»

Nos meados do século XVI, Vasari, pintor e arquitecto que recebera educação humanista, começou a escrever uma verdadeira história da arte italiana, que intitulou *Vidas dos Maiores Arquitectos, Pintores e Escultores Italianos desde Cimabue até à Nossa Época* (1550). Vasari * apresentava com nitidez uma síntese histórica de que ainda hoje somos parcialmente

tributários. O seu propósito era acompanhar a arte italiana desde o despertar — a sua *rinascità* — até ao sublime desenvolvimento da época de Miguel Ângelo. Distinguia, portanto, três períodos. O primeiro começava em meados do século XIII com os artistas toscanos, que, «abandonando o velho estilo, começaram a copiar os Antigos com vivacidade e diligência». O segundo correspondia ao século XV, assinalado por grandes artistas como Brunelleschi, Masaccio, Donatello — que procuravam, principalmente, imitar a natureza «mas nada mais». Veio, finalmente, o século XVI, período da perfeição durante o qual «posso dizer com toda a segurança — escrevia Vasari — que a arte realizou tudo o que é permitido a um imitador da natureza e se elevou tão alto que, hoje, é mais de recear o seu declínio que esperar novos progressos».

Não é casual que tal esquema histórico tenha sido composto por um italiano. As recordações da Antiguidade tinham sido, na península e durante a Idade Média, mais numerosas e mais vivas que em qualquer outro lado. Pelo contrário, foi em França que a arte gótica mostrou os seus mais belos lampejos. Seja como for, era tal o prestígio da arte italiana na Europa desde o início do século XVI, que se adoptou sem grande dificuldade do lado de cá dos Alpes a concepção humanista, e portanto italiana, do renascimento das artes. O hebraizante Reuchlin visitou e admirou Florença, «onde todas as melhores artes tinham voltado a viver». O próprio grande Dürer declarou que a pintura tinha sido desprezada e perdida durante os mil anos que sucederam à queda do Império Romano até que, já desde há dois séculos, os Italianos a fizeram voltar à luz do dia. No século XVII, tanto o flamengo Van Manders como o alemão von Sandrat ou como o francês Félicien des Avaux — todos eles autores de tratados de história da arte — adoptaram, nas suas linhas gerais, o esquema de Vasari.

O termo «Renascimento», a muitos títulos inexacto, é, porém, para o historiador, um testemunho sobre a consciência que uma época teve de si própria. O florentino Giovanni Rucellai observava em 1457: «Pensa-se que o nosso tempo tem, a partir de 1400, mais motivos de contentamento que nenhum outro desde que Florença foi fundada». Em 1518, Ulrich von Hutten exclamava: «Ó século, ó estudos, viver é um prazer!». Também se recorda a afirmação de Rabelais no *Pantagruel*: «Vejo os bandidos, os carrascos, os aventureiros e os palafreneiros de agora mais doutos que os doutores e pregadores do meu tempo.»

*

Os homens do Renascimento simplificaram a História, porque a Idade Média nunca perdera completamente o contacto com a Antiguidade. De espírito fruste e de irradiação limitada, o «Renascimento carolíngio» teve, no entanto, o mérito de conservar e recopiar numerosos manuscritos de autores antigos: uma preciosa reserva para a posteridade. Os sé-

culos XI e XII viram também o retomar dos estudos clássicos — e igualmente se falou, quanto a essa época, certamente com excesso, de «Renascimento». Em França, nas escolas que floresceram na vizinhança dos capítulos das catedrais, comentou-se Virgílio, Ovídio, Juvenal, Eustáquio, Horácio, Lucânio, Salústio, etc. Nos debates morais não se receou citar *De amicitia* de Cícero ou as cartas de Séneca. Havia monjas que liam devotamente a *Arte de Amar* de Ovídio; e dava-se-lhes extractos comentados das *Metamorfoses*. Será necessário recordar o duradouro êxito dos *Romances* de *Tebas*, de *Tróia* ou de *Eneias* para demonstrar a sobrevivência da Antiguidade — muitas vezes deformada, embora — durante os longos séculos da Idade Média? Facto menos conhecido mas, talvez, mais significativo: Petrarca tinha na sua biblioteca o *Liber ymaginum deorum* de Albricus, uma espécie de dicionário mitológico composto no princípio do século XIII. Utilizou-o directamente para escrever o terceiro canto da sua epopeia latina, *Africa*, que exaltava a figura de Cipião. Assim, o humanismo nascente não receava beber nas compilações medievais referentes à Antiguidade.

As obras de arte, por seu lado, provam que a Idade Média não tinha esquecido tanto, como durante muito tempo se julgou, certos temas e assuntos antigos. Os escultores romanos inspiraram-se em estátuas, baixos-relevos, estelas e sarcófagos abandonados pela Antiguidade durante o refluxo. O antigo tímpano de Santo Ursino de Bourges, que representa uma magnífica cena de caça cujo modelo foi um sarcófago, o *Hércules* da catedral de Langres, os capitéis que evocam o rapto de Ganimedes, em Vézelay, ou uma luta de galos, em Saulieu: outros tantos laços reatados com a civilização romana. A própria arte gótica mergulhou raízes no tesouro da Antiguidade. No campanário de Giotto, em Florença, os deuses planetários sentam-se, sob o alto patrocínio dos Profetas e das Sibilas, na mesma linha que as Virtudes, as Ciências e os Sacramentos. Na Catedral de Reims, certas estátuas — especialmente o célebre grupo da *Visitação*, feito por volta de 1230 — têm uma atitude a tal ponto clássica que já se chamou ao seu anónimo escultor «o mestre das figuras antigas». Certamente que esse escultor nunca foi a Atenas, apesar da hipótese de É. Mâle, mas terá buscado inspiração nas numerosas ruínas galo-romanas da região de Reims. O seu melhor aluno, Villard de Honnecourt, também trabalhou em Reims. Os seus desenhos provam, de modo evidente, as preocupações antiquizantes da oficina a que ele pertencia, visto que deixou estudos feitos directamente segundo os bronzes e os baixos-relevos galo-romanos. Poderíamos prolongar a enumeração; mas, para fechar este esclarecimento, é melhor recordar que, na *Divina Comédia*, Dante é guiado por Virgílio e que a maior construção intelectual da Idade Média, a *Summa theologica* de Tomás de Aquino, procurava conciliar a mensagem de Jesus com a filosofia de Aristóteles. Na idade de ouro do humanismo florentino, a preocupação de Ficino, ao procurar cristianizar Platão, não será diferente.

*

Na sequência dos humanistas e de Vasari, afirmou-se durante demasiado tempo que a civilização gótica esgotada estava em decadência no fim da Idade Média. Mas uma análise profunda e objectiva revela que ela era ainda «uma forma de cultura viva e até criadora» (Galienne Francastel), cuja sobrevivência deveria ser longa. Alinhando com a opinião de L. Hautecœur, recusaremos, portanto, ver no flamejante apenas «uma degenerescência do gótico, uma forma de proliferação cancerosa dos seus elementos». Nada mais sóbrio, pelo contrário, que o coro da abadia do Mont-Saint-Michel (fim do século XV). A sobrecarga que complica aqui um dourado, ali um jubeu não deve esconder-nos o essencial. O grandioso *Retablo mayor* da Catedral de Toledo (princípio do século XVI) caprichou em elevar-se até ao cimo da alta nave, em fazer aparecer centenas de figuras, em incluir uma multidão de nichos e dosséis finos como rendas; está, todavia, composto com rigor e clareza. Os vários painéis, que representam a vida de Cristo e da Virgem, são bem legíveis pelo crente que ora junto ao altar. A arte medieval, depois do século XIII, caracteriza-se pelo esforço de «extrair todas as consequências das premissas góticas, das suas formas, dos seus processos, do seu cenário». Nas grandes igrejas — em Metz, em Estrasburgo, em Sées —, procura-se dar maior largura às naves e às aberturas de portas e janelas. Há o prazer de recortar os pilares em finas colunas e, para que as naves pareçam mais esbeltas, são suprimidos os capitéis. Triunfa o «verticalismo». Como os pedreiros e canteiros são agora mais hábeis que outrora, multiplicam-se os liernes e terciarões e surgem essas abóbadas adelgaçadas, estreladas ou em leque que estão — especialmente em Inglaterra, mas também em Kutná Hora, na Boémia, ou na Capela Fugger de Augsburgo — entre as mais belas realizações da arte europeia. Há, mais do que nunca, um esforço para fazer triunfar os vazios sobre os cheios. Não estaria isto na lógica de uma arte que criara a Santa Capela? As finas redes de pedra que agora dividem as janelas, das quais se tirou — só no século XIX — a palavra «flamejante», visto que os seus elementos mostram o movimento ondulante das labaredas; os fechos muito trabalhados e pendentes do centro das abóbadas, com justificação funcional mas semelhantes às «estalactites» dos monumentos árabes; os arcos que se acumulam em volta dos portais, os dosséis infinitamente rendilhados, as galerias e balaustradas também, as torrinhas, pináculos, florões: que prova tudo isso senão uma técnica mais segura e uma civilização mais requintada do que a do período anterior? Quem poderá provar que o campanário norte da Catedral de Chartres, obra-prima de elegância, erguido no princípio do século XVI a cento e quinze metros de altura, é menos belo que o outro, mais austero e mais atarracado, que é do século XII? O flamejante é como o rococó: ambos são momentos de uma civilização.

No século XIV e nos princípios do século XV, a Itália, do ponto de vista artístico, ainda procurava um caminho. Mas, cerca de 1380, Nicolas Bataille tecia a célebre tapeçaria conhecida com o nome de *Apocalipse* de Angers, menos espantosa pelo comprimento, de resto insólito — tinha cento e quarenta e cinco metros —, que pelo vigor do desenho e pelo feliz contraste das personagens de cores claras com os fundos azuis e vermelhos. Entre 1380 e 1420 florescia em Paris e na região do Loire uma escola internacional de pintura e de miniatura que produziu livros de horas admiráveis: maravilhas de paginação, de finura e de colorido. Foi também cerca de 1400 que Claus Sluter * esculpiu em Champmol aqueles profetas poderosos e meditabundos que anunciam já os de Miguel Ângelo. A fecundidade artística da Europa não-italiana não se desmentiu no século XV. Basta evocar a poesia das Virgens e dos anjos-músicos de Jan Van Eyck, a intensa vida espiritual das Descidas da Cruz e dos Juízos Finais de Van der Weyden *, a marcial sobriedade do túmulo de Philippe Pot, a atmosfera inquieta e envolvente das miniaturas do rei René *(Livre du cœur d'amour épris)*, a riqueza da experiência humana e artística de Wit Stwosz *, que ergueu e esculpiu em Cracóvia, a partir de 1477, um imenso retábulo com treze metros de altura e onze de largura, verdadeira soma das pesquisas medievais.

Usámos aqui, propositadamente, a palavra «pesquisas». É que a arte gótica, longe de esclerosar-se e de viver fechada sobre as aquisições já conseguidas, aventurou-se, no seu último período, por caminhos resolutamente novos. Contribuiu, com isso, para o questionamento dos valores medievais e para a construção do Renascimento — que, para alcançar a beleza, tinha de passar pelo atalho da realidade. Procurar apenas em Florença, na época de Masaccio, o nascimento da estética nova é uma atitude excessivamente simplista. Porquê isolar Florença, ou até, de modo mais lato, a Itália, do todo europeu e recusar ao resto do Ocidente a participação na elaboração dos valores artísticos e culturais que substituíram gradualmente os da Idade Média? Porque se teriam formado quase totalmente separados um do outro o «estilo flamengo» e o «estilo florentino» do século XV sabendo-se, como se sabe, que eram frequentes as relações económicas entre a Flandres e a Toscana? Na realidade, o gótico transalpino contribuiu, a seu modo, para criar a arte do Renascimento. Isso nada tira ao facto de ter sido a Itália que, operando a síntese das experiências alheias, das suas próprias pesquisas e das lições que pediu à Antiguidade de forma mais intensa que dantes, descobriu as fórmulas estéticas e intelectuais mais adequadas às aspirações da Europa desse tempo.

A arte ocidental era, no fim da Idade Média, largamente internacional e sofria forte influência da Flandres e da França. Jean Fouquet * (1420?-1480), que visitou a Itália entre 1443 e 1447 e pintou em Roma um retrato de Eugénio IV, foi considerado pelos próprios Italianos como um dos maiores pintores daquela época. Jan Van Eyck * (m. 1441) foi

enviado duas vezes a Portugal pelo duque da Borgonha. O seu estilo e a sua técnica — como também o estilo e a técnica de Van der Goes — estão patentes em Lisboa no grande *Retábulo de São Vicente*, no qual Nuno Gonçalves, em 1460, representou em tamanho natural sessenta personagens, umas de pé e outras ajoelhadas perante o santo. A obra foi pintada a óleo, como as dos Flamengos, e, tal como no políptico do *Cordeiro Místico*, a vasta composição não prejudica a aguda precisão dos pormenores. As intensas relações económicas entre Lisboa * e os Países Baixos no fim do século XV e a seguir a ele explicam a persistência da influência flamenga em Portugal na época da arte manuelina * até 1540. Retábulos e manuscritos eram comprados em Bruges * e em Antuérpia e pintores do Norte da Europa trabalhavam em Lisboa e em Tomar.

Não é de admirar que a Alemanha, no fim da Idade Média, se tenha virado para os Países Baixos, principalmente depois do eclipse de Praga, centro artístico importante no século XIV mas depois afectado pelas guerras hussitas. Mas a Itália, longe de ter ficado isolada, teve também, durante o século XV, frequentes contactos com a Flandres. Van der Goes * e Van der Weyden trabalharam em Itália. O duque Federico mandou vir Juste de Gand para Urbino em 1473-1475. E o rei René trouxera consigo para Nápoles muitos artistas flamengos, cuja acção sobre Antonello da Messina parece ter sido importante. Assim, a Europa Ocidental e Central conheceu, antes das guerras de Itália, um vaivém de artistas, uma contradança de estilos e de estéticas e a sua fusão. Nada há de mais significativo que as questões levantadas pela *Anunciação* de Aix (1442). Pergunta-se quem foi o seu autor: seria flamengo? seria napolitano? ou, ao contrário, borguinhão, já que os panejamentos fazem lembrar os de Sluter? Não se sabe. Quanto à *Pietà* de Avinhão, já foi sucessivamente atribuída a um francês do norte, a um catalão, a um discípulo de Nuno Gonçalves, a um aluno de Van der Weyden. Esta emocionante obra-prima é, provavelmente, francesa; mas estas hesitações são uma prova do carácter já largamente internacional da pintura do século XV, principalmente num foco de cultura e de arte como era Avinhão.

Também a música * era internacional, mas o papel principal foi, neste caso, desempenhado durante muito tempo por flamengos e não por italianos. Johannes Ockhegem * (m. 1495?), primeiramente chantre na catedral de Antuérpia, foi depois mestre da capela de Carlos VII, Luís XI e Carlos VIII. Josquin des Prés (1450-1521), nascido no Hainaut ou na Picardia, mas, de qualquer modo, educado em ambiente neerlandês, teve em Itália o seu princípio de carreira, vivendo em Milão, em Roma e depois na corte dos Este. Esteve depois algum tempo ao serviço de Luís XII. Arcadelt (m. 1557?) dirigiu a capela Julia em Roma antes de ser mestre de capela do cardeal Carlos de Lorena e, a seguir, músico do rei de França. Mais internacional ainda foi a carreira de Roland de

Lassus * (1532-1594), representante típico do cosmopolitismo do Renascimento. Mestre de capela, durante algum tempo, em S. João de Latrão, viajou depois por Inglaterra e por França, fixou-se provisoriamente em Antuérpia e foi, finalmente, mestre de capela dos duques da Baviera. Portanto a polifonia flamenga irradiou larga e longamente sobre a Europa.

Também do norte veio a técnica da pintura a óleo. Conhecida desde o século XIV em França e na Alemanha, utilizada também, segundo Ghiberti, por Giotto, foi criada por flamengos, especialmente por Jan Van Eyck, que teria encontrado maneira de dar ao óleo propriedades secantes e fluidez. De resto, os artistas setentrionais tinham maior necessidade de proteger os quadros contra a humidade que os do Sul. O segredo passou da Flandres para Nápoles, onde trabalhava Antonello da Messina *, que já visitara Bruges. Antonello instalou-se em Veneza cerca de 1473 e os artistas venezianos apoderaram-se do processo. Esta difusão de uma técnica particular convida-nos a uma investigação de maior generalidade. Durante muito tempo se atribuiu aos Florentinos a descoberta da perspectiva *. Ora se estudarmos atentamente a célebre *Virgem com o Chanceler Rolin* (Louvre), chegaremos rapidamente à conclusão de que «não há comparação alguma entre a virtuosidade mostrada por um Van Eyck no manejo da perspectiva linear e das linhas de fuga e o hesitante aproveitamento que delas faz, na mesma altura, Masaccio. As grandes obras-primas da perspectiva linear são, em Itália... datadas dos anos 1440-1460 ou até 1470, ao passo que a *Virgem* do Louvre é de 1418» (Galienne Franeastel). Quererá isto dizer que temos de inverter os papéis e fazer dos Florentinos alunos dos Flamengos? Mais vale concluir que, numa época que Florença comerciava activamente com Bruges, ambas as escolas artísticas se influenciaram reciprocamente, procurando ambas situar o mundo exterior em relação ao homem: atitude humanista como nenhuma outra.

★

Na realidade, para lá de fronteiras e de escolas, havia tendências profundas que impeliam toda a arte europeia para novas direcções. Abandonando gradualmente os caminhos do idealismo, os artistas abriam os olhos para a realidade quotidiana, tomavam dela a medida — e daí a busca da perspectiva —, interessavam-se pelo homem, pelo seu corpo, pela sua face — mesmo quando feia —, descobriam a paisagem. Estava nisso um aspecto essencial do Renascimento; mas de modo algum privativo da Itália. Os pintores foram levados a interessar-se pelos traços individuais quando tiveram de representar os doadores a um canto do quadro ou de integrá-los numa «apresentação» a um santo — fórmulas estas que sobreviveram por muito tempo: recordemos o grande retábulo de Lisboa onde vemos rei, príncipes, cavaleiros e pescadores a serem apresentados a S. Vicente. Mas, graças à pintura de cavalete, que conheceu,

a partir de cerca de 1435, um favor crescente, a arte do retrato passou a ser um género autónomo; recusou a anedota e dirigiu o olhar apenas para a face. Afirmou-se primeiramente em França com o quadro de Girard d'Orléans, que, por volta de 1360, descreveu de perfil um João, o Bom de olhar vazio e barba mal cuidada. Desenvolveu-se depois em Itália e na Flandres, na época de Masaccio e de Van Eyck, sem por isso ser desprezada em França, como o testemunham o *Carlos VII* e o *Chanceler Juvénal des Ursins* de Fouquet. A Flandres dedicou-se antes da Itália ao retrato de frente ou a três quartos. O estilo de Florença, pelo contrário, preferiu durante muito tempo o perfil, que, valorizando a linha, fazia ressaltar a distinção das jovens aristocratas toscanas. Mas Piero della Francesca *, ao imortalizar as feições de Federico, duque de Urbino, não tentou lisonjeá-lo. Parece até ter-se comprazido em sublinhar, com o desenho do nariz, espantosamente arqueado, a inteligente fealdade do príncipe humanista. O célebre quadro de Ghirlandaio * *O Velho e a Criança* (Louvre) mostra igual preocupação de verdade. O pintor teve por bem opor a delicadeza dos traços do neto à pesada face e, principalmente, ao nariz coberto de verrugas do avô. Mas este tem uma expressão benévola e não assusta a criança. Os retratistas flamengos do século XV foram, mais ainda que os Italianos, atentas testemunhas das faces dos seus contemporâneos. Como não havemos de recordar aqui a *Virgem com o Cónego Van der Paele* de Van Eyck, artista que tem sido cognominado de «João sem piedade»? Não perdoa, ao retratar o cónego, «nenhuma ruga, nenhuma verruga, nenhuma dobra da carne ou da pele, nenhum estigma de lassidão ou de desgaste». Até já foi possível diagnosticar a arteriosclerose do doador.

Assim, o século XV reintegra, mesmo nas obras religiosas, o mundo dos homens, com as suas misérias e as suas deformidades e fealdades. Era sensível à diversidade das faces humanas: descobriu nelas um tema inesgotável para a arte. Se o Renascimento foi, no seu mais profundo movimento, um regresso ao homem, teremos imediatamente de concluir que os retratistas do século XV foram grandes humanistas e autênticos promotores da cultura nova. Seja, porém, como for, o homem do dia a dia aparece, de uma a outra ponta da Europa, nas obras dos pintores e dos escultores e é muitas vezes tratado sem indulgência. O *Rapazinho* do museu de Dresden, atribuído a Pinturicchio * tem um olhar duro e traiçoeiro; o *Zuccone* (careca) de Donatello tem corpo de atleta, mas as suas feições são de degenerado. No grande retábulo de Wit Stwosz revive todo o povo de Cracóvia: as raparigas, os velhos, a burguesia, a velha soldadesca, todos minuciosamente observados. Como o homem individual — e não apenas a sua idealização angélica ou a sua caricatura diabólica — é digno de interesse, os artistas representam-se a si próprios. A cabeça calva de Ghiberti * destaca-se no enquadramento do baptistério de Florença; no altar de Saint-Bavon, em Gand, um cavaleiro de face sonhadora é o próprio Jan Van Eyck. E temos ainda mestre Pilgram, artista

austríaco do início do século XV, que entreabre uma janela de pedra por baixo do púlpito da Catedral de Viena que esculpiu: de ferramentas na mão, mostra-nos as feições ossudas, os longos cabelos, os lábios em jeito de quem já perdeu as ilusões sobre o mundo. Dentro de mais algum tempo será Miguel Ângelo, doloroso Nicodemo na *Pietà* de Florença, farrapo humano de expressão mal-humorada no *Juízo Final* da Capela Sistina. Simples punhado de exemplos escolhidos numa multidão de outros, já que, entre 1360 e 1600, centenas de artistas se puseram assim em cena a si próprios — de Gentile da Fabriano a Veronese passando por Rafael e por Dürer. A arte do retrato, evidentemente, evoluiu durante tão longo período. No século XV os modelos não posavam; prisioneiros de si próprios, não tomavam atitudes estudadas para a História. O artista estudava-os com impassibilidade e, por vezes, com crueldade. Mas no século XVI, pelo contrário, à medida que aumentam as dimensões dos quadros o retrato passa a ser menos natural. A admirável Maria Tudor — Maria, a Sanguinária — de Antonio Moro não consegue dissimular a dureza de alma e a tacanhez de inteligência; mas, na mão, segura uma rosa.

Outra prova do novo interesse pelo mundo do quotidiano: o lugar cada vez maior da paisagem, da natureza, que por vezes é estudada com curiosidade quase científica. As duzentas e quarenta e oito figuras do políptico do *Cordeiro Místico* destacam-se de uma paisagem arejada e clara que pode parecer artificial. Mas os botânicos já identificaram nessa paisagem mais de cinquenta espécies de plantas e flores. E a cidade que serve de fundo à *Virgem* de Autun, também de Van Eyck, não é uma cidade de sonho; os especialistas provaram que é Liège. A *Pesca Miraculosa* de Conrad Witz (museu de Genebra) não está isenta de ingénuo desajeitamento. Mas, na sua época (1444), este quadro foi a mais exacta representação de uma paisagem europeia. Vê-se nele, de facto, não só o lago e a cidade de Genebra mas também a massa bem reconhecível do Salève e, ao longe, os cumes nevados dos Alpes. Obra particularmente importante pelo lugar que nela tem a paisagem é a *Virgem com o Menino* de Giovanni Bellini *. Jesus e Maria, que ocupam o centro do quadro, são talvez menos interessantes que os campos largamente representados ao fundo e, aparentemente, desligados deles. Os animais que, de pé ou deitados, pastam atrás de uma divisória, o poço com o engenho de tirar água, o burgo próximo, numa pequena elevação: outras tantas indicações precisas — mesmo económicas — acerca do baixo vale do Pó, onde a pecuária se «baseava na estabulação permanente ou semipermanente dos bovinos e... organicamente ligada à agricultura» (E. Sereni). Mas a paisagem pode ser um simples cenário. No *Livre du cœur d'amour épris* atribuído ao rei René, árvores, rios e céu têm por missão criar uma atmosfera. Em muitos quadros do grande mestre da escola do Danúbio, Albrecht Altdorfer * (1480-1538), e muito especialmente na *Prisão de Jesus*, a folhagem, mergulhando em sombras sob um céu raiado

de vermelho, contribui para o trágico da cena. Nessa época não só Altdorfer, mas Grünewald * e Dürer transfiguram assim, de forma fantástica, a natureza. Leonardo *, enfim, destaca as suas figuras dos longes, gradualmente vaporosos, a diluir-se irrealmente em brumas. Neste princípio dos tempos modernos, percebe-se de ambos os lados dos Alpes que a paisagem é digna, só por si, de interesse e se lhe pode dar uma alma. Dürer pinta aguarelas em que não figuram homens nem animais; Giorgione *, na famosa *Tempestade*, relega para os cantos do quadro o homem de vermelho e a mulher que amamenta uma criança; a prioridade é dada, de modo evidente, à folhagem, ao rio, à ponte, aos arredores de Castelfranco. Está aberto o caminho para os paisagistas holandeses do século XVII. Ao mesmo tempo, aprofundam-se os estudos de iluminação. Certas miniaturas do rei René mostram personagens postas a contra-luz contra o sol nascente, e uma sala real onde a luz vem de archotes invisíveis: processos estes que virão a ser retomados pelos «iluministas» do fim do século XVI e do século XVII. Grünewald e Altdorfer também mostram acentuada predilecção pelas luzes estranhas, quase românticas, em que se inspirará a pintura veneziana.

Assim, as pesquisas que transformaram a arte europeia entre os séculos XIV e XVII não são só de Itália. Os homens do Renascimento, porém, tiveram a impressão de a Itália lhes trazer uma libertação, uma civilização superior — especialmente porque lhes transmitia os valores, há muito esquecidos, do mundo antigo. Essa impressão não era ilusória.

★

É verdade que a Antiguidade nunca fora totalmente esquecida, mas tinha sido transformada. As monjas liam Ovídio, mas um *Ovídio moralizado*. No *Romance de Tróia* ou *de Eneias*, em certas «traduções» de Tito Lívio ou de Valério Máximo, nas miniaturas, os heróis antigos eram cavaleiros e as deusas eram grandes senhoras vestidas à moda de Carlos VI ou de Carlos VII. Um *César* esculpido em Pierrefonds no início do século XV mostra-se-nos sob a aparência de um herói barbudo, de cota de malha e espada de folha larga. Os humanistas, pelo contrário, esforçaram-se — sem sempre o conseguir, é verdade — por encontrar uma Antiguidade mais autêntica. Os primeiros, a começar por Petrarca, foram, pois, principalmente, pesquisadores e coleccionadores de manuscritos que encontraram as obras de Tácito, cartas de Cícero, peças de Plauto. Mas a Antiguidade não fora apenas romana; e daí um novo interesse pelo grego, interesse favorecido pela vinda para Itália, ainda antes da conquista de Constantinopla pelos Otomanos, de viajantes e refugiados bizantinos. Enviados do cardeal Bessarion percorreram o mundo mediterrânico em busca de manuscritos gregos. João Lascaris fez duas viagens ao Oriente por conta dos Médicis a fim de lá procurar obras helénicas.

Voltou da segunda, em 1492, com mais de duzentos manuscritos gregos. A Biblioteca Vaticana tinha em 1447, por ocasião da subida ao trono pontifício de Nicolau V *, três obras escritas em grego; quando este papa morreu, em 1455, tinha mais de trezentas e cinquenta. Tomás de Aquino quisera conciliar Jesus e Aristóteles, mas não sabia grego, facto que no século XV lhe é censurado por Lorenzo Valla, erudito de espírito muito agudo. Um patrício veneziano, Ermolao Barbaro (1454-1493), decidiu, pelo contrário, pôr de lado as velhas traduções latinas de Aristóteles e substituí-las pelos textos originais. Opôs assim ao «peripatetismo escolástico, baseado em versões árabes e dominicanas da Idade Média, um Aristóteles melhor compreendido» (A. Renaudet). Um aluno de Barbaro, Lefèvre d'Étaples *, especializou-se, no fim do século XV e princípio do século XVI, em traduções de Aristóteles. Platão, para os intelectuais da Idade Média, era um simples nome. A sua descoberta pelos humanistas é um dos principais títulos de glória do Renascimento, e este deve-o a Florença.

Nos anos 30 do século XV, Giovanni Aurispa, um siciliano que viria a ser professor de Lorenzo Valla, trouxe para Florença uma colecção de manuscritos gregos que comprara em Constantinopla. Entre esses manuscritos estavam as obras completas de Platão. Anos depois, por ocasião do concílio de Florença (1439-1440), o filósofo bizantino Gemisthos Plethon, o mestre de Mistra, veio para Itália, onde suscitou o entusiasmo pelo estudo dos *Diálogos* de Platão, tendo estado na origem da grande controvérsia entre partidários de Platão e partidários de Aristóteles que viria a prolongar-se pelos séculos XV e XVI e a fazer cristalizar as correntes filosóficas da época. Foi nesta atmosfera que Cosme, o Antigo *, sensível às aspirações e aos gostos da elite florentina, resolveu apoiar os estudos platónicos. Fez com que lhe fosse apresentado um jovem helenista de vinte anos de idade, Marsilio Ficino *, que apreciou, pondo-lhe á disposição em Careggi, em 1462, uma vivenda, uma biblioteca e rendimentos, pedindo-lhe que, em troca, dedicasse a vida ao estudo da filosofia platónica. Assim começou a «Academia» de Florença, que tanta influência exerceria em Itália e no estrangeiro, nos aspectos filosófico, religioso e artístico. Quando Cosme morreu, em 1464, Ficino já tinha traduzido dez *Diálogos* de Platão. Os outros diálogos foram traduzidos nos quatro anos seguintes. De Itália, a paixão do grego passou aos outros países e depressa teve honras em Paris, Oxford, Alcalá, Lovaina, Nuremberga. A tradução de Thomas More, para latim, dos *Diálogos* de Luciano (1506), o *Novum Testamentum* de Erasmo (1516) — onde o texto grego vinha acompanhado de uma nova tradução latina, diferente da Vulgata —, os *Commentarii linguæ græcæ* (1529) de Guillaume Budé *, a tradução francesa de Amyot das *Vidas Paralelas* de Plutarco (1559) foram grandes acontecimentos. Em 1578, o *Thesaurus linguæ græcæ* de Henri II Estienne, monumento de erudição, deu aos helenistas o precioso instrumento de trabalho que lhes faltava.

O conhecimento do hebraico, entre os Ocidentais da Idade Média, era ainda mais raro que o conhecimento do grego. Durante longo período, a cultura judaica foi como que um livro fechado para os cristãos, a despeito dos laços que uniam a religião de Cristo à de Moisés. Havia, porém, núcleos de população judia em muitas cidades europeias: em Frankfurt, em Toledo, em Praga, em Roma, etc. Mas a proximidade no espaço não cria, forçosamente, afinidades culturais. O humanismo, que procurou o regresso às origens em todos os domínios, é o grande responsável pela renovação dos estudos hebraicos, tal como o é pela dos estudos gregos. Ambas as renovações são solidárias uma da outra e tiveram como denominador comum o desejo de retomar o contacto directo com a Escritura. Embora a *Càbala* *, tradição esotérica judaica, tenha sido, em grande parte, refundida em Espanha no século XIII e toda uma literatura cristã, mas impregnada de mística judaica, tenha eclodido na Idade Média no meio dos conversos espanhóis, foi a Itália humanista que deu à cultura hebraica esplendor internacional. A meio do século XV, graças a Nicolau V e ao erudito Gianozzo Manetti, que estava ao seu serviço e procurava os manuscritos hebraicos, a Biblioteca Vaticana era a mais rica do Ocidente não só em manuscritos gregos mas também em obras judaicas. Alguns anos mais tarde, Pico de Mirandola (1463-1494), que Israelitas de Pádua e de Perugia tinham iniciado na *Cabala*, conseguiu reunir em sua casa uma centena de obras judaicas. Foi, no seu tempo, o grande promotor dos estudos hebraicos e teve influência decisiva sobre Reuchlin (1455-1522), que o visitou em Florença. Reuchlin, autor da primeira gramática hebraica escrita por um cristão (1506) e de duas obras sobre a *Cabala* — o *De arte kabbalistica* e o *De verbo mirifico* —, foi, no início do século XVI, a principal autoridade europeia em matéria de literatura judaica. Assim, a mística proveniente da *Cabala* passou a ser uma das componentes da cultura religiosa e filosófica do Renascimento. Sem ela não se pode compreender o pensamento visionário e sincrético de um Gilles de Viterbo e de um Guillaume Postel *.

Gargantua escrevia ao filho: «Decido e quero que tu aprendas perfeitamente línguas. Em primeiro lugar o grego..., depois o latim; e depois o hebraico, para as letras santas...». Programa revolucionário, se pensarmos que muitos tradicionalistas afirmavam, como Dorpius — um professor de Lovaina —, que o conhecimento do texto grego dos Evangelhos não era de utilidade nenhuma para o estudo da Bíblia. Mas ser um *homo trilinguis* foi um ideal relativamente espalhado no mundo dos humanistas. Daí a criação em Lovaina (1517), em Oxford (1517 e 1525) e em Paris (1530) de colégios trilingues destinados a duradouro êxito. O de Paris, a «nobre e trilingue academia», veio depois a dar o Collège de France. E como esquecer que um dos monumentos do Renascimento, tanto do ponto de vista da erudição como do da tipografia, é a célebre *Bíblia Poliglota* de Alcalá, composta a pedido do cardeal Cisneros? A concepção, no entanto, era medieval. No Antigo Testamento, as várias versões esta-

vam em colunas paralelas: ao meio a Vulgata e, de um e outro lado, o texto hebraico e o texto grego dos Setenta. Cisneros dizia que adoptara esta disposição para recordar o lugar que a Igreja romana ocupa entre a sinagoga e a Igreja grega: posição análoga à do Cristo entre os dois ladrões! Mas a atitude humanista foi rapidamente seguida por uma atitude revolucionária. Lefèvre d'Étaples, no *Quintuplex psalterium*, e Erasmo, no *Novum Testamentum*, não hesitaram em corrigir ou ignorar a Vulgata. Nestas condições, como é que os reformadores teriam podido deixar de ver no renascimento das letras antigas e no renascimento da religião dois movimentos conjugados e solidários entre si? Releiamos o prefácio escrito por Théodore de Bèze * para a sua *Histoire ecclésiastique des Églises réformées du royaume de France* (1580): «A barbárie tinha sepultado completamente o conhecimento das línguas em que estão escritos os segredos de Deus e era preciso ou que Deus, lá do alto, enviasse o dom das línguas aos homens por meios miraculosos, como fez no princípio da Igreja primitiva sobre os Apóstolos, ou então que, usando os meios ordinários de aprendizagem de línguas, nos conduzisse a poder ler no original o letreiro que puseram na cruz sobre a cabeça do Senhor: e além disso os estudos de ciências liberais despertaram espíritos que antes disso estavam profundamente adormecidos» (aquele letreiro era trilingue).

A restituição da dignidade, a uma escala nunca vista, às três grandes literaturas antigas foi, pois, uma realidade na época do Renascimento. A este respeito, o humanismo e a imprensa estiveram lado a lado, apesar de a imprensa ter, nessa altura, difundido um número considerável de obras que não reflectiam a nova cultura: almanaques, romances de cavalaria, vidas de santos, etc. É sintomático que o invento de Gutenberg tenha sido introduzido em Paris em 1470 por Guillaume Fichet, que foi o iniciador do humanismo em França. Sabe-se, de resto, que os maiores impressores desse tempo — Aldo Manuzio *, Froben, Josse Bade, os Estienne, Cristophe Plantin, etc. — foram, todos eles, eminentes letrados. Difundiram as obras dos Antigos entre o público culto. A imprensa aldina de Veneza, entre 1494 e 1515, não publicou menos de 27 edições *principes* de autores gregos. As várias obras de Virgílio foram editadas 546 vezes entre 1460 e 1600, tanto em latim como em traduções. Se adoptarmos uma tiragem média de mil exemplares por edição, concluiremos que, pelo menos, 546 000 «Virgílios» foram lançados no mercado europeu entre meados do século XV e o fim do século XVI. Em 1530, foram impressas em França as obras de 40 autores gregos — 32 deles na língua original — e de 33 clássicos latinos. O interesse pelas obras dos Antigos aumentou ao longo de todo o século XVI. No período anterior a 1550 só conhecemos 43 traduções inglesas de obras latinas e gregas. Mas, entre 1550 e 1600, houve 119.

A imprensa não teria conhecido o êxito que teve se o público não estivesse preparado para a acolher. Fala-se muito, e com certeza demasiado, do esgotamento intelectual dos fins da Idade Média. Na realidade, durante esse período, reputado como decadente, multiplicaram-se as escolas: escolas «secundárias», onde as crianças tomavam conhecimento da gramática latina, com as principais passagens da Vulgata, com os *Dicta Catonis* e com alguns extractos de Cícero, de Virgílio e de Ovídio; mas, principalmente, universidades. No fim do século XIV havia na Europa 45 *studia generalia*. O século XV viu nascer mais 33 e a primeira metade do século XVI mais 15. Estas últimas apareceram, principalmente, nos países que ainda não tinham universidades: Espanha, Portugal, Escócia e, mais ainda, o Império, onde, em 1520, havia 18 universidades em comparação com as 5 de 1400. O humanismo só vingou porque o terreno lhe tinha sido preparado.

★

E, no plano artístico, o Renascimento só vingou graças à arqueologia. Claro que não pôs à luz do Sol templos, anfiteatros ou basílicas; mas levou as suas investigações, com um Ciríaco de Ancona ou com um Giuliano de San Gallo, às ruínas da Itália do Sul e da Ásia Menor. Roma *, porém, não podia deixar de atrair muito especialmente os olhares de homens cada vez mais apaixonados pelas coisas da Antiguidade. Giovanni Villani, ao voltar do jubileu de 1300, resolveu, perante o espectáculo das ruínas de Roma, fazer-se historiador. No *Dittamondo* («Ditos do mundo»), composto por volta de 1350 por Fazio degli Uberti, a própria Roma, uma velha esfarrapada, narra a visitantes imaginários a sua glória e os seus triunfos de outros tempos, explica-lhes a história das sete colinas e conclui: «Quem poderá saber como eu era bela!». Toscano Poggio redige, cerca de 1430, uma *Ruinarum urbis Romæ descriptio*, fruto das suas peregrinações através da cidade. As ruínas são estudadas por si próprias pela primeira vez; Poggio parece até ter sido coleccionador de inscrições. Alguns anos mais tarde, em 1447, Biondo da Forli escreve a sua *Roma instaurata*, onde, servindo-se dos autores antigos, especialmente de Frontino, procura descrever a cidade de outrora, hoje desaparecida. Mais tarde a sua *Roma triumphans*, cuja primeira edição data de 1482, surge já como esboço de trabalho arqueológico. Também os papas se sentem estimulados a este jogo: Pio II faz-se transportar na *sedia gestatoria* a Tusculum, Alba, Tivoli, Ostia e Falerie. «Toma nota de tudo o que vê; procura as antigas vias romanas e os antigos aquedutos» (J. Burckhardt). Um édito de 1462 — a primeira de uma longa série de medidas que ficaram sem efeito — proíbe a degradação dos monumentos antigos. Em 1518-1519, Rafael suplicará a Leão X que faça proteger os últimos testemunhos da Antiguidade.

Aparecem os primeiros museus. Paulo II (1464-1471) já reunira uma importante quantidade de bronzes, pedras gravadas e antiguidades de todos os tipos. Essa colecção, infelizmente, dispersou-se depois da sua

morte. Mas Sisto IV * (1471-1484) deu o seu nome à fundação do museu do Capitólio, que, originariamente, incluía a célebre *Loba* etrusca, um busto de Domiciano e um *Hércules* — todos de bronze —, o *Leão devorando o cavalo*, o *Rapaz a tirar um espinho do pé* e a *Zíngara*. Logo a seguir, Júlio II (1503-1513) fundou outro museu — o museu de Belvedere — onde colocou uma série de estátuas recentemente descobertas. Na verdade, as escavações arqueológicas foram uma das grandes novidades dessa época. Sob Alexandre VI (1492-1503) foram descobertos, na casa dourada de Nero e nas termas de Tito, os «grotescos» — que se deve escrever «grotteschi» ou «grutescos», pois são aquelas decorações fantasiosas e complicadas que os Antigos faziam nas paredes e abóbadas dos palácios mas que, na Roma do Renascimento, estavam já soterradas naquilo que, a princípio, foi tomado como grutas. O *Apolo* do Belvedere foi encontrado em Anzio na mesma época. O *Laocoonte*, a *Vénus* do Vaticano, o *Torso*, *a Ariana Adormecida* e muitas outras estátuas foram encontradas no tempo de Júlio II. A aristocracia romana quis logo possuir colecções capazes de rivalizar com as dos pontífices. As escavações dos Farnese *, entre 1540 e 1550, nas termas de Caracalla, são das mais sensacionais do século. O *Hércules* e o grupo de Dirceu (o *Touro*) foram descobertos em anos anteriores a 1548. Em 1550, Aldrovandi, ao passar em revista as peças do «museu» Farnese, enumerou pelo menos quinze estátuas ou grupos escultóricos provenientes das Termas. Na verdade, os Farnese tiveram desde logo ao seu dispor três colecções de antiguidades: uma no grande palácio da margem esquerda do Tibre, outra na margem direita, na Farnesina, e a terceira no jardim do Palatino. A meio do século, os della Valle eram, com os Farnese, a família de Roma mais rica em antiguidades. Ao visitar o seu palácio em 1535, o jurisconsulto alemão Johann Fischardt, homem seco, exacto e pouco dado a entusiasmos, não pôde conter um grito de admiração e declarou: «o verdadeiro tesouro da Antiguidade romana está aqui».

No fim do século, este elogio tem de ser aplicado aos Médicis. Em 1576, um cardeal desta família, Fernando, que viria a ser grão-duque da Toscana, adquiriu a vivenda que, a partir de então, se chamou «villa Médicis». Em troca de 4000 escudos (177,600 kg de prata fina), ficou posse de uma colecção de grande nomeada — a colecção dos Capranica. Depois, em 1583, comprou o grupo dos *Nióbidas*, recentemente encontrado no Esquilino, e, no ano seguinte, as estátuas do Palácio della Valle. Entre estas estava a célebre *Vénus* que hoje se encontra em Florença. As descobertas arqueológicas assinalam todo o período do Renascimento. A *Quimera* de Arezzo foi encontrada nesta cidade em 1555 com uma *Minerva* etrusca. Em Roma, fragmentos da *Ara pacis* foram trazidos à luz do dia em 1568 e as *Bodas aldobrandinas* em 1606. As grutas do Vaticano, onde Clemente VIII * gostava de rezar, foram também exploradas. A emoção de toda a cidade foi grande quando, em 1578, foram encontradas catacumbas perto da Via Salaria e, depois, a toda a volta de Roma.

As colecções de antiguidades de Roma, mesmo as privadas, se não estavam abertas ao público à maneira dos actuais museus, eram, pelo menos, acessíveis aos visitantes cultos e desejosos de admirá-las. Montaigne, no fim da sua estada em Roma (1581), tinha visto bastantes estátuas para poder indicar as suas preferências: «O Adónis que está em poder do bispo de Aquino, a loba de bronze e a criança a tirar o espinho, do Capitólio; o Laocoonte e o Antínoo, do Belvedere; a Comédia, do Capitólio; o Sátiro da vinha do cardeal Sforza». Os visitantes eram bastante numerosos para justificar que, a partir da primeira metade do século, fossem compostos catálogos para os orientar. O primeiro apareceu em 1537. Dois desses catálogos foram especialmente importantes: o de Ulisse Aldrovandi, de Bolonha, *Delle statue antiche, che per tutta Roma, in diversi luoghi e case si veggono* (1556) e o do antiquário titular dos Farnese, Fulvio Orsini, *Imagines et elogia virorum illustrium et eruditorum ex antiquis lapidibus et numismatibus expressa*.

Como os turistas eruditos eram cada vez mais — e este turismo humanista é coisa nova —, bem depressa surgiu a necessidade de pôr ao seu alcance obras sobre os monumentos da antiga Roma. Esses livros corresponderam, no domínio da arquitectura, aos catálogos de estátuas de Aldrovandi e de Fulvio Orsini. Rabelais, quando esteve em Roma, pensou editar um; mas foi ultrapassado pela publicação da *Urbis Romae topographia* de Bartolomeo Marliano (1544). Este sábio tinha adquirido o hábito de organizar passeios arqueológicos em Roma: as ruínas eram visitadas sob a sua competente direcção, lendo-se, se necessário, as passagens dos autores antigos que com elas tivessem relação. Os livreiros de Roma vendiam, no século XVI, em intenção dos amadores de arte antigas plantas e reconstituições da capital dos Césares. Rafael, em 1520, na altura em que morreu, estava a trabalhar numa representação de Roma que a teria mostrado «restabelecida, na sua maior parte, na sua antiga figura, no seu primitivo contorno e nas proporções das suas diversas partes». Para tanto, escreve um contemporâneo, Rafael * «mandou realizar escavações no interior das colinas e nos caboucos profundos, e os resultados concordam com as descrições e dimensões dos autores antigos. Tal trabalho encheu o papa e todos os romanos de tal admiração que todos levantam os olhos para o seu autor como para um ser muito alto, enviado do céu para reconstituir a Cidade Eterna na sua antiga majestade». A planta que Rafael preparava compreenderia 16 folhas, dedicadas às 16 *regiones* da Roma de Augusto. Na realidade, foi um colaborador do grande artista quem fez aparecer, em 1527, a mais antiga planta arqueológica de Roma que hoje conhecemos. Era decepcionante. Mais exacta foi aquela que Marliano inscriu na sua *Urbis Romae topographia* de 1544. Durante o resto do século outras reconstituições se lhe seguiram, especialmente a do gravador francês Du Pérac, que vivia em Roma. Du Pérac dedicou a Carlos IX, em 1574, a sua *Urbis Romae*

sciographia. Será preciso dizer que, a despeito de um real esforço científico, estas reconstituições tinham grande proporção de fantasia?

Seja como for, a redescoberta — poderíamos mesmo dizer recuperação — da Roma antiga na época do Renascimento foi de incalculável importância para a cultura e a arte europeias. Livros e estampas deram a conhecer, às centenas de milhares de exemplares, as ruínas e as estátuas da antiga capital do mundo. Mas Roma exportava melhor que as imagens. Em 1540, Primatício, enviado por Francisco I, mandou fazer moldagens das mais célebres estátuas antigas. Voltou a Fontainebleau com 103 caixotes de moldagens e de mármores. Dos príncipes italianos, os duques da Toscana e de Mântua foram dos mais ávidos de antiguidades; e os seus embaixadores junto do papa tinham, entre outras missões, a de os manter ao corrente das escavações, das descobertas, das oportunidades de aquisição de peças valiosas. Também Maximiliano II se interessava pela arte greco-romana. Em 1569 foi-lhe enviado de Roma um *Hércules*, acompanhado de uma *Afrodite*, bustos de Sócrates e de Antonino e um *Mercúrio*. Estas estátuas atravessavam o Brenner em liteiras.

★

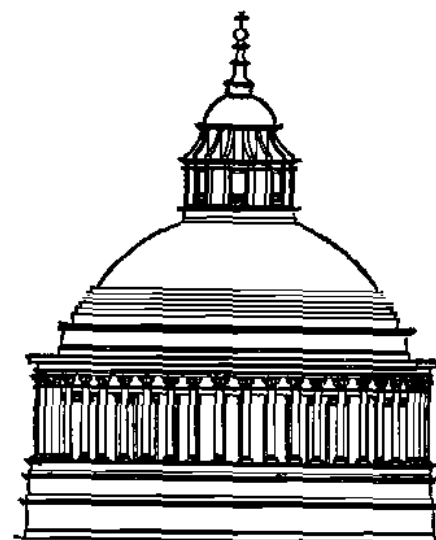
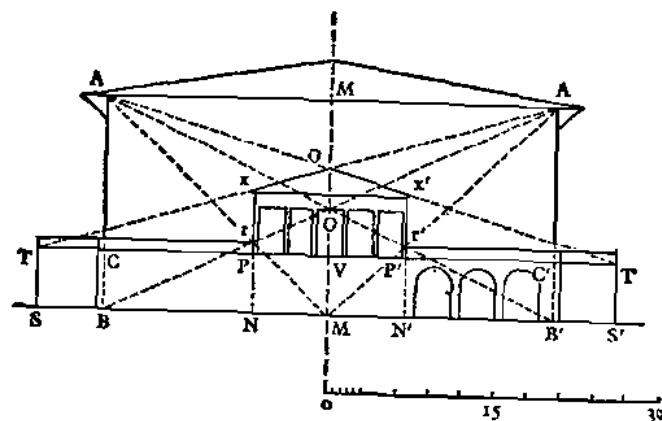
O interesse dos artistas pelas esculturas e monumentos da Antiguidade foi aumentando durante os séculos do Renascimento. Naturalmente, manifestou-se em Itália mais cedo que nos outros países. Para esculpir a cadeira do baptistério de Pisa (1260), Niccolò Pisano inspirou-se num sarcófago conservado no *Camposanto* da cidade e que representava Fedra e Hipólito. A Virgem, no painel dos Reis Magos, parece-se com uma matrona do tempo de Lívio. O nariz recto das personagens, as dobras, muito bem ordenadas, das roupagens, as barbas encaracoladas dos reis do Oriente parecem provir de uma obra romana. Esta atitude de Niccolò Pisano é de precursor, pois será preciso esperar pelo início do século XV para descobrir — especialmente em Florença — uma opção suficientemente geral pela imitação da Antiguidade, aliada, de resto, a uma duradoura ligação às tradições góticas. Em 1401, Brunelleschi dá ao condutor de asnos do *Sacrifício de Abraão* a postura do *Rapaz a Tirar um Espinho* helenístico. Ghiberti, seu concorrente na porta de bronze do baptistério San Giovanni, ao tratar do mesmo assunto, enfeita com florões o altar do sacrifício e, principalmente, modela o nu de Isaac «com amor e quase com voluptuosidade». Ghiberti, que visitara Roma, tinha fervente admiração pelas obras antigas. Fizera vir da Grécia bastantes delas a peso de dinheiro. Ao admirar diversas estátuas alexandrinas dos coleccionadores, nota, nos seus *Comentários*, que «a vista, quer a uma luz viva quer a uma luz suave, não bastava para lhes apanhar todas as delicadezas e só o tacto conseguia descobri-las». Nas obras de Ghiberti aparecem também *togati* romanos e anjos portadores de coroas que retomam o tema das Vitórias a segurar imagens rodeadas de louros. Em

1406-1407, Jacopo Della Quercia *, ao esculpir o túmulo de Ilaria del Caretto, pôs sob a jazente, de linha ainda medieval, uma base ornada de *putti* ligados por grinaldas: uma inovação sem precedentes. Quando, depois, trabalhou em Bolonha, deu ao Adão e Eva nus dos baixos-relevos de San Petronio uma plenitude corporal quase pagã. Desde então, a Antiguidade passa a ser um tesouro em que os artistas abundantemente colhem, por vezes com certa falta de tacto. Filareto *, aluno de Ghiberti, ao fazer a porta de bronze de S. Pedro de Roma (1433-1445), não hesitou em representar nela não só cabeças de imperadores romanos mas também Leda e o Cisne, os Gémeos, Marte e Pallas. Com Donatello *, (1386-1466), artista múltiplo, genial, de excepcional autoridade, a lição dos Antigos é melhor assimilada e o aluno vai além dos mestres. O *David* nu, de bronze, do Bargello, nervoso e grácil, tem a mesma postura de ancas que as estátuas gregas. Donatello inspirou-se, evidentemente, em sarcófagos antigos para a célebre *Cantoria* da Catedral de Florença, cujo friso é ornado com folhas de acanto alternando com ânforas; mas aquelas crianças turbulentas que se acotovelam numa ronda dionisíaca têm vida mais intensa que a dos Eros dos túmulos greco-romanos. Em Pádua, o artista compõe a primeira escultura * monumental da época, a estátua do *condottiere* Gattamelata (1453), segundo o tipo equestre do *Marco Aurélio* romano. Ainda em Pádua, faz uma *Virgem Sentada*, uma espécie de ídolo arcaizante, toucada com uma coroa urbana e sentada no trono de Cibele. Na mesma época (1444), Bernardo Rossellino, ao erguer em Santa Croce de Florença o monumento funerário do humanista Leonardo Bruni *, estabelece a fórmula do túmulo do Renascimento transformando a urna gótica num edifício clássico que assume as proporções de um arco de triunfo. Pilastras, frisos de palmas, águias antigas, grinaldas e sarcófagos à romana entram na decoração e na composição do monumento.

Brunelleschi *, criador da arquitectura do Renascimento, teria visitado Roma? Manetti e Vasari garantem que ele estudou e mediu os monumentos da cidade antiga. De facto, a sua obra prova que imitou os ornamentos dos Romanos sem assimilar completamente o espírito da sua arquitectura. A sua delicada capela dos Pazzi (1429-1446) possui uma graça que, por vezes, faltava aos monumentos de Roma. Mas, nessa obra célebre em que se revelam tantas influências, integrou numerosos elementos retirados do vocabulário antigo: colunas de capitel coríntio, pilastras, frontões, cornijas. Ao contrário dele, foi o próprio espírito da Antiguidade que Alberti * (1404-1472) e Bramante * (1444-1514) procuraram aprofundar. Leitor atento do *Timeu*, Alberti passou, no seu tempo, por ter sido iniciado nos segredos platónicos. O seu *De re ædificatoria* (1452) foi, ao lado do *De architectura* de Vitrúvio (impresso pela primeira vez em 1486), um dos breviários do Renascimento. Alberti ensina que o edifício deve constituir um todo de tal modo organizado que modificar seja o que for equivalha a desfigurá-lo. Daí o cuidado

que se tem de pôr nas proporções, na traça e na disposição relativa dos elementos. Comparando a arquitectura à música, recomenda, como os pitagóricos e como Platão, que se utilize as três médias: aritmética, geomètrica e harmónica. Ainda como eles, aconselha a utilização da circunferência e das figuras geométricas. Preocupa-se, como os antigos urbanistas, com a correcta colocação do edifício no contexto da cidade. O autor do «Templo» de Rimini, que rodeia a humilde igreja franciscana de mausoléus e arcadas triunfais, disserta longamente no *De re ædificatoria* sobre o estilo que a cada divindade convém: para Vénus e as Musas, edifícios de forma feminina; para Hércules e Marte, construções robustas e viris.

Platão, mestre de Alberti, é, no apogeu do Renascimento, inspirador das mais variadas manifestações artísticas. Sugere o ritmo e a forma das cúpulas e das igrejas de planta central; dá a Leonardo, quando este organiza em Milão em 1490 a «*festa do Paraíso*», o tema geral da decoração: um hemisfério encimado pelos signos do Zodíaco; junto a Aristóteles, representa, ao meio, a *Escola de Atenas*. A Antiguidade, que durante a Idade Média sobrevivera à custa de discrição e disfarces, está agora em primeiro plano. Graças ao pincel de Botticelli, Vénus, doce e sonhadora, com o gesto das deusas pudicas, sai novamente da sua onda nacarada. Dois versos de Lucrécio e uma estrofe de Horácio dão nascimento, por sugestão de Poliziano *, à misteriosa e atraente *Primavera* em que Flora é «outra Vénus». Na câmara da Assinatura, Apolo aparece três vezes ao chamamento de Rafael. Bramante, que em Milão se comprazera em acumular ornatos (pilastras pintadas, capitéis com figuras, frisos com medalhões), muda de maneira ao instalar-se em Roma e ao tomar contacto mais directo com os monumentos antigos. No *tempietto* de San Pietro in Montorio, modelo de euritmia, retoma a planta circular de um pequeno templo de Tivoli. Ergue no *belvedere* do Vaticano uma ábside inspirada nas das termas romanas. E, para a nova Igreja de S. Pedro *, projecta uma cúpula de forma análoga à do Pantheon.

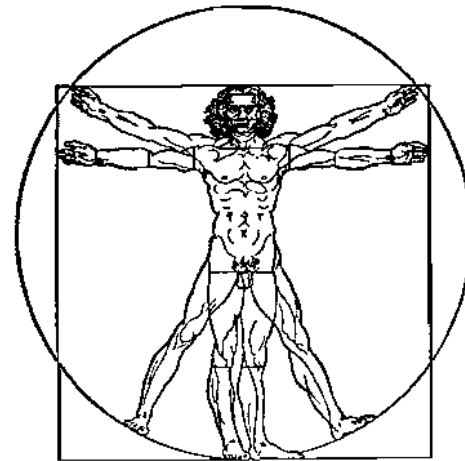
Quando Mantegna * (1431-1506) leva até à erudição o conhecimento das coisas antigas, quando Giuliano da San Gallo * (1445-1516) desenha toda a espécie de edifícios romanos, quando Rafael — cujo interesse pela arqueologia já é conhecido — deu, nas *loggie* do Vaticano, lugar aos *grotteschi* recentemente encontrados, como é que Miguel Ângelo (1475--1564), que levou ao limite as aspirações e as contradições do seu tempo, não havia de acolher com paixão a mensagem da Antiguidade? As suas primeiras obras são um *Combate de Hércules com Centauros*, feito aos dezasseis anos, o *Baco Embriagado*, que reúne «a esbeltez de um jovem e a delicadeza e rotundidade das formas femininas» (Vasari), um *Amor Adormecido* que foi tomado por peça antiga. Na *Pietà* de S. Pedro, o Cristo é um Apolo «martirizado em prol da nova fé». O *David* de mármore nada tem a ver com a história judaica: é um atleta grego. Miguel Ângelo *, em 1496, tinha admirado em Roma o *Apolo* do Belvedere.

19. PROJECTO DE BRAMANTE PARA A CÚPULA DE S. PEDRO.

20. «VILLA DE POGGIO» EM CAIANO: ESQUEMA DA FACHADA. (*Segundo A. Chastel*, Art et Humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique. *Esta «villa» foi construida por Giuliano da San Gallo para Lourenço, o Magnífico.*)

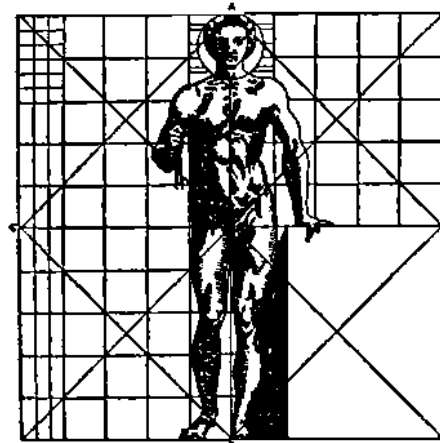
Mas esta antiguidade radiosa não podia satisfazer por muito tempo a sua alma inquieta. Ora, em 1506, assistiu à descoberta do *Laocoonte* numa «vinha» próxima de Santa Maria Maior. «Estas musculaturas poderosas, este estilo trágico, diziam melhor com as suas aspirações íntimas». Tinha encontrado o seu próprio caminho.

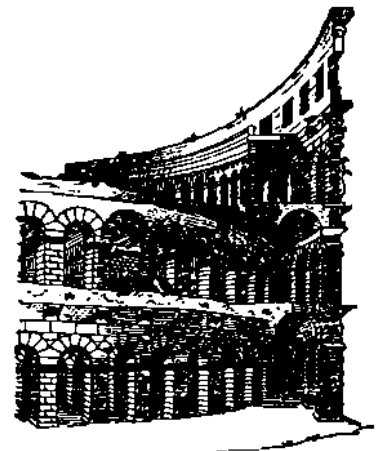
A partir de então, durante três séculos, o conhecimento da mitologia e das obras antigas foi, primeiro em Itália e depois em todo o resto da Europa, uma propedêutica indispensável à maioria das carreiras artísticas. Assim o decide um público que se deixou conquistar e agora impõe a tirania do seu gosto. Cellini *, tendo recebido a encomenda de um saleiro para Francisco I, põe-lhe não só Neptuno e Anfitrite mas ainda um pequeno arco de triunfo para demonstrar os seus exactos conhecimentos sobre a Antiguidade. Ticiano * vai buscar às bacanais os temas luxuriosos que tentam o seu temperamento sexual; e muitos outros o imitarão. Por outro lado, o austero Palladio *, grande leitor de Vitrúvio, colhe nas obras dos Antigos lições de serenidade e de comedimento. Reproduziu no teatro olímpico de Vicenza uma sala semicircular descrita pelo arquitecto latino. Noutros locais, inspira-se no Coliseu e no teatro de Marcelo. Quando, em certos palácios ou vivendas, opta pela planta rectangular é para fazer reviver o *atrium* da casa romana.

★

O Renascimento italiano, portanto, tomou perante a Antiguidade duas atitudes diferentes — conforme as épocas, os lugares e os temperamentos dos artistas. Uma primeira atitude consistiu em ir buscar à Antiguidade ornamentos, uma decoração. No Castel Nuovo de Nápoles (1451), Luciano Laurana, dalmata, insere entre as torres de um castelo amuralhado, à francesa, um arco de triunfo inesperado que faz lembrar o de Pola. A exuberante e fantástica fachada da cartuxa de Pavia — o monumento de Itália que os Franceses mais admiraram —, verdadeira festa de mármores e esculturas, fornece o melhor exemplo da fantasia com que o Renascimento italiano utilizou, por vezes, o vocabulário artístico dos Antigos. Medalhões com os imperadores de Roma ou com reis do Oriente, cenas alegóricas e mitológicas, grinaldas, pilastras finamente cinzeladas, ramagens estilizadas, aves diversas recobrem a parte inferior, que é do fim do século XV. Mas, levado por um movimento mais profundo, o Renascimento italiano foi além do cenário e das aparências da arte greco-romana. Fez triunfar o nu na pintura e na escultura. Rompendo com a tradição medieval, procurou reencontrar as mais harmoniosas proporções do corpo humano e redescobrir a alma da arquitectura antiga, estudando Vitrúvio, medindo os monumentos de Roma, dando às novas construções o ritmo musical recomendado por Platão.

Fora de Itália encontra-se a mesma evolução, mas com certo desfasamento cronológico e com maior ou menor compreensão — conforme as regiões — dos valores profundos da arte antiga. A França, por exemplo, foi-lhes mais permeável que a Alemanha ou os Países Baixos. Jean Fouquet, ao voltar de Roma, dera a conhecer em França a nova decoração e integrou nos seus trabalhos pilastras, capitéis romanos, arcos de triunfo, colunas torsas e marchetarias de mármore. No início do século XVI

21. LEONARDO DA VINCI: FIGURA HUMANA NUM CÍRCULO.

Este desenho mostra o cânone das proporções humanas tal como Vitrúvio as definiu.

22. AS PROPORÇÕES DO HOMEM SEGUNDO VITRÚVIO.

A redescoberta das filosofias platónica e pitagórica e a difusão do De Architectura *de Vitrúvio influenciaram profundamente os artistas do Renascimento, primeiro em Itália e depois, principalmente, em França e Espanha. Os arquitectos (Alberti, Palladio, Philibert de l'Orme...) tiveram especial respeito pela estrutura matemática da beleza: as proporções dos monumentos deviam estar em relação com as do homem, resumo e microcosmos do universo criado por Deus.*

os *grotteschi* aparecem no portal da catedral de Troyes e à volta do coro de Chartres. Em 1509 é concluída a fachada do palácio de Gaillon (Eure), na qual uma sobreposição de pilastras ornadas de arabescos cria tramos verticais. Este tipo de tramo depressa se generaliza nos palácios do Loire *: Azay-le-Rideau, Lude, Chambord, Blois, etc. As cornijas com modilhões e arcaturas do edifício municipal de Beaugency (Loiret), as pilastras ornamentadas com colunelos em forma de candelabro que adornam as três arcadas do pavilhão de caça de Moret (hoje no passeio Alberto I, em Paris), a sábia policromia das bases de chaminés e das lucarnas incrustadas de ardósia de Chambord, a refulgente decoração de terracota esmaltada que revestia colunas, frisos, arquitraves, medalhões e chaminés do palácio de Madrid (Bosque de Bolonha), hoje desaparecido: eis outros tantos testemunhos do período ornamental do Renascimento francês, entre cerca de 1500 e 1530. Por volta de 1520, as ruínas romanas mostraram-se nos vitrais de Bourges. Menos de vinte anos depois, em plena Bretanha, em Moncontour, um vitral de técnica flamenga repõe a história de S. Ivo num cenário antiquizante. Os acontecimentos da vida do santo são distribuídos por nove quadros separados por pesadas colunas torsas e caneladas. Arabescos, conchas, *putti*, faunos, golfinhos que se enfrentam aos pares alegram curiosamente esta austera biografia de um padre medieval.

Portanto, em toda a Europa, o estilo Renascimento foi, a princípio, apenas um cenário, uma decoração por vezes simplesmente aplicada às arquitecturas góticas. Em Espanha deu-se o nome de «plateresco» * a este novo tipo de ornamentação porque a sua delicadeza o aparentava com a arte dos ourives que cinzelavam a prata. Surgiu em Valência em 1420 e culminou, no princípio do século XVI, na Universidade de Salamanca, em San Pablo de Valladolid e na fachada do Hospital de Santa Cruz de Toledo. Esta fachada, dominada por um frontão, é enriquecida com colunas e colunelos muito trabalhados; duas janelas são encimadas por pequenos tabernáculos em forma de templo antigo; o arco gótico foi abandonado em favor da curva sem quebra dos monumentos romanos. O êxito da nova decoração foi, além de Espanha e França, mais tardio e menos completo. Em Augsburgo, os Fugger, que queriam estar de acordo com as últimas novidades, confiaram, em 1519, a um arquitecto influenciado por Veneza, Peter Flöttner, o arranjo da sua capela da Igreja de Sant'Ana e mandam buscar mármores a Itália. Ora Flöttner associou uma abóbada flamejante muito compartimentada, com liernes, terciarões e fechos, a reforços de volta inteira apoiados em pilastras. De ambos os lados, arcadas também de volta inteira sustentam as tribunas. Em Basileia, o edifício municipal, construído de 1508 a 1521, é uma construção gótica. Mas a decoração, em que participou Holbein, está ligada à estética nova: os dois portais de 1539 têm capitéis jónicos, *grotteschi*, pilastras enfeitadas com máscaras. Nos Países Baixos, a secretaria judicial de Bruges (1535-1537), uma das mais elegantes realizações

arquitectónicas deste período na região, reúne com felicidade os elementos antiquizantes — medalhões, colunas, frisos esculpidos — e as tradições medievais. As janelas ainda têm divisão central; as volutas enroladas mostram as inflexões da arte flamejante.

Mas em pouco tempo, especialmente em pintura, a decoração à antiga e a mitologia submergem todas as reminiscências da arte gótica. Rosso, chamado a Fontainebleau em 1530, separa, na galeria de Francisco I, as pinturas inspiradas em Homero, em Virgílio e na história romana com faunos, sátiros e deusas de estuque. Nos Países Baixos, Maerten Van Heemskerck traz de Roma em 1536 notáveis desenhos em que se inspirarão os «romanistas» do Norte. O próprio Van Heemskerck, ao pintar, no regresso, o *Rapto de Helena*, deixa-se levar, neste quadro, a uma verdadeira «orgia arqueológica». Esta palavra é também adequada para caracterizar a *Matança dos Triúnviros* de Antoine Caron * (Louvre), cerca de trinta anos depois: coluna trajana, coliseu, panteão, arcos de triunfo, mausoléu de Adriano, estátua equestre de Marco Aurélio, ruínas, estátuas antigas e vários palácios se acumulam num único quadro e servem de cenário a uma carnificina horrível, sadicamente trabalhada. Mas o regresso à Antiguidade deu, fora de Itália, obras de mais sóbria beleza: por exemplo, o *Adão e Eva* de Dürer (1507), hoje no Prado. Dürer * foi profundamente possuído do desejo de absoluto. Pensava que o cânone da beleza, outrora conhecido dos Antigos, fora redescoberto pelos Italianos e por isso eles podiam pintar «à antiga». Leitor de Vitrúvio, também ele procurou «com esquadro e compasso» a proporção plenamente harmoniosa do corpo do homem e da mulher: «Assim — escrevia — a tua obra será arte bela, grandiosa, livre e boa; será louvada por todos por ser absolutamente justa». Adão e Eva são dois jovens felizes, cheios de inocência, idealmente belos, cuja nudez radiosa evoca a divina perfeição da natureza humana antes do pecado.

A arquitectura e a escultura do século XVI souberam, mais ainda que a pintura, captar a profunda harmonia das obras antigas. O «purismo» espanhol dessa época é, precisamente, na senda de Bramante, uma procura do próprio espírito de Vitrúvio e uma recusa do cenário como tal. Deu obras viris como a nobre Catedral de Jaen e, principalmente, o palácio de Carlos V em Granada, começado por volta de 1527 por Pedro Machuca, que teria sido aluno de Miguel Ângelo em Roma. O exterior é um quadrado de dimensões imponentes. A fachada principal, ordenada segundo princípios de rigorosa simetria, apresenta austeridade e majestade. O arquitecto rejeitou os capitéis coríntios, aqui substituídos por capitéis dóricos e jónicos, mais sóbrios. Acentuou as horizontais, caras aos Romanos, que Serlio dará a conhecer a toda a Europa. O pátio interior, único no género, é circular. Rodeado por uma galeria de pórticos suportada por trinta e duas colunas dóricas de mármore, inspira-se nas pesquisas dos platónicos do Renascimento sobre o valor superior da circunferência em arquitectura.

23. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES ARQUITECTÓNICAS DO RENASCIMENTO EM FRANÇA.
(Segundo La Renaissance française, *in «La documentation photographique».)*

A França foi, por excelência, o país da reacção «clássica» contra os excessos ornamentais. Mais que noutros sítios, aí se opôs a Antiguidade reencontrada à fantasia superabundante de Júlio Romano e do Primatício *. A influência de Serlio *, autor de um célebre tratado de arquitectura, que morreu em Fontainebleau em 1554, a difusão em França das obras de Vitrúvio ilustradas por Jean Goujon, o intensíssimo estudo dos monumentos de Roma a que se dedicou Philibert de L'Orme explicam esta procura da regularidade, da simetria, da harmonia, que caracterizam a arte francesa de entre 1540 e 1560. As ninfas da fonte dos Inocentes (1549) têm a plenitude carnal, a finura e o à-vontade das obras gregas. Os seus trajes molhados fazem lembrar os da Acrópole. Na mesma

época, Philibert de L'Orme *, trabalhando no palácio de Anet, ergue o famoso pórtico, um dos primeiros exemplos franceses das três ordens antigas em sobreposição; dentro de pouco tempo este exemplo será seguido no palácio de Assézat de Toulouse (1555-1560). Philibert de L'Orme é também autor do túmulo de Francisco I (1552) em Saint-Denis, monumento do qual se disse, com justeza, que era mais greco-romano que italiano. De facto, tem a forma de um arco de triunfo antigo. As linhas da arquitectura dominam nele, rigorosamente, a composição e o artista aplicou estritamente o sistema modular dos Antigos. O apogeu deste classicismo arquitectónico do século XVI francês é alcançado com a fachada do novo Louvre *; nela trabalharam Pierre Lescot e Jean Goujon *. É um verdadeiro manifesto: todos os pormenores são antigos, mas ainda mais o é o espírito, isto é, a opção pela simetria, a rejeição das excrescências, a sábia graduação, desde a sóbria base até à ordem ática, interrompida pelo grande frontão encurvado, os efeitos de relevo e de claro-escuro, o rigoroso cálculo das proporções. Está-se já longe da fantasia italianizante de Fontainebleau.

Como a Antiguidade foi melhor conhecida a partir do século XVI, o curso da história cultural e artística da Europa modificou-se. A serenidade do *Apolo* do Belvedere influenciou Rafael e todos os que o imitaram; e a hipertrofia muscular e o movimento dramático do *Laocoonte* foram uma revelação para Miguel Ângelo, cuja obra se explica, a partir de 1506, em parte, com essa descoberta. A pintura escultórica de um Maerten Van Heemskerck, que, com certo exagero, foi já cognominado de «Miguel Ângelo do Norte», e muitas outras obras cheias de violência, atormentadas, do período barroco, derivam, de certo modo, do *Laocoonte*. É também à arte helenística que, provavelmente, se tem de ligar a «linha serpentina» e o alongamento de formas que caracterizam a estética maneirista de Parmesão, de Correggio *, de Cellini, da escola de Fontainebleau * e do Greco. As consideráveis dimensões das ruínas da Roma imperial impressionaram Bramante, Rafael, Miguel Ângelo e, mais tarde, Domenico Fontana, arquitecto de Sisto V: daí o estilo monumental, quase colossal, do Renascimento romano e, depois, da arte barroca europeia em geral, por oposição à discrição, mais ática, do Renascimento florentino. Também a poesia e a música foram marcadas pelo novo favor concedido à civilização greco-romana. Os poetas do século XVI, especialmente em França, procuraram submeter os seus versos, mesmo aqueles que escreviam em língua vulgar, à «medida à antiga». Este ritmo repercutiu-se também na música, pois Ronsard queria que as suas odes fossem cantadas, como as de Anacreonte ou de Píndaro. A ópera italiana, que encontrou a sua fórmula com Monteverdi *, no início do século XVII, nasceu das pesquisas conjugadas de humanistas, músicos e poetas, desejosos de ressuscitar o teatro antigo por meio da música. O canto «representativo», isto é, o canto dramático, evocava, para eles, a voz acompanhada à lira da antiga Grécia.

★

A admiração pela Antiguidade teve os seus exageros, ingenuidades e injustiças. Boccacio, ao renegar aos quarenta anos a obra de juventude, resolveu passar a escrever apenas em latim, e este exemplo foi seguido por muitos humanistas italianos e transalpinos — de Leonardo Bruni a Erasmo. Uma observação cuidada demonstrou que há poemas inteiros de Poliziano formados por citações latinas. Na França do século XVI já V. L. Saulnier pôde identificar mais de setecentos poetas latinos. E é conhecido o inquietante aviso de Ronsard no início da *Franciade*:

> *Os Franceses que meus versos lerem*
> *Se não forem Gregos nem Romanos,*
> *Em vez deste livro terão*
> *Um pesado fardo entre mãos...* (1)

Não só foram representadas em Ferrara, Bordéus e Oxford peças de Plauto e de Terêncio como na Inglaterra isabelina houve grande entusiasmo pelas tragédias de Séneca; a sua influência no teatro * inglês anterior a Shakespeare foi considerável. Essas tragédias não tinham sido concebidas para o palco: a acção é nula e a linguagem é demasiado enfática, mas tanto o público como os autores do século XVI eram sensíveis à grandiloquência do discurso, à atrocidade dos assuntos. Apreciavam a parte que nessas tragédias cabia aos crimes monstruosos e às vinganças implacáveis. A exaltação da Antiguidade e o correspondente desprezo pelas realizações a ela posteriores tomaram, por vezes, um aspecto que nos espanta hoje. Montaigne escrevia em 1581 que «as construções desta Roma bastarda, que nessa altura iam sendo acrescentadas àquelas ruínas antigas, embora tivessem com que suscitar a admiração dos nossos presentes séculos, mais faziam lembrar os ninhos que pardais e gralhas vão em França pendurando nas abóbadas e paredes das igrejas acabadas de demolir pelos huguenotes».

Não nos deixemos, porém, enganar por tais afirmações. A Europa do Renascimento, tomada em conjunto, não abdicou perante a Antiguidade. Tradições vigorosas se opuseram ao seu completo triunfo. O famoso *Esqueleto* de Ligier Richier, de Bar-le-Duc (1547), que renova o tema medieval do «transido», é, com diferença de apenas dois anos, do mesmo tempo que a fonte dos Inocentes. Em pleno século XVII continuava-se em França e na Bélgica a cobrir igrejas com ogivas cruzadas. Apesar da estética de Vitrúvio, os Alemães obstinaram-se na predilecção pelas

(1) No original: «Les François qui mes vers liront / S'ils ne sont et Grecs et Romains, / Au lieu de ce livre ils n'auront / Qu'un pesant faix entre les mains...». *(N. do T.)*

verticais. Aí, como na Flandres, a familiar silhueta das casas altas sofreu poucas transformações e foi fácil colocar no sítio da cimalha em escadinha um frontão barroco com volutas. É que, na realidade, a Antiguidade — mesmo em Itália — só era conhecida superficialmente. Leonardo da Vinci e Miguel Ângelo não sabiam latim. Shakespeare, que lera muito mas sem plano, inspirou-se, em muitas das suas peças sobre a Antiguidade, em Plutarco, mas sem tentar reconstituir nas tragédias que compôs os hábitos e costumes dos Antigos. A cor local não lhe interessava. Quando, em *Júlio César*, os mirones começam por aclamar Brutus, o assassino, para depois, manobrados por Antonius, rebentar em soluços perante o cadáver do tirano assassinado, não é tanto a plebe romana que está a ser evocada como a multidão versátil de todos os tempos. A insuficiência da cultura histórica do Renascimento foi causa de erros. Ficino foi menos platónico que neoplatónico e não viu tudo aquilo que separava do pensamento do discípulo de Sócrates o de Plotino, de Proclo e de Jamblico: ora, entre aquele e estes, havia mais de seis séculos. Ficino também julgava que os *Livros Herméticos* *, que dera a conhecer à Europa e tanto êxito obtiveram, encerravam sob forma esotérica a preciosa sabedoria da antiga religião egípcia. Ora, na realidade, os *Livros Herméticos* datam da era cristã. Não é de admirar que sejam uma mistura de concepções neoplatónicas, judaicas e egípcias. Pico de Mirandola * cometeu o mesmo erro a respeito do *IV Livro de Esdras*, que em vão pediu à Igreja que integrasse na Bíblia. Tomou por obra do século V anterior a Cristo um livro manifestamente posterior à conquista de Jerusalém por Tito. O Renascimento enganou-se, também, acerca de Dionísio, o Areopagita, visto que se atribuiu ao companheiro de São Paulo obras marcadas pelo neoplatonismo cuja primeira menção conhecida — em Constantinopla — data de 522. Em resumo, os humanistas «optimistas» basearam numa cronologia defeituosa uma das teses-mestras do Renascimento: aquela que afirmava haver um fundo de verdade religiosa comum a todos os povos e que Caldeus, Persas, Gregos, Egípcios e Judeus antigos tinham possuído os elementos essenciais da Revelação. Os homens dos séculos XV e XVI consideraram, portanto, a Antiguidade como um todo. Não deram suficiente atenção ao facto de ela ter durado mais de mil anos. E do mesmo modo ignoraram quase completamente a arte da época de Péricles e a evolução das ordens. Para eles, a escultura antiga era a do período helenístico.

Erros dificilmente evitáveis! Mas, por vezes, o Renascimento tratou a Antiguidade com excessiva ligeireza. Bramante, cognominado em Roma de «ruinante», não teve escrúpulos, na reconstrução da Igreja de S. Pedro, em deitar abaixo as 96 colunas coríntias da antiga basílica. Paulo III *, num breve de 1540, revogou todas as licenças para escavações concedidas a particulares — mas para dar o seu monopólio aos arquitectos e empreiteiros que trabalhavam em S. Pedro. Em 1562, «todas as placas de pórfiro e outras...» que havia na Igreja de Santo Adriano (na antiga Cúria impe-

rial) foram transportadas para o Vaticano. Sisto V * (1585-1590) mandou demolir o Septizonium de Sétimo Severo, no lado sueste do Palatino. E, quanto ao Forum republicano, foi no século XVI, e durante muito tempo ainda depois dele, «o campo das vacas». Os escrúpulos arqueológicos que hoje levamos a extremos eram desconhecidos dos homens do Renascimento. Como o *Laocoonte* foi encontrado mutilado, encarregou-se Montorsoli de o completar; e a *Loba* etrusca do Capitólio recebeu no século XVI o acrescento dos dois gemeozinhos que ainda hoje vemos.

★

Os homens do Renascimento, portanto, aliavam de modo bastante espantoso a admiração pelo mundo greco-romano a uma falta de respeito por vezes muito evidente para com as obras legadas pela Antiguidade à posteridade. De um ou de outro modo, tiveram vontade de fazer melhor que ela, e muitas vezes tiveram também consciência de o ter conseguido. Já Filipo Villani punha Giotto acima dos pintores antigos. Para Vasari, Miguel Ângelo era um génio incomparável, como antes nunca a História conhecera. Bramante, encarregado por Júlio II de reconstruir S. Pedro, tomou como objecto colocar a cúpula do panteão de Agrippa sobre o mausoléu de Adriano (palácio de Sant'Angelo). Inspirar-se nos Antigos para fazer coisas novas, eis o propósito. Também a obra literária e artística desta época fecunda, tomada no conjunto, nos surge como profundamente original por ser produto de múltiplas influências. Ferreira, que tinha a paixão de Virgílio e de Teócrito e foi o primeiro, em Portugal, a descobrir Anacreonte, deve porém a fama a uma tragédia, a *Castro* (1558), cujo assunto é tirado da história nacional. O *Orlando Furioso* (1516) de Ariosto * foi um dos maiores êxitos livreiros do Renascimento. Ora este poema é uma síntese da inspiração clássica e dos temas cavaleirescos, tão populares na Idade Média. No século XVI foram compostas muitas epopeias que não tiveram o êxito da de Ariosto. Mas a de Camões, os *Lusíadas*, de 1572, é um dos títulos de glória da literatura portuguesa. É de forma antiga, quase «marmórea», e tira de Virgílio os meios de expressão, os processos compositivos e o repertório mitológico; mas é dedicada à história recente dos Portugueses, e o poeta, que viveu dezoito anos além-mar, informara-se com muita exactidão nos historiadores e nos geógrafos. Ninguém, melhor que Shakespeare, exprime melhor este sincretismo tão característico da época: daí a inveja que lhe votou uma panelinha de puristas saídos das escolas de Oxford e de Cambridge. Inspirando-se muito indiferentemente na História antiga, nos anais ingleses ou nos anais nórdicos, Shakespeare encarna a inesgotável diversidade do Renascimento.

Diversidade que encontramos também na arte, até em Itália. Brunelleschi foi, em arquitectura, o iniciador do regresso à estética greco-romana e pôs em voga a simetria, o uso sistemático do módulo de

base. Mas Santa Maria del Fiore (1434), construída embora sem andaime nem contrafortes nem arcobotantes, é ainda gótica pelo perfil e pelo travamento com tirantes de ferro. Noutros monumentos — o Spedale degli Innocenti —, foi buscar às basílicas romanas as arcadas sobre colunas. E, no peristilo deste edifício, substituiu as nervuras por cupulazinhas de inspiração bizantina. Graças aos estudos platónicos, a cúpula tomou, a partir do fim do século XV, a antiga significação cósmica. Mas a planta central, a que frequentemente foi associada, não era apenas romana; a Alta Idade Média e Bizâncio também a tinham utilizado, e já se pôde, justamente, aparentar a planta de San Celso e de San Giuliano, de Roma — duas construções de Bramante — com as de muitas igrejas bizantinas.

Arte de síntese, a do Renascimento! Isto ainda é mais verdade fora de Itália. As construções manuelinas portuguesas (fim do século XV-princípio do século XVI) são das mais esplendorosas do seu tempo. Ora, no claustro de Belém, encontramos uma decoração antiquizante associada a arcos exteriores de volta inteira e a abóbadas com liernes e terciarões. Além disso, o Renascimento português deu, nos seus monumentos, em Tomar como na Batalha, um lugar original e completamente excepcional aos elementos marítimos, ou relacionados com a navegação e com as conquistas coloniais: cordames, velas dobradas, conchas, algas cabeludas, corais, esferas armilares, alcachofras (pois os marinheiros levavam nos barcos alcachofras para se defenderem do escorbuto). Em toda a parte a arte nova teve de entrar em compromisso com robustas tradições nacionais. As encantadoras lucarnas dos palácios do Loire são um elemento de arquitectura desconhecido em Itália. Em Chambord, a planta do edifício é a mesma do castelo medieval, composto por um bloco central ladeado por quatro torres; e os arquitectos franceses, apesar do projecto de Domenico de Cortona, mantiveram a escada de caracol. Ainda em Chambord, os capitéis das pilastras só superficialmente se parecem com os da época greco-romana. O florão central do capitel coríntio é substituído, muitas vezes, por uma cabeça de criança, uma coroa ou um pequeno busto. O edifício municipal de Antuérpia (concluído em 1565) apresenta colunas, capitéis, obeliscos à antiga e uma *loggia* que faz lembrar as italianas. Mas o telhado continua a ter grande inclinação e o majestoso corpo avançado é uma forma, ao gosto do tempo, da atalaia medieval. Recordar-se-á, não sem razão, que, com Bramante e Rafael em Itália, com os Machuca pai e filho em Espanha, com Philibert de L'Orme e Pierre Lescot * em França, a arte do Renascimento teve tendência para se purificar, para eliminar os elementos que não se relacionassem com a estética greco-romana. Philibert de L'Orme entendera respeitar a Antiguidade e não receava discutir Vitrúvio nem louvar «as belas traças» da arquitectura gótica. Havia, pensava ele, que adaptar as lições dos Antigos, levar em conta o clima, mostrar bom senso. «Mais vale — escrevia ele — falhar nos ornamentos das colunas

ou nas medidas das fachadas que nessas belas regras da natureza que dizem respeito à comodidade, aos usos e ao proveito dos moradores». Assim, pelo menos nos grandes artistas do Renascimento, a imitação da Antiguidade nunca foi servil. Ao voltar de Roma, Tintoretto * escreveu na parede da oficina: «O desenho de Miguel Ângelo, a cor de Ticiano.» E a época caracteriza-se tanto pela exaltante concorrência das artes como pela imitação da Antiguidade: Alberti dava a preeminência à arquitectura; Leonardo, ao contrário, insistia no «carácter divino da pintura, (que) faz com que o espírito do pintor se transforme numa imagem do espírito de Deus».

Os artistas do Renascimento possuíam uma técnica superior à dos Antigos e não ignoravam este facto. Os pintores da Grécia e de Roma não utilizavam a pintura a óleo, embora encausticassem painéis de madeira. É verdade que, em Pompeia, nos séculos II e I antes da nossa era, tentaram estudos de perspectiva; mas Pompeia ficou escondida dos olhares da humanidade até ao século XVIII. Os estudos dos Flamengos e, mais ainda, dos Italianos do *Quattrocento* em matéria de pintura tiveram, pois, carácter inédito. As pesquisas de Masaccio *, Piero della Francesca, Paolo Ucello *, Leonardo e os estudos teóricos de Alberti e dos matemáticos Manetti e Pacioli * permitiram aos pintores, a partir do início do século XVI, dispor de uma técnica que se pode dizer perfeita. Sabiam variar os pontos de fuga, dar perspectivas descendentes, ascendentes ou de tecto e «pôr as figuras a rodar». Mantegna, que foi um dos criadores da ilusão perspectiva, fez esforços espantosos. Leonardo, porém, interessou-se mais especialmente pela perspectiva aérea, que procura restituir as distâncias pela gradação dos efeitos luminosos — dessa luz que «anima o vazio do espaço, (... e) trabalha o objecto» (A. Chastel). Inventou o *sfumato*, o famoso claro-escuro, por meio do qual as figuras emergem de uma sombra vaporosa.

Seguros do seu talento e dos seus processos, como é que os artistas do Renascimento não haviam de fazer obra original? Assim, Bramante, inspirando-se embora no Teatro de Marcelo e no Septizonium hoje desaparecido, inovou profundamente ao realizar a alternância ritmada de painéis de largura desigual, ao quebrar a monotonia das fachadas com a saliência dos corpos avançados, ao acentuar os estilóbatas, que separam os andares e aumentam a clareza arquitectónica. E também os programas não eram já os da Antiguidade. Agora havia que construir igrejas, lançar claustros, decorar habitações que não eram concebidas como as dos Antigos. Em contrapartida, não se fazia termas. Bramante teve de realizar obra original quando foi encarregado por Júlio II de ligar o Palácio do Vaticano * ao Belvedere por dois corredores paralelos com 300 metros de comprimento. Os Gregos e os Romanos não nos legaram nenhuma obra que se compare com o *Juízo Final* de Miguel Ângelo, que tem 17 metros por 13, ou com as 72 telas pintadas por Tintoretto para a Scuola di San Rocco de Veneza. E não redigiram nenhum livro que se pareça com

os *Ensaios* de Montaigne. Tomemos outro exemplo: humanismo e soneto são praticamente inseparáveis. Ora o soneto, posto em voga por Petrarca e depois introduzido, no século XVI, por Marot * em França, por Garcilaso de la Vega em Espanha, por Wyatt em Inglaterra, não é antigo, é de origem italiana ou talvez provençal. Portanto, temos, apesar da constante referência aos modelos antigos, uma cultura nova e uma arte nova no quadro de uma civilização profundamente original.

★

No final deste estudo, definamos em linhas gerais as várias realizações do Renascimento no plano artístico. Num primeiro tempo viu-se, em Itália como aquém-Alpes, os artistas aceitar largamente as tradições locais enquanto admiravam as obras greco-romanas: bizantinas e romanas aqui, góticas ali, marítimas e exóticas em Portugal, essas tradições locais eram por eles combinadas com elementos decorativos retirados, principalmente, do vocabulário antigo. Essa arte compósita teve muito encanto e sabor. Depois disso veio o momento do purismo, que se pretendia platónico. Os artistas buscavam a estrutura matemática da beleza. Essa estética sóbria, serena, harmoniosa, desabrochou nas obras de Leonardo, Rafael, Bramante, Philibert de L'Orme, Pierre Lescot, etc. Mas a estrita disciplina e a beleza marmórea não podiam satisfazer inteiramente uma época inquieta que tantos Juízos Finais pintou. Miguel Ângelo optou pelo movimento e pelo sobre-humano. Foi o inultrapassável poeta do desmesurado. Ao fazê-lo, foi um dos criadores da arte barroca, que tinha afeição ao grandioso — daí o triunfalismo romano —, às vastas composições, às acções heróicas, às atitudes dramáticas, ao uso das diagonais. Rafael e Miguel Ângelo tiveram, ambos, numerosos imitadores — e a alguns deles não faltou talento. O eclectismo dos irmãos Carracci *, que juntaram às lições de Rafael as de Miguel Ângelo, deu ao tecto do palácio Farnese de Roma uma composição simultaneamente sólida e variada. Mas hoje descobre-se que o século XVI europeu foi largamente maneirista. Por «maneiristas» devemos, principalmente, entender os artistas que quiseram escapar por uma «maneira» muito pessoal, por um estilo próprio de cada um — assim pensava Vasari —, ao domínio dos gigantes da arte. Com os maneiristas triunfam um anticlassicismo e uma estética que se afastam resolutamente da natureza e do natural. Daí a qualificação de «amaneirada» durante muito tempo aposta a esta arte que procurava a originalidade a todo o custo e que tanto êxito teve nas cortes requintadas e preciosas de Mântua, de Fontainebleau e de Praga. Os maneiristas * quiseram causar espanto com o sobrecarregado da decoração — como Júlio Romano no Palazzo del Tè, em Mântua —, com a escolha dos assuntos, audaciosamente sensuais com Sprangler e resolutamente estranhos com Antoine Caron. Usavam cores ácidas e gostavam de fundos negros. Seguindo Parmigiano, alongaram as formas de um modo inespe-

rado e mostraram um gosto pronunciado pelas desproporções — recorde-mos o *Cristo na Cruz* de Cellini, no Escorial, uma *Anunciação* de Bron-zino, as figuras características do Greco *. Nos nossos dias há uma ten-dência, não destituída de fundamento, para ver no Maneirismo uma das dimensões essenciais do século XVI no período que precedeu a vitória do Barroco. No plano da psicologia colectiva, o Maneirismo aparece como testemunho de uma época que em todos os domínios se afastava dos ensinamentos tradicionais e buscava o seu caminho em muitas direcções. O Maneirismo exprimiu a sede de renovação de um século que não encon-trara ainda o equilíbrio e se mostra, na análise, tão rico e tão diverso que não se consegue fixá-lo de modo satisfatório.

É por isso que, tratando-se de uma época tão fecunda, todas as classificações são formais e artificiais. Também é preciso dar lugar espe-cial à pintura veneziana. Por volta de 1500, Veneza era ainda uma cidade gótica. O Renascimento só lá brilhou verdadeiramente com o palácio Vendramino, que é de 1509. Do mesmo modo a pintura veneziana, depois da geração dos precursores, dos quais o mais notável é Giovanni Bellini, levanta voo com Ticiano, que domina toda a primeira metade do sé-culo XVI e chega, no fim da carreira, a uma técnica quase impressionista. Mas a pintura veneziana brilha depois, com novo esplendor, na obra de Tintoretto e de Veronese *. A arte europeia deve imensamente a Veneza. Rubens, Poussin, Velázquez, Watteau e Delacroix, para citar apenas alguns nomes, consideraram Ticiano como o mestre por excelência, aquele que soube dar à pintura a óleo a sua verdadeira dimensão e a sua prestigiosa vocação. Os pintores venezianos preferiram a cor á linha; deram à pintura maior flexibilidade e maior intensidade luminosa. Mas, por volta de 1600, viveu em Itália um artista isolado que faria escola: Cara-vaggio *. Desdenhava da Antiguidade, reagiu contra todas as convenções, esforçou-se por uma pintura «natural» e por vezes brutalmente realista. Ao *sfumato* de Leonardo opôs os violentos contrastes entre a sombra e a luz. Os «iluministas» de França e dos Países Baixos imitaram a sua maneira.

Assim, neste princípio do século XVII, a pintura e, mais geralmente, todas as artes chegam na Europa á plena maturidade e á perfeita facili-dade técnica. Os artistas podem fazer tudo o que quiserem. E devem isso mais à Itália que à Antiguidade. Na época em que uma Europa dinâmica procurava os meios da sua renovação, a Itália trouxe a possi-bilidade de um rejuvenescimento muito mais radical que aquele que poderia ser dado pela arte gótica — apesar das reservas de seiva e de vigor que ela ainda possuía. O esplendor da riqueza italiana contribuiu para o triunfo da estética nova. Foram artistas vindos da península que por toda a parte espalharam o *new look* (¹) artístico. A primeira fachada

(¹) Em inglês no original. *(N. do T.)*

renascentista de França — a do Palácio de Gaillon — foi obra de uma oficina de escultores franco-italianos. E é conhecida a importância que, a partir dos anos trinta do século XVI, teve a «escola» fundada em Fon-tainebleau por Rosso e pelo Primatício, que aclimataram o Maneirismo em França. Em Inglaterra, as fórmulas da arte nova foram introduzidas por um florentino, Torrigiano, autor do túmulo de Henrique VII em Westminster. Nos Países Baixos, se Bruegel, o Velho *, desenhador e paisagista sem par, se inspirou pouco em modelos italianos e não quis representar nus, «os Romanistas» triunfaram junto do público ao longo de todo o século XVI. O mais poderoso escultor espanhol do Renasci-mento, Berruguete *, foi aluno de Miguel Ângelo em Florença, seguiu-o para Roma e desenhou para ele o *Laocoonte*. Uma das jóias do sé-culo XVI está em Praga: é o Belvedere, uma espécie de templo períptero rodeado de elegantes colunas jónicas. É devido a um italiano, Paolo della Stella, aluno de Sansovino, que ali trabalhou de 1534 a 1539. Em Cra-cóvia, Segismundo I (1506-1548), que casara com uma Sforza, pediu a italianos que lhe construíssem a residência do Wawel. O Palácio da Chan-celaria de Roma (fim do século XV-princípio do século XVI) deu o modelo dos pátios de arcadas sobrepostas que se multiplicou na Europa Central no fim do século XVI e no princípio do século XVII — em Gratz, em Litomysl (Boémia), em Cracóvia, etc.

A Grécia de outrora conquistara os seus vencedores. A Itália do século XVI, pisada a pés pelos «Bárbaros», impôs-lhes um gosto que era o gosto da Antiguidade mas revisto, corrigido, transformado, pois vinha enriquecido com toda a experiência medieval. O Renascimento reencon-trou, sem dúvida, de certo modo, os valores do mundo greco-romano. Mas, ao mesmo tempo, tomou consciência do intransponível fosso que o separava desses valores. Interpondo os espessos «tempos obscuros» entre a Antiguidade e a nova Idade de Ouro, relegou definitivamente para o passado, como coisa já esgotada, uma civilização em que desejava inspi-rar-se mas que não podia ressuscitar. O Renascimento, portanto, teve consciência histórica. Essa consciência era uma novidade e era sinal de uma mentalidade nova. Como o cristianismo tinha impregnado quinze séculos de história europeia, a mitologia já não podia ser senão um álbum de imagens, de resto singularmente rico, e um repertório de ale-gorias. Os deuses tinham abandonado os templos. Quando as ruínas anti-gas aparecem — e isso é frequente — numa Natividade, estão lá para significar que Jesus, ao nascer, pôs fim à época pagã.

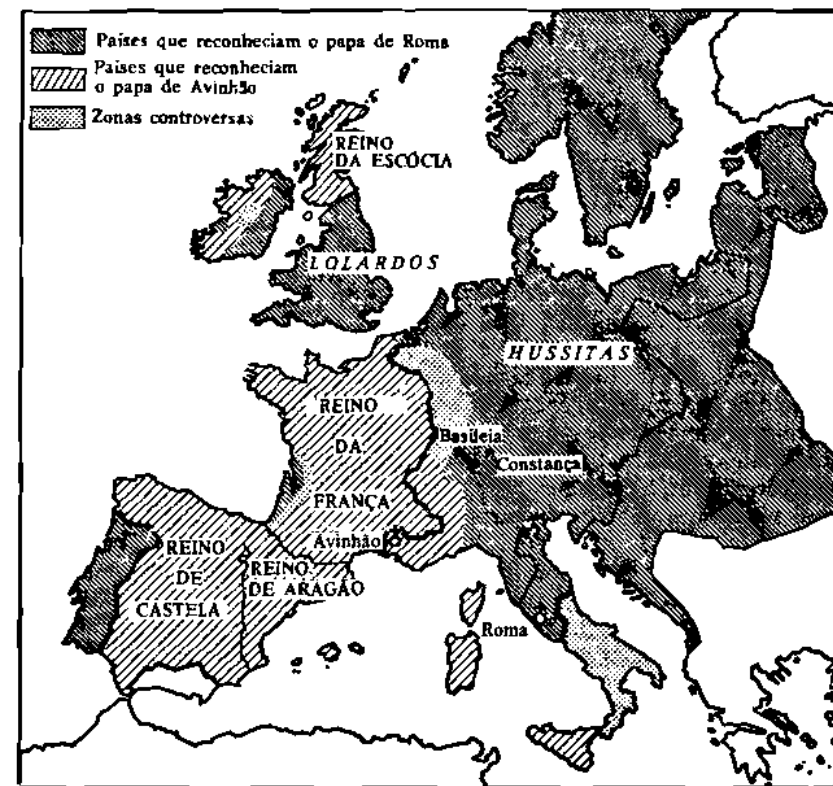
CAPÍTULO IV

O RENASCIMENTO COMO REFORMA DA IGREJA

Enquanto se afirmavam as nações da Europa, tal como o princípio e a realidade da monarquia absoluta, enquanto as viagens e conquistas de além-mar transformavam as correntes e o ritmo da economia e a arte e a cultura — graças ao melhor conhecimento da Antiguidade e também à maior atenção prestada ao mundo exterior e a técnicas mais seguras — se orientavam para percorrer novos caminhos, como não havia a mutação geral da sociedade, agora mais activa, mais urbanizada e mais instruída, mais laica do que nos séculos XII e XIII, de atingir em profundidade a própria religião — uma religião que informava toda a vida quotidiana e que penetrava no coração de cada um? No meio de pestes terríveis, de repetidas guerras e de aflitivas lutas civis, numa Europa Ocidental e Central abalada por brutais reviravoltas da conjuntura económica, a Igreja de Cristo parecia navegar à deriva para o abismo. Mas o século XVI viu-a recuperar e, ao mesmo tempo, quebrar-se e mostrar à luz do dia o escandaloso espectáculo do ódio entre os seus filhos.

Em 1378, aquando da morte de Gregório XI * ao regressar de Avinhão a Roma, perigosos grupos de pressão — grupos de cardeais divididos em facções rivais — impuseram, a uma Cristandade dolorosamente estupefacta, um cisma * que iria prolongar-se por trinta e nove anos. Depois das flutuações iniciais, a Europa católica dividiu-se em duas: a França, a Escócia, Castela, Aragão e o reino de Nápoles declararam-se a favor de um francês, Clemente VII *; os outros países optaram pelo italiano Urbano VI. Os dois pontífices e os dois sacros colégios, agora inimigos, excomungaram-se reciprocamente e procuraram subtrair países e reis à tendência adversa. Cada um dos dois partidos teve os seus propagandistas e os seus santos. Pedro de Aragão e Catarina de Siena foram «urbanistas», Vicent Ferrer e Colette de Corbie foram «clementinos». Uma vez apanhados nesta engrenagem, os papas antagonistas e os seus sucessores numa e noutra obediência foram os últimos a compreender que a única forma de pôr fim ao cisma consistia em abdicar. A obstinação dos pontífices, e especialmente

a de Bento XIII, eleito em Avinhão em 1394, impediu durante muito tempo as tentativas de «reunião». Para pressionar o papa de Avinhão, o clero e o governo franceses decidiram, por duas vezes, a «subtracção à obediência» — primeiro de 1398 a 1403 e depois, novamente, a partir de 1408. Bento XIII continuou intratável. No entanto, parecera em 1407 aceitar o princípio de uma conferência em Savona com o adversário. Ambos os papas se moveram (lentamente) um ao encontro do outro, mas não percorreram os últimos vinte e quatro quilómetros que os separavam. Muitos cardeais de ambos os lados se separaram dos seus pontífices e convocaram um concílio * em Pisa (1409). Bento XIII e Gregório XII * foram declarados heréticos e depostos. Foi eleito um novo papa, Alexandre V, que morreu no ano seguinte, sendo substituído por João XXIII. Havia agora três papas, pois nenhum dos dois pontífices depostos aceitou abdicar. João XXIII, cuja anterior carreira fora mais militar e política que religiosa, e cujo comportamento tinha aspectos escandalosos, não pôde recusar ao rei dos Romanos, Segismundo, «advogado e defensor da Santa Igreja», a convocação de um novo concílio para Constança. A assembleia (1414-1418) não tardou a entrar em conflito com João XXIII, que fugiu de Constança, foi apanhado e, finalmente, resignou. Gregório XII, desanimado, renunciou também ao pontificado. Mas Bento XIII, velho obstinado, refugiado no rochedo aragonês de Peñiscola como numa arca de Noé, recusou todo e qualquer compromisso até à morte (1423). Depois da eleição de Martinho V, em Constança (1417), porém, o mundo católico reencontrara, praticamente, a sua unidade.

O concílio de Constança não reunira apenas para pôr fim ao cisma; tivera também o objectivo de condenar as doutrinas hussitas e, mais ainda, de realizar o desejo, já há tanto tempo expresso, de «reformar a Igreja na sua cabeça e nos seus membros». Ora a impotência pontifical e a anarquia que reinava na Cristandade davam, precisamente, uma oportunidade ao movimento conciliar, que era herdeiro das doutrinas de Jean de Jandun e de Marsílio de Pádua, as quais subordinavam a autoridade do papa ao livre consentimento do povo cristão. Já antes da reunião do concílio de Constança universitários eminentes como Pierre d'Ailly e Gerson * tinham pedido a convocação de assembleias eclesiásticas que supervisassem, tanto no domínio espiritual como no domínio temporal, o governo da Igreja. Iria esta Igreja transformar-se numa monarquia parlamentar? Numa federação de nações autónomas que se exprimissem em Estados Gerais periódicos da catolicidade? Efectivamente, os padres, em Constança, agruparam-se e votaram por «nações», os doutores de direito e de teologia foram admitidos nos escrutínios e Martinho V foi eleito por um conclave em que os vinte e três cardeais presentes tiveram de aceitar, a seu lado, trinta deputados das «nações». Estas inovações anunciavam já a reforma da igreja? Na verdade, este grave problema só foi abordado tardiamente e em ambiente de cansaço, depois da condenação de João Huss e da abdicação de João XXIII e de Gregório XII. Mas, a 30 de

24. O GRANDE CISMA: SITUAÇÃO CERCA DE 1390.
(*Segundo* Histoire générale des civilisations.)

Outubro de 1417, foram votados dezoito decretos que visavam, essencialmente, os abusos, quer financeiros quer judiciais, do poder pontifical. Martinho V, porém, desde que se viu eleito, apressou-se a apresentar um contraprojecto mitigado e a negociar separadamente com as várias «nações» do concílio concordatas provisórias que restabeleciam parcialmente as eleições eclesiásticas e diminuíam as exigências financeiras do papado. O concílio terminou, em 1418, na impotência e na completa falta de unanimidade. Tomara, todavia, uma decisão fundamental que defendia o futuro: o papa fora considerado inferior ao concílio e este reuniria, doravante, de forma regular e automática.

A vontade de reforma vinha, essencialmente, da base. E a assembleia de Basileia atraiu relativamente poucos prelados — menos de cem —, mas cerca de quatrocentos universitários decididos a caminhar em frente.

O concílio começou por beneficiar da simpatia geral da Cristandade e Eugénio IV *, apesar da sua profunda hostilidade para com ele, teve de reconhecê-lo como canónico (1434). Foram obtidos importantes resultados em vários domínios. A França e a Borgonha, sob a égide do concílio, reconciliaram-se; os utraquistas * da Boémia foram readmitidos na Igreja romana; e as resoluções de reforma foram adoptadas em 1436. Mas Eugénio IV saiu vencedor do conflito que o opunha ao concílio. Os extremistas da assembleia, que se declarava constituinte, foram inábeis ao não estatuir os meios financeiros a dar ao papado e, principalmente, ao depor Eugénio IV e eleger Félix V (1439). Foi geral a consternação perante o cisma que novamente se abria. Carlos VII e o clero francês, favoráveis ao concílio, tinham justamente adoptado a «pragmática sanção» *, que, sob as cores do galicanismo e da independência face ao papa, fazia, na realidade, do rei o senhor dos benefícios em França. Recuaram, porém, perante a perspectiva de nova quebra da unidade cristã. Noutros países, a reacção foi idêntica. Félix V só foi reconhecido por Basileia, Estrasburgo, Sabóia, Milão, Aragão e Baviera. Os moderados abandonaram a assembleia de Basileia, à qual Eugénio IV opôs em 1438 outro concílio, primeiro reunido em Ferrara e depois em Florença. Ora foi a Florença que veio o imperador de Constantinopla, e foi Eugénio IV quem ele reconheceu como sucessor de Pedro. O êxito — sem futuro — da reunião das Igrejas grega e latina (1439) exaltou o prestígio de Eugénio IV. A morte do pontífice, em 1447, e a sua substituição por um humanista, Nicolau V, que, por intermédio de outro humanista Ænea Silvio Piccolomini, negociou a completa reunião da Alemanha à Santa Sé, completaram o descrédito dos obstinados de Basileia e isolaram Félix V, que abandonou a luta (1449). Os concílios não tinham conseguido a reforma da Igreja e também a não fizeram os papas que reinaram entre 1450 e a revolta de Lutero *.

★

Em 1434, Eugénio IV escrevia aos padres do concílio de Basileia: «Das solas dos pés ao cocuruto da cabeça, não há no corpo da Igreja uma única parte sã». Cinquenta anos depois, um orador do clero nos Estados Gerais de Tours não seria menos pessimista: «Todos sabem, declarava ele, que já não há regra, devoção nem disciplina religiosas e que há em todo o clero demasiada desordem em grande detrimento de toda a Cristandade». Na esteira de acusações tão categóricas, muitos historiadores fizeram, durante muito tempo, dos «abusos» de todos os géneros que então havia na Igreja a causa principal da Reforma. Efectivamente, quando esta surgiu, por toda a parte se acumulavam os benefícios, as comendas, o absentismo. O declínio da vida monástica era indiscutível. Pico de Mirandola e Erasmo estigmatizam a vida monacal, cujo modo de recrutamento é, muito frequentemente, deplorável. Será

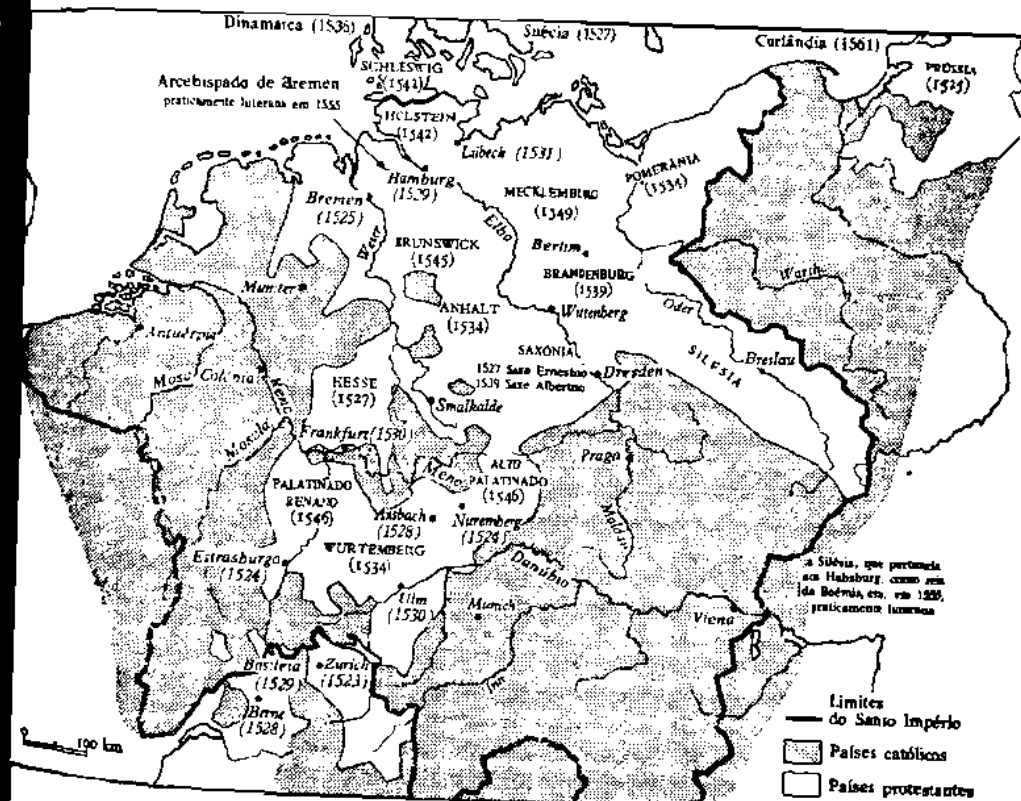
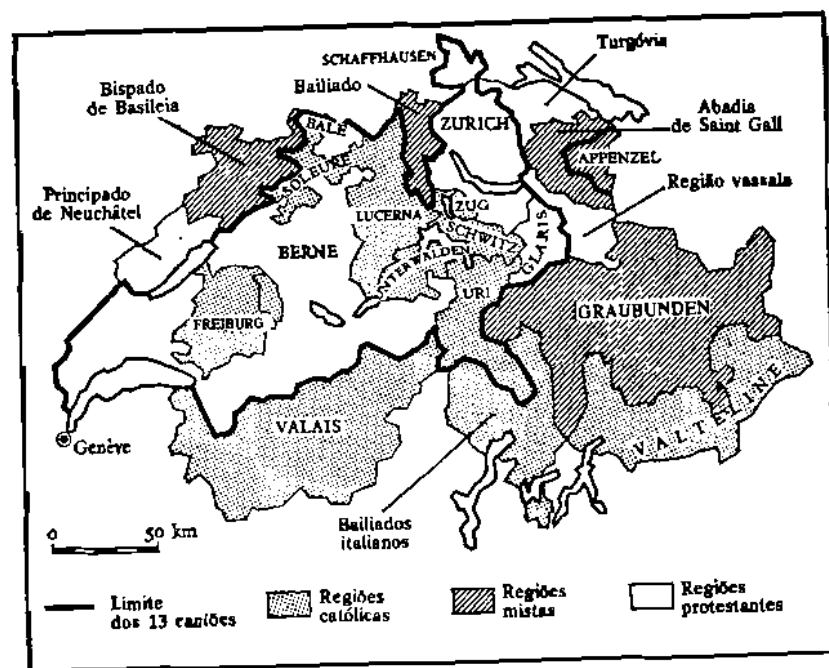
preciso repetir as sátiras de Erasmo e de Rabelais contra os religiosos? E o papel odioso que Margarida de Navarra dá em tantos dos seus contos aos frades mendicantes? Por outro lado, dominicanos e franciscanos esgotam-se em querelas mesquinhas. Os franciscanos dividem-se em dois grupos rivais: observantes e conventuais. Finalmente, mendicantes e seculares opõem-se em muitas ocasiões; aqueles pretendem substituir estes na vida paroquial. É verdade que o baixo clero, por sua vez, também deixa muito a desejar. É bem pouco edificante o quadro que dele fazem muitos documentos — sátiras de Sebastian Brant * e de Erasmo, sermões de fogosos pregadores, actas de visitas pastorais, arquivos oficiais. Aí encontramos frequentemente padres cheios de brutalidade, envolvidos em querelas e dados ao concubinato. E mais ainda: são pouco instruídos e muito pobres, especialmente no campo, pois os beneficiários são absentistas e fazem-se substituir por servidores a quem pagam o mínimo possível. É vulgar o padre ter de trabalhar para viver; às vezes «vende» os sacramentos. Os locais de culto estão mal conservados, as bases da religião são mal ensinadas, os sacramentos são pouco e mal distribuídos. J. Toussaert provou, num livro capital, que numa região tão cristã como a Flandres se oferecia aos fiéis — massa bruta e ainda de instintos muito pagãos — «um cristianismo a 80 % de moral, 15 % de dogmas e 5 % de sacramentos». Os bispos esquecem cada vez mais que o seu nome «significa labor, vigilância, solicitude» (Erasmo). Frequentemente recrutados na nobreza, voluntários da guerra na Alemanha e, noutros sítios, conselheiros atentamente ouvidos pelos príncipes — de 1436 a 1444 houve seis bispos no conselho de Carlos VII —, não têm escrúpulos quanto ao absentismo e esquecem o dever de visitar as dioceses. Quanto mais se sobe nos escalões da hierarquia maior parece o escândalo. Numa Roma corrompida pelo luxo do Renascimento, os cardeais são, mais que nunca, os «sátrapas, montados em cavalos ajaezados a ouro, que pouco falta para que sejam também ferrados a ouro...», como já Petrarca reprovava. Brígida da Suécia pedira a supressão de tais «inúteis». Quanto aos papas, «fazem, com o seu silêncio, que Cristo seja esquecido» — é Erasmo quem fala —, «acorrentam-no a leis de traficância, desnaturam-lhe os ensinamentos com interpretações manipuladas e matam-no com o seu vergonhoso comportamento». Sisto IV deixa urdir a conjura dos Pazzi; Inocêncio VIII * convida a mais alta nobreza italiana para o casamento de seu filho; Alexandre VI *, papa simoníaco e por este motivo vilipendiado por Savonarola, cobre com a sua autoridade os crimes e a ambição de seu filho César; Júlio II, «velho decrépito», dedica, apesar disso, à guerra um ardor de jovem. O seu sucessor, Leão X, é mais pacífico, mas tem uma grande paixão pelo teatro. Na época de Lutero, tinha coisas melhores com que entreter-se.

Que há de espantoso na impressão de caos dada por uma Cristandade assim dirigida e enquadrada nas vésperas da Reforma? A liturgia perde o pé perante novas formas de devoção. Deve-se aderir mais aos sacra-

mentos ou ao rosário, à missa — uma missa que a maioria dos fiéis *não entende* — ou *à via sacra*, a Deus ou aos santos? O politeísmo parece renascer. Os cristãos, assustados com o medo da morte e do inferno, procuram abrigar-se sob o grande manto da Virgem e tentam segurar-se contra a danação *à força de indulgências* compradas. A penitência toma, assim, um carácter venal e as indulgências são oferecidas como prémios de uma tômbola. Numa atmosfera saturada de inquietação em que o diabo parece rondar por todos os lados, aumenta, no século XV, a caça aos feiticeiros e, principalmente, às feiticeiras, que só depois de 1648 abrandará. Como é que uma Europa cristã tão profundamente perturbada e dividida por *tantos conflitos internos poderia resistir* aos assaltos do Infiel? Os cristãos, já vencidos em Nicópolis (1396) e em Varna (1444), não puderam evitar a conquista de Constantinopla (1453). Ficaram surdos aos apelos emocionantes mas anacrónicos de Calisto III e de Pio II, que tentaram relançar a ideia de cruzada. Havia, portanto, em todos os aspectos, uma crise da Igreja. Depois de ter queimado personagens tão santas como João Huss (1415) e Savonarola (1498), depois de recusar-se a ouvir os apelos à renovação, a Igreja enfrentou nas piores condições possíveis o embate de Wittenberg: Lutero (1483-1546) juntava à ciência teológica de Wyclif a veemência de João Huss.

★

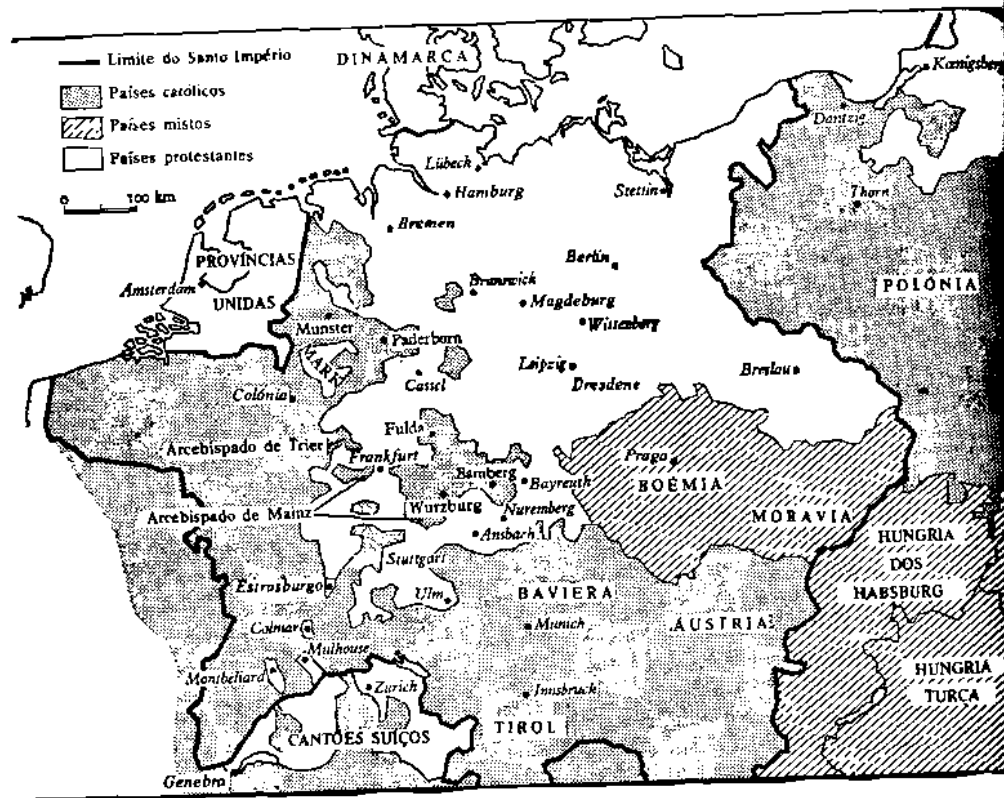
A partir do momento em que Frei Martinho — sem a mínima intenção de revoltar-se contra Roma — afixou, em 31 de Outubro de 1517, as suas *95 teses* na porta da Igreja de Wittenberg, a fractura da catolicidade avançou com desconcertante rapidez. Menos de quatro anos depois, Lutero, que entretanto passara a ser o homem mais conhecido da Alemanha, fora excomungado, banido do império, recolhido e escondido em Wartburg pelos cuidados do seu protector Frederico da Saxónia. Mas, ainda antes da excomunhão, redigira, só no ano de 1520, as quatro obras fundamentais que iriam servir de base à teologia reformada: o *Papado de Roma*, o *Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã*, o *Cativeiro Babilónico da Igreja* e o tratado *Da Liberdade do Cristão*. Em Wartburg, Lutero começou a traduzir a Bíblia, trabalho que continuou, a partir de 1522, em Wartburg, onde pudera voltar por não ter já a sua segurança em dúvida. Na verdade, toda uma parte da Alemanha se pronunciava a seu favor: humanistas como Melanchton, que foi o seu principal discípulo, artistas como Dürer, os Cranach, Holbein, gente da pequena nobreza conduzida por Franz von Sickingen e Ulrich von Hutten, burguesia urbana, príncipes. Quando, em 1529, uma dieta quis fazer valer novamente o édito de Worms, que bania do Império o reformador, seis príncipes e catorze cidades protestaram — e daí o nome de «protestantes» *. A partir de 1531, uma guerra de resultados incertos opôs a liga de Smalkalde, luterana, às tropas e aos aliados de Carlos V. Adqui-

rido o apoio da França pelos adversários do imperador, este deixou seu irmão Fernando aceitar em 1555 a partilha religiosa da Alemanha. Nessa data, dois terços do país eram luteranos. Mas a Reforma tinha largamente ultrapassado as fronteiras da Alemanha. Toda a Escandinávia passara para o lado dos protestantes. A agitação religiosa nos Países Baixos era intensa. Em Estrasburgo, o culto reformado fora estabelecido em 1523-1524. Uma boa parte da Suíça abandonara Roma: Zurique em 1523, ao apelo de Zwingli *, Saint-Gall em 1524, Berna em 1528, Basileia em 1529 a convite de Œcolampad *, Neuchâtel em 1530, Genebra em 1535 por instigação de Farel *. Este criara em 1523 em Paris a *primeira* igreja reformada de França, e nesse ano foi supliciado o primeiro mártir protestante francês. Onze anos depois estalava o caso dos «placards», que tanto irritou Francisco I. Em Inglaterra, Thomas Cromwell *, *que*

25. *PASSAGENS À REFORMA NA EUROPA CENTRAL E SETENTRIONAL.*
(*Segundo J. Delumeau*, ibid.)

26. *O PROTESTANTISMO NA SUIÇA AQUANDO DA MORTE DE CALVINO.* (*Segundo J. Delumeau*, ibid.)

levou Henrique VIII a romper com Roma (a excomunhão do soberano e o «Acto de supremacia» são de 1534), era de simpatia luterana. Em 1528 morria o primeiro mártir protestante da Escócia. As doutrinas de Lutero gozavam de simpatias em Sevilha e em Valladolid, e mais ainda em Nápoles, no círculo de Juan de Valdés, e em Ferrara, na corte de Renata de França. Na Boémia, onde o terreno fora preparado por João Huss, na Morávia e, principalmente, na Hungria e na Transilvânia, vastas camadas de população foram ganhas para a Reforma. Enfim, cerca de 1555 o luteranismo tinha ganho numerosos partidários na Alta e Baixa Áustria, na Estíria, na Caríntia e na Carníola, na Posnânia e na Lituânia.

A morte de Lutero (1546) provocou no interior da confissão de Augsburgo uma crise que durou perto de quarenta anos. Mas, quando o luteranismo já estava a perder o fôlego, Calvino * (1509-1564) deu nova vida e nova força à Reforma. Retido em Genebra por Farel em 1536, expulso da cidade dois anos depois, chamado novamente pelos genebrinos em 1541 e para sempre instalado entre eles, o autor da *Instituição Cristã*, transformado em segundo patriarca da Reforma, fez da cidade

do Léman a Roma do protestantismo. Dela partiram os pastores que tomaram nas mãos os muitos pequenos grupos de «professantes» mal organizados de França e dos Países Baixos. Por outro lado, John Knox *, que em 1560 fizera triunfar o presbiterianismo na Escócia, estivera por duas vezes em Genebra, onde travara relações de amizade com Calvino. Foi ainda como que um conselheiro religioso do jovem Eduardo VI * de Inglaterra, em quem via um novo Josias mas que só reinou seis anos (1547-1553). A morte do rei e o advento de Maria Tudor, que era católica, e depois o de Isabel * (1558), que ficou bastante indiferente aos problemas dos dogmas, dificultaram em Inglaterra uma reforma de tipo suíço. Mas os *XXXIX Artigos* de 1563, que consolidaram a Igreja Anglicana, associaram um culto e uma hierarquia aparentemente católicos a uma teologia largamente calvinista. Além disso, desenvolveu-se em Inglaterra uma forte corrente puritana que iria, tempos depois, originar a guerra civil. Era hostil à «idolatria papista» e aos bispos, que tratava por «lobos devoradores» e «servidores de Lucifer». Na segunda metade do século XVI e no início do século XVII, a reforma zwinglio-calvinista — expressão mais exacta que a designação «calvinista» — triunfou no Palatinado renano, onde foi redigido o célebre *Catecismo de Heidelberg* (1563), progrediu para a Frísia Oriental e passou a ser a religião dos *landgraves* de Hesse-Cassel e dos eleitores do Brandeburgo. Ganhou também terreno na parte da Hungria que passou para o domínio turco. Foi, principalmente, a confissão oficial das Províncias Unidas, revoltadas contra Filipe II e separadas dos Países Baixos desde 1581. Quanto à França, teria, de acordo com Coligny, em 1562, mais de duas mil cento e cinquenta «comunidades» reformadas que reuniam um quarto da população do reino. É preciso dizer, porém, que, a partir da década de 1560, os progressos do protestantismo foram mais lentos que na época de Lutero e encontraram pela frente uma forte defesa do catolicismo.

A vontade de defesa da Igreja Romana, na verdade amputada mas não destruída, afirmou-se principalmente a partir do reinado de Paulo III (1534-1549). Foi ele, com efeito, que aprovou os estatutos da Companhia de Jesus (1540), que criou o Santo Ofício (1542), que convocou para Trento (1545) o concílio ecuménico que Lutero pedira mas do qual o papado desconfiava por causa dos precedentes de Constança e de Basileia. O concílio, apesar de uma existência difícil — estendeu-se por dezoito anos e foi dissolvido duas vezes —, realizou uma obra considerável. Clarificou a doutrina, conservou as boas obras — ou seja, a liberdade — na obra da salvação, conservou os sete sacramentos, afirmou com força a presença real na eucaristia, iniciou a redacção de um catecismo, obrigou os bispos a residir e os padres a pregar e decidiu a criação de seminários. Mas este concílio foi também uma recusa de diálogo com os protestantes, definitivamente classificados como «heréticos». Opôs-se ao casamento dos padres e à comunhão sob as duas espécies, cara a Lutero e anteriormente concedida aos utraquistas da Boémia. O concílio

27. CATÓLICOS E PROTESTANTES NO IMPÉRIO NAS VÉSPERAS DA GUERRA DOS TRINTA ANOS.
(Segundo J. Delumeau, ibid.).

manteve, contra Lutero e Zwingli, que haviam zombado das indulgências e das peregrinações, e contra Calvino, que ironizara a respeito das relíquias, todas as formas tradicionais de devoção. Confirmou o culto dos santos. Decidiu que a vulgata de S. Jerónimo era o texto autêntico da Escritura e manteve o latim como língua do culto. Um ano depois do fim do concílio, Pio IV * publicava o *Index* dos autores e livros proibidos. Erasmo *, morto em 1536, figurava nele, com toda a sua obra, sob a menção de *damnatus primæ classis*. Esta condenação significava a rejeição de todas as tentativas de conciliação dos humanistas. Erasmo reprovara a excomunhão de Lutero, condenando a sua excessiva violência. Rompeu definitivamente com ele em 1525 ao defender o «livre arbítrio» contra o «servo arbítrio» luterano. Mas as suas preferências inclinavam-se para uma Igreja em que fosse livre a discussão teológica e em que as dis-

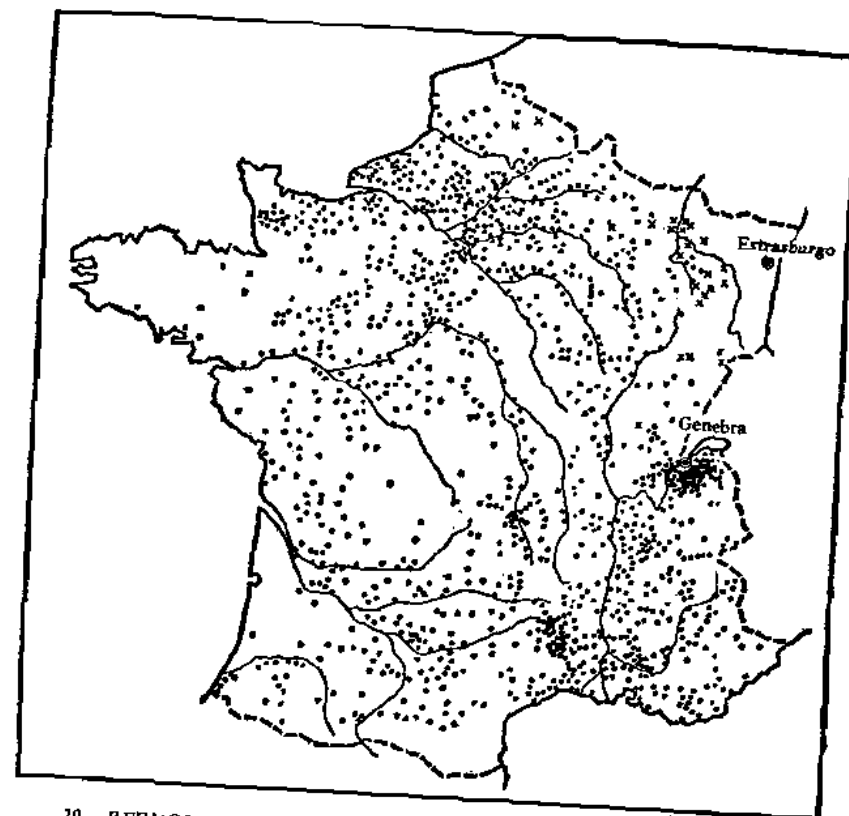
28. ERASMO CENSURADO PELA CONGREGAÇÃO DO INDEX.
(Segundo Réforme et Contre-Réforme,
in La documentation photographique.)

cussões entre doutores tivessem menos importância que a prática das virtudes evangélicas.

A colocação no *Index* de uma obra cujo autor recebera, trinta anos antes, a oferta de um chapéu cardinalício — e que Erasmo recusara para continuar livre — era um sinal dos tempos e um indicador, entre muitos outros, do endurecimento de posições. Os cristãos pareciam acreditar, mais que nunca, na força como meio de resolução dos problemas religiosos. Destruíam os templos aztecas e incas, expulsavam os Mouros de Espanha, fechavam os judeus em «ghettos». O ódio entre os fiéis de Cristo atingia o auge. Francisco I deixou massacrar 3000 Valdenses do

Sul. Filipe II liquidou os protestantes de Espanha em cinco grandes autos-de-fé. Com o S. Bartolomeu e as suas sequelas, foram vitimados uns 30 000 reformados franceses. Nos Países Baixos, no Outono de 1572, o sinistro duque de Alba fez passar pelas armas os protestantes de Zutphen e mandou saquear Malines, que tinha aberto as portas a Guilherme, o Taciturno. Mas a intolerância esteve em ambos os lados: às execuções ordenadas por Maria, a Sangrenta, responderam, em número quase igual, as de Isabel. Na Europa do século XVI eclodiram, por quase toda a parte, «fúrias iconoclastas» que destruíram estátuas, frescos e vitrais: em Wittenberg em 1522, antes do regresso de Lutero, na Provença e no Delfinado em 1560, e principalmente nos Países Baixos em 1566. Nesta última região, em 1572, os «gueux» [1] enterraram vivos os monges, deixando-lhes as cabeças de fora para servir de alvos em jogos de bolas. Na Inglaterra de Isabel, mártires católicos foram estripados vivos, arrancando-se-lhes coração e vísceras; uma mulher que escondera um padre foi esmagada sob tábuas e pedregulhos. Quem poderá dizer qual dos adversários foi mais cruel e em que país houve maior barbárie? As guerras religiosas * foram intermináveis. Os Neerlandeses chamaram «guerra dos oitenta anos» (1568-1648) à guerra que terminou com o reconhecimento pela Espanha da sua república calvinista. Em França, Henrique IV julgou ter posto fim, com o édito de Nantes (1598), a trinta e seis anos de lutas fratricidas, mas essas lutas recomeçaram depois da sua morte e só terminaram com a paz de Alès (1629). Já quinze mil pessoas tinham morrido de fome numa La Rochelle cercada (1627-1628). A Guerra dos Trinta Anos, que começou em 1618 com a revolta da Boémia, largamente ganha para a Reforma, contra a política ultracatólica dos Habsburgos, foi, de um ponto de vista cristão, mais uma e muito grave falta de caridade.

Como a intolerância religiosa era então a regra, os luteranos e os calvinistas trocaram entre si violentos panfletos sobre a presença real, mas entenderam-se bem para perseguir todos os dissidentes do protestantismo e, em *primeiro lugar*, os *anabaptistas* *. Claro que, entre estes, havia também pacifistas e partidários da violência. Um dos «exaltados», Thomas Münzer *, pôs-se em 1525 à frente dos camponeses alemães, revoltados contra os senhores. Lutero sabia bem que a maioria das reivindicações camponesas tinha fundamento. Que pediam os camponeses? Liberdade de escolha dos pastores, supressão dos pequenos dízimos e utilização dos grandes em proveito das comunidades de aldeia, abolição da servidão, supressão das reservas de caça... Lutero começou por dizer aos senhores: «Não são os camponeses quem se revolta contra vós, é o próprio Deus.» Mas, respeitador da autoridade civil, pensava ao mesmo tempo

[1] *Mendigos* em português. Nome dos revoltosos dos Países Baixos contra Filipe II, na Guerra de Independência (1567-1573). *(N. do T.)*

29. REFUGIADOS FRANCESES EM GENEBRA E ESTRASBURGO ENTRE 1549 E 1560.
(Segundo P. F. Geisendorf.)
Os pontos indicam a origem dos refugiados em Genebra e as cruzes a dos refugiados em Estrasburgo.

que, «mesmo que os príncipes sejam maus e injustos, nada autoriza a que nos revoltemos contra eles». Para o reformador, que recusava colocar-se noutro plano que não fosse o religioso, só contava a «liberdade espiritual» do cristão. De resto, detestava Münzer e os «exaltados» que o rodeavam; reprovava-lhes a fé apocalíptica e rejeitava todo e qualquer anabaptismo. Tinha até amigos entre os chefes da repressão (Filipe de Hesse). Por isso tomou, por fim, partido contra os camponeses revoltados e lançou este apelo, que tantas vezes lhe foi censurado: «Que sejam estrangulados; o cão raivoso que se nos atira tem de ser morto, senão mata-nos a nós.» Todos os anabaptistas, pacíficos ou não, foram perseguidos, quer nos países católicos quer nas regiões que tinham passado à Reforma. Em 877 vítimas

mencionadas nos martirológios protestantes dos Países Baixos, no século XVI, 617 eram anabaptistas. As cidades e os cantões da Suíça não foram menos hostis a todos os espíritos independentes que se afastassem da nova ortodoxia reformada. Genebra fez queimar Servet. Melanchton, Théodore de Bèze e todas as Igrejas helvéticas aplaudiram esta condenação à morte, pedida por Calvino. Quando, em 1559, se soube em Basileia, cidade protestante, que um rico burguês, Jean de Bruges, morto três anos antes, era o anabaptista Joris — pacifista cuja cabeça tinha sido posta a prémio —, o seu caixão foi exumado e procedeu-se à execução póstuma do perigoso defunto. Quatro anos depois, Zurique expulsou Ochino, antigo geral dos franciscanos passado à Reforma, porque, como Servete, já não acreditava na Trindade. Esse velho de setenta e seis anos saiu da cidade em pleno Inverno e foi morrer de peste na Morávia. Assim, depois de três séculos de crise, o cristianismo estava mais dividido que nunca.

★

O breve resumo das infelicidades da Igreja que viemos apresentando parece, de entrada, confirmar uma tese já de há muito clássica. Os «abusos» sempre crescentes, ligados à excessiva centralização romana e às preocupações demasiado temporais do clero, provocaram, por uma espécie de descontentamento, a revolta protestante; esta, por tabela, provocou a renovação da parte que se manteve fiel a Roma; mas esta renovação, realizada demasiado tarde e no sentido do antiprotestantismo, apenas serviu para alargar o fosso que separava dois mundos cristãos doravante hostis. Ora esta tese mostra-se insuficiente quando se ultrapassa o nível superficial dos acontecimentos e se mergulha na profundidade da vida cristã dos séculos XIV a XVI. Baseia-se num postulado: o período central da Idade Média, o período da expansão das ordens monásticas e da construção das catedrais, teria sido uma idade de ouro da devoção cristã. Mas não se estará a confundir a fé de uma elite clerical com a vida religiosa das massas? Nada, pelo contrário, garante que esta vida religiosa tenha seguido uma trajectória descendente. Por outro lado, se é indiscutível que a Igreja dos séculos XIV e XV mostrava, a todos os níveis, taras muito visíveis, não é certo que elas fossem em maior número que no tempo de Gregório VII e de S. Bernardo, que não viu produzir-se nenhum corte comparável ao do cisma protestante. L. Febvre escreveu que as causas da Reforma foram mais profundas que «o desregramento dos cónegos epicuristas ou os excessos temperamentais das freiras de Poissy». Há contraprovas que dão razão a L. Febvre. Erasmo, que no *Elogio da Loucura* (1511) fustigou com veemência papas, cardeais, bispos e frades que, com o seu comportamento, traíam a mensagem evangélica, recusou romper com Roma. Inversamente, quando a Igreja Católica, no século XVII, já tinha conseguido corrigir a maior parte

das deficiências que legitimamente lhe tinham sido assacadas antes do concílio de Trento, as várias confissões protestantes não procuraram a reconciliação com Roma. Portanto, o desacordo era mais grave e situava-se no plano da teologia, não no da moral.

É um facto que os reformadores protestantes não deixaram, para levar as massas atrás de si, de explorar a velha hostilidade de Alemães, Ingleses e Franceses contra um papado demasiado cúpido. Já nas *95 Teses* Lutero ironizava: «Porque é que o papa, cujo saco é hoje em dia mais volumoso que os dos maiores ricaços — afirmação inexacta, digamos de passagem —, não edifica, pelo menos, essa tal basílica de S. Pedro com o seu próprio dinheiro em vez de nisso gastar o dinheiro dos fiéis pobres?».

Era normal que as massas fossem particularmente sensíveis aos sarcasmos contra a «nova Babilónia», contra «a tirania e a inutilidade da cúria romana» e contra os «covis da fradalhada». Mas não foi o espectáculo da «venda» das indulgências perto de Wittenberg que levou Lutero à doutrina da justificação pela fé *. Foi, pelo contrário, a silenciosa descoberta (cerca de 1515) desta grande tese teológica, no recolhimento conventual e graças à leitura das epístolas de S. Paulo, que o levou a protestar em 1517 contra uma prática em que ele reprovava o dar aos fiéis uma «falsa segurança» religiosa. Os «abusos» mencionados na *Confissão de Augsburgo* não eram os desregramentos dos monges, mas sim «a comunhão sob uma só espécie, a missa transformada em sacrifício, o celibato eclesiástico, os votos religiosos, os jejuns e as abstinências impostos aos fiéis» *(Cristiani)* — como se se censurasse o cristianismo, não de relaxamento, mas de excessivo rigor.

As críticas formuladas contra as ordens religiosas, evidentemente muito divulgadas na época do Renascimento mas por vezes estereotipadas e convencionais, também têm de ser sujeitas a uma análise. Não há dúvida de que as várias ordens já não mostravam, nas vésperas da Reforma, a poderosa vitalidade que as caracterizara durante o período central da Idade Média. Além do mais, o Grande Cisma tinha-lhes acentuado a crise, as querelas internas, a tensão mútua entre as várias famílias religiosas. Mas o historiador descobre, na maior parte das ordens, tentativas de renovação muito anteriores ao concílio de Trento. As Clarissas, a exemplo de Santa Colette, os Agostinhos da Alemanha e os Dominicanos da «congregação da Holanda» tinham voltado, já desde 1517, a uma estrita disciplina. Os «Eremitas de S. Francisco», mais tarde chamados Capuchinhos, começaram a pregar em 1526. Ter-se-á observado bem que Lutero viveu apenas, tanto em Erfurt como em Wittenberg, em conventos disciplinados, onde se pecava principalmente por excesso de zelo e onde ele próprio se mortificou? Quanto a Calvino, foi aluno do colégio de Montaigu, o mais austero de Paris. Se, portanto, a Igreja de antes de 1517 não fizera ainda a sua grande reforma, por falta de um impulso de origem central, havia esforços dispersos mas numerosos — tanto os de real amplidão (a restauração religiosa espanhola sob o influxo de Cis-

neros) como os mais discretos (a fundação, no princípio do século XVI, do «Oratório do amor divino» em Génova e depois em Roma) — que provam a existência de um desejo muito generalizado de purificação. Este desejo tomou por vezes o aspecto de regresso ao passado. Nas ordens religiosas, «reforma» significava, em geral, «regresso à observância» e aos usos antigos. Nesses casos, parecia ausente a ideia de adaptação a condições novas. Por outro lado, de toda a parte surgiam, de modo desordenado, é certo, iniciativas e manifestações que provavam menos a decadência que as exigências novas e a transformação da devoção.

★

Há um facto principal que caracteriza a vida religiosa no Ocidente a partir do século XVI, a saber: o ascenso e afirmação da devoção popular. O cristianismo, que até então fora uma religião de clérigos que enquadravam e dirigiam a devoção dócil dos fiéis, tomou novas cores. Passou a exprimir, numa civilização mais urbana, uma alma colectiva mais autónoma e menos controlável que anteriormente. Tomando consciência desta promoção do povo cristão, teólogos do século XIV — Marsílio de Pádua, Guilherme de Occam, *Dietrich de Niem* — não hesitaram em adoptar uma atitude «multitudinista». Um deles proclamou: «O papado é a totalidade dos fiéis juridicamente associados para satisfação dos seus interesses comuns». Uma tal doutrina levaria, mais tarde, os reformadores protestantes a afirmar, na linha de S. Pedro, o sacerdócio universal dos cristãos. Mas já antes disso se multiplicavam as diversas e, por vezes, anárquicas manifestações de um cristianismo de massas: procissões de flagelantes, *vias-sacras* colectivas, cortejos e procissões de todos os tipos — especialmente a do *Corpus Domini* —, autos da Paixão representados perante multidões consideráveis, desenvolvimento das confrarias, maior papel do canto nas cerimónias religiosas, fundação de coros privativos das igrejas, etc. De facto, as multidões sentiam necessidade de cantar a sua fé. Os utraquistas fomentaram o canto religioso popular. Um século depois, os corais luteranos e os salmos musicados e traduzidos para língua vulgar deram, do lado protestante, novo alimento à devoção dos fiéis.

Foi também para levar a mensagem evangélica a multidões indubitavelmente mais exigentes neste aspecto que os pregadores — essencialmente franciscanos e dominicanos — percorreram em todos os sentidos a Europa dos séculos XIV e XV. Nunca será demais insistir-se, de um ponto de vista sociológico, na nova importância da pregação. Vicent Ferrer, Manfredo de Vercelli, Bernardino de Siena, Olivier Maillard, Savonarola * deveram a sua celebridade ao ascendente que exerciam sobre as multidões, que sucessivamente levavam a estremecer, chorar e ter esperança. Exortavam à «conversão», amotinavam crianças contra as elegantes, organizavam fogueiras de vaidade, conduziam à conciliação facções inimigas, mandavam *restituir* os bens indevidamente adquiridos. Obtinham das

municipalidades, em benefício das missões, não só medidas contra a blasfémia mas também leis sobre os costumes sumptuários e regulamentos contra a usura. É notável e significativo que esta predicação tenha tomado, muitas vezes, aspecto social. Na Inglaterra, engendrou o lolardismo e a insurreição de 1381. A pregação foi na realidade uma das maiores preocupações de Wyclif * (1320-1384), mas ele próprio pouco fez para «descer da sua cátedra professoral». Pregar parecia-lhe mais urgente que assegurar o culto; e lançou em Inglaterra os «lollards» (padres pobres), um clero itinerante que devia compartilhar da existência dos humildes e ensinar as massas. Alguns anos depois, Huss (1369-1415) quis ser, também, pregador. A Igreja, pensava ele, só poderia ser transformada pela palavra de Deus. Transmitir aos outros a mensagem divina surgia, pois, aos espíritos mais clarividentes, como a tarefa prioritária da Igreja. Gerson apresentou a pregação no concílio de Reims (1408) como o primeiro dever do pastor de almas. O seu contemporâneo Bernardino de Siena disse um dia aos que o escutavam que mais valia faltar à missa que à pregação, pois era esta que dava a fé na missa. Lutero e Calvino não argumentavam de modo diferente. Esta nova insistência no sacramento da Palavra deixa também entrever uma verdadeira carência do clero no domínio da pastoral. Com efeito, a principal fraqueza da Igreja no período que antecedeu a Reforma não estava nos abusos financeiros da cúria romana nem no estilo de vida, por vezes escandaloso, dos altos dignitários eclesiásticos nem nos desregramentos de certos monges nem no número, seguramente grande, dos padres concubinários. Residia, sim, na muito deficiente instrução religiosa e na insuficiente formação dos pastores de almas, que frequentemente eram incapazes de ministrar eficazmente os sacramentos e de apresentar de modo válido a mensagem evangélica. A Reforma nasceu, provavelmente, deste profundo desnível entre a mediocridade da oferta e a veemência inusitada da procura. É evidente que o esforço de pregação realizado no século XV ficou aquém das necessidades. Lutero dá-nos disso testemunho. Um sermão de 1512 mostra-nos Frei Martinho, cinco anos antes da questão das indulgências, a argumentar como Wyclif, Huss, Gerson e Bernardino de Siena e a tomar consciência, com uma lucidez que L. Febvre teve gosto de sublinhar, da grande insuficiência de uma Igreja que não adaptara a pastoral às necessidades da massa dos cristãos em pleno despertar: «Haverá quem me diga: que crimes, que escândalos, que fornicações, estas bebedeiras, esta paixão desenfreada pelo jogo, todos estes vícios do clero!... São escândalos muito grandes, confesso; há que denunciá-los, há que dar-lhes remédio: mas os vícios de que falais são visíveis a todos; são grosseiramente materiais, tocam a todos e, portanto, emocionam os espíritos... Mas, ai!, há outro mal, outra peste, incomparavelmente mais malfazeja e mais cruel: o silêncio organizado quanto à Palavra da Verdade, ou a sua adulteração — este mal que não é grosseiramente material, que até não chega a ser percebido, que não provoca a nossa emoção e cujo horror se não sente...».

As duas reformas — protestante e católica — foram, notoriamente, uma tomada de consciência do mal denunciado por Lutero e um esforço para dar resposta à sede religiosa dos fiéis. Foram, em definitivo, dois aspectos de um mesmo movimento. O protestantismo fez da pregação a parte principal do culto. Mas, por vezes, é-se menos sensível às iniciativas tomadas do lado romano no sentido de melhorar a transmissão da mensagem evangélica aos fiéis. Os párocos receberam instruções para dar, todos os domingos, educação religiosa aos paroquianos. As igrejas construídas depois do concílio de Trento tiveram, propositadamente, dimensões relativamente modestas: o pregador era, desse modo, ouvido por todos. A arte barroca decorou os púlpitos da Bélgica e da Baviera com uma sumptuosidade deslumbrante. Os capuchinhos multiplicaram as missões. Mas as missões não podiam substituir o corpo pastoral: era isso o que ficara provado com o fracasso dos pregadores do século XV. O problema de maior importância era, pois, o da formação dos pastores de almas. Foi abordado, a partir do século XVI, de um modo frontal de ambos os lados da barreira confessional. Academias protestantes e seminários católicos acabaram, com o tempo, por conseguir dar ao povo cristão os guias espirituais que até aí lhe tinham faltado na vida de todos os dias.

O ter havido entre os fiéis, na época da grande mutação que estamos estudando, uma aguda necessidade de doutrina cristã é ainda provado pela multiplicidade de catecismos que foram redigidos nos séculos XVI e XVII, tanto nos países católicos como nas regiões protestantes. O Renascimento saldou-se, assim, por uma promoção da teologia, cujos fundamentos rudimentares, pelo menos, tinham doravante de ser conhecidos das massas. Antes da Reforma, o clero insistia principalmente na moral, mas, ao que parece, com pouco êxito. A partir do século XVI os renovadores da Cristandade utilizaram a táctica inversa, tipicamente luterana: restauraram a teologia, da qual devia emanar a moral. Lutero e Calvino, Bucer, reformador de Estrasburgo, e Bullinger, sucessor de Zwingli em Zurique, redigiram catecismos. Pio IV, por seu lado, mandou preparar a publicação do *Catecismo Romano*, síntese das doutrinas definidas em Trento, donde depois foram extraídos os muitos catecismos diocesanos.

★

Os fiéis, portanto, impunham-se mais que outrora à atenção dos responsáveis pela Igreja. No interior desta, os leigos passaram a ocupar — e dentro em pouco exigiam-no — um lugar cada vez mais importante. O considerável papel então desempenhado pelas confrarias é revelador neste aspecto. O seu desenvolvimento, que se acentuou nos séculos XIV e XV, tomou foros de fenómeno europeu. Ora, nessas confrarias, clérigos e leigos estavam associados: padres presidiam à vida — e aos banquetes — da pia associação; deixavam assim de ser «homens de casta à parte».

Esta mesma observação é válida quanto aos pequenos grupos de edificação que, com o nome de «Amigos de Deus», floresceram na Renânia no século XIV. Clérigos e leigos, estreitamente unidos, treinavam-se aí na prática de uma vida perfeita. Quanto a Geert Groote, que fundou em 1381 em Deventer os «Irmãos da vida comum» — congregação cuja irradiação foi decisiva na época da pré-Reforma —, era um simples diácono. Padres e leigos encontravam-se misturados nessa comunidade, em que alguns membros eram operários cervejeiros e camponeses. Ao mesmo tempo, o latim perdeu importância entre os Irmãos: lia-se a Bíblia em tradução e pregava-se e cantava-se em língua vulgar.

Foram, portanto, revistas as noções de Igreja e de sacerdócio. O povo cristão surgiu como juiz da hierarquia e dos pastores de almas. Wyclif deu, no seu *De ecclesia* (1378), uma definição da Igreja que Lutero viria a adoptar: a *universitas prædestinorum*, a invisível assembleia daqueles que Deus escolheu, bem diferente, portanto, de uma Igreja visível e puramente humana, mas que é necessário controlar, corrigir, adaptar. Aos olhos de Deus, todos os eleitos são iguais e o padre não é mais que o leigo. No plano da prática, é preciso rechaçar o mau pastor — quem garante que ele faz parte da Igreja invisível? —, recusar-lhe os dízimos que ele desbarata e dá-los aos pobres. Um ministro em estado de pecado não ministra validamente os sacramentos. João Huss, que também compôs um *De ecclesia* (1413), voltou aquém de Wyclif e manteve, apesar de certas fórmulas confusas, o carácter sagrado da Igreja militante; mas fez do papado uma instituição puramente humana, nascida na época de Constantino, e afirmou que um mau bispo, um simoníaco, por exemplo, deixa de ser «um verdadeiro prelado» em conformidade com o sentir divino. De resto, havia em Huss uma invencível desconfiança quanto à «casta sacerdotal». Gerson, em Constança, contribuiu para a condenação do reformador checo, mas também ele se opôs à teocracia romana, que só podia «engendrar o despotismo, a revolta ou a servidão, o espírito de cisma ou o episódio de idolatria». Ensinou, com efeito, que a multidão não se pode enganar e que todo o fiel devia, se o desejasse, ser admitido no concílio. O cardeal Zarabella, cognominado no seu tempo de «rei do direito canónico», foi ainda mais longe ao afirmar que «a plenitude do poder reside na massa dos fiéis».

Os reformadores do século XVI foram, portanto, herdeiros de toda uma corrente que, havia já dois séculos, tinha desvalorizado a hierarquia eclesiástica e o próprio padre e, aos poucos, fizera emergir a dignidade cristã do leigo. Logo a partir de 1384 apareceram em Inglaterra projectos de confiscação dos bens eclesiásticos. Wyclif recusava toda e qualquer Igreja hierarquizada; desejava apenas padres iguais uns aos outros e, antes de tudo o mais, dispensadores da Palavra; negava a transubstanciação e desvalorizou os sacramentos, graças aos quais o sacerdócio ganhara, de certo modo, ascendente sobre os fiéis. João Huss cria na presença real e na transubstanciação; mas tanto ele como os

seus discípulos se empenharam muito especialmente em restituir aos fiéis a comunhão sob ambas as espécies. Achavam que, com isso, conferiam aos leigos uma importância nova na vida da Igreja.

Da morte de Huss à afixação por Lutero das *95 Teses* vai um século, e há que pensar, com É. G. Léonard, que não existe uma ligação directa entre o gesto de Lutero e a acção dos dois grandes «heréticos» que o precederam. Mas, uma vez apanhado pela engrenagem da revolta, Lutero descobriu as afinidades que tinha com eles e comportou-se como seu sucessor. Ele e os outros reformadores protestantes reuniram num corpo único de doutrina os elementos esparsos de uma teologia favorável aos leigos. Fizeram do pastor, pelo menos em direito, um delegado dos fiéis e autorizaram-no a casar; confiscaram todos os bens da Igreja; reduziram o número dos sacramentos e diminuíram a importância dos que deixaram ficar; concederam aos leigos a comunhão sob as duas espécies; permitiram a todos o acesso à Escritura; baniram dos ofícios divinos o latim, ininteligível pela massa.

Mas não se deve julgar que a Igreja Católica, apesar do reforço das estruturas hierárquicas subsequente ao concílio de Trento, não deu atenção à ascensão cristã dos leigos e que a travou sistematicamente. Em Trento, um nobre italiano, Nagarola, foi convidado pelos legados a pregar perante os padres conciliares e participou na redacção do decreto sobre as tradições. Foi uma mulher casada, a sr.ª Acarie, quem introduziu as Carmelitas em França (1604); ainda um leigo, o duque de Ventadour, criou por volta de 1627 a Companhia do Santíssimo Sacramento. A ascensão do elemento laico explica todo o interesse que a Igreja Católica, por intermédio dos Jesuítas, dos Oratorianos, de Port-Royal, das Ursulinas e das Visitandinas, pôs no ensino. Finalmente, toda a teologia dos Jesuítas * e a sua casuística, da qual já demasiado se troçou, se orientavam para a compreensão de um mundo que dia a dia ia dando cada vez maior lugar às actividades profanas.

Explica-se melhor o desprendimento dos fiéis em relação às autoridades eclesiásticas na época da Reforma quando se mede a importância do papel desempenhado pelas autoridades seculares na vida religiosa quotidiana dos séculos XIV e XV. A crise religiosa facilitou, evidentemente, o domínio do Estado sobre a Igreja. Ainda antes da concordata de 1516, o conselho do rei de França já criava e desmembrava benefícios, arbitrava as eleições, dava força executória aos cónegos, publicava as decisões conciliares. Os parlamentos levantavam as censuras aplicadas pelos bispos, conferiam o texto dos breviários, controlavam indulgências, relíquias, confessores. Em face da deficiência da administração religiosa, o Hôtel-Dieu de Paris foi secularizado em 1503 e, em 1519, cartas-patentes de Francisco I organizaram a reforma geral de todos os hospitais do reino. Um século antes, Gerson compusera um *Dialogue apologétique* em tom muito pessimista. Verificando que a impotência do concílio provocava também a impotência dos bispos, pedia aos príncipes

que tomassem em mãos a reforma da Igreja — tema este que será também o de Lutero no *Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã*. Interrogada pelos juízes acerca de Carlos VII, Joana de Arc declarou que ele era «o mais nobre cristão de todos os cristãos, que mais ama a fé e a Igreja». É certo que os príncipes recebiam a unção ao ser sagrados e que a sua autoridade religiosa só pode ser entendida se se notar que era exercida no seio de uma sociedade em que domínio da Igreja e domínio do Estado se interpenetravam. Mas eles representavam, principalmente, a cidade terrestre e, na época do Grande Cisma, foi a cidade terrestre que veio em socorro da cidade celeste. Segismundo, ao fazer reunir o concílio de Constança, que depôs os três papas concorrentes, fez figura, não sem motivo, de salvador da catolicidade. Não há, pois, motivo para espanto quando se observa que, durante o cisma, clero e fiéis dos vários países seguiram docilmente, em geral, os seus governos na obediência a um ou outro papa. O princípio *cujus regio, hujus religio*, que o direito internacional viria a adoptar em 1555, estava assim a ser aplicado desde o fim do século XIV. Criou-se o hábito de considerar o chefe do estado como principal conselheiro religioso do país. A «pragmática» de Bourges (1438) não deixou de, por hostilidade à centralização pontifical, restabelecer a eleição dos bispos e abades; mas o clero que a votou não teve dificuldade em declarar legítimas as recomendações «benignas e benevolentes» que o rei pudesse apresentar a favor de «pessoas merecedoras e zelosas do bem do reino». A concordata de 1516, que pôs nas mãos do rei o temporal da Igreja de França e as nomeações para os maiores benefícios, ligou com ainda maior força a Igreja galicana ao soberano. Quanto à Inglaterra, já mesmo antes da concordata de 1418 tomara certas distâncias em relação ao papado. O rei decidia das nomeações e zelava pelo temporal nas vacaturas. Muito antes do cisma de Henrique VIII já a Igreja inglesa era assunto do rei e só por intermédio dele se ligava a Roma. Foi por isso que seguiu docilmente ao longo de todo o século XVI as sucessivas variações dos seus soberanos no domínio da fé.

★

Os príncipes, em certa medida, representavam as nações. Ora a nova importância religiosa de uns não significaria a maior autonomia de outras na Igreja? Foi isto que depressa se viu confirmado pela fractura provocada pela Reforma, pela afirmação do galicanismo e pelas pretensões espanholas e portuguesas em termos de «padroado» das missões. Mas há que levar mais longe o estudo desta espécie de dispersão que caracteriza a vida religiosa do Ocidente a partir do século XIV. A devoção, menos litúrgica, diversificou-se em modalidades cada vez mais numerosas e passou a ser mais pessoal. O período que precedeu a Reforma viu expan-

dir-se o individualismo religioso: facto histórico considerável à luz da promoção de toda uma civilização.

A *Imitação de Jesus Cristo* *, composta entre 1420 e 1430 por Thomas a Kempis, foi a obra mais lida do século XV: existem ainda cerca de setecentos manuscritos. Ora esse livro relata, essencialmente, uma experiência pessoal, é o «diário íntimo» de uma alma que se desprende do mundo para conversar com Jesus e melhor se abrir ao «amor, único meio de fazer leve o que é pesado». No seu pequeno tratado da *Mendicidade Espiritual*, concebido como diálogo do homem consigo próprio, e nas cartas às irmãs, Gerson contribuiu para espalhar o gosto e o hábito da devoção pessoal — uma devoção que todos podiam cultivar, mesmo fora das ordens religiosas. Gerson aconselhava as irmãs ao celibato mas não a entrar em conventos. Pois «a religião cristã pode, mesmo sem votos..., ser seguida de modo perfeito e até muito perfeito». A promoção dos leigos na Igreja e a definição de uma espiritualidade individualista foram bem duas faces de uma só realidade.

A *Imitação* e os tratados de Gerson inspiravam-se na *Devotio moderna* *, cujos iniciadores foram Ruysbroek * (1293-1381), Geert Groote (1340-1382) e os Irmãos da vida comum, e da qual não é excessivo dizer-se que modificou a devoção no Ocidente. Tendo em conta a decadência da liturgia e o facto de que um número cada vez maior de fiéis desejava subir a Deus por intermédio de um guia que não fosse a regra monástica, convidaram clérigos e leigos à meditação sobre a vida de Cristo e da Virgem. Ruysbroek escrevia: «O Cristo está na nossa regra; a sua vida e a sua doutrina são o nosso breviário ao longo da vida». Mas esta meditação, para ser proveitosa, deve ser metódica e deve apoiar-se em «exercícios». A *Devotio moderna* procurou armar a consciência religiosa com um tecido de associações de ideias e de fórmulas cómodas para a utilização de todas as regras da psicologia» (E. Delaruelle). Associava as Avé-Marias do rosário aos mistérios gozosos ou dolorosos; recorreu ao suporte das letras do alfabeto; estabeleceu correspondências entre as chagas de Cristo e as rosas da «coroa de Maria». S. Vicente Ferrer foi, neste aspecto, discípulo dos Flamengos: distinguia os vários sentimentos — sete em cada rubrica — que o homem tem perante Deus, perante si próprio e perante os outros e descobriu as «três raízes» da pobreza e as «três partes» da abstinência. Vê-se o que os *Exercícios Espirituais de Santo Inácio* * devem à *Devotio moderna*. Mas esta, como dava a sua atenção especialmente a Jesus, facilitou a divulgação de um cristocentrismo — é nessa época que se multiplicam as imagens de Cristo-Rei — mais tarde detectado, ao mesmo tempo, em Lutero e em Bérulle.

A meditação dirigida, posta em voga pela *Devotio moderna*, criava, talvez, o risco de fazer diminuir a necessidade dos sacramentos? Toda uma corrente mística ia, precisamente, nesse sentido. Mestre Eckhart, Denys-o-Cartuxo, Tauler, aspiravam a perder-se na insondável Divindade, esse «deserto superlativamente vasto, unido, intransponível, em

que o coração verdadeiramente pio... erra sem se perder e se perde sem errar, dobra-se sob o peso das delícias e retoma o seu caminho sem dobrar» (Denys-o-Cartuxo). Ora Lutero foi discípulo dos místicos * renanos. Apreciava as obras de Tauler e leu no convento uma obra anónima, a *Theologia deutsch*, que reflecte, também, a espiritualidade renana. Publicou-a, sucessivamente, em duas edições. Ora, na *Theologia deutsch*, não se fala nem dos sacramentos nem da Virgem nem dos santos. Lutero colocava-se, portanto, na senda dos místicos renanos ao propor ao mundo cristão uma doutrina que, passando sobre a liturgia e a hierarquia, não queria conhecer senão o dom gratuito da graça do Senhor àquele que é salvo.

Numa história do individualismo religioso não se pode deixar em silêncio o drama de Joana de Arc. É facto que ela se acercava frequentemente dos sacramentos e que quis continuar unida à Igreja visível. Mas, recusando renegar as suas «vozes», preferiu morrer com dezanove anos na fogueira. Um tribunal presidido por um bispo que tinha evidentes ligações com os Ingleses, mas no qual tinham assento teólogos da Sorbonne, condenou-a como «herética, (...) cismática, idólatra, invocadora dos demónios». Não deveria a Igreja desconfiar das atitudes místicas? Um papa simoníaco, Alexandre VI, também fez queimar Savonarola, um profeta demasiado inspirado. Mas, apesar de na parte da Europa que se fez protestante ter triunfado uma concepção do cristianismo que era favorável ao individualismo, é no mundo católico que vão desabrochar, no fim do século XVI, as mais belas flores do misticismo. Teresa de Ávila morreu a murmurar: «É tempo que nos vejamos, meu Bem-Amado». E João da Cruz cantou a *Noite escura* através da qual a alma chega ao objecto do seu amor.

*

Religião mais individualista: isto significa, também, nos dois séculos que antecederam a Reforma, um novo sentimento da culpabilidade pessoal. O escrúpulo invade as consciências como nunca antes se vira, e este tempo foi marcado por uma súbita «inflação» da confissão. As infelicidades da época — pestes, guerras, fomes, avanço dos Turcos, que se quis travar com a recitação diária do *Angelus*, escândalo do Grande Cisma — criaram uma atmosfera de pânico. Tantos flagelos não podiam deixar de ser um castigo de Deus e, como a consciência individual — um facto da civilização — estava a emergir da escuridão, todos se sentiram horrorosamente culpados. Vendo o mal em toda a parte e sentindo-se moral e fisicamente ameaçados pelo diabo — receio de que Lutero não conseguiu libertar-se —, os cristãos acreditaram mais que nunca nos *sabbats* de feiticeiras e na acção maléfica dos Judeus, que envenenavam as fontes. Recearam mais que nunca a punição divina: a morte conduziria a uma eternidade de suplícios. Se havia quem sentisse

tentação de se atordoar e esquecer os acontecimentos próximos, as danças macabras — nenhuma delas é anterior a 1400 — recordavam-lhe o iminente fim das falsas alegrias deste mundo. Mais valia preparar-se para morrer. Também a literatura religiosa difundiu largamente as *artes moriendi*, que ensinavam o fiel a resistir aos assaltos que o demónio não deixaria de lhe fazer nas últimas horas da sua vida. Mas ter-se-ia ao menos o tempo e a sorte de morrer deitado? O receio da morte súbita, contra a qual rezava febrilmente S. Cristóvão, atormentou os nossos antepassados da passagem da Idade Média para os tempos modernos. Eles receavam, antes de tudo, comparecer perante o Juiz sem ter recebido a absolvição que lhes permitiria escapar às penas do inferno. Não iria o próprio Juiz surgir das nuvens como um relâmpago e fazer parar de repente o curso de uma história humana demasiado cheia de pecados para juntar no seu tribunal os vivos e os mortos? Os pregadores — Vicente Ferrer e Savonarola, por exemplo — profetizavam a iminente cólera de Deus. Os cristãos desse tempo viveram assombrados com o fim do mundo e o Juízo Final: as obras de Van der Weyden, de Hieronymus Bosch, de Luca Signorelli *, de Miguel Ângelo e de tantos outros artistas testemunham eloquentemente esse medo. E não havia também o Anticristo * de aparecer imediatamente antes do fim dos tempos? Não teria já nascido? Vicente Ferrer dizia que sim. No tempo do cisma, não seria ele um dos papas concorrentes? Era esta a opinião de Wyclif e dos reformadores checos. Mas a atmosfera religiosa estava então tão carregada de inquietação que, findo o cisma, se continuou a recear o Anticristo. Por volta de 1500, muitas obras contaram antecipadamente a sua vida. Lutero, ao romper com Roma, identificou o papa com o Anticristo.

Como, pois, alcançar a salvação num mundo em que Satã é tão forte e o homem tão fraco? Havia para este angustioso problema uma solução que se pode dizer quantitativa: forçar a porta do céu à custa de rosários e peregrinações, comprar «cartas de remissão» a um qualquer dispensador de perdões, coleccionar indulgências. Numa época em que o sentimento de insegurança era tão vivamente experimentado, quer no domínio da religião quer no da economia, as indulgências foram uma forma de seguro contra a danação. O tesouro dos méritos de Cristo e dos santos parecia constituir um verdadeiro «banco de depósitos e transferências de contas» em que cada cristão podia ter um «haver» que eventualmente conseguisse, no dia do Juízo, equilibrar o seu passivo de pecados.

Essa aritmética, porém, oferecia uma insuficiente segurança. O *Dies irae*, tão frequentemente cantado a partir do século XIV, recordava ao fiel a severidade do Juiz; e Miguel Ângelo, na parede da Capela Sistina, representou um Jesus encolerizado a mandar os danados para o inferno, com um gesto de maldição. Surgia então outra solução para exorcizar o medo de uma eternidade de suplícios: a doutrina da justificação pela

fé. Esta doutrina pode ser enunciada do seguinte modo: Deus salva-nos, apesar de nós próprios; foi tão grande o pecado original e são tão pesados os nossos pecados de todos os dias, que merecemos o inferno; mas Deus não é juiz, é pai, e prometeu-nos a salvação por intermédio do Filho. Esta doutrina não era nova e foi descoberta por Lutero em S. Paulo, que escrevera aos Romanos: «O homem é justificado pela fé independentemente das obras da lei... Felizes aqueles cujas transgressões são perdoadas e cujos pecados são cobertos. Feliz o homem a quem Deus não imputa o pecado». Santo Agostinho, nos seus escritos contra os pelagianos, insistira fortemente no pecado original e no acto gratuito de Deus, que retira os seus «eleitos» da «massa de perdição». A corrente agostiniana circulou durante toda a Idade Média, impregnando as *Sentenças* de Pierre Lombard (m. 1160) e os tratados do bispo inglês Bradwardine (m. 1349). Mas ganhou uma força nova na época em que a crise da Igreja e a afirmação de uma devoção mais pessoal transformaram a vida religiosa do Ocidente. O occamismo, que dominou a escolástica nos séculos XIV e XV, exaltava, sim, a vontade humana — capaz, segundo Pierre d'Ailly, «de evitar todos os pecados mortais sem a graça». Mas, ao mesmo tempo, estabelecia um Deus insondável, totalmente livre perante o homem. Quem pode adivinhar o julgamento do Todo-Poderoso? Daí à ideia de uma salvação independente das obras ia apenas um passo. De modo que Pierre d'Ailly pôde escrever: «Alguém que não seja digno da vida eterna pode ser investido dessa dignidade pelo poder absoluto de Deus sem que nele se tenha dado nenhuma mudança». Compreende-se que Gerson, na senda de Guilherme de Occam, tenha visto na absolvição o essencial do sacramento da penitência, podendo Deus afastar os pecados de um culpado que se não arrependa. Wyclif, mais ainda que Gerson e que Pierre d'Ailly, exaltara a grandeza divina — e o mesmo farão, depois dele, tanto Lutero como Bérulle — e, ultrapassando o occamismo, extraíra de tal premissa a doutrina da justificação pela fé. Como todo o bem vem do alto, o homem não poderia merecer uma salvação que lhe é gratuitamente dada; os seus próprios méritos são uma dádiva de Deus. O papel específico de Lutero foi reelaborar esta grande tese teológica, fazê-la sair do quadro das discussões de especialistas e oferecê-la como remédio radical para o medo das massas cristãs.

Estabelecendo assim, entre a teologia e a psicologia colectiva, uma relação de resposta-à-pergunta, compreende-se melhor por que razão a solução humanista para o mal-estar da Igreja não podia bastar aos contemporâneos de Lutero. Tal como os reformadores protestantes, Erasmo desvalorizava a liturgia e os sacramentos. Mas que propunha ele para dar confiança aos cristãos? «O amor, único preceito do Evangelho». Que os fiéis de Jesus se esforcem por praticar as virtudes do Mestre e a sociedade civil e religiosa será reerguida e a salvação de todos estará assegurada! Diálogo de surdos, em verdade! Erasmo dirigia-se a gente mais violenta e ainda mais frágil que nós, a massas que passavam sem

transição da exaltação ao abatimento e a que faltava, no mais alto grau, aquele domínio de si que no século seguinte seria exaltado por Descartes e por Corneille. A mensagem humanista estava muito avançada em relação à época. Melanchton *, que compreendeu admiravelmente o carácter inadequado das fórmulas erasmianas, proferiu este juízo penetrante: «Que pedimos nós à teologia? Duas coisas: consolações contra a morte e contra o Juízo Final. Lutero traz-nos essas consolações. Quanto ao que diz Erasmo, são ensinamentos de moral e civilidade.»

Porém, os humanistas e os reformadores protestantes estavam de acordo em centrar toda a vida religiosa na pregação e na leitura da Bíblia. O Renascimento quis ser regresso às fontes; ora essa vontade manifestou-se notoriamente — e talvez principalmente — no domínio da fé. De Lorenzo Valla a Erasmo, passando por Lefèvre d'Étaples e por Reuchlin, o humanismo cristão foi unânime no duplo desejo de purificar a Escritura das traduções defeituosas e de dar aos fiéis o verdadeiro texto da Bíblia. Um ano antes de Lutero entrar em cena, Erasmo exprimia este voto capital: «Eu desejava que todas as mulheres simples lessem o Evangelho e as epístolas de Paulo. Que sejam traduzidos em todas as línguas! Que o lavrador cante extractos ao empurrar a charrua, que o tecelão os cantarole a meia-voz quando estiver ao tear, que o viajante abrevie a estrada com essas conversações». Ora os humanistas iam, neste ponto, ao encontro das aspirações profundas do seu tempo. Uma devoção mais individualista que a do passado só podia desejar este contacto pessoal com a mensagem divina. Mas, além disso, uma vez que se duvidava do padre e dos sacramentos, como o papado era novamente sujeito a crítica, a que apoiar-se senão ao Livro infalível? Daí a tradução da Bíblia para inglês, inspirada por Wyclif e publicada depois da sua morte em 1395; daí que a Boémia do século XV tenha conhecido mais bíblias checas que latinas. Não houve, porém, no conjunto da Europa, desdém pelo texto latino da Escritura. Pelo contrário, entre a invenção da imprensa e o ano de 1520 já foram contadas mais de cento e cinquenta e seis edições latinas completas dos Livros santos. Mas o século XV viu a divulgação de *digests* da Bíblia acessíveis aos simples — *Bíblia Historial*, *Bíblia dos Pobres* — e, pouco depois, a multiplicação das traduções para língua vulgar do próprio texto sagrado. Vinte e duas versões alemãs e vinte e três versões francesas da Bíblia foram publicadas entre 1466 e 1520. Os reformadores protestantes, portanto, apenas continuaram, neste aspecto, a obra da Pré-Reforma, embora fazendo maiores esforços por uma ainda maior divulgação dos Livros santos entre as massas.

Depois da revolta protestante, a Igreja Romana desconfiou durante muito tempo das traduções em língua vulgar dos textos sagrados. Recusou, portanto, aos fiéis o contacto directo com a Bíblia, pensando que o povo cristão ainda não era capaz de ler a Escritura. Além disso, rejeitou, como incompatível com a liberdade humana, a doutrina da justificação pela fé. Quererá isso dizer que não procurou também responder à angústia dos

cristãos? Na verdade, se a Igreja Católica renovada não tivesse apaziguado essa grande inquietação dos que lhe continuavam a ser fiéis, a sua reforma não teria tido efeito nas populações — e não foi esse o caso. A resposta católica poderia ser assim enunciada: uma vez baptizados, já não sois escravos do pecado; é, porém, verdade que sois fracos e que muitas vezes sucumbireis; não percais a coragem, orai e aproximai-vos dos sacramentos; eles existem para vos restituir as forças; o padre, depositário do perdão divino, absolver-vos-á tantas vezes quantas for necessário. Dando aos fiéis um clero teológica e moralmente mais sólido que antes, acentuando mais que nunca a força dos sacramentos, também a Igreja Romana apaziguou pouco a pouco os cristãos atemorizados, que tinham criado uma nova consciência das suas *responsabilidades* e da sua fraqueza. Então o historiador é levado a um diagnóstico quase oposto ao que o desenrolar superficial dos acontecimentos lhe deixava entrever. Claro que houve caos e fractura, mas houve também — e talvez mais ainda — enriquecimento teológico e crise de crescimento. Quem sabe se um dia os cristãos não virão a descobrir que a ferida do cisma protestante foi salutar e que, sem ela, talvez não tivessem conhecido tão bem os caminhos do Calvário?

SEGUNDA PARTE

A VIDA MATERIAL

CAPÍTULO V

O PROGRESSO TÉCNICO

Nos estudos que precedem pusemos já o acento tónico no dinamismo do Ocidente na época do Renascimento. Uma história da técnica, por breve que seja, trará uma prova suplementar, mas decisiva, da poderosa vitalidade da Europa na ocasião em que começou a distanciar-se dos outros continentes.

Nesse progresso técnico, durante o período que estamos a considerar, houve, certamente, tempos fortes e tempos fracos. O século XV foi mais inventivo que o século XIV — época particularmente perturbada. O avanço decisivo situa-se, em especial, entre o meio do século XV — assinalado pelo aparecimento da imprensa — e 1530, data em que Cellini criou o primeiro balancé para cunhar moeda, mais ou menos copiado das prensas de impressão. O momento culminante do progresso parece situar-se entre 1450 e 1470, pois é nestes vinte anos que podemos assistir ao aparecimento não só da imprensa como ainda da mola espiral, da primeira fortificação moderna e do rodete de alhetas. A segunda metade do século XVI viu, em contrapartida, um certo adormecimento do esforço imaginativo dos técnicos. Estas indicações cronológicas, porém, têm apenas valor relativo: uma tradição ininterrupta, ainda que muito frequentemente implícita nos caprichos dos historiadores, liga, ao longo da Idade Média, o maquinismo * do Renascimento ao maquinismo da Antiguidade. O caderno de desenhos e apontamentos de Villard de Honnecourt (século XIII) e o tratado militar de Guy de Vigevano (princípio do século XIV) são como que marcos de referência entre as obras dos técnicos gregos da «escola de Alexandria» e as dos engenheiros dos séculos XV e XVI.

A civilização mediterrânica, que, desde a queda do Império Romano, era a civilização ocidental, havia muito que aperfeiçoava as suas capacidades manuais. O moinho de água, conhecido desde a Antiguidade, divulgou-se muito entre os séculos X e XIII; o moinho de vento, vindo sem dúvida do Oriente, foi adoptado no final do século XII. A charrua,

arado de rodas e uma só aiveca, a ferradura dos cavalos, os aperfeiçoamentos do engate dos animais de tiro (coelheira para os cavalos, canga frontal para os bois, engate em fila), a introdução do pousio trienal e, no domínio da arquitectura, a adopção do cruzamento de ogivas representaram importantes vitórias do homem da Idade Média no seu esforço quotidiano para disciplinar as forças da natureza. O seu sucessor do Renascimento avançou, pois, num caminho já claramente traçado; mas avançou a passo mais rápido. A admiração pela Antiguidade auxiliou-o nesta caminhada ao encontro da técnica, visto que a época de Leonardo e de Ramelli teve também aquele gosto dos autómatos e das máquinas que já haviam possuído os engenheiros gregos do período helenístico. Acentuando assim a continuidade do progresso técnico, é-se conduzido a não dramatizar o enfraquecimento que parece ter caracterizado, neste sector da actividade humana, o século que vai de 1550 a 1650. Além disso, a difusão das invenções é, pelo menos, tão importante como a criação de processos ou mecanismos novos. O século XIV talvez tenha inventado pouco, mas assistiu à divulgação do uso da pólvora. Foi também testemunha da brusca multiplicação dos relógios mecânicos — como o provam os de Rouen (1379), de Salisbury (1386) e de Wells (1392) —, cujos engenhosos dispositivos tinham exigido pesquisas ao longo de várias gerações.

As invenções necessitam do apoio de um público que exerça sobre os técnicos uma pressão fecunda. O uso crescente da vidraça, a construção de carruagens, a gradual substituição da arca pelo armário, o hábito de comer com garfo: outras tantas inovações do Renascimento que só podemos explicar pela subida do nível de vida de uma civilização que ia enriquecendo. Quanto à imprensa, que a China, que já conhecia antes da Europa o papel e os caracteres móveis, deveria ter inventado primeiro, vinha dar resposta à sede de uma sociedade que aspirava a instruir-se e a elevar o seu nível intelectual. E poderíamos estabelecer correlações semelhantes a esta para todas as invenções.

O Renascimento tem sido muito caracterizado pelas suas realizações estéticas, esquecendo-se que os seus maiores artistas — Donatello, que fundiu a primeira estátua equestre depois da Antiguidade, Alberti, que compôs um célebre tratado de arquitectura, Francesco di Giorgio, Leonardo da Vinci e Dürer, qualquer dos três pintor e engenheiro — não distinguiam separação entre arte e técnica. Os cadernos de Leonardo mostram à saciedade que, para ele, imaginar engrenagens, desenhar máquinas de forjar, de tecer ou de cardar, sugerir novos tipos de fortificações ou estudar os fenómenos hidráulicos eram modalidades de alta actividade intelectual. «No início do século XVI — escreve J. U. Nef — a imaginação artística e a imaginação científica estavam ainda tão perto uma da outra que podiam ser como que partes de uma só inspiração.»

Na época que estamos considerando houve uma verdadeira promoção da técnica, que é preciso, com P. Francastel, colocar no âmago do

grande movimento que arrastava o Ocidente para novos destinos. Já atrás falámos do interesse que, a partir do século XIV, os artistas começaram a mostrar pelas faces humanas, pela paisagem e, de um modo mais geral, pela vida de todos os dias. Esta maior atenção para com a realidade simples significou uma profunda conversão intelectual da elite, que se afastou um pouco do «mundo das essências» para se debruçar sobre o «universo experimental». B. Gille já falou de um «desvio de esquerda» da civilização do Renascimento em direcção à técnica, que passou a ser uma das preocupações dos governos. Os Sforza tentaram regularizar o curso do Pó e uniram Milão ao lago de Como com o canal da Martesana, construído entre 1457 e 1460. Francisco I chamou em 1541 o italiano Bellarmato para refazer a planta do Havre, que o primeiro construtor, Guyon Le Roy, concebera de modo bastante desordenado. Sisto V (1585-1590), ao morrer, andava a pensar em instalar no Coliseu uma oficina para trabalhar a lã: projecto este que revela uma nova mentalidade.

A consolidação do Estado e o aumento da sua autoridade sobre territórios que eram mais vastos que os da época feudal vieram favorecer a técnica. Os governos podiam organizar melhor os espaços que dominavam e dispunham de meios monetários maiores, que permitiam financiar grandes obras e — principalmente — alimentar orçamentos militares cada vez mais vultosos. Na verdade, o aparecimento das políticas técnicas foi, evidentemente, efeito do aperfeiçoamento das armas de fogo e da necessidade de defesa contra elas. Mas o interesse pelas actividades concretas e experimentais ultrapassou os círculos governamentais e foi um facto de civilização atestado, desde o século XV, pelos títulos das obras impressas. Frontino, Vitrúvio e Vegécio foram editados e reeditados várias vezes entre 1470 e 1500. Não se ficou, porém, pelas obras dos Antigos. O notável compêndio de economia rural de Pietro de'Crescenzi, composto por volta de 1305, foi impresso treze vezes entre o ano de 1471 e o fim do século. Desse período datam também a publicação do *De re ædificatoria* de Alberti (1485) e a do tratado militar de Valturio, que teve enorme repercussão apesar de o seu autor — parente dos Malatesta — ter sido mais homem de letras que engenheiro. A literatura técnica deu, no século XVI, um lugar muito importante à metalurgia. O *Bergbüchlein* (1505) foi a primeira obra impressa a tratar da constituição e da pesquisa dos jazigos metalíferos. Mas este tratado foi eclipsado pelo *De re metallica*, escrito a partir de 1531 por Agricola *, um saxão que vivia em Chemnitz, em plena região mineira. Este livro, que só foi publicado em 1556 mas que logo ficou célebre, é para nós como que uma soma de todos os conhecimentos da época relacionados com tudo aquilo que dissesse respeito à actividade mineira e ao trabalho dos metais. A este tratado é preciso juntar o de Biringuccio, *De la pirotechnia* (1540). Biringuccio * era um engenheiro militar de Siena e estudou mais especificamente a metalurgia dos metais preciosos, a arte da fundição e o fabrico de canhões. A imprensa também publicou trabalhos sobre a indústria de

destilação. Um *Liber de arte distillandi de compositis* que apareceu em Estrasburgo em 1512 foi reeditado cinco vezes durante o século XVI e teve uma tradução inglesa (1527) e duas traduções flamengas (1517 e 1520). Na segunda metade do século XVI e no início do século XVII o interesse pelas máquinas passou a ser uma espécie de divertimento, o que explica a publicação de inúmeras obras com títulos reveladores — como o *Théâtre des instruments* de Jacques Besson (1578) e o *Nouveau théâtre de machines et d'édifices* de Zonca (1607). O livro mais representativo deste tipo é certamente o tratado publicado em Paris em 1588 pelo italiano Ramelli, intitulado *Les différentes machines artificielles*, que descrevia e ilustrava cento e dez máquinas, muitas das quais puramente teóricas, enquanto outras utilizavam mecanismos bastante complicados sem relação nenhuma com o baixo rendimento que proporcionariam. Mas, para lá de uma certa imaginação superabundante, há que ver claramente a nova atenção prestada à máquina — considerada agora como factor de progresso. Um técnico dos fins do século XVI não hesitou em chamar à mecânica «a mais nobre de todas as artes».

★

Deste modo, a partir do Renascimento a técnica não só atraiu as atenções dos poderes públicos como passou a fazer parte integrante da cultura. Agricola não era empresário de minas, era um médico culto. Foi magistrado municipal, conselheiro de um príncipe e correspondente de Erasmo. Quanto a Leonardo da Vinci, sabe-se que, ao pedir em 1482 um emprego na corte de Ludovico, o Mouro, se apresentou, principalmente, como técnico: «Já fiz planos de pontes muito leves... Sou capaz de desviar a água dos fossos de um castelo cercado... Conheço meios de destruir seja que castelo for... Sei construir bombardas fáceis de deslocar... galerias e passagens sinuosas que se podem escavar sem ruído nenhum... carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões». Falando depois das obras pacíficas, Leonardo especificava: «Estou, sem dúvida, em condições de competir com qualquer outro arquitecto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um sítio para outro». Só depois de enumerar todas estas aptidões é que o pintor da *Gioconda* acrescentava: «E, em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for».

Esta carta, cujo original desapareceu, bem como os cadernos do grande florentino, contribuiu para a criação de uma lenda. Até aqui há alguns anos, Leonardo era quase unanimemente tido por técnico universal — um inventor genial e um precursor incomparável. Ainda se pode ler numa obra recente: «Se folhearmos o *Codex atlanticus* e os seus vários tratados, encontraremos projectos estupendos pelo seu modernismo, antecipações vertiginosas, intuições no domínio da mecânica que nos fazem

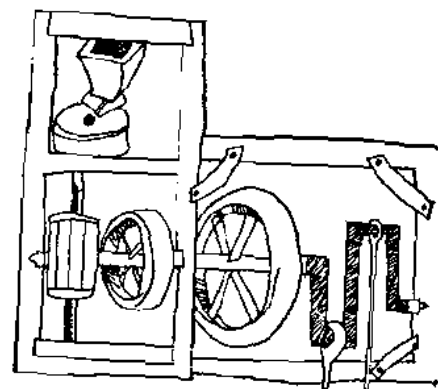
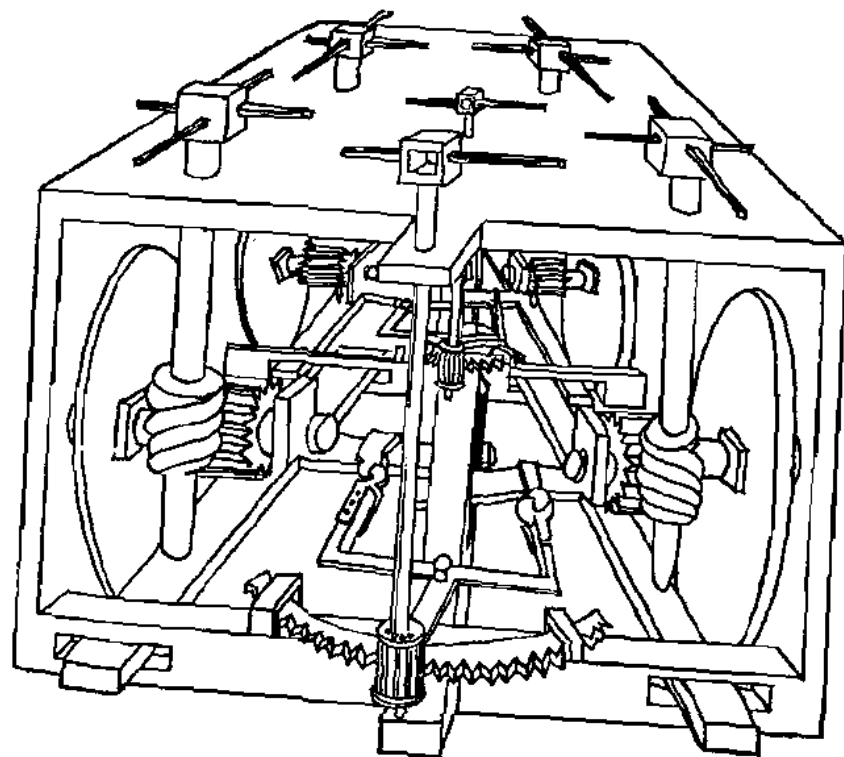
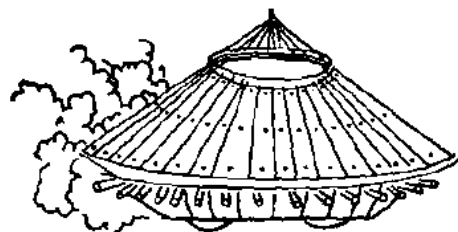
pensar em milagres. As máquinas-ferramentas, o barco com rodas, o automóvel, o aeroplano, o pára-quedas, o submarino, o tear mecânico, todas estas invenções modernas, e algumas mais, têm um primeiro esboço na obra de Leonardo». Os trabalhos de B. Gille, cujas conclusões vamos resumir, já não autorizam que se concorde com tais afirmações, pois vieram repor Leonardo no seu tempo. De facto, Leonardo não foi o maior engenheiro do Renascimento: estes dividem-se em duas grandes escolas, a alemã e a italiana. Não deixa de ter interesse recordar que a palavra «engenheiro» *, usada pela primeira vez por Salomão de Caus no princípio do século XVII, começou por designar certos técnicos militares. Ora os engenheiros do Renascimento foram, antes de mais, especialistas de armamentos ofensivos e defensivos: isto aplica-se, principalmente, aos alemães mas aplica-se também a Leonardo. Também foram técnicos de hidráulica e arquitectos. No entanto, os italianos deram, muitas vezes, provas de muito maior curiosidade que os seus confrades alemães: daí o interesse dado por Leonardo da Vinci a todos os tipos de mecanismos.

Do fim do século XIV para o princípio do século XVI três engenheiros alemães sobressaem: Kyeser, o «Anónimo da guerra hussita» e Dürer. O *Bellifortis* de Kyeser (1405), que é dirigido a chefes de exércitos, expõe máquinas e instrumentos geralmente conhecidos já havia muito — noras, o parafuso de Arquimedes, moinhos de água e de vento, máquinas para escalar muralhas. Mas nesse livro o sistema de biela e manivela é pela primeira vez aplicado a um moinho braçal munido de volante, e as colubrinas surgem já com alças. O «Anónimo da guerra hussita», cujo caderno de apontamentos pode ser datado de cerca de 1430, é também um especialista de problemas militares. Espírito curioso, é, como Villard de Honnecourt, um prático predisposto a inventos engenhosos. O caderno dá-nos a conhecer muitos aparelhos elevatórios, máquinas de assalto e novidades como máquinas para furar madeira ou terra e uma máquina para polir pedras preciosas que é a primeira que se conhece. Quanto a Dürer, foi um técnico polivalente que tanto se interessava pela acção dos ácidos sobre os metais — a primeira gravura a água-forte que se conhece é dele — como pelo urbanismo ou pela arte militar. O seu tratado *A Arte de Fortificar as Cidades e as Cidadelas* (1527) marcou uma data, tendo-lhe sido confiada a construção de fortificações em Nuremberga.

A escola italiana de engenheiros foi particularmente brilhante nos séculos XV e XVI e expandiu-se nos altos círculos do Renascimento, como Florença e Roma, junto daqueles príncipes, capitães e mecenas que favoreciam a eclosão de uma nova cultura à sua volta: os Malatesta * em Rimini, os Sforza em Milão, os Montefeltre em Urbino *. Começa com Brunelleschi (1377-1446) uma primeira geração de técnicos italianos — muitos dos quais foram também artistas — que cobre, aproximadamente, os primeiros sessenta anos do século XV; a segunda geração, que se lhe seguiu logo, vem até muito dentro do século XVI. Brunelleschi não

foi só o arquitecto da cúpula de Santa Maria del Fiore. Vasari diz-nos que ele construiu toda a espécie de máquinas, especialmente para festas. Inventara também um pequeno instrumento óptico que dava a ilusão de relevo. A esta primeira geração pertencem ainda Ghiberti, que se interessou pela técnica do bronze, Paolo Ucello e Piero della Francesca, especialistas em estudos de perspectiva, o grande arquitecto e urbanista Alberti, que trabalhou, por exemplo, em Rimini, o médico Fontana, que deixou uma colecção de desenhos de máquinas muito superior aos manuscritos alemães da mesma época, e o sienês Taccola, engenheiro militar considerado pelos seus contemporâneos como um novo Arquimedes, que parece ter conhecido todos os sistemas mecânicos utilizados naquele tempo. Na segunda geração encontramos os arquitectos da família San Gallo, a quem devemos as cidadelas de Ostia e de Civitacastellana e o célebre poço de Orvieto, Sanmicheli, um dos primeiros mestres das fortificações com bastiões, o próprio Miguel Ângelo, que foi encarregado de defender Florença em 1529 e construiu, treze anos depois, a Porta Pia de Roma, mas, principalmente, Francesco di Giorgio e Leonardo da Vinci. O sienês Francesco di Giorgio Martini * (1439-1502) começou a carreira em Turim, em Roma e na sua terra natal como pintor, escultor e arquitecto. Foi, porém, em Urbino, entre 1477 e 1486, que deu o melhor de si próprio, construindo fortalezas, concluindo, provavelmente, a construção do palácio ducal e redigindo para o senhor um *Tratado de Arquitectura Civil e Militar* que foi célebre no seu tempo embora só tenha sido publicado, e de forma incompleta, no século XIX. Entre as inovações que figuram nesse livro podemos encontrar moinhos de vento de telhado rotativo, a primeira indicação que se conhece acerca de condutas forçadas, a turbina hidráulica, cuja glória já foi atribuída a Leonardo, um regulador de bolas (fórmula que Watt viria a retomar passados três séculos) para não ter de ser muito pesado o volante de um dispositivo de biela e manivela. Francesco di Giorgio dedicou-se a estudar a transmissão do movimento em planos diferentes mediante rodas dentadas e lanternins; procurou criar um mecanismo para obter variações de velocidades e aperfeiçoou os sistemas de bate-estacas. O tratado tem ainda desenhos de bombas aspirantes e prementes, de máquinas de elevação de cargas e de veículos «automóveis» cujas rodas queria que fossem simultaneamente motoras e directoras. A força humana, actuando em torniquetes que faziam mover as engrenagens, era, bem entendido, o motor de tais automóveis.

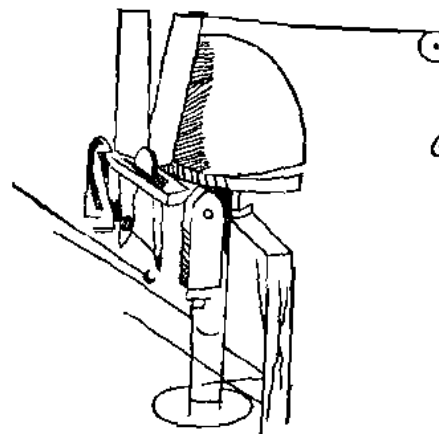
Francesco di Giorgio exerceu profunda influência não só sobre os San Gallo mas também sobre Leonardo, que hoje não podemos já apresentar como caso isolado. O grande florentino insere-se num meio e numa tradição: foi um dos artistas-técnicos do Renascimento, aquele que teve, realmente, a mais vasta curiosidade espiritual, «uma curiosidade quase doentia que o fazia instável» (B. Gille). Depois de adquirir na oficina de Verrocchio * sólidos conhecimentos práticos e de ter frequentado a ca-

30. ANÓNIMO DA GUERRA HUSSITA: MOINHO BRAÇAL COM SISTEMA DE BIELA E MANIVELA. (*Segundo B. Gille,* Les Ingénieurs de la Renaissance.)

31. FRANCESCO DI GIORGIO: VEÍCULO AUTOMÓVEL. (*Segundo B. Gille, ibid.*).

mada intelectual superior de Milão, Leonardo não era nem autodidacta nem «homem sem letras». Não passou por nenhuma universidade mas recebeu a habitual formação dos engenheiros da época, que associavam a habilidade manual a uma verdadeira cultura. As fontes de Leonardo são conhecidas. Tinha lido Frontino e Vegécio, estudara atentamente o *De re militari* de Valturio e certamente se serviu dos trabalhos de Alberti, de Taccola e de Francesco di Giorgio. Privara com matemáticos, em especial com o monge Luca Pacioli, discípulo de Piero della Francesca, e deles recebeu incitamento para aplicar a ciência matemática ao aperfeiçoamento da técnica.

32. *LEONARDO DA VINCI: CARRO DE GUERRA.* (*Segundo B. Gille*, ibid.).

Leonardo não foi um génio inventivo e a sua investigação não foi universal. Como técnico, parece hoje menos excepcional, pois são agora mais bem conhecidos os seus precursores. A sua ciência no domínio militar «não estava adiantada sobre a do tempo» (K. Clark). As alças para peças de artilharia e os órgãos, ou canhões de muitas bocas, já eram conhecidos antes dele e já figuravam no *Bellifortis* de Kyeser. Os seus «carros de assalto» são, à parte alguns pormenores, os mesmos que os predecessores já tinham desenhado. As suas máquinas para escalamento são da baixa Antiguidade. Os seus estudos de armamento naval provêm, principalmente, de Francesco di Giorgio e o navio de rodas de pás laterais é, provavelmente, de origem romana. E, se é verdade que, em matéria de fortificações, as sucessivas pesquisas de Leonardo o levaram a fazer baixar as muralhas cada vez mais e a adoptar as formas de bastião impostas pelo crescente uso da artilharia, isso era uma tendência geral da época. Arquitecto e urbanista, Leonardo da Vinci não parece ter sido superior a Alberti nem a Bramante e o material de construção que representou nos seus cadernos — gruas duplas, aparelhos de parafuso sem fim ou de cremalheira para elevar colunas — figura já no tratado de Francesco di Giorgio. O engenheiro de Siena era, principalmente, um especialista de problemas militares; Leonardo, pelo contrário, foi, em primeiro lugar, especialista de hidráulica: trabalhou para os Sforza na drenagem da região de Vigevano e propôs-lhes regularizar o curso do Adda, fez um projecto de regularização do Arno, chegou a pensar ser-lhe

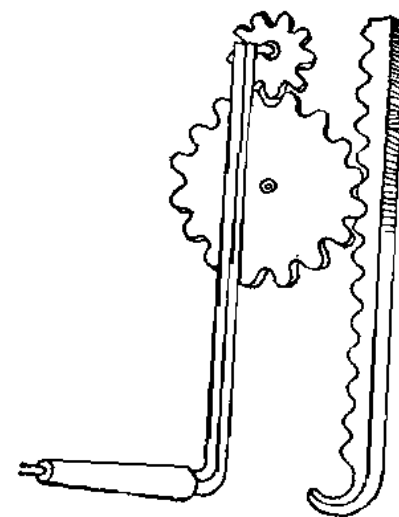
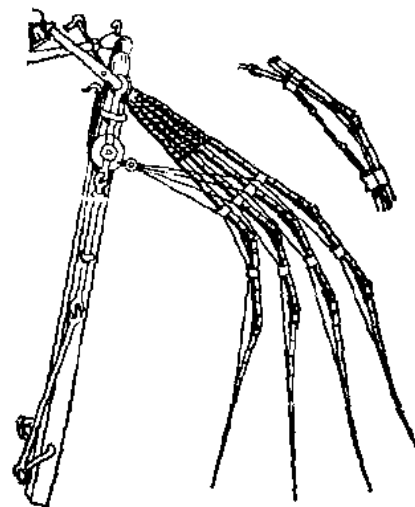
confiada a redução dos pântanos pontinos. Os seus desenhos mostram um estudo particularizado dos aparelhos destinados à escavação dos canais que, porém, parecem não ter sido verdadeiramente originais. Em matéria de bombas, Leonardo não inovou; e os seus esboços de eclusas de comportas móveis já figuravam na obra de Alberti.

★

Tal como os outros engenheiros do Renascimento, Leonardo era um apaixonado pela mecânica e desenhou inúmeras máquinas. Os seus cader-

33. *LEONARDO DA VINCI: MÁQUINA DE TOSAR LÃ.* (*Segundo B. Gille*, ibid.).

A boina de lã é colocada num suporte rotativo; as lâminas abrem e fecham alternadamente.

34. *LEONARDO DA VINCI: ASA ARTICULADA PARA MÁQUINA VOADORA.*

35. *LEONARDO DA VINCI: MACACO.* (*Segundo B. Gille*, ibid.).

nos mostram-no-lo a tentar aperfeiçoar o sistema de biela e manivela, a utilizar com frequência o macaco, a imaginar uma corrente articulada, a interessar-se pela lavra mecânica dos metais. Desenhou laminadores, martelos-pilões hidráulicos, máquinas de trefilagem, de fabricar parafusos e de polir espelhos. Procurou aumentar o automatismo do rodete de alhetas, da fiação da seda, do tear de lãs, da penteação de tecidos e barretes de lã. Mas não exageremos nem a novidade nem o carácter prático desses mecanismos. O martelo-pilão hidráulico já existia desde o século XIII; o rodete de alhetas já não pode ser atribuído a Leonardo; o seu tear é obscuro em vários pormenores. E quanto ao relógio mecânico, com dispositivo sonoro, cujo desenho nos deixou, é decalcado daquele que já Francesco di Giorgio imaginara. Este desenhara também um «automóvel» melhor concebido que o do engenheiro florentino, a quem, de resto, já foi erradamente atribuída a paternidade do escafandro e do submarino quando já na Antiguidade tinham sido imaginados — no papel — aparelhos para visitar o fundo do mar. E, finalmente, que dizer da «máquina voadora» de Leonardo, da qual tanto se tem falado e de que ele deixou muitos esboços, datados de 1483 a 1499? Começou por estudar o voo das aves, procurou depois estabelecer em linhas gerais uma teoria do voo e tentou, por fim, conceber a sua máquina. O seu raciocínio fundamental era o seguinte: as aves são seres de potência superabundante, visto que um pequeno movimento das asas as faz manter-se no ar e que se vê um falcão arrebatar um pato ou uma águia erguer uma lebre. Certamente que os músculos e nervos do homem, no que respeita ao voo, são menos potentes que os das aves. Mas o homem também tem uma força superabundante, cujo excesso pode aproveitar para se elevar nos ares. As asas serão então calculadas de tal modo que a envergadura — como sucede no caso do pelicano — seja igual à raiz quadrada do peso. Leonardo desenhou o piloto deitado, e depois de pé, accionando com as mãos e os pés dois pares de asas imitadas das do morcego. Depois, tendo medido melhor os limites da potência muscular humana, acabou por imaginar um sistema complicado que utilizava a acção de duas molas arqueadas para fazer subir e descer as asas mediante poleias. Na verdade Leonardo enganou-se, quer quanto ao voo das aves, que só a fotografia permitiu estudar correctamente, quer quanto à força que o homem pode aplicar aos braços e às pernas. Esta força não vai além de 20 a 25 % do peso total, enquanto que, no caso das aves, a proporção se aproxima dos 50 %. Além disso, como é que Leonardo poderia saber das diferenças de metabolismo que existem entre aves e homens?

A grandeza de Leonardo como técnico reside menos nas suas «invenções» que na sua curiosidade espiritual e no seu método. Foi o primeiro dos engenheiros do seu tempo a interessar-se pela indústria têxtil e a procurar mecanizar-lhe mais as operações de rotina. Os desenhos que dedicou a este ramo da actividade humana são dos melhores e as suas máquinas de cardar e tosar são das mais originais e das mais bem con-

cebidas dos seus cadernos. Leonardo, porém, ultrapassava constantemente o quadro de cada um dos seus ofícios particulares — artesanais ou artísticos — e teve uma obra de tecnólogo. Apaixonando-se pela mecânica como tal, deu especial atenção ao problema das engrenagens, procurando obter engrenagens mais sólidas e mais regulares (não esqueçamos que, nessa época, as engrenagens, na maioria dos casos, eram ainda de madeira) e desenhando formas cónicas e helicoidais. Francesco di Giorgio não tinha atacado de uma forma tão sistemática nenhum problema concreto de tecnologia mecânica. As engrenagens eram utilizáveis em muitas indústrias. Ao aperfeiçoá-las, Leonardo podia fazer progredir todo o conjunto da produção industrial. Do mesmo modo, como arquitecto e estudioso de hidráulica, procurou, combinando observações rigorosas e dados numéricos, estabelecer os conhecimentos gerais aplicáveis à diversidade dos casos específicos. Estudou o aparecimento das fendas nas edificações e as causas da derrocada das paredes, tentou calcular a resistência das vigas de secção quadrada e cilíndrica, livres ou encastradas, e a repartição da carga num arco, procurou dar as melhores fórmulas matemáticas para as cúpulas e para os sistemas de abóbadas. Leonardo propusera-se escrever um tratado da água, que ficou no projecto como tantas outras das suas intenções; mas as anotações que deixou a respeito de questões de hidráulica são importantes. Dedicou-se, principalmente, a três problemas: a formação do leito dos rios, o estudo dos turbilhões e a análise do movimento da água. Chegou a conclusões pertinentes sobre a maior ou menor idade de um rio em relação com a sua velocidade e com a profundidade do leito. Ignorou a possibilidade do retardamento da corrente por acção das rochas, mas compreendeu que ela é mais rápida no meio do rio que junto à margem e chegou até a distinguir, mediante experiências de coloração do líquido, os diferentes filetes de uma queda de água.

São evidentes as limitações de Leonardo como engenheiro. Falta-lhe uma linguagem adequada — uma das grandes insuficiências do Renascimento — e faltam-lhe instrumentos de medida. Mas, com ele, a técnica deixa de ser assunto de artesãos e ultrapassa o empirismo. Leonardo tem um método: primeiro observa, depois reconstitui com experiências o dado da natureza, conservando apenas os elementos essenciais, e chega, por fim, a uma proposição de carácter geral. Assim se guinda acima dos outros engenheiros do seu tempo, pois sente a necessidade de racionalizar, de chegar à teoria e à abstracção.

★

O caso de Leonardo ilumina todo um panorama histórico: na época do Renascimento a civilização técnica do Ocidente transpôs um patamar. Facto sintomático: a legislação das patentes de invenção desenvolveu-se a partir do fim do século XV e, desde o século XVI, há já patentes

imperiais válidas em todo o Império. Poderíamos dar uma longa lista de realizações espectaculares daquele tempo. Entre 1391 e 1398 foi escavado um canal que, ligando o Elba a Lauenburg, permitiu pela primeira vez a passagem da linha divisória entre duas bacias, o Báltico e o Mar do Norte. Em 1455, em Bolonha, o arquitecto Aristotele Fioravanti deslocou numa distância de 18 metros uma torre de igreja que pesava 407 toneladas. Seis anos depois ficava concluído o zimbório da cúpula da catedral de Florença. Nessa altura já Brunelleschi tinha morrido, mas causara a máxima admiração dos seus contemporâneos fazendo erguer, de 1420 a 1436, essa cúpula octogonal de duas camadas, cujo diâmetro interior (43 metros) tem menos 40 centímetros que o do panteão de Agrippa mas o ultrapassa em altura em cerca de 70 metros (114 metros de altura total em Florença, 145 metros em Roma). Os Florentinos viram com espanto e não sem inquietação — Ghiberti julgava inevitável a derrocada de uma tal abóbada sem fecho — a grandiosa cúpula erguer-se sem andaime exterior, sem contrafortes e sem arcobotantes. A forma oval realçada adoptada por Brunelleschi autorizava a construção por coroas sucessivas, sendo os anéis encaixados uns nos outros. As duas calotas, uma portante e outra de cobertura, estão ligadas entre si por nervuras meridianas de tijolo; e a calota interior é rodeada por uma cadeia de vigas de madeira ligadas por tirantes de ferro. A cúpula de S. Pedro de Roma, que só em 1590 ficou pronta — a esfera metálica terminal só foi colocada três anos depois —, não constitui um progresso importante em relação à de Florença. Miguel Ângelo, falando da cúpula de Santa Maria del Fiore, declarara: «É difícil fazer igual; é impossível fazer melhor.» A cúpula de S. Pedro tem menos um metro de diâmetro que o calculado por Brunelleschi. Como o seu perfil é menos esguio, não pôde ser construída no vazio e foram precisos eimbres para construir, pelo menos, as nervuras meridianas. Em troca, o edifício alcança 145 metros, e compreende-se a admiração dos Romanos quando, a 18 de Novembro de 1593, foi colocada uma cruz dourada sobre a enorme esfera metálica (capaz de conter dezasseis pessoas) que encima o zimbório. Todos os sinos da cidade repicaram e troaram os canhões do castelo de Sant'Angelo. Era a conclusão de uma realização grandiosa. Já anos antes, em 1586, os habitantes da cidade dos papas tinham assistido a outra proeza técnica quando o arquitecto lombardo Domenico Fontana pusera em posição vertical na Praça de S. Pedro o obelisco que ainda hoje ali se vê. Tem 22,25 metros de altura e pesa 326 toneladas. Para a delicada operação tinham sido precisos 800 operários, 150 cavalos e numerosos engenhos elevatórios.

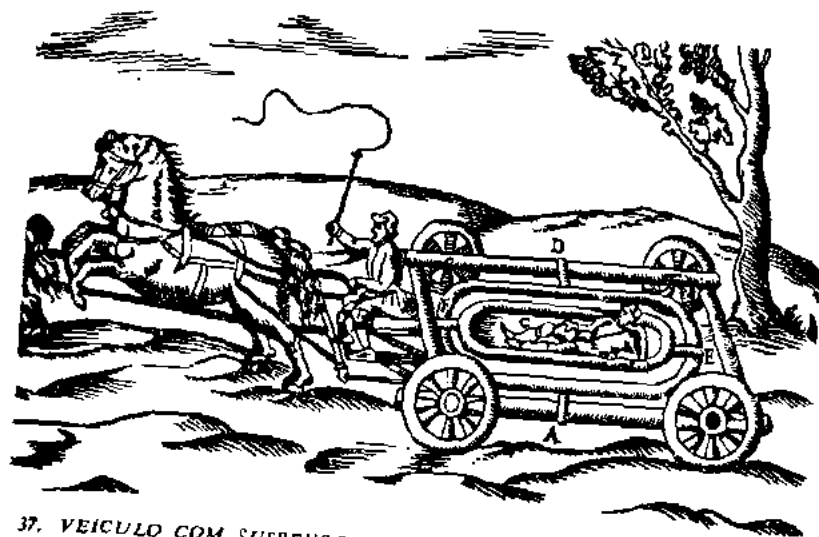
36. BRUNELLESCHI: CÚPULA DE SANTA MARIA DEL FIORE. (*Segundo* La Renaissance italienne, *in* Documentation photographique.)

A época do Renascimento viu o início e a conclusão de muitas outras obras notáveis. Falaremos ainda de outras duas a título de exemplo. A pedido de Luís XI, foi aberto, entre os anos de 1478 e 1480, sob o monte Viso, um túnel com 2,05 metros de altura e 2,47 metros de largura — permitia a passagem de mulas — para ligar o Delfinado ao marquesado de Saluces. Um tal buraco nos Alpes foi um acontecimento. No Sul de Espanha, para facilitar a irrigação dos campos, foi construída em meados do século XVI, em Almansa, uma grande barragem de alvenaria que ainda hoje existe. Tem 20,69 metros de altura e 89 metros de comprimento e forma uma albufeira quadrada com 1500 metros de lado. A sua profundidade original — actualmente está assoreada — atingia 80 metros. Mas, mais que esta enumeração, importam os progressos técnicos essenciais e, especialmente, três «invenções» maiores adquiridas no final do século XIV: o jogo dianteiro móvel nos veículos de tracção animal, o alto forno e o dispositivo de biela e manivela. A primeira facilitou os transportes terrestres, a segunda permitiu a fabricação do ferro fundido e o desenvolvimento da metalurgia e a terceira, mediante a qual se podia transformar um movimento rectilíneo alternativo (de vaivém) num movimento circular contínuo, e inversamente, foi a mais importante aquisição mecânica do nosso período. Deu aos maquinismos, nos vários ramos da actividade humana, um avanço notável, pois se ficava em condições de aperfeiçoar os tornos para madeira ou metal, de melhorar os rodetes e de fabricar bombas aspirantes e prementes.

★

Um carro que figura no selo de Francesco de Carrara, do fim do século XIV, parece ser a primeira representação de uma viatura dotada de jogo dianteiro móvel. Esta invenção, porém, levou muito tempo a

expandir-se: é preciso quase um século para encontrar — em 1470 — uma segunda imagem, esta no livro de razão da família Wolfegg. A realização prática deste mecanismo era delicada. O assassínio de Henrique IV foi facilitado pelo facto de o seu carro não ter jogo dianteiro móvel e virar com dificuldade. Em contrapartida, a artilharia parece ter adoptado, logo no princípio do século XVI, este mecanismo que tornava muito mais fácil o transporte dos canhões. Também a suspensão das viaturas se aperfeiçoou na época do Renascimento, já que os solavancos das estradas não só eram desagradáveis para as pessoas como perigosos para os carros, que desconjuntavam. Inicialmente — em fins do século XIV — pensou-se suspender as caixas das viaturas de correntes ou correias. Depois, por meados do século XVI, começou-se a ligar essas correntes e essas correias não já ao próprio carro mas a molas colocadas no quadro. Estas inovações também só lentamente foram sendo adoptadas. O carro de Henrique IV também não tinha suspensão. Mas os melhores engenheiros não tinham deixado estes problemas sem estudo e Leonardo da Vinci imaginou, antes de Cardano *, a suspensão que hoje tem o nome deste, composta de dois aros concêntricos com eixos de rotação em ângulo recto. Também as rodas dos veículos evoluíram. As rodas de raios substituíram aos poucos as rodas inteiriças e, depois de 1550, começou-se a aplicar-lhes aros metidos a quente em vez das chapas pregadas anteriores. As rodas eram, desde a Antiguidade, rigidamente fixadas ao veio, que rodava com elas. Mas, a partir do século XVI, passou-se a utilizar a roda livre com eixo fixo. Quanto ao funcionamento das rodas, foi melhorado com a cambagem dos raios: estes recebem uma certa inclinação em relação ao eixo, reforçando-se a resistência às pancadas e aos esforços transversais e melhorando a estabilidade dos veículos. Esta disposição dos raios das rodas teria sido inventada por Galiot, mestre de artilharia em França no tempo de Luís XI e Carlos VIII. Estes diversos melhoramentos, juntamente com o aumento do luxo, explicam o êxito cada vez maior dos «coches», especialmente na segunda metade do século XVI. Os primeiros datam do século XV e teriam sido utilizados por Isabel da Baviera em Paris, em 1433, e por Frederico III em Frankfurt em 1474. Mas em Paris, sob Francisco I, eram ainda raros. Mas um documento fiscal dá-nos a saber que Roma, em 1594, contava 883 coches pertencentes a 675 proprietários; só o embaixador de Espanha tinha seis. Quatro anos depois disso, viu-se pela primeira vez na corte de França um coche envidraçado como os que havia já em Itália.

A circulação de tais viaturas fora das cidades, porém, era difícil, visto que por muito tempo as estradas da Europa não foram mais, segundo a fórmula de R. Allix, que «uma sucessão de troços mais ou menos sinuosos e mal ligados uns aos outros, tomados dos caminhos vicinais e, por vezes, dos simples trilhos rurais». Montaigne, ao admirar perto de Fossombrone os vestígios ainda visíveis da antiga Via Flaminia dos Romanos, escrevia: «O grosso empedrado... está, na maior parte, enter-

37. VEICULO COM SUSPENSÃO, DE CARDAN DE BRANCA (SÉC. XVI).
(Segundo U. Eco e G. B. Zorzoli, Histoire illustrée des inventions.)

Este carro não se encontra munido de uma verdadeira suspensão, pois não tem molas de folhas para amortecer os choques; mas o passageiro fica permanentemente num plano horizontal graças a um dispositivo cuja invenção é atribuída a Jerónimo Cardan. Um eixo transversal (A-D) articula-se na estrutura do carro, que é solidária com as rodas, e suporta um caixilho que executa sobre ele a oscilação longitudinal. Um segundo caixilho, interior ao primeiro, pode oscilar transversalmente sobre um eixo longitudinal (E-F) apoiado no primeiro caixilho. A combinação destes dois movimentos perpendiculares permite que se conserve horizontal o fundo do segundo caixilho, sob condição, porém, de que o centro de gravidade do passageiro se mantenha em posição inferior à do plano dos dois eixos.

rado... O caminho, que tinha quarenta pés de largura, já só tem quatro». Mas é indubitável que a circulação nos caminhos da Europa aumentou depois que as gargantas dos Alpes foram abertas ao grande comércio — abertura essa que se situa entre o fim do século XII e o princípio do século XIV. Viajantes e caravanas de comércio fizeram do planalto suíço uma grande encruzilhada do tráfego europeu, garantiram a prosperidade das feiras de Champagne, facilitaram a vinda para Avinhão, pelo Durance, de muitos italianos e ligaram estreitamente a industriosa Alemanha do Sul à activa Itália do Norte. Graças às estradas de montanha banqueiros, mercadores e artistas criaram a norte dos Alpes todo um mundo «amassado com romanidade e italianidade» e «uma segunda Itália, a de Augsburgo, de Ulm, de Ravensburgo e até de Nuremberga» (F. Braudel). A criação de serviços postais regulares na segunda metade do século XV e a organização de carreiras de diligências no século seguinte não deixaram de re-

forçar o papel económico das estradas. Mas estas eram dificilmente praticáveis. Quando possível, recorria-se no interior do continente às vias fluviais. As «carreiras» inglesas que na época de 1550 chegavam a Veneza ou a Ancona pelos Países Baixos e pelos Alpes tomavam o Reno e o Pó. Um rio tão pouco importante como o Tibre era, nesse tempo, de muito mais intensa utilização que actualmente. Um especialista de vias terrestres, o mestre dos correios Génova-Roma, escrevia em 1564: «Se Roma ficasse sem o seu rio, morreria de fome em três dias.»

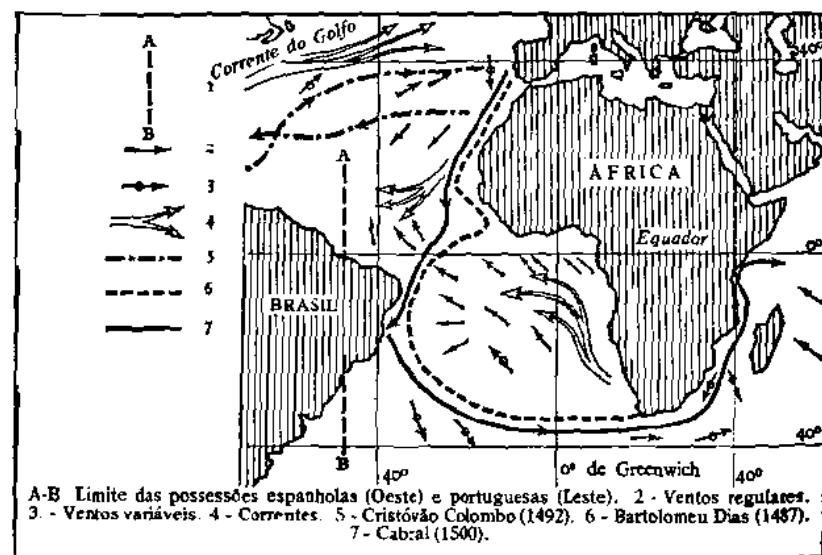
★

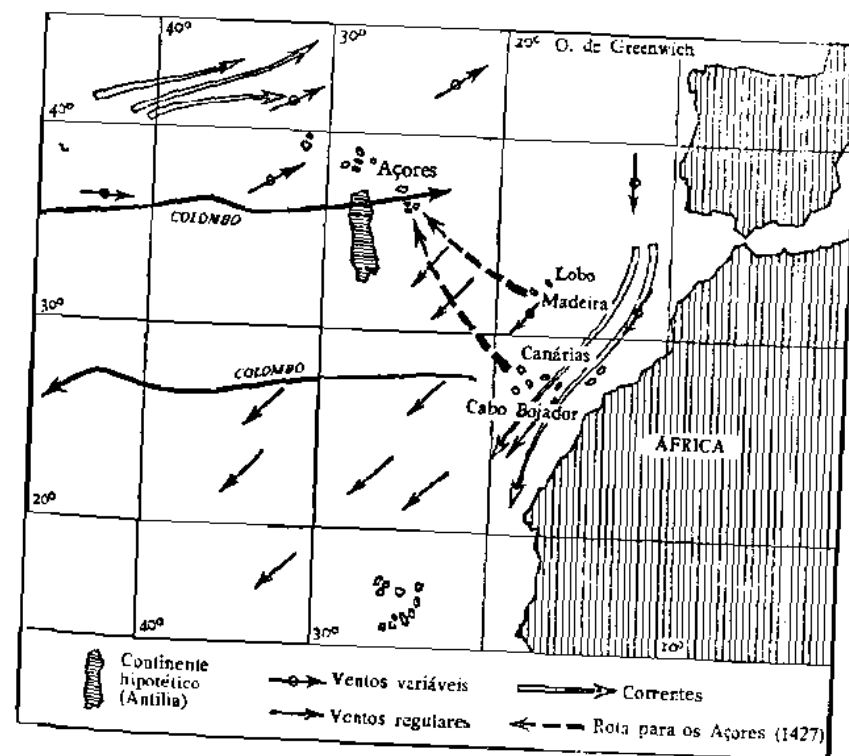
Os progressos da navegação* na época do Renascimento foram muito mais importantes que os da circulação terrestre, pois as grandes viagens de descoberta e o estabelecimento de relações regulares com a América e o Extremo Oriente foram dos maiores feitos desse tempo. Na verdade, os contemporâneos de Cristóvão Colombo e de Magalhães beneficiavam de uma herança de invenções e aperfeiçoamentos diversos que viera a acumular-se gradualmente com o correr dos tempos. A antiga âncora em U, que exercia demasiada pressão no fundo, fora substituída, desde a época da tapeçaria de Bayeux, pela âncora de braços abertos. Desde o século XIII que vinha a espalhar-se gradualmente o uso do leme de galdrope, montado no cadaste com dobradiças e imerso logo abaixo da superfície. Mais fácil de manobrar que os antigos remos laterais, permitia realizar mudanças de direcção mais rápidas e possibilitava, portanto, a bolina, a navegação contra o vento. A bússola* (do italiano *bussola*, pequena caixa de buxo), formada por uma agulha magnética e uma rosa-dos-ventos, já era utilizada no princípio do século XIV. Os Árabes havia já muito que conheciam o astrolábio e o quadrante — um quarto de astrolábio munido de um fio de prumo —, que utilizavam em terra firme, e tinham transmitido o seu uso aos Ocidentais. O século XIV viu desenvolver-se a confecção dos portulanos — cartas geográficas em que os nomes dos portos, escritos perpendicularmente à costa, formam um desenho com a configuração dos países marítimos. Em 1354 Pedro IV de Aragão ordenou aos capitães dos seus barcos que se munissem de duas cartas marítimas e em 1375 Carlos V* de França mandou fazer um portulano hoje célebre, para o qual contribuíram catalães, pois as escolas de cartografia* catalã e maiorquina eram, nessa época, as de maior reputação em toda a Europa. Embora os portulanos se destinassem, principalmente, a navegantes que ainda só praticamente faziam cabotagem, os navios começaram, a partir do século XIII, a aventurar-se a viagens cada vez mais audaciosas. Foi um passo muito importante na história económica da Europa o início, nos anos de trezentos, das viagens regulares de carracas e galés mediterrânicas para Bruges; ao mesmo tempo, as cocas do golfo da Gasconha visitavam cada vez mais assiduamente os portos do mar interior. A intensificação das relações entre marinheiros

das costas do Atlântico e marinheiros meridionais explica, entre outras coisas, as transformações então sofridas pelos navios e a sua evolução para tipos comuns a todas as frotas europeias. Mas as passagens de uma a outra forma operaram-se de maneira quase insensível. O mesmo nome designava, certamente, barcos diferentemente concebidos, e daí as intermináveis discussões actuais sobre os vários tipos de embarcações.

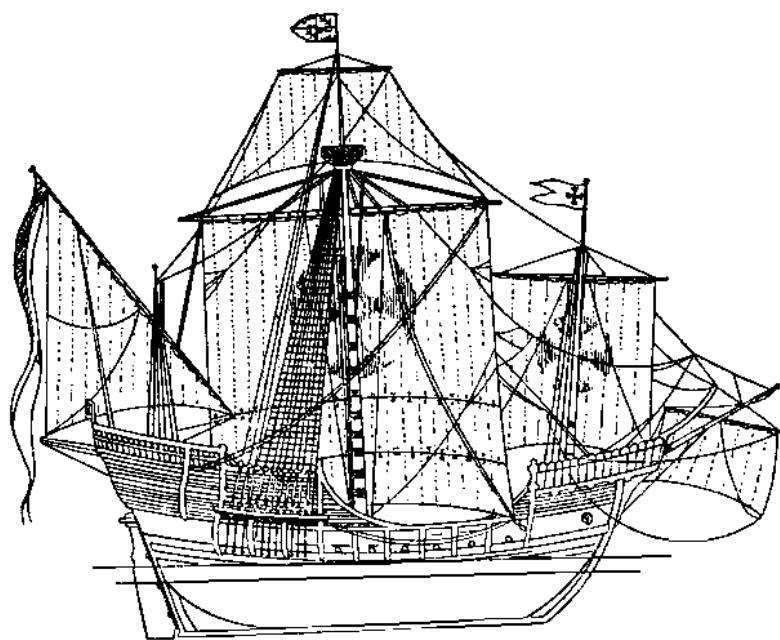
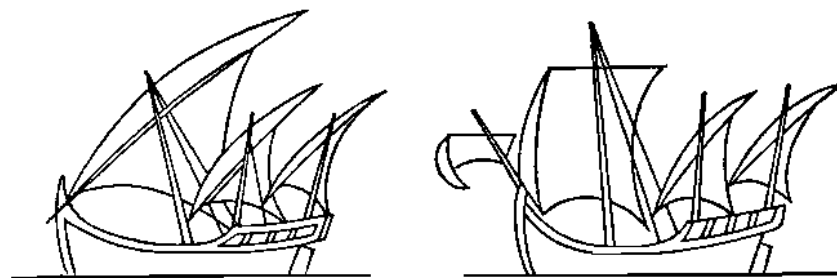
Os «Nórdicos» tinham por hábito construir primeiro o casco e depois a arqueação — método este que não permitia a construção de barcos grandes. Além disso, faziam o costado com tábuas sobrepostas umas às outras como telhas de um telhado. Mas, no século XV, abandonaram estas técnicas, herdadas dos Vikings e dos Saxões, adoptando a técnica dos mediterrânicos, que faziam primeiro a arqueação e a cobriam depois com um casco formado por tábuas unidas a topo, obtendo uma superfície de curvatura contínua. A partir do século XV, o «veleiro» do Atlântico desempenhou um papel cada vez mais importante nas actividades comerciais dos Ocidentais, incluindo as suas relações com os países do Mediterrâneo Oriental. F. C. Lane identificou já 756 viagens de grandes barcos venezianos entre 1404 e 1433. Dessas viagens, 425 foram feitas por «galés» e 331 por «naus». Este último número prova que uma cidade essencialmente mediterrânica tinha já adoptado francamente o navio do Norte, impelido apenas pelo vento, cuja silhueta era muito mais pesada que a da galé. Facto curioso: 205 naus e 102 galés dirigiram-se à Síria e 107 galés e 18 naus foram para o Atlântico. Em ambos os casos seria de esperar o contrário. As cocas nórdicas tiveram, durante muito tempo, apenas um mastro, mas, a partir de cerca de 1430, a utilização de três mastros deu à nau europeia um perfil que depois os vitrais e os manuscritos fizeram nosso conhecido. Tinha formas arredondadas, com a estrutura bem visível; o bojo lateral ligava-se, à ré, a duas formas também curvas, como nádegas. O castelo da popa, uma espécie de caixa colocada em cima do casco e ainda mal integrada no conjunto, era suportado por uma viga. O castelo da proa era uma plataforma triangular com o bico inclinado (e, na carraca, virado para diante).

As naus e as caravelas são por vezes difíceis de distinguir nos documentos do final do século XV e princípio do século XVI e parece que nessa altura as duas palavras eram indiferentemente aplicadas. Na realidade, ambos estes tipos de navio evoluíram no sentido de uma semelhança mútua cada vez maior. As origens da caravela não podem ser indicadas com precisão; o navio foi, porém, aperfeiçoado pelos Portugueses, que a partir de 1420 começaram a ir cada vez mais longe ao longo da costa africana. Até à latitude das Canárias, as velas nórdicas, redondas, eram suficientes quer para levar as embarcações para sul quer para as trazer de volta à Europa, desde que fossem procurar bastante a oeste os ventos e correntes dirigidos para nordeste. Mas, para lá do cabo Bojador, o regresso com velas que só aproveitassem os ventos de popa era mais difícil, visto que ali já os alísios sopram para sudoeste. Além disso era

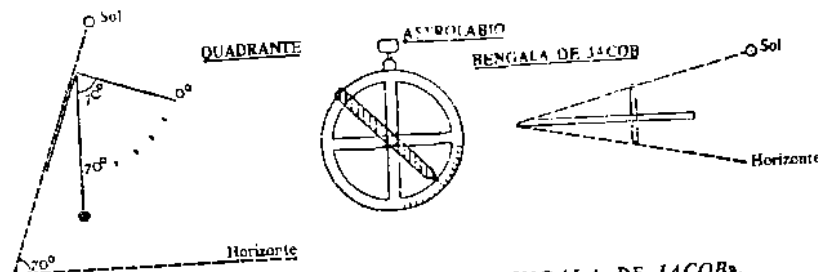
impossível continuar a contornar a costa para sul do Equador com navios que não pudessem bolinar, especialmente por causa do alíseo austral, que se orienta de sueste para noroeste. Ora já havia muito que no Mediterrâneo se usava a *vela dita «latina»*, *triangular*, que era mais manobrável que a vela «redonda» (quadrangular) e permitia tirar partido de todas as variações de direcção do vento. Os Portugueses adaptaram esta vela à navegação de alto mar e, ao mesmo tempo, adelgaçaram um pouco as formas da coca nordica para a *fazer resistir melhor* ao *descaimento*. Assim nasceu a caravela de dois mastros e, algum tempo depois, de três. Era um navio bom corredor, de porte raramente superior a 150 tonéis, capaz de navegar com precisão à bolina. A caravela foi bem o instrumento por excelência das descobertas portuguesas; foi com dois navios desses que Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança. Os marinheiros, que anteriormente receavam nunca mais voltar à sua terra, estavam já tranquilizados. As vantagens da caravela foram, principalmente, psicológicas, já que as velas latinas nada podiam contra as correntes que, a sul do Equador, *travam o avanço* de quem se dirigir para o cabo da Boa Esperança junto à costa. Foi por isso que Bartolomeu Dias, depois de um primeiro fracasso em 1486, evitou no ano seguinte as correntes costeiras e foi procurar a sudoeste, cerca do paralelo 40 sul, os ventos favoráveis que lhe permitissem voltar para leste e

38. ROTAS PARA O ATLÂNTICO SUL.
(*Segundo* Histoire générale des techuiques.)

ladear a África. Foi também *por isso* que Vasco da Gama não utilizou caravelas na sua viagem de 1497-1499, mas sim navios *mais pesados*, uma vez que a rota empiricamente descoberta por Bartolomeu Dias estava *toda* no domínio dos ventos de popa. E pode-se fazer uma observação do mesmo género *quanto* à *primeira* viagem de Cristóvão Colombo, que tinha estudado em Portugal e na ilha da Madeira o *regime* dos ventos entre os paralelos 25 e 35 e sabia que, quando se vai para oeste à custa dos *alíseos*, se tem de voltar à Europa por uma rota mais a norte a fim de poder beneficiar de ventos de popa. O *Santa Maria* era um navio mercante, com a maior parte das velas *redondas*, concebido para navegar com o vento pela popa. Em contrapartida, a *Niña* tinha, originalmente, armação de caravela, com três velas latinas. Ora é sintomático que o almirante a *tenha mandado* transformar nas Canárias, substituindo uma das velas triangulares por um *pano redondo*: prova de que Colombo sabia de antemão que não ia ter de navegar contra o vento. Só o *terceiro* navio da pequena esquadra, a *Pinta*, ficou com três velas latinas até ao

39. DESCOBERTA DOS AÇORES.

fim da viagem, facto que não deixou de causar inquietação a Colombo, já que, desse modo, Pinzon, seu capitão, gozava de demasiada liberdade de manobra em relação ao almirante.

As características de dois dos três navios de Colombo em 1492 são significativas de toda uma evolução. A caravela e a nau, tendendo a assimilar-se mutuamente, davam o navio mercante do século XVI. Menos esguio que uma, menos entroncado que a outra, tinha geralmente velas redondas a meia-nau e a vante e uma vela latina no mastro do artemão. Generalizou-se o uso de uma vela acima do cesto da gávea (a vela da gávea) e na primeira metade do século XVI apareceu a cevadeira, pequena vela presa ao gurupés. A partir dos anos de 1580 os mastros de gávea de certos navios podiam ser desmontados em caso de mau tempo. O castelo da proa baixou um pouco mas continuou a formar saliência para vante do casco. Alguns grandes barcos mercantes podiam chegar a 500 ou 600 tonéis. Tais capacidades, porém, eram excepcionais; a média, no caso dos navios de grande comércio, situava-se entre 200 e 300 tonéis. Perto de 1600 houve tendência — excepto, talvez, na linha portuguesa do Extremo Oriente — para se abandonar o tipo de navio genovês, muito

40. A «SANTA MARIA» DE COLOMBO: VELAME CALCULADO ESPECIALMENTE PARA OS VENTOS PORTANTES.
(Ibid.).

41. A TRANSFORMAÇÃO DA «NIÑA» NA ESCALA NAS CANÁRIAS.

grande, dos fins do século XV, que podia transportar mil toneladas de mercadorias, em favor de uma embarcação menos bojuda, mais rápida e com melhor equilíbrio.

O tempo do Renascimento viu progredir em conjunto a construção naval e a arte de navegar. Claro que, por falta de cronómetros, não se pôde realizar correctamente o cálculo da longitude antes de meados do século XVIII. Mas, para a latitude, as coisas eram diferentes. Os Portugueses, ao navegar ao longo da costa africana no século XV, tinham feito muitas observações de pontos da costa; e não parece que tenha havido navegação pelos astros antes de 1480. Mas, a partir desse ano, os marinheiros souberam já calcular a latitude no alto mar a partir da altura do Sol ou da Estrela Polar. Para isso, aligeiraram e simplificaram os instrumentos legados pela técnica árabe — o astrolábio e o quadrante — e inventaram outros novos, como a balestilha, ou «bengala de Jacob», que não utiliza a graduação de um arco de circunferência mas um segmento deslizante ao longo de uma haste, devendo o astro observado, a extremidade superior da haste e o olho do observador ficar em linha recta. Mas os resultados assim obtidos exigem correcção em função do dia do ano. Essa correcção é feita com a declinação do Sol nesse dia. Os Portugueses fizeram tabelas da declinação do Sol no século XV e essas tabelas foram impressas em Veneza a partir de 1483, de modo a munir com elas os capitães que partissem para o alto mar. Tabelas análogas a essas continham também as correcções necessárias ao cálculo da latitude por meio da Estrela Polar. Os pilotos, habilitados a avaliar as latitudes mas impossibilitados de medir longitudes de modo válido, tiveram durante muito tempo ainda de navegar por estimativa. A bússola permitia-lhes definir a direcção da rota, mas era também preciso, para isso, medir a velocidade do navio: e isto foi possível com o odómetro, cuja primeira descrição data de 1577. Faz-se flutuar na água uma peça cilíndrica de madeira, lastrada com chumbo, que o movimento do navio não arrasta consigo. A corda corrediça que o liga ao navio é dividida por nós equidistantes uns dos outros que vão passando pela mão do mari-

42. *QUADRANTE, ASTROLÁBIO E «BENGALA DE JACOB».*
(Segundo Ph. Wolf e Fr. Mauro, Histoire générale du travail.)

nheiro, sendo o tempo avaliado com um relógio de água. Para navegar por estima recorria-se a cartas planas, quadradas ou rectangulares, sem correcção da declinação magnética. De resto esta declinação ainda em meados do século XVI era negada por um certo número de especialistas. Em 1569 Mercator * deu a conhecer o seu sistema de projecção e, com ele, as cartas cilíndricas, que tinham um interesse muito especial para Espanhóis e Portugueses, cujos veleiros navegavam principalmente nos mares tropicais — zonas que, na projecção de Mercator, sofrem menor deformação. Mas a projecção de Mercator só foi verdadeiramente utilizada com o século XVII bastante adiantado, ao conhecer-se «um número bastante grande de valores do ângulo de declinação magnética para se poder converter os rumos de agulha em rumos verdadeiros». Só nessa altura apareceu a verdadeira navegação loxodrómica.

★

Mais que verdadeira revolução técnica, uma contínua melhoria: este esquema, que caracteriza o progresso dos transportes na época do Renascimento, aplica-se ainda melhor à indústria têxtil *, a primeira em importância nas economias de tipo antigo. Neste sector, a sólida organização corporativa, herdada da Idade Média, entravava as inovações. Mas certos tecidos, anteriormente pouco utilizados, foram conquistando posições nos mercados europeus. Os tecidos de algodão foram, durante muito tempo, importados do Oriente. Mas, nos séculos XIV e XV, a fabricação de tecidos de algodão, os fustões, desenvolveu-se primeiro na Itália Setentrional, onde a matéria-prima chegava por Veneza, e pouco tempo depois além-Brenner, na Alta Alemanha e na Suíça. Ao mesmo tempo houve também desenvolvimento dos tecidos de linho no Hainaut, na Flandres e no Brabante, dos tecidos de cânhamo na Bretanha e no Poitou, das estamenhas e das saietas nos Países Baixos e na região de Le Mans. As saietas, tecidos leves de fio de lã penteada com teia de

linho, cânhamo ou algodão, eram utilizadas, principalmente, para o vestuário feminino e eclesiástico. E. Coornaert, que estudou a fabricação deste tecido em Hondschoote, perto de Dunquerque, calculou que a produção passou ali de 15 000 peças em 1485 para 90 000 em 1562. A seda também teve aceitação crescente, e disso falaremos mais adiante.

Além de tudo isto, os aperfeiçoamentos de pormenor vieram também dar novo ritmo à indústria têxtil. A cardagem da lã, que não só a faz abrir e lhe separa os fios como também pode misturar lãs de cores diferentes, parece ter sido desconhecida até 1300. No século XIV divulgou-se rapidamente. Para fiar, ainda se continuou a usar durante muito tempo a roca e o fuso. Mas o primeiro rodete apareceu em Douai em 1362. No final do século XV era já de uso corrente, tendo então recebido dois notáveis aperfeiçoamentos: o pedal, aplicação a um aparelho têxtil do dispositivo de biela e manivela, e a alheta, que se vê pela primeira vez em 1470 num livro de razão da família Wolfegg. A alheta, que permitia dar ao fio uma torção suplementar, era já corrente no século XVI. Dois séculos antes, por causa da moda dos tecidos de seda, que aumentava, tinha sido aprontado em Bolonha um aparelho mecânico para torcer os fios de seda. O fio era torcido ao passar por bobinas de dois tipos, que giravam a velocidades diferentes, sendo umas de eixo vertical e outras de eixo horizontal. Montaigne observou em 1581 um destes aparelhos em Florença: «Vi — escreve ele — as oficinas das fiandeiras de seda, que utilizam umas dobadouras com que uma só mulher, pondo-as a girar com um só gesto, faz torcer e dobrar quinhentos fusos.» Mas, a partir da época do Renascimento, e especialmente nas Províncias Unidas, recorreu-se às rodas hidráulicas para movimentar todo o mecanismo. A mecanização, principalmente no final do período que estamos estudando, permitiu ainda sensíveis progressos na tecelagem, tratamento e acabamento dos tecidos. O tear de barra, por meio do qual um só operário podia tecer vinte e quatro fitas ao mesmo tempo, foi um antecessor da tecelagem mecânica. Foi inventado em 1604 por um tecelão de Hondschoote, Van Sonnevelt. Data também da mesma época (1607) o primeiro desenho que representa uma máquina de enfelpar tecidos de lã realmente operacional. A mais antiga figura de uma máquina destinada a essa operação está, sem dúvida, nos cadernos de Leonardo da Vinci; mas essa máquina não podia ser utilizada na prática. A operação consiste em fazer passar pela superfície do tecido, a fim de lhe puxar os pelos, uma peça revestida de cardas. Na máquina de 1607, um volante movido pelo operário fazia rodar rapidamente dois cilindros com cardas entre os quais ia passando o tecido. Se a máquina só no século XVII teve êxito, já a prensagem dos tecidos a quente, para lhes aumentar o brilho, era conhecida desde o século XV. É verdade que os regulamentos vieram proibir esta operação, pois com ela se podia dissimular as irregularidades e os defeitos dos tecidos; mas essas proibições não deram resultado: no século XVII, a prensagem a quente era já uma fase normal

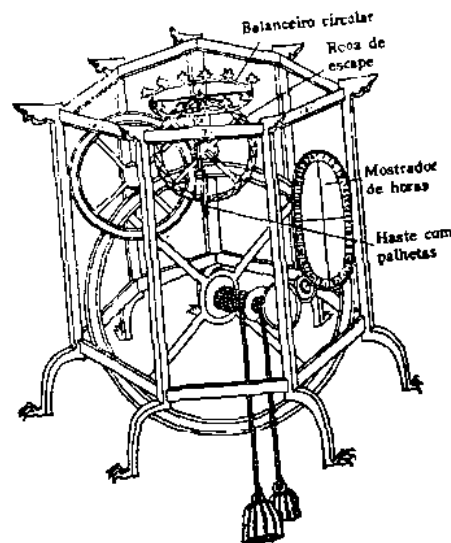
e essencial do acabamento dos tecidos de boa qualidade. Quanto ao pisoamento, que é a operação essencial do acabamento dos tecidos, já era praticado havia muito tempo, pelo menos no que respeita aos tecidos mais grosseiros, mediante moinhos de água ou de vento que accionavam massas de madeira, os pisões. Elevados por meio de peças excêntricas, os pisões caíam sobre as peças de tecido. Durante o século XVI espalharam-se por toda a Europa os pisões de martelos; estes martelos tinham uma forma estudada para não ofender demasiado a estrutura do tecido. Mas, para tecidos finos, o pisoamento com os pés ainda era usado no século XVII.

Os séculos XV e XVI viram na Europa o desenvolvimento das malhas. Não se pode dizer com precisão quando surgiu a ideia de fabricar um tecido não por entretecimento de uma trama numa teia mas com voltas dadas a um único fio. Os primeiros objectos tricotados — descobertos no Egipto — não são, ao que parece, anteriores ao século III da nossa era. É ideia geral que esta técnica do «tricot», conhecida de há muito no Próximo Oriente, se divulgou no Ocidente a seguir às Cruzadas. Seja como for, há obras de arte do século XV que representam a Virgem a fazer malha. Há em museus luvas de lã desse período. Na Inglaterra havia corporações de fabricantes de malhas antes do século XVI. Fabricavam camisas de lã, barretes, meias de lã e tapetes. Em França, formou-se em Troyes, em 1505, uma confraria de fabricantes de malhas e barretes. Mas, no século XVI, difundiu-se a malha de seda, pois os ricos só meias de seda queriam calçar. Esta moda vinha, sem dúvida, de Espanha. Fabricadas inicialmente à mão com agulhas de madeira ou de osso, as meias de seda eram raras e de preço muito elevado. Henrique VIII tinha só dois pares; e oferecer a Isabel um par de meias de seda preta era dar-lhe uma prenda muito valiosa. Porém o aumento da procura por parte de uma sociedade cada vez mais inebriada com o luxo e a necessidade de aumentar a produção levaram à invenção, cerca de 1590, por um pastor anglicano, William Lee, da primeira máquina de fazer malha, na qual uma série de hastes de aço, movimentadas simultaneamente, fazia de uma só vez uma fiada completa de malhas. Nos meados do século XVII, um bom operário, trabalhando doze a treze horas por dia numa máquina destas, tinha de conseguir fabricar três pares de meias de seda por semana.

★

A invenção da máquina de fazer malha de seda, vindo ao encontro das pesquisas de Leonardo para a racionalização do trabalho têxtil, convida-nos a insistir novamente no gosto da mecanização que caracteriza o Renascimento. A ideia e a tentação tinham nascido de um automatismo a que a relojoaria * proporcionou um campo de aplicação privilegiado. «Êxito num domínio muito restrito, sim, mas êxito incontestável do

esforço humano... (a relojoaria teve), na génese do mundo das máquinas, um papel catalizador de alcance muito maior que o seu volume específico» (P. Mesuage).

Os relógios mecânicos surgiram na Europa no século XIV, numa região «primitiva» que englobava a Inglaterra, os Países Baixos, a Alemanha Central e Meridional, a Boémia, a França e a Itália Setentrional e Central. A divisão do tempo em partes iguais pode ser feita por meio de um balanceiro ou de um pêndulo. Ora, em virtude do atrito e da resistência do ar, este «regulador» sofre uma travagem e necessita de um «motor». A energia deste motor tem, porém, de ser-lhe fornecida numa quantidade certa e em momentos próprios. Daí a necessidade de um mecanismo de distribuição, interposto entre o motor e o regulador, que resolva a aparente contradição entre a rotação contínua, provocada por um, e o movimento alternativo, característico do outro. O escape é, assim, concebido para travar uma roda durante um certo intervalo de tempo e deixá-la «escapar» em seguida. Finalmente, os ponteiros traduzem este ritmo em termos de percurso de um mostrador circular. A invenção genial que possibilitou o avanço da relojoaria mecânica foi a da roda de escape. Pode ser datada da primeira metade do século XIV e é atestada por documentos de 1335. O relógio astronómico construído em Pádua em 1364 por Giovanni de Dondi, que dava a hora e o movimento dos planetas, e o célebre relógio de Dover de 1384 já continham — em forma rudimentar — esse novo órgão. Ambos esses relógios, bem como os de Rouen, de Salisbury, de Wells e do Palácio da Justiça de Paris, todos eles do fim do século XIV, utilizavam como motor um sistema de correntes ou cordas, enroladas em veios de rodas motoras, que se desenrolavam gradualmente por acção de pesos. Tal dispositivo era, porém, pesado e volumoso. A invenção da «mola real» — de 1459? — foi verdadeiramente revolucionária, pois permitiu a construção de relógios portáteis, e logo a seguir de relógios de bolso, dando assim a todos a possibilidade, nunca antes conhecida, de ter sempre disponível a medida do tempo. A mola, uma estreita lâmina enrolada em espiral, não tardou a ser instalada no interior de um tambor protector que também lhe regularizava o desenrolamento. Em França, datam do reinado de Luís XI os primeiros relógios susceptíveis de estar sobre uma mesa; e mesmo no final do século XV apareceram na Europa os primeiros relógios portáteis. Ludovico, o Mouro, duque de Milão, mandou fazer três, dois dos quais tocavam as horas. Cerca de 1500, o relojoeiro alemão Peter Henlein já construía relógios de bolso de formas arredondadas que durante muito tempo foram conhecidos como «ovos de Nuremberga». Na mesma época havia em Blois artistas que fabricavam relógios portáteis que eram verdadeiras jóias. Somente em 1574 um artesão vindo de Autun introduziu o fabrico de relógios em Genebra. O andamento dos primeiros relógios era bastante irregular, pois a mola tinha demasiada força no início do desenrolamento e pouca força no final. Foi por isso que, entre 1500 e

43. *RELÓGIO DE DONDI.* (*Segundo* Histoire générale des techniques.)

1550, se pensou igualizar a força transmitida pela mola ligando o tambor a um veio de forma troneo-cónica com uma corda de tripa (e, mais tarde, por uma corrente). Ao desenrolar, a mola vai perdendo força, mas a corda, actuando em raios sucessivamente maiores do veio tronco-cónico, opõe-lhe uma resistência cada vez menor. Certos relógios, portáteis ou não, do século XVI continuavam a ser imperfeitos e podiam atrasar-se ou adiantar-se uma hora ou hora e meia por dia. Por outro lado, um relógio portátil representava perto de um mês de trabalho. No entanto, estava aberta uma via fecunda à investigação e à técnica. Huyghens, que construiu relógios de pêndulo e imaginou, para os relógios portáteis, o regulador de cabelo espiral, ia no século seguinte levar a relojoaria «do plano empírico para o plano científico».

*

Os progressos da relojoaria eram solidários dos progressos de uma civilização que utilizava cada vez mais os metais — ouro e prata, mas também ferro, cobre, etc. De facto, o trabalho das minas conheceu, na época do Renascimento, transformações mais importantes do que as da indústria têxtil. A exploração das jazidas argentíferas da Europa tinha decrescido no princípio do século XIV por causa das frequentes inundações das galerias. E, quanto mais fundo iam os poços das minas mais complicado era o problema da evacuação da água. A penúria de metais preciosos obrigou à obtenção — especialmente na Alemanha e na região

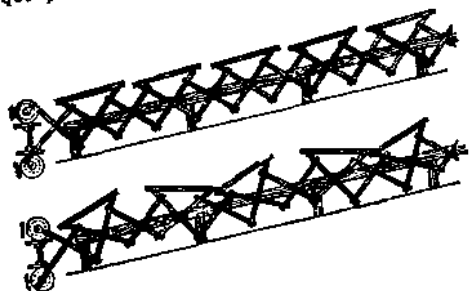
de Liège — dos dispositivos indispensáveis, graças aos quais se verificou o novo impulso da actividade mineira dos meados do século XV. A elevação das águas até às condutas de escoamento passou a ser facilitada por toda uma aparelhagem descrita por Agrícola: noras de tracção animal ou hidráulica com cordas que suportavam vasilhas, correntes de alcatruzes, tubos em cujo interior se movia uma corrente de bolas, bombas aspirantes e prementes accionadas por dispositivos de biela e manivela. Agricola descreveu no seu tratado uma gigantesca máquina hidráulica, reversível, com 10,70 metros de diâmetro. Era constituída por duas rodas hidráulicas acopladas cujas pás tinham inclinações opostas. Duas condutas munidas de comportas móveis conduziam a água para uma ou para a outra, podendo-se fazer rodar o veio do tambor da corda elevatória num ou noutro sentido. O mecanismo podia servir também para trazer à superfície os minérios extraídos. Para levar as cargas aos poços utilizava-se carrinhos de mão ou mesmo carros de mais rodas que se moviam sobre carris de madeira, que aparecem pela primeira vez num manuscrito do século XV conservado na Escola de Belas Artes de Paris. A ventilação das minas era feita por meio de chaminés encimadas por rodas horizontais de ventoinha, com foles movidos à mão, com os pés ou hidráulicos ou ainda com moinhos de vento. O abate dos filões metalíferos foi feito, pela primeira vez, com pólvora, em Chemnitz (1527).

Na época que estudamos, a madeira continuava a ser o combustível mais utilizado, quer directamente quer sob forma de carvão vegetal. Mas o carvão mineral ia sendo cada vez mais utilizado, principalmente na Grã-Bretanha, já muito desfalcada de arvoredo. J. U. Nef calculou que, entre 1564 e 1634, os carregamentos de hulha que partiam do Tyne aumentaram 14 vezes, alcançando no fim desse período 45 000 toneladas por ano. As exportações de carvão pelos portos do Firth of Forth aumentaram a um ritmo quase igual a este.

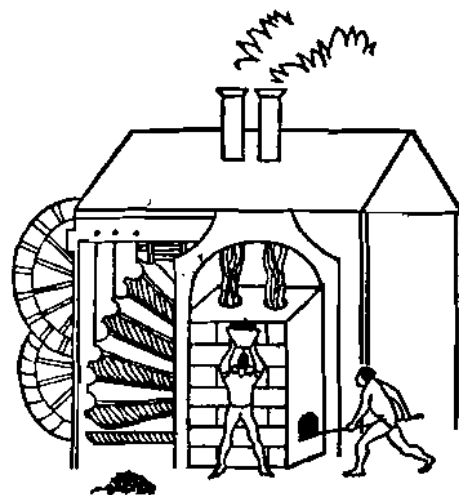
Também houve progressos na metalurgia da prata. Antes dos meados do século XV os empresários das minas defrontavam grandes dificuldades quando não encontravam filões de prata nativa, pois era difícil separar o metal precioso do chumbo ou do cobre contido no minério. Os foles hidráulicos vieram facilitar o uso de um novo método de tratamento, que teria sido introduzido cerca de 1451 por um tal Johannsen Funcken. A elevada temperatura obtida permitia utilizar a diferença existente entre a prata e o chumbo quanto a pontos de oxidação e de fusão, pois o chumbo oxida-se e funde antes da prata. Os processos dos Aztecas e dos Incas eram uma aplicação deste princípio. Além disso, no caso de se ter um minério de cobre argentífero, podia-se, por meio da refinação a chumbo, separar a prata; esta descoberta não só aumentou a produção de prata como embarateceu muito o cobre, de que a artilharia de bronze tinha cada vez maior necessidade. Daí a criação de novas fábricas relativamente importantes, as *Saigerhütte*, que utilizavam a força hidráulica para os fornos e para os martelos.

44. *PARAFUSO DE ARQUIMEDES PARA LEVAR ÁGUA A AUGSBURGO (ANTES DE 1550).*
(*Segundo A. Wolf*, A history of science, technology and philosophy in the XVIth and XVIIth centuries.)

45. *MÁQUINA DE ÁGUA DE JUANELO (CERCA DE 1573.)*
(*Segundo A. Wolf*, ibid.)

Esta máquina, concebida para levar água ao Alcácer de Toledo, era constituída por uma estrutura de madeira com tubos de cobre, com cerca de metro e meio de comprido, cujas extremidades tinham recortes na parte superior. O mecanismo inclinava-os ora para um lado ora para o outro, de modo que iam fazendo passar a água uns para os outros pela encosta acima. Este sistema era mais engenhoso que prático.

Um progresso ainda mais decisivo no tratamento da prata foi a descoberta, na primeira metade do século XVI, do processo do amálgama, que parece ter sido levado à prática, inicialmente, na Boémia e na Hungria. O minério de prata era triturado com martelos-pilões e misturado com sal, vitríolo e mercúrio; depois era destilado e filtrado em peneiras de tela de cânhamo. O processo do amálgama foi, provavelmente, introduzido por técnicos alemães em Espanha, país onde os Fugger exploravam as importantes minas de mercúrio de Almadén, e passou da Espanha à América, onde foi aplicado no México, em Zacatecas, a partir de 1557. Disse-se durante muito tempo que não se podia tratar por este método o minério de Potosi, e o mercúrio peruano de Huancavelica era enviado para o México e para a Guatemala. Mas, a partir de 1572, as autoridades espanholas conseguiram vencer o espírito de rotina dos concessionários e houve um *boom* na produção de prata do Peru.

A metalurgia do tempo do Renascimento era, essencialmente, a metalurgia da prata e do cobre. Mas a metalurgia do ferro * também conheceu novos avanços, e a evolução das técnicas siderúrgicas foi um dos grandes acontecimentos da época. Durante a Idade Média clássica, o ferro

era produzido pelo método dito «catalão». O minério era empilhado em camadas alternadas com carvão vegetal em fornos tronco-cónicos de tijolo com cerca de um metro de diâmetro. O ferro fundido e as cinzas desciam ao fundo do forno e saíam por condutas denominadas «rabos de raposa». Obtinha-se assim, em cada operação, 4 a 5 kg de ferro e umas escórias tão ricas em metal que grande parte delas ainda pôde ser reciclada no século XIX. As dimensões dos fornos aumentaram gradualmente a partir do século XIV: o forno Osmund, na Escandinávia, e certas oficinas dos Pirenéus podiam dar 50 a 60 kg de ferro em cada operação, ou seja, cerca de 15 toneladas por ano. Chegou-se, assim, a construir altos-fornos com 5 ou 6 metros de altura que, munidos de foles hidráulicos, podiam já fundir minério de ferro como se fundia o bronze: inovação decisiva! O ferro fundido substituiu gradualmente o ferro em barras como produto inicial. Os altos-fornos podiam fornecer 50 toneladas de metal por ano. O ferro, que apresentava a enorme vantagem de poder ser vazado, começou a servir para muitos fins. Foi utilizado para fabricação de condutas, de placas para túmulos e para chaminés, de canhões, de balas, de âncoras, etc. Mas era necessário realizar

46. *ALTO FORNO DO SÉCULO XVI.*
(*Segundo* Histoire générale des techniques.)

uma segunda operação para queimar o excesso de carbono. As gusas seguiam, pois, para uma forja próxima do alto-forno e eram novamente fundidas e tratadas por meio de martelos hidráulicos. O produto assim obtido, de preço vantajoso, acabou por substituir o antigo ferro forjado, obtido directamente a partir do minério sem fusão.

O alto-forno apareceu, sem dúvida, na segunda metade do século XIV tanto na região de Liège como nas margens do Reno. As migrações de

operários difundiram pouco a pouco a nova técnica. A Lorena, a Champagne, o Nivernês e a Normandia parecem tê-la conhecido no final do século XV; a Alsácia, o Franco-Condado e a Bretanha tiveram-na, sem dúvida, em meados do século XVI. Mas os altos-fornos com forjas anexas foram raros em toda a Europa até cerca de 1540. Depois dessa data começaram a multiplicar-se. Por alturas de 1560 haveria já uns trinta e cinco na região de Namur. O processo foi levado de Liège para a Suécia em meados do século XVI e alcançou a Inglaterra através de operários franceses. À perturbação provocada na siderurgia pelo aparecimento do alto-forno veio somar-se o lento aparecimento de toda uma maquinaria hidráulica. Os laminadores, que eram raros até ao século XVIII, surgem, porém, já nos cadernos de Leonardo e eram utilizados por alturas de 1550 na região de Liège, onde parecem ter sido inventados. As máquinas de corte longitudinal, constituídas por cilindros encaixados entre si, formando tesoura, parecem ter sido mais correntes que os laminadores. Foi na Alemanha que, provavelmente, se inventou a trefilaria hidráulica, no final do século XV ou no princípio do século XVI. Uma imagem de Biringucoio, de 1540, dá-nos a sua primeira representação conhecida. Vê-se nela uma roda movida a água para enrolar o fio depois de passar pela fieira. A fabricação de gusa branca, finalmente, parece ter sido criada em Nuremberga em meados do século XV.

J. Le Goff, na sua obra *Civilização do Ocidente Medieval* (¹), sublinhou justamente a escassez de ferro na época medieval, na qual a pedra e a madeira eram as matérias-primas de base. S. Bento dedicou um artigo da sua *Regra* aos cuidados que os monges deviam ter com os objectos de ferro. Neste aspecto, a vida quotidiana da Europa sofreu uma profunda mutação a partir do século XV. A Suécia e a Inglaterra juntas produziam já umas 75 000 toneladas de ferro e ferro fundido por ano em 1640. Portanto, temos de recordar com J. U. Nef que houve nessa época «um notável aumento da procura interna de metais para apetrechar as novas empresas industriais, fabricar novos meios de transporte e produzir artigos de todos os tipos». O historiador norte-americano não hesitou em classificar esta transformação como a «primeira revolução industrial», pois o trabalho dos metais deixou então de ser apenas um trabalho artístico. «A refinação de açúcar — escreve —, a fabricação de cerveja e de sabão, a tinturaria e a cardagem da lã e dos tecidos, tudo indústrias em rápido desenvolvimento, exigiam elementos metálicos como rolos, caldeiras, panelas e utensílios diversos». As máquinas, movidas por cavalos ou pela força hidráulica, eram parcialmente metálicas. As centenas de caldeiras de sal que foram instaladas na foz do Tyne e na foz do Wear e ao longo da costa do Firth of Forth «eram feitas com chapas de ferro de sessenta centímetros a um metro de

(¹) Publicada em português pela Editorial Estampa. *(N. do T.)*

altura, rebitadas umas às outras em volta de uma plataforma metálica que, em certos casos, tinha sete ou oito metros de diâmetro... Uma grande caldeira de sal exigia, provavelmente, tanto metal como um canhão...

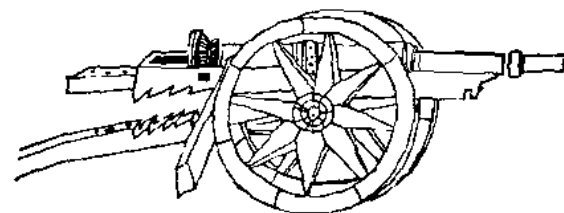
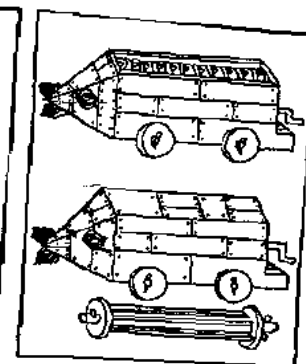
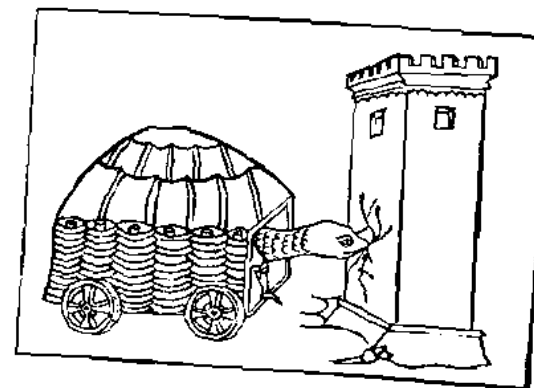
Davam-se mudanças nos hábitos domésticos... A maioria dos homens e das mulheres necessitava agora de alfinetes e de pregos, e muitos homens queriam navalhas de barba de aço. As tesouras tinham um uso cada vez mais frequente. E também as facas, especialmente as facas de mesa. Os garfos iam aparecendo nas mesas das pessoas requintadas e o número das pessoas requintadas ia crescendo como nunca... Com o aumento da riqueza das classes médias, as portas de ferro, os parafusos, as fechaduras e as chaves tinham cada vez maior procura por causa do receio dos ladrões... O rápido desenvolvimento das viagens em carros fizera aumentar a procura de cavalos e, por conseguinte, de ferraduras e freios, bem como de pregos e outras peças metálicas para as carruagens».

★

É indubitável que as novas necessidades em matéria de armamento exerceram forte pressão sobre a indústria metalúrgica e, mesmo no caso dos canhões de bronze, sobre a siderurgia; pois, em meados do século XVI, um reparo com rodas e todos os apetrechos tinha mais de cem peças de ferro. Antes, porém, de prestar atenção aos novos engenhos mortíferos, é preciso notar que o armamento tradicional também pedia quantidades crescentes de metal. Queremos falar das armaduras, cujo fabrico — localizado, principalmente, em Milão e em Augsburgo — tinha tanto de arte como de artesanato. As armaduras eram feitas por medida e o fabricante tinha de conhecer, como o escultor, as particularidades anatómicas, os movimentos dos músculos e o funcionamento das articulações. Essas «estátuas ocas» de aço, de belos contornos, eram muitas vezes cobertas de desenhos em relevo, gravados, cinzelados, tauxiados a ouro. Donatello, Leonardo da Vinci, Dürer, Miguel Ângelo, Cellini desenharam armaduras e, por vezes, participaram como gravadores no seu fabrico. A partir de cerca de 1525, por causa do desenvolvimento das armas de fogo, a armadura deixou de dar protecção eficaz, mas nem por isso deixou de ser envergada em combate — e nos torneios — pelos príncipes, pelos nobres e por todos os homens de armas que não tinham de suportar as fadigas dos soldados ordinários. De tal modo que foram fabricadas mais armaduras no século XVI que anteriormente. A «arte da guerra», no entanto, fazia outras exigências à indústria metalúrgica.

Os canhões apareceram pela primeira vez num campo de batalha em Crécy (1346). Eram instrumentos ainda muito primitivos e assim foram durante perto de cem anos ainda; eram tão perigosos para aqueles que os manejavam como para o inimigo. Os primeiros canhões, na maior

parte dos casos, eram feitos com barras de ferro forjado reunidas por aros também de ferro. No fim do século XV ainda eram fabricados assim. A bombarda de Gand, que é dessa época, pesava 14 600 kg e podia disparar bolas de pedra com 340 kg; tinha uma culatra enroscada na parte traseira. Apesar do aparecimento dos altos-fornos, hesitou-se inicialmente na fabricação de peças de artilharia de ferro fundido visto que estalavam com facilidade. Em contrapartida, foram fundidos canhões de cobre a partir da primeira metade do século XV. No arsenal de Basileia há um, que data de 1444. O bronze era mais utilizado. A artilharia de bronze manifestou-se espectacularmente no cerco de Constantinopla em 1453, no próprio ano em que Donatello acabou o seu *Gattamelata*, a primeira grande estátua equestre feita desde a Antiguidade. Mahomet II recorria aos serviços de um engenheiro húngaro que fundia em moldes verticais peças com cerca de quinze toneladas e capazes de disparar bolas de 75 centímetros de diâmetro com 578 kg. O seu fabrico exigia três meses de trabalho. Cada canhão disparava sete tiros durante o dia e um durante a noite. A artilharia dos Turcos mostrou-se decisiva no ataque às muralhas de Constantinopla, que até aí tinham resistido aos arietes e às catapultas. Mas essas grandes peças não tinham apoios nem reparos e era preciso transportá-las especialmente de Andrinopla, sendo cada uma puxada por trinta juntas de bois e acompanhada por 450 homens que iam preparando e consolidando o caminho. Uma vez no seu posto, o canhão era calçado com pedras e a pontaria tinha de ser corrigida entre cada dois tiros.

Nos cem anos que se seguiram à conquista de Constantinopla, a artilharia aperfeiçoou-se muito. De dia para dia era mais perigosa. Os canhões de Carlos, o Temerário, tomados pelos Suíços em Morat em 1476 e hoje conservados no arsenal de La Neuveville, ainda eram de ferro forjado mas já iam montados em reparos com rodas de raios. Para fazer a pontaria dos canhões mais leves utilizara-se primeiramente a cremalheira. A invenção dos suportes laterais — depois de 1460 — permitiu fazer a pontaria não já levantando o armão mas actuando com cunhas, e mais tarde com parafusos, sobre a culatra da arma. A artilharia passou, também, a ser mais mortífera logo que, a partir de cerca de 1480, se soube melhorar a pólvora por meio da «granagem». Anteriormente utilizava-se uma pólvora irregular, que trazia poeiras e pedaços não calibrados à mistura: isso era causa de explosões de uma violência difícil de prever. Utilizando a pólvora granulada, passou-se a obter efeitos uniformes. As primeiras armas de fogo disparavam projécteis de pedra, que eram ainda utilizados na segunda metade do século XV. Mas as bolas de pedra eram de tamanho irregular e deixavam ficar uma folga na alma do canhão. Além disso, muitas vezes desfaziam-se sem provocar a destruição desejada. Os irmãos Bureau, que aperfeiçoaram a artilharia de Carlos VII, generalizaram no exército francês o uso de bolas de metal (ferro fundido). Quase imediatamente se pensou em fazê-las ocas

47. NERONI: CANHÃO DE CREMALHEIRA (SÉC. XV). (Segundo B. Gille, op. cit.).

48. VALTURIO: MÁQUINA DE GUERRA EM FORMA DE TARTARUGA.

49. VALTURIO: MÁQUINA DE GUERRA EM FORMA DE COELHO.

50. VALTURIO: DISPARO DE UMA PEÇA DE ARTILHARIA DE DUPLO EFEITO.

e enchê-las de pólvora. A bomba, que parece ter aparecido em Itália, é descrita pela primeira vez no tratado de Valturio, que saiu em 1472. As esferas metálicas, que tinham agora dimensões concordantes com as do canhão, deram origem à noção de «calibre» — Carlos V e Francisco I limitaram a seis os calibres das suas peças de artilharia — e levaram ao fabrico de munições de reserva. A definição dos calibres e a necessidade de passar a dar à alma do canhão dimensões rigorosas tiveram como consequência o melhoramento da técnica industrial da mandrilagem.

Em meados do século XVI já se tinha encontrado a composição ideal do bronze de artilharia (91 % de cobre e 9 % de estanho). Fora a qualidade dos bronzes franceses qne dera a vitória aos exércitos de Carlos VIII, de Luís XII e de Francisco I, pois os canhões italianos estoiravam com frequência. Mas, a partir de 1540, teve-se meios de fabricar canhões de ferro fundido capazes de funcionar por muito tempo. Esse aperfeiçoamento den-se provavelmente em Inglaterra; seja como for, os canhões de ferro fundido exportados por este país para o continente por ocasião da Gnerra dos Trinta Anos garantiram a decisiva superioridade dos inimigos dos Habsburgos, especialmente dos Neerlandeses. Com o uso do canhão de ferro fundido, o carregamento pela culatra foi substituído pelo carregamento pela boca, e isso veio reduzir o calibre e o peso das peças.

A guerra marítima modificou-se também por efeito da artilharia. Os canhões foram utilizados a bordo — em 1338 em Arnemuiden e em 1340 em L'Écluse — antes ainda de entrar em cena na batalha terrestre de Crécy. Primeiramente foram utilizados canhões de ferro forjado, de pequeno calibre, munidos de forquilhas para a pontaria e colocados nos pontos altos dos navios. Não eram para atacar o casco dos navios inimigos mas sim os seus tripulantes e as superstruturas. A seguir, foram gradualmente substituídos por canhões de bronze, mais pesados, capazes de danificar os cascos. Surgiu então o problema de não sobrecarregar com eles os pontos altos dos navios a fim de os não desequilibrar. Decharges, de Brest, teria encontrado cerca de 1500 a solução dcsse problema. Pensou em colocar os canhões, munidos agora de carretas e gonzos, num convés inferior, abrindo postigos no costado e equilibrando o navio com lnstro. O crescente emprego dos eanbões originou a vitória do navio à vela sobre a galera. Esta tinha, certamente, algumas vantagens. Independente dos ventos, visto possuir propulsão própria, podia seguir a rota que se desejasse, podia fazer manobras durante os combates, podia reunir os combatentes em plataformas e podia atacar os navios inimigos com o esporão. Os navios à vela estiveram durante muito tempo sem defesa contra os ataques dos navios a remos. Mas o uso da artilharia modificou a situação pouco a pouco. A galera, porém, só foi definitivamente posta de lado no século XVIII. Até aí tinha sofrido também alguns aperfeiçoamentos. A partir do século XVII tinha também

mastros — dois ou mesmo três — que lhe proporcionavam boas condições de navegação à vela; o número de remadores fora aumentado — numa galera do tempo de Lepanto eram duzentos e cinquenta, mas eram já quatrocentos e cinquenta numa galeaça veneziana. Foi também dotada de canhões. Mas a batalha de Lepanto (1571) foi a última aparição vitoriosa das galeras, pois os seus inconvenientes eram cada vez mais óbvios. Mais compridas e mais pesadas que outrora, tinham perdido a facilidade de manobra. Os bordos, atafulhados de remos e remadores, só podiam levar peças ligeiras. A ré estava reservada ao estado-maior e por isso só a vante podia levar canhões. Uma galera dos meados do século XVI levava cinco peças quando um barco à vela tinha vinte e sete. A galera, concebida para o Mediterrâneo, era também demasiado baixa para outras águas. Na época em que a história europeia se fazia cada vez mais nos oceanos, tinha de dar o lugar aos navios de alto bordo.

★

O uso da pólvora não veio revolucionar menos as armas portáteis que a artilharia. As primeiras «bengalas de fogo» ou «canhões de mão» teriam sido utilizadas em Perugia em 1364 e em Augsburgo em 1381. De qualquer maneira, estão representadas no *Bellifortis* de Kyeser, que foi composto entre 1390 e 1405. A sua utilização era delicada e o manejo pouco fácil. Eram formadas por um tubo de ferro sem suportes, seguro com ambas as mãos pelo atirador; um ajudante punha a pólvora num ouvido situado na face superior do tubo e chegava-lhe o fogo. O carácter primitivo destas armas permite compreender a persistência da flecha — o projéctil mais comum no tempo da Guerra dos Cem Anos. Em Azincourt, em 1415, os archeiros ingleses desfizeram a carga dos cavaleiros franceses graças a uma nova flecha cuja ponta penetrava entre as cotas de malha e entre as malhas e as placas das armaduras de tipo misto então usadas. O século XV viu nascer a balista de cremalheira, modalidade mais rápida e de maior poder de fogo que a arma clássica. Estes vários melhoramentos explicam a generalização das armaduras completamente formadas por chapas, que a evolução das armas de fogo ia dentro em pouco dar por inúteis.

Os aperfeiçoamentos do «canhão de mão» tenderam a aumentar-lhe a manejabilidade. O tubo de ferro foi preso a uma coronha que primeiro se apoiava no ombro e depois passou a encostar-se ao braço. A mão esquerda do atirador ficava, portanto, livre para fazer o disparo e a arma — que passou a ser conhecida como «arcabuz» — podia agora ser utilizada apenas por um homem. Era ainda pesada e incómoda, nunca pesando menos de 25 kg. Daí a necessidade de um ponto de apoio. Quando não disparava encostada a uma parede ou a um parapeito, a arma era suportada por uma forquilha. Este aperfeiçoamento, que data

de cerca de 1520, seria devido ao armeiro Mocchetta di Velletri. Mas só se falou de «mosquetes» a partir da segunda metade do século XVI. O disparo foi também melhorado por meio de uma mecha enrolada num porta-mecha, ou serpentina, que se fazia descer até à concha da pólvora. A chuva, porém, podia impedir que a mecha ardesse. Quando era acesa, tinha-se de tomar precauções para que se não apagasse, soprar-lhe para avivar o fogo no momento do disparo, estar sempre a regular-lhe o comprimento para que a extremidade caísse exactamente na concha. A invenção alemã (cerca de 1517) da roda de fuzil procurava remediar estes inconvenientes. Uma roda dentada, girando rapidamente sob a acção de uma mola, friccionava um pedaço de pirite ou de sílex preso nas maxilas do cão. A faísca assim obtida inflamava a pólvora da concha. Esta invenção, adoptada pela cavalaria, não foi utilizada pela infantaria do século XVI, que, na época da Guerra dos Trinta Anos, ainda usava o mosquete de serpentina. Mas este tinha sido aligeirado e tinha o cano mais curto.

No início do século XVII, a cavalaria abandonou a lança tradicional e adoptou o arcabuz curto, ou pistola, arma originária da Alemanha que apareceu pela primeira vez num campo de batalha em 1544. Teve rápido sucesso e, durante a segunda metade do século XVI, foi o instrumento por excelência dos assassínios políticos. A pistola do Renascimento tinha cano curto, pomo oval e roda de fuzil. O carregamento era ainda demorado, tendo-se construído pistolas de dois tiros, isto é, com dois canos sobrepostos e duas rodas. Os cavaleiros criaram também o hábito de munir-se de várias pistolas. Apesar desta precaução, quando, em combate, a primeira fila de cavaleiros descarregava as armas, recuava apressadamente para as voltar a carregar na rectaguarda deixando o lugar à fila que a precedia. Os combatentes apeados também ficavam desarmados depois de descarregar os mosquetes e tinham de carregá-los de novo. Foi por isso que houve necessidade, ainda durante muito tempo, de conservar as companhias de piqueiros — pois, no princípio do século XVII, um mosqueteiro precisava, pelo menos, de dez minutos para carregar a arma e disparar.

Estas relativas debilidades das armas de fogo não devem fazer esquecer a profunda transformação que trouxeram ao curso da história. Os Espanhóis, apesar da inferioridade numérica flagrante, causaram nos Aztecas e nos Incas uma fortíssima impressão com os arcabuzes e alguns canhões que levavam. A superioridade da artilharia ligeira francesa contribuiu grandemente para as vitórias de Luís XII e de Francisco I em Itália. Em seguida, os arcabuzes de mecha dos Espanhóis decidiram, em 1525, a vitória das tropas de Carlos V em Pavia ceifando as cargas loucas da cavalaria do rei de França. Mas este já dois anos antes tinha resolvido substituir no seu exército as balistas por armas de fogo; e a partir de 1516 funcionou em Saint-Étienne uma manufactura de arcabuzes.

Os homens do Renascimento sentiram a consciência pesada com o uso dos novos engenhos de morte e pensaram muitas vezes que havia nesse uso um risco de pecado maior que no dos arcos, lanças e espadas, tidos por armas menos mortíferas e mais leais. Na época de Bayard havia capitães com o antigo sentido da honra que mandavam cortar as mãos aos canhoeiros e arcabuzeiros que capturavam. A literatura humanista não teve palavras bastante duras para o canhão, «essa máquina mais infernal que humana» (a expressão é de Guichardin. Polidoro Vergílio escrevia em 1499 no seu *De inventoribus rerum*: «De todas as invenções que foram imaginadas para a destruição do homem, os canhões são a mais diabólica». Ariosto, que se comprouve a evocar para a requintada corte de Ferrara as aventuras de cavaleiros corajosos e invencíveis, fez-se apologista do antigo código militar. Dirigindo-se ao canhão, dizia-lhe com amargura:

Como foi que encontraste, ó invenção celerada e horrível,
Lugar num coração humano?
A glória militar é destruída por ti.
Por ti, o ofício das armas perdeu a honra.
Por ti, foram abolidos o valor e a coragem.

E Shakespeare também exprimiu horror às armas de fogo (*Henrique IV*, I, iii):

É bem de lamentar, oh, sim, na verdade,
Que o infame salitre tenha sido tirado
Do seio da nossa terra inofensiva
Para destruir tantos homens belos e fortes e tão cobardemente.

Mas os queixumes de Shakespeare já estavam tão ultrapassados como as aventuras de D. Quixote. Estava-se perante uma evolução irreversível, pois as técnicas da guerra foram, no tempo do Renascimento, das que mais depressa se transformaram. Já em 1559 o cardeal de Granvelle, ministro de Filipe II, respondera a um agente da rainha de Inglaterra: «Os vossos homens são audazes e valentes, mas que treino tiveram em tantos anos? A arte da guerra, agora, é tal que tem de ser aprendida de novo de dois em dois anos».

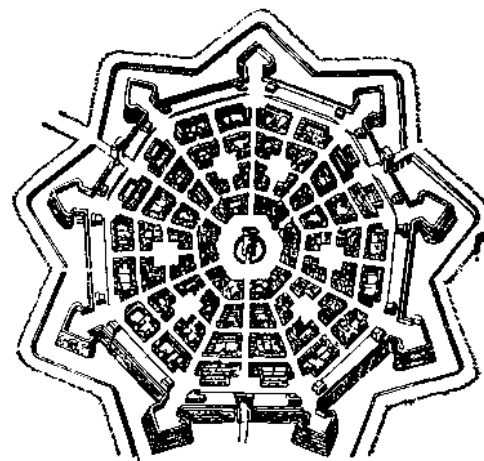
★

A utilização dos novos engenhos de guerra obrigou a modificar profundamente os sistemas de fortificação. De facto, não só foi preciso criar defesas contra armas portáteis que actuavam a grande distância e contra canhões dotados de uma força de arremesso muito maior que as das antigas trabuquetas como havia de dar à artilharia o principal

papel defensivo. Esta última necessidade foi de todas a mais importante e foi ela que levou os engenheiros militares a elaborar o tipo moderno de fortificação. A evolução, porém, foi bastante lenta. Primeiramente — na segunda metade do século XV e ainda no início do século XVI, em França, por exemplo — as fortalezas já existentes foram adaptadas de modo a receber baterias e munições; ou então foram construídas fortalezas mais adequadas às novas exigências da guerra mas modificando simplesmente as antigas fórmulas. Os castelos de Nantes, de Saint-Malo, de Ham, os bastiões de Langres e de Toulon, o castelo espanhol de Salses no Rossilhão, todos construídos entre 1465 e 1525, testemunham esta fase de transição. A planta — quadrilátero flanqueado por torres redondas ou bastiões circulares — continua a ser medieval. Mas as torres e as muralhas são já mais baixas, pois têm no cimo artilharia e há que dar a máxima eficácia aos tiros das peças. Os varandins ameados são já inúteis e desaparecem rapidamente. As paredes são mais grossas, especialmente na parte inferior, para resistir melhor às balas inimigas. São preparadas casamatas abobadadas, com postigos, para acolher baterias de canhões cujo tiro rasante reforçará o tiro descendente da artilharia colocada nas plataformas superiores. Estas plataformas, de resto, apenas podem receber canhões muito ligeiros; e renuncia-se a colocar peças pesadas, cujo número aumenta, no alto das torres ou atrás das muralhas. Salses, cuja construção começou em 1497, foi a primeira grande fortificação em boa parte enterrada para se esquivar ao tiro flagelante dos canhões inimigos; as fachadas leste e sul têm uma espécie de meias-luas. Só faltava dar às fortalezas enterradas a traça poligonal, que lhes permite responder em todas as direcções ao fogo inimigo. O mérito dessa inovação cabe, segundo parece, aos arquitectos italianos.

O bastião, a princípio, era apenas um terrapleno de forma circular à frente dos castelos e das muralhas urbanas e que continha a artilharia mais pesada, que não fora possível meter nas construções de pedra. Na era dos canhões este elemento será o principal elemento da defesa; ao mesmo tempo, a função das muralhas tradicionais passa a ser secundária. Era porém preciso proteger o bastião contra o fogo da infantaria e da artilharia do inimigo. Daí a forma de esporão (ou de ás de espadas) e depois pentagonal que lhe foi dada para poder enfrentar inimigos que se aproximassem em qualquer direcção. Daí também a criação de frentes de bastiões, completadas por meias-luas, para permitir um eficaz cruzamento de fogos sobre o adversário. Daí ainda a construção de guaritas, protegidas por orelhões, cujo fogo batia os assaltantes que tentassem esconder-se nos recantos da base das muralhas. A distância entre as saliências do contorno da fortaleza era, naturalmente, função do alcance dos arcabuzes, que, no século XVI, era de cerca de trezentos metros. Cada bastião tinha de poder defender os bastiões vizinhos.

A traça em tenaz aparece já nos escritos de Francesco di Giorgio. Os primeiros bastiões em forma de ás de espadas foram construídos pelos

irmãos Giuliano e Antonio da San Gallo em Civitacastellana (1494-1497) e a primeira planta poligonal é de Antonio II da San Gallo, em Civitavecchia (1515). As mais belas construções militares do Renascimento estão em Verona e são obra do genial arquitecto Sanmicheli, que Francisco I e Carlos V tentaram em vão aliciar. Trabalhou principalmente para Veneza, fortificando Murano, o Lido e os locais mais directamente ameaçados pelos Turcos: Corfu, Chipre, Cândia. Em Verona, sua cidade natal, que fazia parte da Terra Firme veneziana, aproveitou as muralhas da Idade Média, ampliou o recinto urbano e, principalmente, apoiou a defesa em bastiões poligonais cujos ângulos salientes e cujas casamatas providas de canhões permitiam o eficaz cruzamento dos fogos e os tiros pelos flancos. Palmanova, cidade criada por completo por Scamozzi nas proximidades de Udine na segunda metade do século XVI, é uma cidade-fortaleza inteiramente concebida segundo os novos princípios. O polígono de defesa de nove lados que rodeia a cidade estava enterrado e apoiava-se em nove bastiões em forma de lança. A partir de 1525, técnicos italianos realizaram em França — em Troyes, em Saint-Paul-de-Vence, etc. — obras de defesa análogas às de Itália ao mesmo tempo que Dürer, em 1527, também preconizava para as fortificações de Nuremberga bastiões rentes ao solo, largos fossos, baterias baixas em casamatas para reforçar o fogo dos canhões colocados ao ar livre. Novos aperfeiçoamentos

51. PALMANOVA, CIDADE-FORTALEZA VENEZIANA DO FIM DO SÉCULO XVI. (Segundo G. Braun, Civitates orbis terrarum.)

foram introduzidos nas fortalezas no fim do século XVI e no princípio do século XVII pelo sábio flamengo Simon Stevin * (1548-1620) que, ao serviço de Maurício de Nassau, defendeu eficazmente as cidades das Províncias Unidas contra os Espanhóis. Procurando destruir as trincheiras

e outros trabalhos preparatórios dos assaltantes com fogo concentrado, alojou nas fortificações quatro andares de fogo; os reforços de artilharia eram conduzidos por rampas em espiral acessíveis aos carros. Vauban foi herdeiro de Sanmicheli e de Stevin.

A técnica dos cercos teve de evoluir em função das novas disposições defensivas. A sapa, que podia provocar o desabamento das altas muralhas de outrora, era agora insuficiente contra as alvenarias baixas e muito grossas. Foi, por isso, combinada com os efeitos da pólvora, o que depressa conduziu à invenção da mina, já conhecida, ao que parece, por volta de 1440 e utilizada em 1495 contra o Castel Nuovo de Nápoles. Os Franceses e os Espanhóis dispunham no início do século XVI de engenhos explosivos que só foram modificados no século XIX.

Seja como for, a arte da guerra estava, desde a época de Stevin, como que estabilizada para mais duzentos anos em consequência dos progressos realizados durante o Renascimento.

★

As profundas transformações sofridas pela arte militar nos séculos XV e XVI não devem contribuir para se falsear as perspectivas históricas e pensar que a guerra foi, nessa época, o principal responsável pelo progresso humano. J. U. Nef reagiu justamente a isto contra a tese de W. Sombart, que foi aceite por muito tempo. Nem os grandes descobrimentos geográficos, nem o desenvolvimento da metalurgia nem, com mais forte razão, o da relojoaria e da indústria têxtil foram provocados por imperativos militares. Pelo contrário: foi muito mais o aperfeiçoamento dos processos da metalurgia que condicionou a reviravolta operada nas técnicas da guerra. E como esquecer que uma das maiores invenções do Renascimento, a imprensa *, beneficiou a vida intelectual e resultou, evidentemente, das exigências crescentes da cultura ocidental?

Desde o século XIII que o número dos estudantes e a necessidade de se lhes dar para as mãos os textos que tinham de aprender e de comentar tinham provocado o nascimento, junto das universidades, de oficinas de copistas profissionais onde o trabalho estava já racionalizado. Para evitar a acumulação dos erros, as cópias não eram feitas umas das outras, mas sim a partir de um manuscrito-tipo em letras geralmente muito grandes. Esse manuscrito era dividido em vários cadernos autónomos (sistema da *pecia*). Portanto, vários copistas podiam trabalhar ao mesmo tempo. As bibliotecas actuais conservam uns 2000 exemplares de obras de Aristóteles copiadas desta forma nos séculos XIII e XIV — número evidentemente inferior à realidade se se pensar nos exemplares desaparecidos. No princípio do século XV, um manual utilizado nas faculdades das artes podia assim ser encomendado aos 400 exemplares de cada vez por um livreiro a uma ou mais oficinas especializadas. Mas essa produção

em série era dispendiosa e não cobria as necessidades. Daí a procura de um processo que permitisse maior difusão dos escritos: esse processo foi a imprensa.

O seu aparecimento e o seu desenvolvimento não teriam sido possíveis sem a introdução na Europa do seu suporte, o papel, já que o pergaminho não podia ser adaptado à impressão. Por outro lado, o velino — pele de vitela morta à nascença — era suficientemente fino e flexível para passar na prensa, mas o seu preço era muito elevado. Os Chineses fabricavam já antes da nossa era a pasta de papel, feita com restos de seda ou casca de amoreira e, a partir do século II, começaram a utilizar cordas velhas de cânhamo e redes de pesca inutilizadas que, depois de remolhadas, davam uma pasta fibrosa. O segredo da fabricação do papel, conhecido no Médio Oriente cerca do século VIII, veio para o Ocidente no século XII por intermédio de mercadores genoveses e venezianos. A partir do século XIV os progressos da cultura do linho e do cânhamo e a generalização do pano de linho para as roupas interiores deram, em quantidade suficiente, os trapos, que durante muito tempo seriam a matéria-prima da fabricação do papel. As fábricas instalaram-se nas proximidades de cursos de água, pois a água dava a força motriz necessária para mover os moinhos onde os trapos eram tratados; além disso, a água entrava na composição da própria pasta e tinha de ser livre de sais minerais. A indústria do papel espalhou-se pela Europa a partir da cidade italiana de Fabriano (entre Roma e Ancona). Dentro de pouco tempo já funcionavam muitos moinhos de papel, cada vez mais numerosos, fora de Itália. A primeira fábrica de papel da Alemanha foi instalada em Nuremberga em 1391. No início do século XV o papel produzido na Europa, marcado com a filigrana do seu fabricante — uso que nasceu em Troyes —, tinha já qualidade satisfatória e custava quatro a cinco vezes menos que o pergaminho.

Os Chineses, que tinham o papel e a tinta — esta era feita com matérias vegetais e negro de fumo fervidos com cola —, praticavam desde o século VII a impressão plana sob forma de «litografia a oco». O texto e as imagens eram gravados em estelas, a oco e no sentido directo. Aplicava-se-lhes uma folha de papel e a tintagem deixava em branco os elementos gráficos. Imitando o Oriente, o Ocidente medieval também teve processos de reprodução de figuras. No século XII havia artesãos italianos que sabiam imprimir marcas e desenhos nos tecidos. As primeiras impressões xilográficas realizadas na Europa — no fim do século XIV, na Renânia e nas regiões da Borgonha — foram, segundo parece, obtidas com peças de madeira gravadas para tecidos e aproveitadas para imprimir papel. Logo em seguida começaram a aparecer, graças a este processo, imagens religiosas, calendários, cartazes satíricos em que as figuras vinham acompanhadas de textos mais ou menos longos. Apareceram também livrinhos xilográficos e as tabuinhas de madeira gravada para fabricar cartas de jogar, cuja moda foi intensa a partir do século XV.

Mas a tipografia não nasceu da xilografia: nasceu de iniciativas oriundas dos ofícios do metal. Ora os xilógrafos tudo ignoravam do trabalho dos metais. No entanto, um holandês de Haarlem, Laurens Janszoon, contactando com um processo utilizado pelos Chineses, teria tido a ideia, entre 1423 e 1437, de utilizar letras de madeira isoladas, que reunia para compor e imprimir textos. A madeira, porém, não era, neste caso, o material mais adequado. É praticamente impossível cortar os pequenos paralelepípedos de madeira de uma forma suficientemente rigorosa para que depois possam ser reunidos com o necessário rigor em combinações diferentes umas das outras. Por outro lado, a sua conservação era difícil: partiam-se, deterioravam-se e eram sensíveis às variações higrométricas. Mas a ideia de «composição» estava no ar e foi retomada por ourives e fundidores, entre os quais o mais conhecido é Gutenberg *, que trabalhou em Estrasburgo e depois em Mainz. Tinha sócios, mas parece ter sido ele o director técnico do conjunto. Outro ourives, nascido em Praga, Prokop Waldfoghel, que se instalara em Avinhão, procurava em 1444-1447 na mesma direcção que Gutenberg e tentava criar uma «escrita artificial» por um processo «verdadeiro, fácil e útil». De qualquer modo, porém, foi em Mainz que foi composta em 1455 a célebre *Bíblia de 42 linhas*, geralmente considerada como o primeiro livro impresso. O problema da fabricação dos caracteres móveis estava resolvido. Batia-se numa matriz com um punção de metal duro que tinha a letra ou algarismo em relevo. Depois, com a matriz assim cavada, fundia-se os caracteres com uma liga de chumbo, estanho e antimónio. Depois de várias experiências, optou-se pelo aço para os punções e pelo cobre para a matriz. Gutenberg e os seus sócios não só inventaram a tipografia como também inventaram o prelo, a prensa de impressão. Um especialista, M. Audin, pensa que esta prensa, por muito rudimentar que fosse o seu aspecto, não era uma simples prensa semelhante às prensas de azeite, de vinho ou de papel mas tinha já um carro móvel que permitia extrair a forma, isto é, a composição, para lhe aplicar a tinta e nela colocar a folha de papel — segura esta num quadro. Houve também que preparar uma tinta diferente da tinta castanha e fluida que se utilizava nos manuscritos e que, sob a acção da prensa, escorria no metal; procurou-se então uma tinta gorda e espessa — formada por uma mistura de negro de fumo, terebentina e óleo de noz, reduzida por coacção à consistência de um verniz.

A imprensa — que suscitou, por tabela, um considerável avanço da indústria do papel — foi considerada, na época da sua invenção, uma «arte divina», o símbolo de uma nova «idade de ouro». De facto, a imprensa correspondia a um poderoso apelo ao conhecimento, vindo das profundidades da civilização ocidental. Ao «livro-jóia» de outros tempos, ricamente iluminado mas reservado a uma camada restrita da sociedade, sucedeu o «livro-utilidade», menos nobre pela matéria-prima e pela apresentação mas incalculavelmente mais barato, que passou a ser um meio

poderoso — e verdadeiramente revolucionário — de difusão da cultura. L. Febvre e H. J. Martin calcularam que, no final do século XV, pelo menos 35 000 edições tinham já saído dos prelos europeus, o que equivale a 15 ou 20 milhões de exemplares. Para todo o século XVI atingir-se-ia já mais de 150 000 edições diferentes — talvez mesmo 200 000. Deste modo, 150 a 200 milhões de exemplares teriam sido lançados no mercado durante esses cem anos — e isto sem falar nos cartazes, folhetos e outras pequenas publicações, como as «folhas volantes».

★

A época do Renascimento não se contentou com distribuir aos homens do Ocidente milhões de livros impressos; também difundiu largamente reproduções de obras de arte, provocando com isso uma verdadeira mutação estética na Europa e uma profunda transformação das relações entre o artista e o seu público. Os imaginários do século XIV praticavam a gravura de «talhe franco». A madeira (e às vezes metal) era entalhada de modo a retirar-se-lhe as partes destinadas a ficar em branco, deixando-se ficar apenas as zonas que receberiam depois a tinta para a impressão. Mas esta técnica tinha muitos inconvenientes. A madeira, sensível à humidade e às variações de temperatura, «velava» e não permitia fazer muitas cópias. Além disso, a gravura era esquemática e não podia traduzir as cambiantes das obras de arte. Quando se utilizava uma chapa metálica, a obtenção de grande número de rasgos nesse material resistente era um problema difícil. E, tanto com a madeira como com o metal, só se podia aplicar ao papel uma camada de tinta uniforme. Ora em meados do século XV surgiu um novo método de gravura, talvez descoberto em Itália, que veio substituir este, cujo negativo, em certa medida, representava. É a gravura em metal, por concavidades, também chamada de «talhe doce». A sua técnica parece derivar da dos esmaltadores, que escavavam as chapas de prata para encher os entalhes com esmalte negro. O novo processo consistia em gravar a buril o desenho na placa de cobre, onde ficava marcado por sulcos e concavidades; a chapa era depois tintada e lavada. A folha aplicada sobre ela impregnava-se de tinta nas partes correspondentes às concavidades. As vantagens do talhe doce em relação ao antigo processo eram consideráveis. O buril tanto podia raspar o metal e deixar nele traços finos e com a complexidade de formas que se desejasse como fazer nele concavidades mais largas. Os entalhes, mais ou menos profundos, recebiam espessuras variáveis de tinta e era então possível traduzir na gravura o modelado e a subtileza das obras pintadas. Se se desejasse simplesmente deixar no metal traços superficiais muito finos, utilizava-se a «ponta seca», uma espécie de lápis de aço.

Novo progresso foi alcançado com a gravura «a água forte», que Dürer foi, talvez, o primeiro a praticar. Nesta técnica, o ácido nítrico

substitui a acção do buril. A chapa de cobre é primeiramente coberta com um verniz resistente ao ácido e o artista desenha sobre esta camada protectora com instrumentos de aço. A chapa é depois submetida à acção do ácido, que só a ataca onde o buril, raspando o verniz, deixou o metal a descoberto. Quando o ataque químico parece suficiente, lava-se a chapa. A gravura conheceu a partir de então um êxito inaudito e passou a ser um dos principais agentes de difusão da cultura. Deu a conhecer as obras antigas, o aspecto das cidades longínquas, os quadros dos mestres do Renascimento. Mais: quando Botticelli ilustrou a *Divina Comédia*, a gravura revelou-se como novo meio de expressão estética. No século XVII, Rembrandt encarregou-se de lhe dar carta de nobreza.

*

A vida do espírito beneficiou, portanto, na época do Renascimento e de forma espectacular, dos progressos técnicos então alcançados. Esses avanços da técnica elevaram o nível da civilização ocidental, dando-lhe meios de renovação espiritual e de alargamento de horizontes. Deram-lhe também maior conforto material e maior alegria de viver. Foi assim que a actividade artística e as condições da existência quotidiana beneficiaram das inovações então introduzidas no trabalho do vidro *. O vitral dos séculos XII e XIII era um mosaico de vidros translúcidos e cada cor era representada por um fragmento de vidro colorido. Mas, a partir do século XII, foi utilizada a técnica da «grisaille», uma espécie de revestimento nacarado feito com uma mistura de limalha de cobre, pequenos fragmentos de folhanga de ferro, vidro moído e resina que era aplicada a pincel aos vidros. Este processo, graças às cambiantes de cor que proporcionava, era utilizado para figurar os tons de pele das personagens e as pregas das roupagens. No século XIV surgiu, porém, uma descoberta mais decisiva: o amarelo de prata. A cor amarela é obtida por aplicação no avesso do vitral, a pincel, de uma camada de cloreto de prata e ocre, sendo o vidro, seguidamente, recozido. O cloreto de prata penetra no vidro e dá-lhe a tonalidade amarela. Esta nova técnica, que apareceu em Rouen e em Chartres entre 1310 e 1330, culminou por volta de 1400 na catedral de Évreux. Dava de forma admirável os amarelos sombreados e quentes das roupagens. No fim do século XV soube-se também dar os tons de pele por um processo análogo a este, aplicando sanguínea misturada com um fundente. Assim, enquanto a Idade Média tinha privilegiado as cores profundas e contrastadas, o período seguinte orientou-se, pelo contrário, para as cambiantes de cor e de luz. Daí o desenvolvimento da técnica de cobertura, já conhecida anteriormente mas que, aperfeiçoada no século XV, permitiu aumentar a variedade e a luminosidade dos tons. Soprava-se um vidro de cor e mergulhava-se depois este «forro» num cadinho de vidro incolor, continuando a soprar; obtinha-se assim uma lâmina de cor colada ao vidro incolor. A partir dessa altura, o vermelho

foi quase sempre obtido por este processo; as outras cores mais raramente. Os efeitos de luz eram obtidos por ataque mecânico (mó, fresa, esmeril) ou do vidro incolor ou da camada colorida. Todos estes vários aperfeiçoamentos renovaram a arte do vitral. Ao mosaico de vidro sucedeu um quadro em que entravam elementos arquitectónicos, paisagens e perspectivas. A *Anunciação* de Bourges (1450), o retrato de Filiberto, o Belo em Brou e a *Árvore de Jessé* de Beauvais (princípio do século XVI), os imensos vitrais de Guda — os maiores da Europa (segunda metade do século XVI) — provam que os progressos da técnica dos mestres vidreiros e o espírito do Renascimento puderam formar uma aliança feliz. É verdade que sobreveio uma decadência brutal e rápida no século XVII; isso deve-se a que a arte barroca, que conquistou a Europa, vinha de um país, a Itália, onde na Idade Média o interesse pelos vitrais tinha sido inferior ao do resto da Europa. Por outro lado, era preciso ter igrejas mais bem iluminadas, onde os fiéis pudessem acompanhar as orações e ler os seus missais. E ainda — talvez principalmente — porque os Europeus tinham uma necessidade cada vez maior de claridade. No século XIV as residências de príncipes e de mercadores ricos começaram a ter vitrais. O século XVI viu desenvolver-se, principalmente depois de 1550, o uso da vidraça, que pouco a pouco substituiu nas casas de habitação os vitrais, pesados e caros, e os panos ou papéis translúcidos aplicados nas janelas. Já se terá insistido bastante, do ponto de vista da psicologia colectiva, nesta vitória da luz na civilização ocidental?

É indubitável que a vidraça foi ainda, durante muito tempo, de qualidade inferior e de transparência muito desigual. Mas, a partir de 1463 — a invenção situa-se em Murano —, sabia-se, pelo menos para efeitos de produção artística, fazer «vidro branco», que os contemporâneos designaram impropriamente por «cristal» para o distinguir do vidro involuntariamente esverdeado e do vidro voluntariamente colorido, que eram os únicos até essa altura fabricados. Na realidade, foram os Ingleses que, apenas no fim do século XVII, conseguiram produzir o *flint-glass*, o verdadeiro cristal, denso, límpido, sonoro e de alto poder refringente. Mas o vidro sílico-alcalino de Veneza (silicato de potássio e cálcio), mais branco e mais transparente que aqueles a que se estava acostumado, foi um progresso indiscutível e contribuiu para a prosperidade das oficinas de Murano, florescentes já desde o século XIII mas que tiveram o seu apogeu no século XVI. Foi depois desta descoberta que a arte do vidro foi ali objecto de apertada mas muito ineficaz vigilância por parte do conselho dos Dez.

Em Murano não se fabricava vitrais mas, em contrapartida, muito cedo se começou a tentar imitar os vidros esmaltados bizantinos e árabes — a tal ponto que, no século XV, um grão-vizir encomendou a Veneza quatrocentas lâmpadas para mesquitas. Durante a primeira parte do Renascimento, os artistas da laguna tinham sido excelentes na produção de grandes hanapos e admiráveis taças de vidro colorido. A ornamentação

dessas peças era, as mais das vezes, constituída por imbricações de ouro com traços ponteados de esmalte branco em relevo. Depois de 1530, porém, Murano abandonou este género artístico para se dedicar ao trabalho do «cristal», cujo êxito era cada vez maior. As oficinas da ilha ganharam então uma mestria excepcional no fabrico de vidros filigranados, cujo cristal era ornamentado com fiozinhos de vidro branco opaco *(latticinio)* ou de cores variadas. A admiração unânime que estas obras provocavam explica que os outros países tenham procurado — e conseguido — acompanhar os artesãos venezianos. Veneza teve de contar, a partir do início do século XVII, com a concorrência das oficinas dos mestres vidreiros de Praga e de Nuremberga.

No século XVI, Murano fabricava também rosários de vidro, pérolas de imitação vulgares, enviadas para os países exóticos e pérolas mais caras, que levavam no interior um «oriente» especial, formado por uma camada de mercúrio; e também faziam espelhos, pois foi nesta ilha da laguna que, cerca de 1503, se criou o processo de espelhagem — que consistia em aplicar ao vidro uma «estanhagem» de chumbo. Os espelhos venezianos foram rapidamente objecto de grande procura e houve em Veneza tantos espelhadores que até formaram em 1564 uma corporação própria.

Os progressos da técnica do vidro trouxeram consigo a vulgarização dos óculos, que tinham sido inventados ou introduzidos na Europa no final do século XIII. Quando morreu Roger Bacon (1294), os óculos já eram usados na Itália. Mas, a princípio, eram feitos com cristal de rocha. Começaram por ser de lentes biconvexas, destinadas apenas aos presbitas. Mas o uso crescente do «vidro branco» e o aperfeiçoamento dos aparelhos capazes de polir a superfície dos espelhos permitiram fabricar, a partir do século XVI, lentes côncavas para míopes. Além disso, as lunetas que se vêem nas mãos do cónego Van der Paele pintado por Jan Van Eyck, que faziam convergir os raios luminosos não no centro mas na periferia da retina, deram lugar aos óculos montados à maneira moderna como os que, no quadro do Greco, tem o cardeal Guevara (início do século XVII). A partir do fim do século XVI, a fabricação e venda de óculos tinham já entrado na vida quotidiana, especialmente em Itália e na Flandres. A velhice dos intelectuais, dos artistas e dos artesãos foi transformada por este instrumento, que rapidamente se mostrou indispensável. O trabalho das lentes de «vidro branco» conduziu à construção dos primeiros óculos de longo alcance, que viriam a modificar a maneira de ver o mundo. Ao escrever ao cunhado em 1609, Galileu comunicava-lhe ter construído em Veneza um instrumento que mostrava «um objecto afastado de 50 milhas como se estivesse a 5.» Nos campanários mais altos da cidade podia-se ver «no mar velas e navios tão afastados que, mesmo navegando a toda a velocidade, seriam precisas mais de duas horas para que se pudesse vê-los sem esta minha luneta». O domínio do infinitamente grande estava aberto ao homem.

★

Seria necessário um livro inteiro para estudar as relações entre a arte e a técnica na época do Renascimento, o apoio que deram mutuamente — pensemos na pintura a óleo — e as transformações que a sua acção combinada introduziu na vida quotidiana. Os séculos XV e XVI foram a idade de ouro da cerâmica de Faenza (a faiança), de cores frescas e alegres, na qual era utilizado um esmalte estanoso. Os enfeites eram colocados sobre o esmalte cru e seco e só depois da aposição das cores é que a peça era levada ao forno. Introduzida em França no reinado de Francisco I, a faiança conheceu ali um êxito considerável, especialmente em Nevers, e recebeu os melhoramentos de Bernard Palissy *, que utilizava menos os sais de estanho que um esmalte de chumbo que dava, depois da cozedura, um branco amarelado. As suas peças ornamentadas com animais, plantas em relevo, «rústicas figurinhas», são quase obras escultóricas. Mas Palissy, que não era escultor, moldava o mais possível directamente da natureza.

Ora a faiança artística pressupõe móveis onde seja exposta. A grande época do mobiliário europeu começa no século XIV, pois, a partir dessa época, os móveis * não eram já apenas bancos de igreja ou baús volumosos para andar em dorsos de mulas ou de cavalos sendeiros. Na verdade, o mobiliário laico seria ainda, por muito tempo, «volante», acompanhando, como as tapeçarias, as movimentações das cortes dos príncipes. No entanto, as dimensões cada vez maiores dos móveis obrigam, já no século XV e, mais ainda, no século XVI, a imobilizá-los. Surgem então os armários de prateleiras para as peças de ourivesaria, as credências, ligadas ao cerimonial das refeições, as mesas, que substituem as tábuas estendidas sobre cavaletes e, no século XVI, passam a ter «tábuas elásticas» à italiana, as cadeiras de cerimónia, que recebem costas e descansos para os braços, os «faudesteuils», derivados do antigo banco dobrável, cobertos com almofadas. A arca terá uso ainda por muito tempo e a época do Renascimento continua a dar-lhe apreço; mas também sofre a sua evolução e começa a ter uma ou duas gavetas. Dois corpos de arca sobrepostos transformam-se rapidamente num único móvel, o armário, que já na época de Henrique II tem volume e altura imponentes. A cama, primeiramente protegida das correntes de ar por cortinas, recebe no final do século XVI um dossel assente em quatro colunas ou uma alta cabeceira ornamentada. A passagem de decoração flamejante, assinalada pela profusão de arcadas, torreões, rosáceas, panejamentos verticais dispostos em «toalha», para a decoração inspirada na Antiguidade, com pilastras, frontões quebrados, cariátides salientes, fitas, coroas, *putti* e medalhões, não deve esconder-nos a linha geral da evolução do mobiliário para uma maior diversidade, maior sedentariedade, maior conforto, maior virtuosismo técnico. Já se sabe ensamblar montantes e painéis a meia-esquadria ou com forquilhas; e o granzepe recebeu aperfeiçoamentos que

o fazem menos visível. A madeira de carvalho, tão apreciada em França durante a Idade Média, é agora substituída com frequência pela nogueira, que dá modelados mais delicados e adquire uma bela tonalidade. Para as peças raras, usa-se já o ébano, embelezado com aplicações de mármore colorido. As pesquisas geométricas e a moda italiana dos embutidos *(intarsia)* espalham no Ocidente, no século XVI, o gosto da marcenaria de arte e das combinações decorativas que fazem mais atraentes o mobiliário, os soalhos e os tectos.

Este cenário mais requintado está ao serviço de uma sociedade mais culta que mostra um interesse cada vez maior pela música. Anjos músicos dos irmãos Van Eyck, de Melozzo de Forli, de Memling *, coros infantis das *cantorie* de Santa Maria del Fiore, tocadores de bombardas, harpas e violas do *Triunfo de Maximiliano,* damas das tapeçarias francesas, sentadas ao órgão num jardim de maravilha — todos estes testemunhos artísticos, em grande número, nos dizem do lugar cada vez mais importante da música na vida social e da diversidade dos instrumentos utilizados. Mas também neste domínio a estética e a técnica são solidárias, seja no caso da arte sacra seja no da arte profana. A impressão musical tipográfica a uma ou duas cores, feita já no fim do século XV, faz aumentar o público dos músicos e difunde muito mais vastamente que antes as obras dos compositores. Os instrumentos modificam-se. O grande órgão tinha surgido no Ocidente por volta de 1325. A partir do fim do século XIV já tinha dois teclados e pedais. A princípio, servia apenas de acompanhamento ao canto dos fiéis, mas foi ganhando, aos poucos, a função de solista. A Alemanha e a Itália tiveram no século XVI florescentes escolas de organistas — na época em que os Gabrieli, aperfeiçoando os *ricercari,* ou prelúdios, estavam já a elaborar a estrutura da fuga. Além do órgão, o alaúde de cordas dedilhadas era o mais vulgar instrumento musical do tempo do Renascimento. Mas já no princípio do século XVI aparecia o violino, descendente da viola e da lira, que ia impor-se como rei no século seguinte — quando os artistas-*virtuoses* de Verona foram capazes de lhe fazer exprimir as mais finas cambiantes e as mais emocionantes intonações.

A nossa época actual tende a opor arte e técnica; mas nem sempre assim foi. Talvez o diálogo entre a arte e a técnica nunca tenha sido tão fecundo como no tempo do Renascimento.

CAPÍTULO VI

A TÉCNICA DOS NEGÓCIOS

O progresso técnico da época do Renascimento foi muito grande. Não pode, porém, ser comparado com o progresso que a nossa civilização conheceu depois da «revolução industrial», porque muitas forças de conservação e de estagnação operavam ainda. Uma dessas forças, e não das menores, foi a das «corporações» *, nascidas durante a Idade Média para regulamentar os horários de trabalho, definir a qualidade dos produtos, reprimir as fraudes, eliminar a concorrência no interior das cidades e manter o monopólio de uma minoria de mestres no mercado urbano. Surgidas espontaneamente à medida que as cidades iam aumentando, as corporações vieram a ser nelas, no século XIV, uma força política ao mesmo tempo que, sob pressão popular, se abriam a camadas mais modestas da população urbanizada. Por causa dos conflitos armados e das maiores necessidades de dinheiro dos soberanos, e num contexto de crise económica, mercadores e artesãos pareceram, na época da Guerra dos Cem Anos, prestes a impor aos príncipes a sua tutela.

Os trabalhadores das cidades parecem constituir nessa altura um meio revolucionário. Na verdade, o movimento tem dois aspectos. Os burgueses ricos das cidades mais prósperas — por exemplo, de Paris do tempo de Étienne Marcel — procuram, à custa de momentâneo apoio do povo miúdo, entrar nos conselhos de governo. Por outro lado, os operários têxteis da Flandres e da Itália e os pequenos artesãos — *popolo minuto* — tentam quebrar a tirania económica dos ricos, nobres ou burgueses — *popolo grasso* — e conseguem, aqui e além, tomar o poder por algum tempo. O mundo do trabalho manifesta, portanto, na ocasião em que a sociedade feudal se desagrega, um dinamismo febril. As gentes de mester de Gand sublevam-se em 1302 contra os almotacés e a revolta propaga-se rapidamente no Brabante e na região de Liège. Em Julho, os operários de Gand obtêm em Courtrai uma espantosa vitória sobre o exército do rei de França, enviado para os dominar. Em Paris, em 1358, três mil homens de mester, conduzidos por Étienne Marcel, preboste dos mercadores, forçam o

palácio real e o quarto do delfim, matam dois marechais, obrigam o futuro Carlos V a pôr o *barrete* com as cores da cidade revoltada. Vinte anos depois, em Florença, os *ciompi*, isto é, aqueles que não pertenciam a corporação nenhuma, sublevam-se ao apelo de um cardador, Michele di Lando, e obtém uma vitória passageira. Michele di Lando passa a ser *gonfaloniere* da justiça. Às sete corporações «maiores» e às outras sete «menores» juntam-se agora mais três: duas dos pequenos artesãos possuidores de loja e uma dos operários. Mas o governo democrático não se manteve em Florença além de 1382, data que é também a da derrota em Roosebeke dos tecelões de Gand, que, conduzidos pelo segundo Artevelde, Filipe, já conduzem há alguns anos uma verdadeira guerra social contra todos «os de bom viver que têm algo a perder». Não é só em Ypres e em Bruges, mas também em Rouen e em Paris que o povo grita «Viva Gand!». De facto, também em França os trabalhadores das cidades se agitam novamente. A morte de Carlos V em 1380 e as exigências fiscais do seu fraco sucessor provocam a insurreição dos «maillotins» e os artesãos e operários de Paris forçam o arsenal do edifício municipal e apoderam-se de armas e malhos. O esmagamento da sedição é ainda de 1382. Trinta anos depois, por ocasião do conflito entre João sem Medo e o duque de Orléans, os pequenos mesteirais de Paris, conduzidos pela corporação dos talhantes e pelo seu chefe, Simon, o Cutileiro, dito Caboche, impõem ao duque da Borgonha uma longa ordenação reformadora que estende o sistema electivo a todos os cargos administrativos. Mas os excessos dos partidários de Caboche provocam uma reviravolta da opinião pública parisiense.

Encontra-se ainda no período seguinte um eco destes movimentos urbanos. Em 1529, na sequência de uma fome que grassava em todo o Leste da França e ao mesmo tempo que se iam difundindo as ideias protestantes, estalou a revolta ou «*grande rebeine*» de Lyon, que por pouco não obteve o governo da cidade para aqueles que se intitulavam «la povre commune de ceste ville de Lyon». Em 1539, Gand iniciou uma rebelião aberta contra Carlos V e as corporações instituíram um governo democrático. O imperador teve de ir lá em pessoa com um forte exército para impor a obediência à cidade (1540). No fim do século XVI as perturbações do tempo da Liga e o cerco de Paris pareceram dar uma oportunidade política ao povo miúdo dos artesãos. Um dos oradores da *Satire Ménippée*, recordando os acontecimentos de 1412-1413, declara: «Que vos parece de tantos Caboches que já houve e que Deus suscitou em Paris, Rouen, Orléans, Troyes, Toulouse, Amiens, onde vedes os talhantes, os alfaiates, os açougueiros, os bateleiros, os cutileiros e outras espécies de gente da escória do povo ter a primeira voz no conselho e nas assembleias de Estado e dar a lei àqueles que antes eram grandes na raça, nos bens e na qualidade?».

O fracasso destes movimentos não deve surpreender. A falta de coordenação entre as cidades em que, na mesma altura, o elemento

popular tomava o poder, as inevitáveis mudanças de partido dos grandes burgueses quando, em Paris ou em Gand, se viam ultrapassados pelo povo miúdo, a tenaz incompreensão dos revoltados urbanos para com os camponeses, que muitas vezes no século XIV se rebelaram ao mesmo tempo que eles, e, principalmente, a insuficiência numérica do elemento artesanal em relação à massa da população explicam com facilidade que tanta agitação não tenha dado resultado. Mas os príncipes e o patriciado das cidades compreenderam que as corporações tinham de ser dominadas. Não as suprimiram — pois eram indispensáveis — mas vigiaram-nas e dominaram-nas cada vez mais de perto. Afastando-as gradualmente da vida política e retirando-lhes toda e qualquer função militar, deram-lhe, em compensação, maior autoridade económica.

Essa autoridade, porém, só foi concedida sob garantia de uma vigilância cada vez mais apertada e que devia, no século XVII, conduzir à mesquinha regulamentação de Colbert. Pois, para utilizar as expressões de um édito de João V da Bretanha, não havia que desconfiar da «malvadez e avareza» das corporações e da sua tendência para «monopolizar» combinadas entre si? Luís XII, Francisco I, Carlos IX *, Henrique III nunca deixaram de acusar os mesteres jurados de «abusos, conspirações e monopólios». Em toda a Europa os príncipes, no século XIV e mais ainda depois dele, se puseram, portanto, a legislar em matéria corporativa, promulgando — como na Lorena, por exemplo — estatutos sem consultar os interessados, submetendo os mesteres aos oficiais dos condados da Provença e aos bailios no domínio real capetíngeo ou ainda às autoridades municipais em Bruges, Clermont e Lyon no tempo de Carlos VII e de Luís XI, vendendo cartas de mestrado cada vez em maior número a ponto de, em 1600, a França estar atravancada de cartas por vender. Em *1582*, Henrique III * nomeou um controlador geral dos tecidos, que devia superintender sobre todos os fabricantes de tecidos do reino. Os soberanos, com efeito, pretendiam uniformizar a vida corporativa dentro das fronteiras dos seus estados. Assim actuaram, já no século XV, João V na Bretanha e os reis de Aragão, que impuseram às diversas cidades do Rossilhão regulamentos artesanais idênticos. No século seguinte, esta evolução acentuou-se. Os reis de Espanha introduziram em Castela o sistema corporativo catalão. Em Inglaterra, Isabel I definiu em *1563* o célebre *Statute of artificers*, que disciplinou as condições de trabalho em todo o país. Em França, Francisco I, pelo édito de Villers-Cotterêts, publicou uma disposição acerca do acesso à mestria que era válida para todo o reino. São principalmente, porém, Henrique III, em 1581, e Henrique IV, em 1597, que com actos solenes reorganizam e unificam toda a vida artesanal francesa. Tentam, com isso, encerrar o país numa rede homogénea de corporações e ordenam a todas as gentes de ofício que em toda a parte procedam à eleição dos seus jurados. Assim, o absolutismo, que se consolidou na época do Renascimento, aposta na ordem corporativa, agora imposta de cima para baixo. Daí a

multiplicação das corporações a que em toda a Europa se assiste nos séculos XV e XVI. Durante o seu reinado, Luís XI promulgou mais de 60 ordenações a confirmar ou a estabelecer comunidades artesanais. Em Roma, o número de corporações passou no século XVI de 32 para 55. Entre 1335 e 1570 surgiram em Como 6 *arti* novas. Esta fragmentação, fonte de receitas do Estado, aumentava as possibilidades de atritos entre ofícios vizinhos e diminuía a força real do mundo artesanal.

No entanto, o domínio do sistema corporativo sobre a produção e o comércio nunca foi total. Os soberanos, quando os seus interesses estavam em jogo, eram os primeiros a desprezar os privilégios das corporações. Em 1465, os «operários que seguiam a corte» do rei de França receberam um estatuto especial. Mais tarde os trabalhadores de artes das galerias do Louvre desprezaram alegremente, graças ao apoio do governo, os regulamentos das velhas jurandas* parisienses. Por outro lado, todos os príncipes da Europa, tanto Sisto V como Isabel I, deram, a despeito das corporações, patentes e monopólios a «inventores» que sugeriam inovações técnicas, válidas ou não. E havia também os camaristas, que em vão se tentava desalojar das suas vantajosas posições. Havia o artesanato rural, especializado no trabalho dos panos, que nos séculos XIV e XV se desenvolvera nos campos precisamente para escapar ao domínio dos ofícios urbanos. Havia as minas e as empresas metalúrgicas, espalhadas por montes e florestas e, por isso, longe de qualquer vigilância. Havia o grande comércio e a banca, com o seu ritmo próprio e as suas manobras sem fronteiras, que só em liberdade podiam expandir-se. Foi no sector não vigiado, ou no das novas indústrias, que ainda não possuíam regulamentos — imprensa, armas de fogo, fiação e tecelagem do algodão, etc. — que se infiltrou o progresso técnico, e foi no mundo dos grandes mercadores que nasceram em conjunto, muito antes do século XVI, a mentalidade capitalista e os instrumentos bancários e contabilísticos que lhe permitiram exprimir-se.

★

O desenvolvimento da técnica dos negócios foi forçado pelo fomento, a partir das Cruzadas, do grande comércio marítimo. A economia do Ocidente, orientando-se agora para a «fortuna do mar», alargou os horizontes e transformou os métodos. Da Antiguidade greco-romana herdara o *nauticum fœnus*, ou «empréstimo de grande aventura», em que o prestamista aceita não ser reembolsado se as mercadorias transportadas pelo devedor não chegarem a bom porto. Em caso contrário, recebe o que emprestou e mais um juro elevado. Este género de transacção era ainda corrente em França, por exemplo, nos séculos XVII e XVIII; mas era menos um verdadeiro seguro marítimo que um empréstimo de fundos a um capitão desejoso de comprar mercadorias para encher o navio antes da partida. Além disso, a Igreja, hostil por princípio aos emprés-

timos com juro*, era forçosamente desfavorável a esta modalidade. No século XIII imaginou-se uma fórmula de seguro denominada *cambium traiectitium*, ou «câmbio marítimo», pois os teólogos aceitavam que houvesse juro nos contratos de câmbio. O devedor prometia, então, reembolsar — por exemplo, em Barcelona — uma soma recebida em Génova desde que navio e carga chegassem a bom porto. As mercadorias serviam de penhor ao segurador e viajavam com o seu *signum*. O prémio de seguro era dissimulado no lucro do câmbio. Tal fórmula, utilizada ainda em Génova na primeira metade do século XV, tinha sérios inconvenientes. Era necessário que o prestamista tomasse câmbios para o local de destino do navio. Por outro lado, tal como no empréstimo de grande aventura, só retirava lucros se a viagem corresse bem. Foi por isso que o câmbio marítimo desapareceu gradualmente, no século XV, com o nascimento do contrato de seguro. O volume crescente das mercadorias transportadas por mar e o aumento da procura de capitais seguradores estiveram na origem desta transformação.

Caminhava-se assim para um sistema que dava, em todos os casos, um prémio ao segurador e que, por conseguinte, lhe diminuía os riscos. Mas, pelo menos a princípio, foi preciso disfarçar o prémio, proibido pela Igreja. Nos 213 contratos de seguro* marítimo assinados em Génova entre 1400 e 1440 que foram estudados pela Sr.ª Doehaerd não figura o prémio: há que supor que era pago adiantadamente em mão. O contrato — um contrato de compra e venda — tinha então o seguinte aspecto: o segurador, ou seguradores, declaram comprar ao segurado um lote de mercadorias e comprometem-se a pagar-lhe num determinado prazo; mas o pagamento não se verificará se a mercadoria comprada, que está a bordo de um certo navio, chegar «sã e salva» ao destino. Apesar das voltas e complicações que tinha de envolver, a nova fórmula de seguro era um progresso decisivo. Os seguradores já não tinham de entregar à entrada uma soma avultada, a reembolsar pelo segurado. Só em caso de sinistro desembolsavam dinheiro. Além disso, recebiam, automaticamente e em todos os casos, um prémio cuja taxa podia agora descer a um nível razoável. A pressão assim exercida pelas necessidades da economia gerou aperfeiçoamentos. Fez-se passar o risco de uma mercadoria para outra quando a primeira viagem era bem sucedida. Ou então passava-se o risco para o próprio navio transportador. Cada vez mais se ia segurando conjuntamente os navios e as suas cargas. O resseguro existia já antes de começar o século XVI. Foram criadas sociedades de seguros cujos capitais eram investidos simultaneamente num grande número de operações. Teoricamente, a municipalidade de Génova proibia os Genoveses de segurar cargas transportadas em navios estrangeiros e, *a fortiori*, mercadorias estrangeiras. Mas, na realidade, no fim do *Quattrocento* segurava-se em Génova carga e navios biscainhos, catalães e flamengos, produtos estrangeiros viajavam em barcos genoveses e havia fretes entre L'Écluse e Londres, La Rochelle ou Valência.

Os especialistas do direito canónico tiveram de reconhecer, pelo menos em certa medida, que o risco merece recompensa. Ora um segurador corre o risco de desembolsar uma quantia importante em caso de naufrágio do navio que segura: daí a legitimidade do prémio, que já era explícito nos registos do grande mercador toscano Francesco Datini. Lê-se aí, com data de 3 de Agosto de 1384: «Seguramos Baldo Ridolfi & C.ª em 100 florins de ouro pela lã carregada no barco de Bartolomeo Vitale que viaja de Peñiscola a Porto Pisano. Desses 100 florins que seguramos contra todos os riscos, recebemos 4 florins de ouro a contado como testemunha uma acta da mão de Gherardo d'Ormauno que também assinámos.» E mais abaixo: «O dito barco chegou a bom porto em Porto Pisano e ficámos desobrigados de todos os riscos.» A prática do prémio generalizou-se. Era já corrente na segunda parte do século XV. Nas contas submetidas nos meados do século seguinte à apreciação da Câmara apostólica pelos mercadores que traziam trigo da Sicília para abastecer Roma, a taxa dos prémios de seguro vem já formalmente mencionada: 8 % da Sicília a Civitavecchia. Essa taxa era bastante alta, pois, cerca de 1437-1439, em período de paz no Mediterrâneo Oriental, as mercadorias que viajavam entre Constantinopla e Veneza pagavam apenas 4 e 5 %. A importância do prémio era menos função da extensão da viagem ou da estação do ano que da situação política e militar e da presença ou ausência de corsários. Durante o século XVI, principalmente antes de Lepanto, Turcos e Barbarescos eram, no Mediterrâneo, uma ameaça permanente ao comércio das nações cristãs; e isso explica a elevada taxa dos prémios de seguro. Em 1565, à partida de Rouen, pagava-se vulgarmente 6 % para Lisboa, 7 % para Cádis e Sevilha, 7 % também para as Canárias e para a Madeira, 18 % para o Brasil (ida e volta) e 17 % para Livorno e Civitavecchia.

★

Juntamente com o prémio de seguro, a contabilidade * por partidas dobradas foi outra inovação capital na técnica dos negócios da época do Renascimento. Num período em que o crédito era restrito, e enquanto era limitado o círculo dos seus correspondentes, um homem de negócios podia contentar-se com uma contabilidade simples. Registava as receitas e as despesas numa conta de caixa e podia, além disso, ter uma espécie de caderno em que apontava os créditos e os débitos, que eram em pequeno número. Mas o aumento numérico das transacções e o desenvolvimento do crédito provocaram uma inflação das escritas e trouxeram a necessidade de pessoal especializado na contabilidade. Esta contabilidade tinha de permitir ao responsável por uma companhia comercial * conhecer bem o estado dos créditos e dos débitos — que, no século XIV, já podiam ir a mais de cem. Pensou-se, pois, em criar contas «de pessoas», nas quais eram registados os respectivos débitos e créditos. Assim, cada

operação exigia duas escritas iguais e de sinais contrários, que não tardaram a ser organizadas em dois livros diferentes, um para as contas de terceiros e outro para a conta de caixa. Mas não se ficou pelas contas de pessoas. Cedo se viu aparecer títulos de contas como: «comércio de tal ou tal produto», «seguros», «câmbios», etc. Finalmente, uma nova conta — a conta de «ganhos e perdas» — veio permitir medir as variações patrimoniais em função das operações descritas nos outros livros. Assim, conforme o livro que consultava, o homem de negócios do Renascimento estava em condições de a todo o momento conhecer o estado da caixa, o ponto a que tinham chegado as suas transacções com este ou aquele correspondente ou com tal ou tal produto e o montante dos seus ganhos ou dos seus prejuízos tomados em conjunto. A contabilidade por partidas dobradas foi conhecida com o nome de «escrita à veneziana». Na realidade, os livros dos Massari, de Génova, que datam de 1340, são o primeiro exemplo actualmente conhecido desta nova técnica, que não ganhou logo direitos de cidadania. Os Medicis, no fim do século XV, ainda não tinham conseguido assimilá-la por completo. Mas a descoberta da imprensa apressou a sua difusão, pelo menos nas camadas superiores da actividade económica, em especial quando Luca Pacioli publicou em Veneza, em 1494, a sua *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalità*, que explicava o seu mecanismo. Aquilo que até então fora um segredo italiano espalhou-se entre os mercadores dos outros países. Os mestres de cálculo dos Países Baixos, de Espanha, da Alemanha e de outros países passaram a ensinar, com maior ou menor clareza, a «escrita à veneziana» aos jovens que se destinavam aos negócios.

O desenvolvimento das técnicas bancárias deve, portanto, ser considerado, na mesma medida que o florescimento artístico, como característica essencial do Renascimento. Ora também neste domínio a Itália desempenhou o principal papel. A palavra *banco* é de origem italiana. Designava originalmente o banco dos cambistas que se instalavam na praça pública, *in mercato*, e praticavam a troca de mão em mão. Na sua mesa — também se lhes chamava *tavolieri*, e um banco * chamava-se, por vezes, *taula* — tinham um livro onde registavam as operações e, ao alcance da mão, uma bolsa. No século XIII, os *banchi*, que se reuniam em Veneza na Praça San Giacomo, no Rialto, eram designados indiferentemente por *taule de cambi* ou *banchi de scripta*. O vocabulário traz nisto uma indicação importante, reveladora de uma evolução que se verificou em Florença e em Bruges tal como em Veneza. Aqueles que pesavam e trocavam as moedas ganharam o hábito de receber depósitos dos clientes para os fazer frutificar; e também faziam empréstimos. Logo se fez prática corrente a transferência de conta para conta *(giro di partita)* por meio de lançamentos combinados. Bastava a ordem de um cliente e o acordo do seu parceiro para que ambos ficassem em relações contabilísticas através do mesmo banco. Numa época em que a moeda metálica ainda era rara e, de qualquer modo, insuficiente perante necessidades

cada vez maiores, a transferência de contas ganhou rápido favor e deu alento à actividade económica. Um homem de negócios italiano de meados do século XV fez em quatro anos transacções financeiras no montante de 160 000 liras genovesas, mas manejou apenas 11 700 em espécie metálica. A princípio a ordem de transferência do cliente era simplesmente oral e o banqueiro devia registá-la imediatamente nos seus livros; mas os arquivos toscanos provam que o cheque já existia em Itália no fim do século XIV.

Moeda de papel e moeda bancária, também. Diz-se que o século XIV e a primeira metade do século XV viram enfraquecer a produção europeia de metais preciosos. Nesses tempos difíceis a prata e o ouro sofreram fortes variações mútuas. Por outro lado, muitos pagamentos, a nível local, tinham de ser feitos ou em moedas miúdas, de qualidade duvidosa, ou em moeda estrangeira, de valor variável e incerto. Para obviar a estes inconvenientes, os banqueiros pensaram registar nos seus livros o deve e o haver de cada cliente numa moeda de conta *(moneta di banco)* ligada, *grosso modo*, ao valor das boas moedas de ouro e prata. Era já a fórmula que o Banco de Amsterdão viria a utilizar no século XVII.

Como se não limitavam a transferir quantias de uma conta para outra e também utilizavam no comércio o dinheiro que lhes era confiado, os banqueiros corriam riscos e faliam com frequência. Daí o projecto, apresentado em 1356 ao senado de Veneza mas só realizado na prática em fins do século XVI, de instituição de um banco público que exercesse actividades de câmbio, de compra de metais preciosos por conta do Estado e de recepção de depósitos e transferências de contas mas não de operações comerciais. Veremos mais adiante que houve muitos bancos públicos no fim do século XVI e início do século XVII. Mas já antes disso os houvera, senão em Veneza pelo menos em Espanha (as *taulas* de Barcelona e de Valência) e em Génova. O célebre *Banco di San Giorgio*, formado definitivamente em Génova em 1408, reuniu todos os credores do Estado e tinha como finalidade principal o serviço da dívida pública. Como as partes dessa dívida eram transmissíveis, deram origem a uma intensa actividade de transferências de umas contas para outras. Em Barcelona, onde no decurso do século XIV os banqueiros tinham emprestado dinheiro — demasiado dinheiro — aos reis de Aragão, as dificuldades financeiras dos soberanos provocaram, a partir de 1380, a falência de muitos bancos. A municipalidade de Barcelona criou, pois, em 1401 a *Taula de canvi* — o primeiro banco público do mundo —, cujo fundo de maneio foi inicialmente constituído pelos depósitos obrigatórios do dinheiro dos menores sob tutela, dos testamentos litigiosos e dos sequestros judiciais. O banco vigiava a moeda e funcionava como tesouraria municipal; aceitava depósitos de particulares e fazia transferências de contas. Segundo um documento de 1433, a *Taula* de Barcelona dispunha, entre depósitos obrigatórios e depósitos voluntários de particulares, de 358 000 libras. Nessa data, 1494 pessoas tinham conta aberta na *Taula*.

Como a população da cidade era de cerca de 30 000 habitantes, podemos dizer que 20% dos chefes de família utilizavam os serviços do banco público; eram, sem dúvida, praticamente todos aqueles que possuíam alguns bens de fortuna.

★

Recusando-se a ser um organismo comercial, a *Taula* de Barcelona *não emitia* nem recebia letras de câmbio *. Mas, no início do século XV, a letra de câmbio já era um instrumento indispensável ao grande comércio. A sua formulação foi, sem dúvida, no domínio dos negócios, a principal inovação técnica da época que aqui estudamos. O câmbio começou a ser praticado muito cedo na Idade Média, assim que a vida económica começou a animar-se. No século XII apareceu o contrato de câmbio *(instrumentum ex causa cambii)*, que era feito perante notário. O êxito das feiras de Champagne fez o êxito deste género de acto. Tomemos um exemplo. A 28 de Abril de 1206, um mercador de Reims, de passagem por Génova, reconheceu ter recebido de empréstimo, mas a título

52. LETRA DE CÂMBIO.

Esta letra de câmbio foi emitida em 1558 em Medina del Campo a favor de Andres Ruiz, que residia em Besançon: «Não tendo pago aos outros, pagarão VV. MM. por esta letra de câmbio, na próxima feira dos Reis, a Andres Ruiz ou a si próprio, 1280 escudos e 15 soldos de marco de ouro, que correspondem ao valor aqui recebido de Simón Ruiz, e ponham-nos na minha conta, e Cristo com todos.»

de câmbio (*nomine cambii*), um certo número de dinheiros genoveses de dois irmãos que ali viviam. Prometia reembolsar essa quantia em libras de Provins na feira de Provins seguinte — quer aos credores em pessoa, quer a um ou outro dos dois, quer ainda a algum seu legítimo representante. R. de Roover encontra numa tal operação «esta fusão do câmbio e do crédito, que é precisamente uma das principais características do contrato de câmbio». No caso aqui estudado, que é de uma época em que os mercadores ainda eram ambulantes, o mercador de Reims, que certamente viera a Génova para fazer negócios, queria voltar à terra passando pelas feiras de Champagne. E, para comprar mercadorias que, decerto, se propunha vender em Provins, contraiu em Génova um empréstimo antes de partir. Poderia então reembolsar a quantia tomada de empréstimo, ficando o juro dissimulado na operação de câmbio, pois a Igreja só admitia a legitimidade do juro de câmbio qnando houvesse compra e venda de moeda, diversidade de locais de entrega dos dinheiros e do seu reembolso e risco por parte do credor.

Os actos notariais de Génova, de Siena e de Marselha atestam que havia nas feiras da Champagne um mercado monetário organizado. As taxas de câmbio eram estabelecidas em função da oferta e da procura. Mas as feiras de Champagne declinaram nos fins do século XIII, ao mesmo tempo que entrava também em decadência o tráfego por caravanas, que sofria cada vez mais a concorrência das ligações marítimas entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte. Os chefes das casas de comércio italianas — sieneses, lucanos, florentinos — passaram a ser sedentários e criaram sucursais nas mais activas cidades de além-Alpes: Barcelona, Paris, Bruges, Lyon, etc. «Esta transformação de métodos comerciais repercutiu-se no contrato de câmbio e logo uma simples carta missiva — a letra de câmbio — substituiu o acto notarial» (R. de Roover). De facto, uma promessa de pagamento, mesmo sob forma de acto notarial, não podia obrigar um mercador que vivesse a centenas de quilómetros e que não tivesse participado na redacção do contrato. Para que ele aceitasse pagar a alguém à ordem de um mercador de outra cidade era necessário que, de algum modo, fosse seu devedor.

Mas a passagem do *instrumentum ex causa cambii* à letra de câmbio explica-se também por outras causas. O desenvolvimento da instrução permitiu a maior número de mercadores passar sem os notários. Além disso, os homens de negócios em todos os tempos foram homens apressados. Ora o acto notarial é uma perda de tempo. Uma simples cédula ou apólice — da palavra italiana *polizza* — é um meio muito mais expedito. A letra de câmbio terá talvez sido utilizada pelos Florentinos e pelos Sieneses antes do fim do século XIII. O seu êxito foi cada vez maior. Mas Génova e, mais ainda, Veneza, ficaram fiéis ao antigo métodn ainda por mnito tempo.

A letra de câmbio, que evita as manipulações de moeda e os riscos do transporte de dinheiro, já tinha, no século XV, tomado o aspecto

clássico, pondo em jogo, na maior parte dos casos, quatro pessoas: um «dador» de dinheiro que, por exemplo, em Veneza, quisesse fazer uma entrega a um correspondente de Bruges e que tirasse o contravalor em moeda veneziana, um «tomador» ou «sacador» — suponhamos que era a filial Médicis de Veneza —, um «sacado», que poderia ser a filial Médicis de Bruges, e por fim um «beneficiário», o correspondente do sacador em Brnges. A transacção, porém, pode envolver apenas três pessoas. Seria o caso de o dador fazer a viagem a Bruges e apresentar pessoalmente a letra ao sacado; ou seria, ainda, o caso de o beneficiário do dador ser a filial Médicis de Bruges. Dador e sacador têm então o mesmo correspondente. A letra de câmbio daquela época menciona, correntemente, o «vencimento», ou seja, a data em que o pagamento deve ser feito. No século XV o prazo era de trinta dias de Bruges para Barcelona, dois meses de Bruges para a Itália, três meses de Londres para Itália. A época do Renascimento não conheceu o desconto de letras. Mas o endosso parece provir, pelo menos, de meados do século XV; só se generalizou, no entanto, depois do século XVI.

R. de Roover mostrou de modo definitivo que o câmbio e o crédito estavam intimamente ligados nas transacções daquela época. Esta ligação é especialmente evidente num caso-limite: o dos *asientos* da monarquia espanhola dos séculos XVI e XVII, que durante muito tempo foram sumariamente tidos como empréstimos. Nessa época, considerava-se que havia, juridicamente, empréstimo quando os dinheiros pedidos eram reembolsados no mesmo país e na mesma moeda. As operações financeiras da monarquia francesa do século XVI, como o *grand party* de Lyon eram empréstimos no sentido restrito. Mas, pelo contrário, os *asientos* eram contratos feitos entre os ministros do rei católico e consórcios de banqueiros pelos quais estes se comprometiam a pagar em moedas nacionais — na Alemanha, em França, em Itália e, principalmente, nos Países Baixos, onde a Espanha teve de subvencionar a partir de 1568 as despesas de uma guerra desgastante — quantias cuja contrapartida era liberada em moeda espanhola e que tinham de ser reembolsadas em Espanha. Os *asientos*, portanto, equivaliam no plano financeiro a uma operação de câmbio e envolviam crédito e passagem de uma moeda a outra. E, o que é essencial, o juro cobrado pelos banqueiros vinha, designadamente, de um lucro sobre os câmbios. Os contratos estabeleciam, em benefício dos credores da coroa, uma taxa de câmbio muito superior à do mercado. Assim, em 1577, por um escudo pago em França pelos *asientistas*, cobravam estes em Espanha 470 maravedis, quando a taxa do mercado era de 440.

★

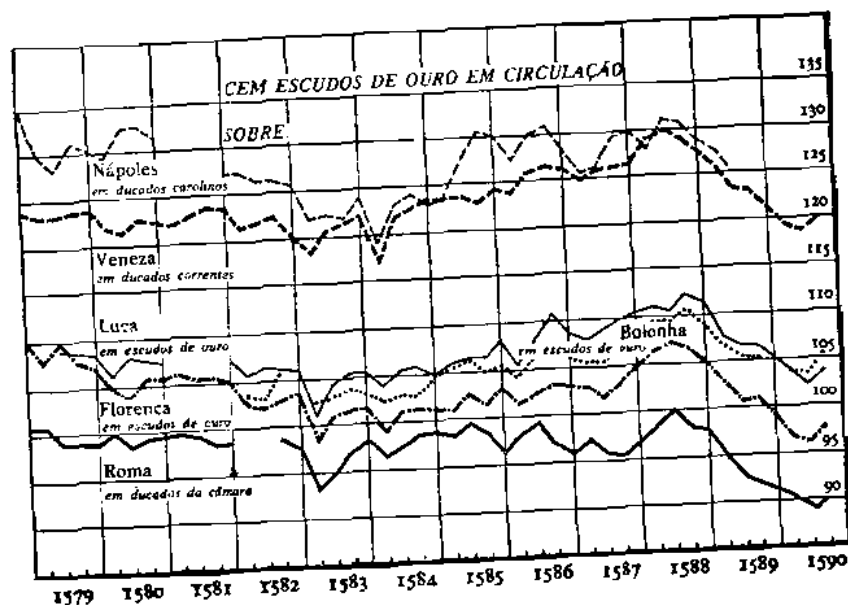
Esta breve análise leva-nos a alargar a pesquisa às especulações que se escondiam por trás do câmbio. Claro que seria errado separar radicalmente o câmbio do comércio. A intensificação das relações comerciais

entre os séculos XIV e XVII teve, como consequência necessária, um crescente recurso à letra de câmbio como meio de pagamento. Mas, dada a hostilidade dos especialistas de direito canónico ao empréstimo a juros, por trás das transacções de câmbio esconderam-se, cada vez mais, as operações de crédito puro e simples. Tomemos o seguinte exemplo de J. Heers: a 14 de Maio de 1457, em Palermo, Galeazzo Doria (dador) confiou uma quantia de 60 florins de Palermo a Tommasino Spinola (tomador ou sacador). Este deu, em troca, uma letra de câmbio pagável em Génova a Demetrio di Nigrono (beneficiário) por Bartolomeo di Framura (sacado). A taxa é de 37 soldos de Génova por cada florim de Palermo. Demetrio teria, pois, de receber 2220 soldos (111 liras de Génova). Mas, em Génova, na altura do vencimento (11 de Julho de 1457), Bartolomeo di Framura recusou pagar a letra de câmbio, que é, por isso, protestada perante um notário. Bartolomeo di Framura redigiu então uma nova letra de câmbio, endereçada a Palermo, a Tommasino Spinola, mandando-o pagar a Galeazzo Doria. Mas a taxa no sentido Génova-Palermo era de 35 soldos genoveses por cada florim de Palermo. Depois de tudo pago, Doria recebeu, portanto, cerca de 63 florins. A transacção, entre a ida e a volta, levou quatro meses, nos quais o dinheiro de Doria rendeu um juro de 3 florins, ou seja, 15% ao ano. O câmbio e o «recâmbio» camuflaram, portanto, um empréstimo. Spinola necessitava de 60 florins e Doria emprestou-lhos. Para iludir as proibições da Igreja, os dois parceiros recorreram ao subterfúgio das duas letras de sentidos inversos. Naturalmente, estava antecipadamente entendido que Bartolomeo não pagaria a Demetrio, e este era um testa-de-ferro. Deste modo, «eram, muitas vezes, emitidos contratos sem provisão nas mãos do sacado, que regularizava o assunto vendendo outro contrato, pagável pelo sacador inicial. Assim procedia Andrea Barbarigo — um mercador veneziano do século XV —, que conseguiu aumentar o seu fundo de maneio por meio de idas e voltas entre Veneza e Londres» (R. de Roover).

Um recâmbio não era, obrigatoriamente, uma «troca em seco», isto é, ilícita do ponto de vista da Igreja. O devedor — sacador, no caso da transacção atrás mencionada — poderia, de facto, ter esgotado o seu crédito junto de Bartolomeo di Framura em Génova: e daí a recusa deste ao pagamento, o protesto e o recâmbio. Mas, ao que parece, não era este o caso mais frequente. Do mesmo modo, era muito vulgar ficar assente entre os intervenientes que não haveria protesto. Nas letras de câmbio dos séculos XV e XVI aparece frequentemente a fórmula «pague a si próprio», dirigida ao sacado. E aqui impõe-se outra modalidade: o dador e o sacador podiam ter o mesmo correspondente e este fazia, então, ao mesmo tempo, de sacado e de beneficiário. Vulgarmente, porém, a expressão «pague a si próprio» escondia uma operação de empréstimo por trás de um câmbio. Não se tomava o cuidado de arranjar um beneficiário testa-de-ferro e fazia-se o recâmbio, com ou sem protesto, mas sem-

pre acrescentando as despesas de comissão, que iam somar-se à quantia inicial. Feliz o devedor que pudesse pagar no momento do vencimento, pois, em caso contrário, continuava-se a cambiar de praça em praça ou de feira em feira e a dívida ia aumentando com as idas e vindas. Um autor francês contemporâneo de Henrique II estigmatizava assim o jogo dos banqueiros: «Fazem andar essas somas de um país para outro, e de todos estes voltar a si próprios, e sempre carregam as mesmas somas com o juro e a sorte principal (o capital) até que o sacador tenha pago e inteiramente entregue a sorte principal e os ditos juros». Assim se fazia «suar os escudos» por um processo que Balzac descreveu, já no século XIX, nas *Illusions perdues*.

Mas o recâmbio e todas as voltas do dinheiro ao ponto de partida implicavam um risco atrás do qual os banqueiros se escondiam dos olhares dos teólogos. A taxa de câmbio das moedas, no momento da volta, podia ser-lhes desfavorável por causa de bruscas alterações monetárias ou da modificação da balança de pagamentos entre duas praças, ou ainda por efeito da especulação ou da intempestiva ingerência dos poderes públicos. Na realidade, as contas de ganhos e perdas em operações de câmbio saldavam-se, geralmente, com mais-valias. Este lucro explica-se pela organização do mercado de câmbios da época do Renascimento. O equilíbrio do mercado exigia uma taxa mais alta sobre as praças que cotavam o «certo» * do que sobre as que cotavam o «incerto». No século XV, entre Bruges e Barcelona, o escudo da Flandres era sempre cotado em diversas quantidades de soldos e dinheiros catalães. Bruges dava, pois, o certo e Barcelona o incerto. Mas as praças italianas davam o certo a Bruges. No século XVI, Lyon dava o certo a todas as praças excepto às feiras rivais, ditas «de Besançon». Assim, uma «arbitragem» de câmbios obedecia, vulgarmente, ao seguinte esquema: um cambista comprava em Veneza uma letra de câmbio pagável em Bruges, no vencimento, ou seja, dois meses depois, à taxa de 51 grossos da Flandres por cada ducado; em seguida, repatriava o crédito à taxa, por exemplo, de 49 grossos por cada ducado, que era então o de Bruges, o que dava um pouco mais de 104 ducados. Ao fim dos quatro meses, tinha obtido, portanto, um lucro de cerca de 4%, que era a diferença de 2 grossos na taxa do ducado entre Veneza e Bruges. Mas vê-se que «uma operação de câmbio só ficava completa quando os fundos nela envolvidos voltavam à posição de partida» (R. de Roover).

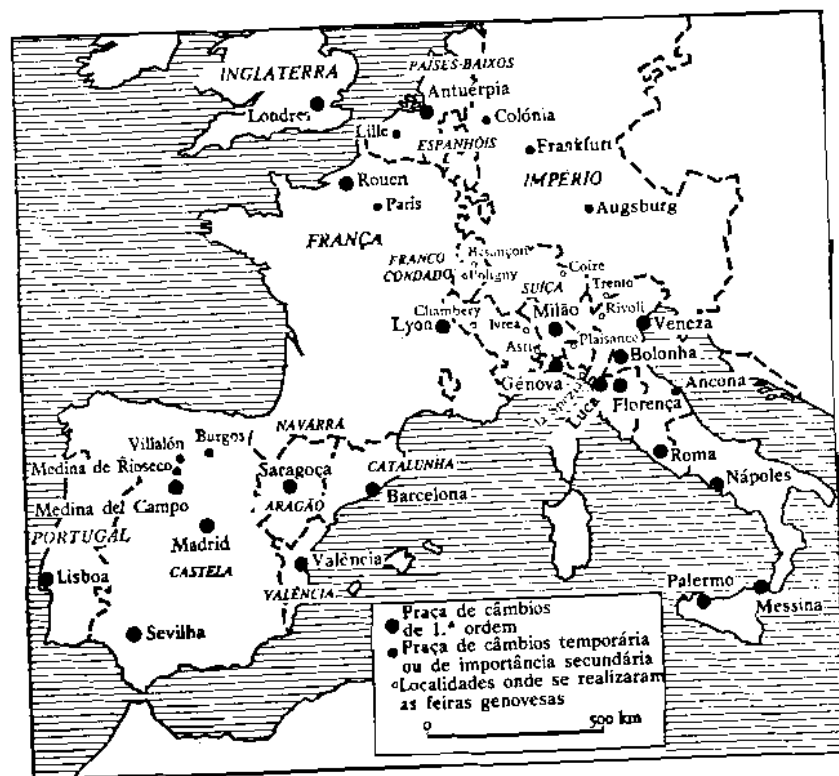
Para se não deixar apanhar de surpresa pelas bruscas alterações monetárias, as grandes firmas bancárias procuravam colocar nos conselhos dos soberanos representantes seus que os informassem das intenções das autoridades. Assim, Tommaso Portinari, director da filial de Bruges dos Médicis, foi conselheiro muito escutado por Carlos, o Temerário. No caso de um acontecimento repentino que pudesse repercutir-se no mercado cambial, os homens de negócios não deixavam de advertir os seus correspondentes por correios especiais. De um modo ou de outro, e como já

53. OS CÂMBIOS EM LYON NO FIM DO SÉCULO XVI.
(Segundo *H. Lapeyre*, Une famille de marchands: les Ruiz.)

Mercado estável e dinheiro em abundância até 1589. A decadência de Lyon começa nesta data.

no século XV havia mercados de câmbios regularmente organizados em muitas praças da Europa, os mercadores-banqueiros ganharam o hábito de indicar as taxas de câmbio das suas praças no rodapé das cartas que enviavam aos correspondentes. Desta maneira, as necessidades da banca e do comércio não contribuíram menos que as exigências da política para a criação de serviços postais regulares no início dos tempos modernos.

O particular, para obter um empréstimo, não era obrigado a passar pela dupla transacção de câmbio e recâmbio. Podia utilizar a fórmula das rendas* privadas, que tinha, aos olhos do direito canónico, aparências de operação de compra e venda. Fórmula corrente, é certo, mas complicada, pois exigia um acto notarial. Era mais simples recorrer ao «depósito»*, termo que não designa aqui o dinheiro que um particular confiava a um banco para que o fizesse render. Esta prática vinha já, pelo menos, do século XIV e figurava nos livros dos Médicis sob a palavra *discrezione*. O depósito, no século XVI, designava os adiantamentos consentidos a particulares ou a soberanos, de feira em feira, e portanto a um ritmo trimestral, a taxas variáveis em função do mercado. Esta nova fórmula de empréstimo a juros era corrente em Antuérpia, em Lyon,

nas feiras de Castela e nas feiras «genovesas». Estava, porém, evidentemente, em contradição com a doutrina da Igreja sobre a usura. É sintomático que Ludovico Guicciardini — sobrinho do historiador instalado em Antuérpia —, homem de negócios e não teólogo, tenha julgado necessário denunciar em 1567 a prática do depósito. O seu texto, que de resto é ambíguo, parece até aplicar-se a ambas as formas de depósito. Os mercadores, escreve, «chamam agora, para cobrir a infâmia da coisa com um título especioso, depósito, quando se dá uma quantia em dinheiro a alguém por certo tempo mediante prémio e interesse limitado e determinado, a saber (segundo a ordenança e permissão do imperador Carlos V, confirmada por seu filho, o rei Filipe) à razão de doze por cento ao ano». Este juízo deixa transparecer como era ainda forte o domínio da doutrina escolástica sobre os mercadores, que sinceramente se esforçavam por apaziguar as consciências com estratagemas que nos parecem hipócritas. Mas esta apreciação moral leva-nos, sem dúvida, a erros quanto à mentalidade dos mercadores do século XVI. Ludovico Guicciardini escrevia logo depois do concílio de Trento, que foi seguido de um endurecimento doutrinário da Igreja romana. Os teólogos e os confessores debruçaram-se mais que nunca sobre as transacções bancárias e viram no depósito um flagrante delito de usura. Os banqueiros recorreram, então, à parada que até aí dera resultado: o câmbio. Chamaram ao depósito «câmbio de feira em feira». Mas esta interpretação só era aceitável quando se verificava a *distantia loci*. Vê-se que, em Espanha, isso era o mais frequente, pois as feiras de Castela eram feitas, de três em três meses, sucessivamente em Villalon, Medina del Campo, Medina de Rioseco e novamente em Medina del Campo. O mesmo se não dava em Antuérpia ou em Lyon. Uma bula draconiana de Pio V*, em 1571, condenou, pois, o depósito e, de um modo mais geral, todos os «câmbios em seco».

A proibição pontifical não alcançou completamente o alvo. Em Lyon continuou-se a aplicar a taxa de depósito às cotações de câmbios impressas, nas quais se escrevia a tinta, no último minuto, os números. No entanto, esta prática tinha sofrido um golpe muito sensível e os banqueiros procuraram encontrar uma solução — que foi a da *ricorsa*, ou «câmbio com recurso», pouco utilizada anteriormente. A *ricorsa* era um jogo de câmbios e recâmbios entre uma cidade e as feiras de uma praça como, por exemplo, Placência — as feiras desta cidade eram, em fins do século XVI e princípios do século XVII, dominadas pela finança genovesa. As formas exteriores de uma transacção de câmbio e recâmbio eram respeitadas *grosso modo* — emissões e transmissões de letras, etc. —, mas o cenário destinava-se a tranquilizar as consciências e a enganar os teólogos. X recebia de Y uma quantia em espécie em Veneza e sacava um documento sobre um terceiro, Z, de Placência, escolhido pelos parceiros, mandando-o creditar, na feira seguinte, a conta de Y em escudos de conta — moeda de feira — num montante equivalente ao do recebido em Veneza. Mas o devedor sabia muito bem que não poderia fazer o

54. AS PRAÇAS BANCARIAS DA EUROPA. (Segundo H. Lapeyre, ibid.).

reembolso na próxima feira de Placência: a sua conta em Z estaria vazia. Combinava-se então, logo à partida, que não haveria protesto mas que Z aceitaria a letra, fingiria pagar a si próprio e sacaria imediatamente uma letra sobre X, em Veneza, incumbindo-o de reembolsar Y. O lucro do prestamista, tal como no caso dos câmbios e recâmbios já mencionados, vinha, principalmente, da diferença de taxas de câmbio entre a ida e a volta. A comissão de banqueiros que, em cada feira, determinava a taxa oficial dos câmbios em relação à moeda da feira, estabelecia normalmente essa taxa para que o preço da volta para as diversas praças fosse superior ao da ida. Daí o lucro do prestamista. Um acordo de *ricorsa* durava, pelo menos, um ano; mas podia ser mais demorado. G. Mandich descreveu minuciosamente um câmbio como recurso entre Veneza e Placência que começou em Novembro de 1605 e acabou com a última volta da feira em Agosto de 1611. Os 544 ducados emprestados tinham-se transformado,

no fim de contas, em 951 ducados e 8 soldos: houve, pois, um lucro anual de mais de 20%. Compreende-se que as altas magistraturas de Génova e de Veneza, ligadas de perto aos meios bancários, tenham defendido a *ricorsa* contra a inquieta vigilância das autoridades eclesiásticas e tenham procurado justificá-la.

Assim se nos revelou a extraordinária importância da letra de câmbio, «Proteu de cem faces», na vida económica do Renascimento. O domínio em que ela circulava foi, de um século para outro, cada vez mais vasto; mas, mesmo assim, era muito limitado. Nos séculos XIV e XV, as principais praças bancárias de Itália eram Bolonha, Florença, Génova, Milão, Nápoles, Palermo, Pisa, Veneza e a corte de Roma. Nenhum país tinha tantas. Além-Alpes temos Avinhão, Montpellier e Paris, em França; Barcelona e Valência em Espanha; Bruges nos Países Baixos e Londres em Inglaterra. A Guerra dos Cem Anos diminuíra o papel de Paris, cujo lugar foi tomado pelas feiras de Genebra, substituídas depois de 1465 pelas de Lyon. Constantinopla desempenhou, até 1453, o papel de praça bancária para Genoveses e Venezianos. À parte Constantinopla, «não havia nenhum mercado (de dinheiro) organizado fora da Europa Ocidental, excepto talvez em Lübeck, a principal cidade hanseática, e em todas as praças — salvo em Lübeck — as companhias bancárias italianas monopolizavam as operações de câmbios» (R. Roover). No século XVI, a alta finança fez novas conquistas e alargou o seu campo de manobra. «Consolida posições em Inglaterra — escreve ainda R. de Roover — e põe pé em Portugal, em Castela, na Andaluzia (enquanto Valência e Barcelona se apagam) e na Alemanha, países estes que até aí tinham escapado ao seu domínio. A este respeito, será necessário recordar o papel que as feiras de Castela desempenharam, bem como as de Frankfurt, no tráfego internacional do dinheiro? Outro desenvolvimento espectacular é o prodigioso avanço de Antuérpia, que, no reinado de Carlos V, passou, de certo modo, a ser a principal praça bancária da Europa Ocidental. No século XVI, a letra de câmbio não circulou, tal como antes não circulara, fora dos limites da Cristandade latina: não havia praças de câmbio na Moscóvia nem nos países do Islão nem nas terras de além-mar recentemente descobertas.»

CAPÍTULO VII

UM PRIMEIRO CAPITALISMO

A circulação, cada vez mais intensa, das letras de câmbio pressupõe o apertar gradual da rede de companhias de negócios. Debrucemo-nos agora sobre estas companhias para verificar a diversidade das respectivas estruturas jurídicas e das respectivas dimensões e actividades.

Foi também a Itália que nisto forneceu modelos: a *commenda* e a *compagnia*, a primeira nascida, sem dúvida, nas cidades marítimas, Veneza e Génova, e a segunda mais desenvolvida nas cidades interiores, onde se consolidava a actividade industrial e bancária. A *commenda* *, também chamada *colleganza* em Veneza, que apareceu no século XII, constituiu um primeiro passo na direcção das modernas sociedades em comandita; a *compagnia* foi um esboço de sociedade em nome colectivo. No mais simples contrato de *commenda*, um comanditário, ou emprestador, adiantava a um comerciante itinerante — geralmente para uma viagem por mar — o capital necessário à sua viagem de negócios. Se houvesse perda, ela recaía inteiramente sobre o emprestador; se houvesse lucro, este emprestador recebia o seu capital mais uma parte desse lucro — na maior parte dos casos, três quartos. Mas a divisão do capital e dos lucros podia ser outra. Em muitas *colleganze* venezianas, o capitalista, que não viajava, adiantava dois terços do capital e o outro parceiro dava o trabalho e o outro terço do capital. Se houvesse perda, esta seria repartida proporcionalmente às somas investidas, mas os lucros seriam divididos em partes iguais. A instituição da *commenda* atravessou, fecundando-a, toda a vida económica do Renascimento. Embora as múltiplas associações de *commenda* tenham, bastantes vezes, envolvido quantias muito pequenas, «a difusão destes contratos em muitos meios sociais exerceu, no interior das grandes cidades marítimas, a mesma função que as numerosas participações de pequenos accionistas nas sociedades anónimas da actual economia industrial» (A. Sapori). Um tipo de *commenda* que muito se espalhou no século XV foi a *commenda in nave implicata*. O dono de um navio, que nessa época era frequentemente, também, seu

piloto, lutava com falta de fundos para o fretamento do barco — caso quase geral. Recorria então a prestamistas que o ajudavam a suportar o peso, sempre grande, das despesas de armamento do barco e da compra da carga. O capital necessário para isso era dividido num certo número de *loca* ou *carati*, partes iguais que não eram, geralmente, mais de 24. Os emprestadores partilhavam entre si estes *carati* em função das quantias que investiam. O patrão do barco, como tal, recebia apenas o seu salário; mas também podia ter umas tantas partes na sociedade. Esta forma de associação era ainda corrente nos séculos XVII e XVIII, em Nantes e em Saint-Malo, nos casos de armamento de navios mercantes ou corsários — com a diferença de o total de partes ser, geralmente, de 32. A *commenda in nave implicata*, tal como todas as outras *commende*, era uma sociedade de curta duração, limitada à exploração de um determinado barco numa única viagem. Uma vez regressado o navio e liquidadas as contas, formava-se nova sociedade para novo empreendimento, as mais das vezes com novos participantes ou, pelo menos, com participantes parcialmente mudados. Portanto, a *commenda* não tinha o carácter de relativa continuidade das companhias mercantis e bancárias, que exigiam uma verdadeira organização e planos e compromissos a mais longo prazo.

★

Na *compagnia*, os contratantes já não ficavam ligados entre si pelo tempo de uma viagem ou de um único negócio mas sim por um certo tempo, as mais das vezes por três anos. Duração limitada, sim; mas a renovação dos contratos, a permanência das mesmas pessoas — que eram, também, os principais fornecedores de fundos — à frente da empresa e a importante rede de correspondentes e feitores que cada sociedade legava, no fim do contrato, àquela que, com o mesmo nome, lhe ia suceder, acabavam por criar organizações estáveis que faziam esquecer o seu carácter juridicamente efémero. Os Bardi duraram setenta anos e o banco Médicis noventa e sete. As primeiras *compagnie* nasceram na Toscana, em Luca, em Siena, em Florença. Siena era dominada, desde o século XIII, por grandes casas comerciais, os Tolomei, os Bonsignori, que tinham importante papel nas feiras de Champagne. As *compagnie* toscanas, porém, tomaram nova dimensão na época dos papas de Avinhão (1305-1337) quando o governo pontifical, em conflito com o poder imperial, intensificou as suas exigências fiscais num tempo de penúria monetária. Como os Templários, com a sua poderosa rede financeira, tinham sido eliminados, o papado tinha, mais que nunca, necessidade dos banqueiros italianos. Estes banqueiros reuniram o dinheiro devido à Santa Sé a título de reservas, expectativas, anualidades, despojos, dízimas, subsídios para cruzadas, dinheiros de S. Pedro, direitos de chancelaria e rendas fundiárias; e também centralizaram e administraram os fundos, pagaram as dívidas dos papas, transferiram os eventuais lucros para a

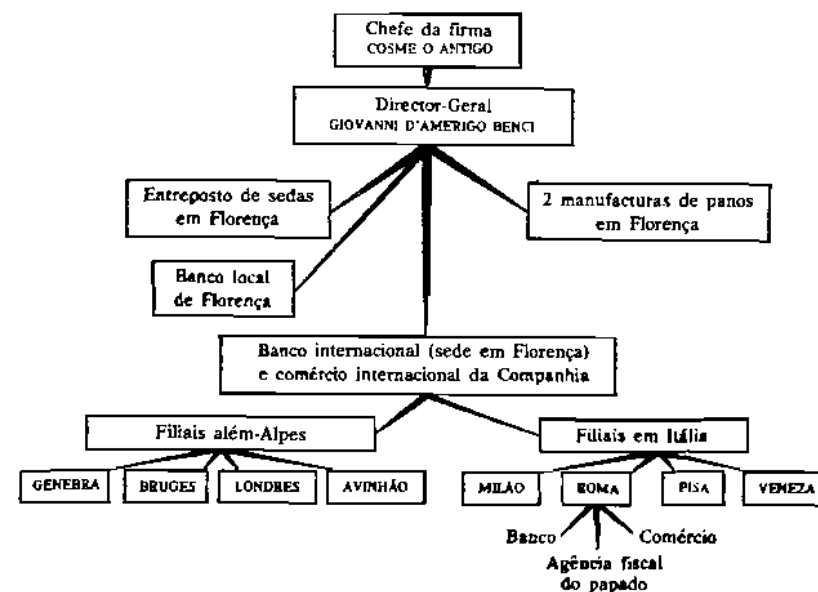
conta da câmara apostólica e emprestaram dinheiro à Cúria. É pois bem certo que «as grandes operações do papado facilitaram, apesar das doutrinas canónicas, o comércio de dinheiro» (G. Le Bras) e que a Igreja deu o seu «contributo para a criação do capitalismo moderno». Para servir a Santa Sé, «casas de comércio gentílicas» transformaram-se em «bancos internacionais».

Florença dominou a vida económica do Ocidente nos séculos XIV e XV com as suas três gerações de grandes companhias mercantis, testemunhas renovadas da prosperidade da cidade. Primeiramente, até às falências de 1302-1326, os Spini, Cerchi, Frescobaldi, Scali, cujas operações fora de Itália se desenvolviam principalmente nas feiras de Champagne, na Flandres e em Inglaterra. Depois, muito mais poderosos pelo seu capital e pela extensão das suas redes de negócios, os Peruzzi *, Bardi, Acciaiuoli, banqueiros dos papas e credores dos reis de Inglaterra, cujas transacções iam até ao Oriente. O apogeu destas grandes casas toscanas situa-se por alturas de 1330. Depois das estrondosas falências de 1343-1346 e de um período de incerteza e perturbações (a grande peste, as desordens de Florença), a finança florentina arrancou novamente. O *Quattrocento* é a época dos Guardi, dos Strozzi e, principalmente, dos Médicis. Até ao século XVI, apesar do episódio sem futuro de Jacques Cœur *, o grande comércio internacional e a banca estiveram nas mãos dos Toscanos. Mas, depois de 1500, os homens de negócios de Florença são eclipsados em parte por recém-chegados que tomam posições vantajosas no mercado: alemães do Sul (Fugger, Welser, Höchstetter), espanhóis (Malvenda, Ruiz) e até genoveses (Pallavicini, Spinola, Sauli), que, entre 1570 e 1630, foram os principais credores de Filipe II e arbitraram os câmbios na Europa.

Dois grandes tipos de organização prevaleceram nas *compagnie* do Renascimento: a estrutura centralizada, com sucursais, e a estrutura descentralizada, com filiais. A primeira foi a estrutura dos Bardi e dos Peruzzi, no século XIV; a segunda foi a dos Médicis, no século XV. As mais importantes companhias florentinas do século XIV reuniam até vinte e cinco associados, com igualdade de direitos e deveres, que se comprometiam a não pertencer a mais nenhuma sociedade. A maior parte dos associados dedicava toda a sua actividade ao serviço da companhia, quer em Florença, junto do director-geral, quer fora, como directores de sucursais. O director-geral, na realidade capitalista principal, só por morte era substituído. Os Bardi e os Peruzzi davam emprego a feitores, que chegaram a ser cento e vinte e cinco. Por feitor entendia-se um homem regularmente retribuído — do gerente de loja até ao caixa principal da firma. Um director de sucursal — feitor retribuído — podia ou não ser um dos associados. Se o fosse, recebia o salário como feitor e a parte dos lucros gerais que, como associado, lhe coubesse. Os feitores dos Bardi e dos Peruzzi tinham, certamente, alguma liberdade no plano local. De resto, num tempo em que eram tão lentas e tão caprichosas as comunicações, não podia ser outra coisa. Mas, sobre eles, era exercida

uma vigilância tão apertada quanto possível; e eram transferidos com frequência. «Muitos feitores passavam de sucursal para sucursal e não ficavam em cada uma mais que cerca de quatro ou cinco anos. Podemos ver nestas movimentações de pessoal uma precaução das companhias contra a criação de laços demasiado estreitos entre os seus representantes e os clientes, laços esses que poderiam originar-lhes prejuízos» (Y. Renouard). Nos anos 1310-1340, os Bardi tiveram representantes com armazéns e escritórios em Itália, designadamente em Ancona, Aquila, Bari, Barletta, Génova, Nápoles, Orvieto, Palermo, Pisa e Veneza; e tiveram-nos também fora da península: em Sevilha, Maiorca, Barcelona, Marselha, Nice, Avinhão, Paris, Londres, Bruges, Rodes, Chipre, Constantinopla e Jerusalém.

★

Ao contrário dos Peruzzi e dos Bardi, a firma Médicis * do século XV não constituía, juridicamente, uma só companhia mas sim um conjunto de companhias teoricamente independentes umas das outras, possuindo cada uma delas a sua *ragione* (razão social), a sua escrita e o seu capital autonomos. Os diversos ramos da organização tratavam uns com os outros como se lidassem com organizações estrangeiras e os chefes das várias filiais, em vez de feitores assalariados e revogáveis, eram escolhidos, muitas vezes, entre os accionistas não maioritários *(minori)*. Não tinham salário fixo mas recebiam uma parte dos lucros superior à proporção dos capitais com que entravam. Só podiam ser retirados destas funções por interrupção antecipada da sua associação financeira à filial. De facto, os Médicis reservavam-se este direito, a julgar por documentos respeitantes às sociedades de Bruges (1455) e de Londres (1466). Os chefes de filial tinham o título de «governador» e os membros da família Médicis eram «associados maiores», *maggiori*. Estas duas palavras indicam bem tanto a independência dos chefes de filial como a vigilância que a família dirigente pretendia, apesar disso, manter sobre as mais importantes decisões. Temos, portanto, um verdadeiro *holding*, que R. de Roover compara, com razão, à actual *Standard Oil*. Um caso judicial, passado em Bruges em 1455, é revelador a este respeito. Um milanês, Ruffini, domiciliado nesta cidade da Flandres, apresentou queixa contra a filial Médicis de Bruges por causa da entrega em mau estado de nove fardos de lã que tinha comprado à filial Médicis de Londres. Tommaso Portinari, falando em nome do ramo de Bruges, fez notar ao tribunal que os fardos de lã nunca tinham pertencido à filial de Bruges e que Ruffini devia tratar do caso com a filial de Londres. O milanês replicou que «o ramo de Bruges e o ramo de Londres eram a mesma companhia e tinham o mesmo dono». Mas Portinari declarou sob juramento que eram duas sociedades separadas. O tribunal deu-lhe razão e convidou o queixoso a processar a

55. ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA MÉDICIS CERCA DE 1455.
(Segundo R. de Roover, The Rise and Decline of the Medici Bank.)

filial londrina. «A sentença seria a mesma — nota R. de Roover — se um norte-americano intentasse um processo contra a *Standard Oil of New Jersey* por ter recebido mercadoria defeituosa vendida pela *Standard Oil of New York* sob pretexto de a família Rockefeller dominar ambas as sociedades». Mas, tal como os Rockefeller, os Médicis tinham, efectivamente, mais de 50 % das partes em todas as empresas da firma sem que elas incluíssem, forçosamente, o seu nome na razão social.

Segundo um documento de 1458, época de apogeu do banco sob o governo de Cosme, o Antigo — que viria a morrer em 1464 —, os Médicis eram accionistas maioritários de onze sociedades diferentes: a *Tavola* de Florença (banco local), uma manufactura de seda e duas de panos, também em Florença, a filial de Veneza, a filial de Bruges, a filial de Londres, a filial de Genebra, com a razão social *Amerigo Benci et F.co Sassetti*, a filial de Avinhão, em nome de *F.co Sassetti et Giov. Zampini*, a filial de Milão e ainda uma associação em vias de desaparecimento, provavelmente em Pisa. A esta lista deveria acrescentar-se a filial de Roma, embora os Médicis não tivessem contribuído para a formação do seu capital. Mas tinham lá dinheiro depositado. Conforme o hábito da época, estas diversas sociedades eram formadas apenas por alguns anos e fazia-se regularmente a renovação dos contratos que as definiam.

Como a estrutura do *holding* Médicis era extremamente flexível, o chefe da família e o seu principal «ministro», o director da *Tavola* de Florença, tinham de ter bem na mão os governadores das filiais. Assim, os contratos estipulavam com precisão os deveres destes governadores, que incluíam a proibição de sustentar amantes e de aceitar prendas. Deviam apresentar todos os anos aos associados maiores, residentes em Florença, a cópia do balanço das suas filiais, datados de 24 de Março, último dia do ano ao estilo da Encarnação. Só com a concordância da direcção central podiam nomear feitores ou encarregados. E eram ainda convidados a deslocar-se a Florença de dois em dois ou de três em três anos para informar os *maggiori* do andamento dos negócios, recebendo de volta instruções precisas.

Depois da morte de Cosme, o Antigo, e de Pedro, o Gotoso (1469), a casa Médicis foi dirigida com mão muito menos firme. Lourenço, o Magnífico * interessava-se mais pela política e pelas letras que pela banca. O seu principal conselheiro bancário, Francesco Sassetti — director da *Tavola* de Florença —, seguiu o exemplo do patrão. Vigiava por alto, frequentava muito os humanistas e ia pouco ao escritório. Não deu pelo facto de a filial de Lyon estar a fazer maus negócios e a gabar-se de lucros que não correspondiam à realidade; deu demasiada liberdade ao ambicioso Tommaso Portinari, feito governador da filial de Bruges. O declínio da companhia Médicis foi rápido. Em 1469 foi liquidado o ramo de Veneza; em 1478 foi a vez das filiais de Londres e de Bruges. A de Milão já não existia em 1494, quando os Médicis foram expulsos de Florença com a vinda de Carlos VIII a Itália. Esta data assinala o fim de uma empresa julgada por Commynes *, que depositara dinheiro na filial de Lyon, «a maior casa de mercancia que me parece ter havido até hoje no mundo.» Afirmação exagerada, aliás, pois os Médicis, ao contrário dos Bardi, não se tinham instalado no Oriente nem em Espanha e tinham menos pessoal que eles.

Os Bardi e os Peruzzi tinham falido porque tinham emprestado a Eduardo III, rei de Inglaterra, quantias enormes que não puderam recuperar, pois as derrotas de Eduardo na Guerra dos Cem Anos, entre 1339 e 1340, tinham-no posto em situação de insolvência. Os Médicis também cometeram o erro de emprestar ao insolvente e carente Eduardo IV e a Carlos, o Temerário, que desapareceu prematuramente em 1477. Outros factores, nem todos eles esclarecidos ainda, jogaram também em desfavor dos Médicis — especialmente a constante descida do ouro entre 1470 e 1490, que foi desfavorável aos grandes comerciantes, que tinham as contas em florins, e o *deficit* crescente do Norte da Europa para com o Sul nas trocas entre os Países Baixos e a Itália. Mas a conspiração dos Pazzi (1478), com a conivência de Sisto IV, criou um conflito armado entre o papa e Lourenço, o Magnífico, que, para financiar tal guerra, teve de mobilizar todos os créditos de que dispunha. Além disso, os Médicis vinham, havia já alguns anos, a investir grandes quantias — mais

de 100 000 florins em 1470 — no comércio do alúmen de Tolfa, que tinham o privilégio de distribuir em todo o Ocidente. Ao romper com Lourenço, Sisto IV retirou-lhe a quinta do alúmen romano e sequestrou-lhe os depósitos de mineral de Civitavecchia. Tão rudes golpes fizeram a casa Médicis vegetar até à liquidação definitiva. Digamos ainda que a firma Médicis, como, de resto, todas as empresas mercantis e financeiras do Renascimento, eram «colossos com pés de barro» (A. Sapori) por causa da sua estrutura financeira. O seu capital social era muito inferior às quantias realmente disponíveis. A filial dos Médicis em Bruges tinha de capital social em 1471 apenas 3000 libras de grosso mas, no mesmo ano, pôde emprestar 6000 ao duque da Borgonha. Posto de lado o capital social, o dinheiro provinha de três origens: 1.°, lucros realizados pelas filiais, que eram frequentemente acumulados; 2.°, quantias investidas — em geral pelos associados — «a ganhos e perdas *fuori del corpo della compagnia*», isto é, além e por fora do capital social, que davam direito à repartição dos lucros mas a uma taxa inferior à das partes do capital social; 3.°, quantias postas em depósito — *a discrezione* —, contra pagamento de um juro anual fixo, por subscritores das várias filiais. Esses depósitos atingiam, sem dúvida, somas consideráveis. Segundo um cronista do século XVI, os Höchstetter teriam, deste modo, recebido em depósito um milhão de florins — número, que, na verdade, não podemos comprovar —, provenientes tanto de camponeses e serviçais como de nobres e burgueses. Os bancos emprestavam depois esse dinheiro a um juro maior, especialmente aos soberanos. Mas os depósitos eram reembolsáveis à vista e ao mínimo alerta. Quantos bancos não soçobraram já devido à repentina retracção dos depósitos privados?

★

O século XVI viu prosperar, umas ao lado das outras, as companhias de filiais e as companhias de sucursais. Os Affaitadi tinham optado por uma estrutura maleável que P. Jeannin descreve do seguinte modo: em 1568, «a casa-mãe *Giovanni Battista Affaitadi et C.ª*, de Antuérpia, tem um capital de 130 000 ducados, repartidos em 130 partes das quais 30 pertencem à filial de Lisboa. Esta filial, *Giovanni Battista Affaitadi et Niccolò Giraldi et C.ª*, tem um capital de 97 000 ducados (97 partes); 12 destas partes pertencem aos *Herdeiros de Giovanni Carlo Affaitadi*, que, com 71 partes, são senhores da maioria em Antuérpia. Há outras filiais em Sevilha, Valladolid, Medina del Campo, Roma e Londres e em todas elas se encontra o mesmo entrelaçado de participações». As companhias italianas e espanholas do século XVI, a exemplo dos Affaitadi, preferiram, geralmente, a organização descentralizada, que permitia dar, a uma filial separada da sociedade-mãe, larga autonomia. Os alemães, pelo contrário, com excepção dos Welser *, preferiram a estrutura, mais rígida, das empresas de sucursais. Jakob Fugger, dito «o rico», queria

ter bem na mão os seus feitores e esforçava-se o mais possível por reduzir a iniciativa dos directores, reservando para si próprio as decisões de certa importância. Os directores das feitorias do Tirol (de Innsbruck, Hall, Schwaz e Bolzano), de onde um mensageiro podia chegar rapidamente a Augsburgo, tinham de conformar-se totalmente às suas ordens. A outras feitorias, mais afastadas, Fugger proibia categoricamente certos negócios, como as vendas a crédito. Os directores, a todo o momento revogàveis, recebiam em contrapartida salários elevados — da ordem dos 400 florins renanos por ano eerca de 1520 —, duas vezes e meia o salário de Maquiavel como secretário da chancelaria de Florença, e estavam autorizados a

56. A ORGANIZAÇÃO DA FIRMA FUGGER CERCA DE 1525.
(*Segundo L. Schick,* Jakob Fugger.)

depositar dinheiro na empresa, recebendo por ele juros anuais de 8, 10 e até 12 %. A organização descentralizada oferecia o risco de dar demasiada iniciativa aos chefes das filiais: foi o que se deu na firma Médicis com Tommaso Portinari. Mas a estrutnra das companhias de sucursais também não excluía esse risco. Sob a direcção de Anton Fugger, que governon a grande empresa alemã de 1525 a 1560, o peso da sucursal de Antuérpia cresceu muito e chegou a ser enorme. Os sucessivos feitores, Veit Hörl e Mathäus Œrtel, desempenharam papel pessoal e levaram a firma a conceder empréstimos excessivos ao rei de Inglaterra e, depois, a Filipe II. Assim, a fórmula do *holding* não tinha triunfado por completo no século XVI. Havia, na realidade, aspectos de passagem de um sistema a outro. Os Bonvisi, de Luca — uma das grandes famílias de mercadores do século XVI —, mostrando embora certa preferência pela centralização, também fundaram filiais autónomas, por exemplo em Paris. «Com estatutos diferentes, as filiais e as sucursais faziam, afinal, exactamente o mesmo trabalho» (H. Lapeyre).

Os mercadores-banqueiros do Renascimento praticavam, geralmente, em conjunto a banca e o comércio — um comércio que não era especializado. Eram também, por vezes, grandes industriais. Jogavam, portanto, em vários tabuleiros. Os Médicis vendiam tecidos, especialmente sedas e panos, que mandavam fabricar em Florença, e especiarias, amêndoas, cavalos e alúmen cuja produção dominavam; compravam na Flandres tapeçarias para a sua clientela italiana. Abrangendo com os seus negócios uma vasta gama de produtos, reduzia-se os riscos comerciais numa época em que, exceptuando o que respeita às tapeçarias e outros objectos artísticos, a mercadoria era encaminhada sem ter sido encomendada. Jacques Cœur, filho de um comerciante de peles, começou carreira como recebedor do «rei de Bourges». Argentàrio e credor de Carlos VII, vendia também armas aos infiéis, fez tráfico de escravos, foi manufactureiro em Montpellier, proprietário de minas de cobre e de chumbo argentífero no Lyonnais, mercador de sal, de panos e de especiarias, dono de imóveis em várias cidades, proprietário-fundiário em toda a França (pelo menos vinte e cinco senhorios). Jakob Fugger, vindo da média burguesia de Augsburgo, não desdenhava o comércio de tecidos e jóias; e especulou com pimenta. Foi, principalmente, produtor e negociante de cobre e prata graças às minas do Tirol e da Hungria que dominava. Também arrendou em Espanha as minas de mercúrio de Almadén e as de prata de Guadalcanal. Ao mesmo tempo, cobrava as indulgências, era arrendatário das oficinas de cunhagem de moeda de Roma, foi o principal credor de Maximiliano e de Carlos V. Os Welser (houve dois ramos desta família depois de 1517: um em Augsburgo e outro em Nuremberga) também tiveram muitas actividades diferentes, comprando açafrão em Itália, participando a partir de 1505 nas grandes expedições portuguesas às Índias Orientais e ganhando, com isso, um lugar privilegiado no comércio da pimenta, tentando a colonização da Venezuela, possuindo interesses nas

minas de estanho e de prata da Boémia, emprestando, eles também, dinheiro aos soberanos.

Portanto, os homens de negócios do Renascimento conduziam muitas vezes, ao mesmo tempo, empreendimentos comerciais, empresas industriais e operações financeiras. Mas uma evolução premente os conduzia, quase irresistivelmente, para este último sector — o comércio de dinheiro. Os Bardi e os Peruzzi e, mais tarde, os Médicis transformaram-se gradualmente em banqueiros dos príncipes. Os seus sucessores do século XVI, pelo menos os mais notáveis, foram credores de Carlos V, de Filipe II, de Francisco I e de Henrique II. Deu-se assim uma especialização. Homens que a linguagem do tempo continuava a designar como «mercadores» abandonaram o comércio e passaram a ocupar-se apenas com especulações de câmbios e empréstimos aos soberanos. Neste aspecto, o caso dos Fugger é revelador. Até à eleição imperial de 1519 nunca tinham emprestado aos Habsburgos sem garantias. Serviam de penhor as promessas de fornecimento de metais preciosos e de cobre. Mas, quando morreu Maximiliano, a satisfação destes compromissos — ricos em promessas de futuros lucros — estava muito atrasada. Para a apressar, Jakob Fugger resolveu jogar a fundo a cartada dos Habsburgos. Ora a eleição de Carlos V custou 851 918 florins (mais de 1 200 kg de ouro fino), dos quais 543 585 foram adiantados pelos Fugger, 143 333 pelos Welser de Augsburgo e 165 000 por vários banqueiros genoveses e florentinos. Mas Jakob aceitou fazer este considerável empréstimo sem receber garantias sérias. Certamente que conseguiu, nos anos seguintes, obter diversas entregas dos rendimentos do Tirol e, em Espanha, a renda dos *maestragos* — rendimentos das três grandes ordens militares — e ainda a das minas de Almadén. Porém, «esse empréstimo sem garantias modificou o carácter da casa dos Fugger: a segurança dos negócios afiançados por metais foi, a partir de então, substituída pelo risco inerente à banca política. Depois da eleição, Jakob Fugger perdeu a liberdade que tivera no tempo de Maximiliano, a liberdade de recusar créditos quando os seus interesses e a sua segurança não ficassem salvaguardados. A partir de 1519, a sorte da sua casa ficou estreitamente ligada, para o melhor e para o pior, à do seu devedor, o imperador» (L. Schick). De facto, o historiador espanhol Carande contou mais de cem empréstimos concedidos pelos Fugger aos soberanos de Espanha. Em 1563, o activo do banco Fugger ascendia a 5 661 493 florins. Deste número, 4 445 135 florins eram os créditos sobre a coroa de Espanha. Tinha-se renunciado a fazer figurar no lado positivo do balanço 613 000 florins de créditos sobre a Espanha, considerados perdidos. Para emprestar a Carlos V, a Filipe II e aos poderes públicos dos Países Baixos, os Fugger tiveram de recorrer ao crédito na praça de Antuérpia. A partir de 1540 lançaram no mercado os *Fuggerbriefe*, obrigações a curto prazo negociáveis na bolsa. Primeiramente, o público recebeu-as festivamente; depois foi preciso perder as ilusões. As sucessivas bancarrotas da monarquia espanhola, embora parciais, de 1557, 1575, 1596,

1608, 1627, 1647, fizeram o descalabro dos Fugger, que desapareceram na primeira metade do século XVII. O «século dos Fugger» terminou, assim, na década de 1560. Começava o dos Genoveses.

★

Os financeiros de Génova tinham começado por ser credores dos reis de França. A partir de 1527, alinharam com os Habsburgos. A primeira bancarrota espanhola (1557) permitiu-lhes tirar proveito do enfraquecimento dos homens de negócios alemães. Além disso, o declínio de Antuérpia e das feiras de Medina del Campo a seguir a 1570 favoreceram a ascensão das feiras genovesas, ditas «de Besançon». A origem destas feiras é de 1534. Carlos V tinha-as então criado na capital do Franco-Condado para libertar das feiras lionesas o comércio genovês. Mas não ficaram em Besançon, realizando-se sucessivamente em Poligny, em Chambéry e, por fim, em Placência, de 1579 a 1621, conservando sempre o nome de «feiras de Besançon». Foi graças a essas feiras trimestrais por eles dominadas que os mercadores genoveses tiveram, no fim do século XVI e no início do século XVII, o papel de árbitros dos câmbios na Europa. Em 1580, ter-se-ia transaccionado em Placência um total de mais de 37 milhões de escudos; alguns anos depois, 48 milhões: número fantástico para a época, que equivale a perto de 1440 toneladas de prata fina, embora o sistema de compensação das letras de câmbio e o artifício da moeda de conta, o *scudo de'marchi*, permitissem, evidentemente, que se não tivesse de manipular realmente tantas espécies amoedsdas. Em todo o caso, semelhantes números deixam supor que, entre 1580 e 1620, a maior parte das grandes operações internacionais de carácter financeiro e comercial tinha desfecho nas «feiras de Besançon». Com efeito, foi «a esta fonte de créditos sempre renovadas» (F. Braudel) que os Genoveses foram buscar quantias enormes para emprestar à devoradora Espanha. Quando, em 1575, Filipe II resolveu «suspender» o pagamento das suas dívidas a curto prazo, os homens de negócios genoveses estavam interessados em 8 800 000 escudos, os espanhóis em 3 750 000 e os Fugger em 500 000. Mas não era fácil separar-se da Espanha. O «rei prudente» só aceitava consolidar os créditos dos seus banqueiros se estes concluíssem com ele novos *asientos*. Filipe II tinha de financiar uma política militar cada vez mais dispendiosa: luta contra os Turcos, intervenções em França, tentativa de desembarque em Inglaterra, e, principalmente, a interminável guerra na Flandres. Não deixava de encaminhar, especialmente psra esta região, importantes quantidades de numerário destinadas a pagar às tropas e aos fornecedores. A princípio, os sacos de escudos e reais partiam, como no tempo de Carlos V, dos portos da costa cantábrica com destino a Antuérpia. Mas os piratas ingleses e neerlandeses não tardaram a cortar esta rota marítima. Daí ter sido escolhida, a partir de 1578, a via alternativa que passava por Barcelona, Génova, Milão e o vale do Reno. Dois milhões

de escudos em 1584, 600 000 em 1586, 950 000 em 1588 seguiram por este caminho. Tais remessas, porém, eram excepcionais. Além disso, dependiam das chegadas de metais preciosos americanos a Cádis-Sevilha. Ora as frotas da América só vinham uma vez por ano e às vezes chegavam atrasadas, «balões de oxigénio separados por intervalos demasiado longos» (H. Lapeyre). Mas o rei tinha de enfrentar exigências quotidianas que obrigavam ao recurso aos *asientos*. Os consórcios de banqueiros que entravam nestas transacções garantiam ao soberano entregas regulares, de feira em feira e até de mês em mês, no final do reinado. Em troca, recebiam promessas de reembolso com o *stock* metálico a chegar da América ou endossos de impostos em Castela e a permissão de exportar dinheiro para fora de Espanha. Quando as galeras levavam numerário e lingotes americanos de Barcelona para Génova, nem sempre o faziam por conta do rei, mas, muitas vezes — talvez ainda mais vezes — por conta de particulares, sendo as quantias assim recuperadas frequentemente investidas pelos banqueiros em novos *asientos*. Génova, de qualquer modo, aproveitou-se durante meio século (1580-1630) da sua excepcional situação. Recebendo galeras cheias de metais preciosos e dominando as feiras de Placência, ficou «no exacto ponto de cruzamento do dinheiro contado e dos créditos» (F. Braudel). Mas, quando a prata da América se rarefez, no século XVII, a finança genovesa, naturalmente, apagou-se.

★

Também a monarquia francesa do século XVI obteve empréstimos a curto prazo das feiras. Recorria então à praça de Lyon e aos homens de negócios italianos, alemães e suíços que nela estavam instalados. Foram já provisoriamente contadas 209 sociedades de mercadores-banqueiros na França do século XVI, 169 das quais em Lyon e, entre elas, 143 italianas — especialmente toscanas — e 15 alemãs ou suíças. Para acorrer às despesas provocadas pelos incessantes conflitos que tinha com os Habsburgos, Francisco I tomou, pois, empréstimos de modo regular, de três em três meses, a 14-16% ao ano, na praça de Lyon, que era então muito mais importante que Paris no aspecto bancário. Quando ele morreu, em 1547, a dívida flutuante ia já em 6 860 000 libras, o equivalente, segundo R. Doucet, às receitas totais do Tesouro durante um ano. Henrique II começou por fazer grandes reembolsos. Mas depois teve também de pedir emprêstimos, principalmente aos dois banqueiros de Estrasburgo Minkel e Obrecht. Tentando sanear a situação, o governo, em 1555, organizou o *grand party* de Lyon, um novo empréstimo, sim, mas que unificava todos os créditos anteriores, distribuía o conjunto dos reembolsos por quarenta e uma feiras (dez anos) e dava de garantia aos prestamistas as receitas gerais de Lyon, Toulouse e Montpellier. O mal foi ter-se ido além dos compromissos e levantado mais que o previsto. A dívida flutuante do rei não tardou a alcançar o número nunca visto de 12 200 000 libras. Daí

a bancarrota de 1558, um ano depois da da monarquia espanhola — o famoso «buraco» dos meados do século. Henrique II reduziu em três quartos os seus pagamentos e, na melhor hipótese, entregou aos credores rendas da cidade de Lyon.

As bancarrotas parciais dos reis de França e de Espanha, a demasiado frequente «estreiteza» do mercado de dinheiro numa civilização que vivia além dos seus recursos e o hábito de, ao mínimo alerta, se levantar os depósitos dos bancos explicam o grande número de falências na Europa Ocidental entre o fim do século XVI e o princípio do século XVII. E também os bancos eram mais numerosos que sólidos. Essas falências levaram as autoridades a criar bancos públicos, onde os particulares tinham a certeza de que as quantias que depositavam não iam ser levadas pela enxurrada. Além disso, os depósitos feitos nesses bancos não podiam ser objecto de sequestro. Assim apareceram, em 1587, o *Banco di Rialto*, em Veneza, e a *Tavola*, em Messina, em 1593, o *Banco di Sant'Ambrogio* em Milão, em 1605 o *Banco di Santo Spirito* em Roma e, em 1609, o Banco de Amsterdão. Estes bancos ofereciam garantias aos seus depositantes: em Roma, os rendimentos do hospital Santo Spirito, em Amsterdão as receitas da cidade. Inibiam-se de «fazer frutificar o dinheiro em câmbios, compras por grosso e outras operações». Mas faziam transferências de contas, davam adiantamentos aos organismos oficiais (em Amsterdão à Companhia das Índias Orientais). O banco de Roma colocava no público títulos de empréstimos do Estado. Em Amsterdão, como em Veneza, o banco público tinha o privilégio de ser o único a pagar letras de câmbio provenientes do exterior, o que obrigava, praticamente, todos os mercadores de alguma importância que trabalhassem com estas cidades a abrir ali contas. Assim os fins do Renascimento, fortes na experiência bancária adquirida nos séculos anteriores, levaram à prática uma fórmula que estava destinada a grande futuro.

Também no âmbito das dívidas públicas se pode encontrar o processo de clarificação e consolidação que temos vindo a analisar na área da banca. O crédito público começou a organizar-se na Idade Média, designadamente em Veneza, em Génova e em Florença, mas apenas à escala urbana. Era o sistema dos *monti*, pelo qual se colocava na clientela local, contra cedência de capital, rendas vitalícias ou perpétuas. O século XVI deu a esta fórmula um novo alcance ao estendê-lo às dimensões do Estado. Foram, em 1522, as «rendas da câmara municipal» de Paris, em 1526 o primeiro *monte* instituído pelo papado e, na segunda metade do século XVI, a extraordinária proliferação dos *juros*. As bancarrotas espanholas consistiram, de facto, em transformar uma dívida a curto prazo, de grandes juros, em dívida consolidada, cujo reembolso era feito em rendas (ou *juros*) que, quando eram perpétuas, davam, em geral, 5%. Em Roma, por volta de 1600, os *luoghi di monti*, ou títulos de rendas, davam um juro anual de 6% quando eram «não caducáveis», isto é, transmissíveis a herdeiros, e de 10% quando eram «caducáveis»

e voltavam, portanto, ao Estado quando morria o possuidor. De 1526 a 1606, o papado obteve empréstimos equivalentes a 382 toneladas de prata fina pelo sistema dos *monti* *, ficando cada um destes garantido por uma parte dos rendimentos da Santa Sé. Quanto a Filipe II, tendeu, depois de 1575, a preferir o sistema dos *juros* ao dos *asientos* e a dívida consolidada á dívida flutuante. Segundo o historiador espanhol A. Castillo, as emissões de *juros* * somaram, de 1515 a 1556, 12 milhões de ducados; de 1556 a 1575, 16 milhões; e, de 1575 a 1600, 50 milhões.

Quando os banqueiros concediam aos soberanos grandes empréstimos a curto prazo — *asientos, grand party* de Lyon, etc. —, não deixavam de interessar neles uma determinada parte da população, distribuindo a retalho as obrigações reais, que assim tinham curso nas praças. O *grand party* tomou, pois, o aspecto de uma subscrição pública. Houve criados que entraram com as suas economias, mulheres que venderam jóias para emprestar ao rei. Mas parece que o sistema das rendas, quer vitalícias quer «hereditárias», que oferecia maior estabilidade e dava garantias mais sólidas (prevendo, logo na emissão, a venda de partes que qualquer modesto cidadão podia comprar), teve muito mais vasta audiência. Os artesãos romanos compravam *luoghi di monti* e as confrarias piedosas dotavam com eles, muitas vezes, raparigas pobres.

Que as maiores feiras do século XVI — as de Lyon, de Antuérpia, de Castela, «de Besançon» — tenham sido feiras de pagamentos e não feiras de mercadorias; que a bolsa * de Antuérpia se tenha orientado principalmente, a partir de 1540, para as operações financeiras, ou seja, para as várias modalidades de empréstimos a juros, eis aí outras tantas provas, juntamente com a proliferação dos títulos de rendas, da crescente intensidade do movimento do dinheiro no século XVI. Foi esta uma das características da última fase do Renascimento. Do mesmo modo se viu o desenvolvimento, primeiro em Itália mas logo depois em todo o resto do Ocidente, das apostas e lotarias. Em Antuérpia, em Florença e em Roma apostava-se furiosamente, em especial nos nascimentos. Em Roma apostava-se também nas promoções cardinalícias e, com mais forte razão, nas eleições pontificais. Sisto V teria querido proibir as apostas na cidade; várias vezes teve de recuar, receando, segundo dizem os cronistas, «empobrecer a praça, pois o numerário passaria a escoar-se para fora dela». Gregório XIV, em 1591, mandou porém aos príncipes católicos, sob pena de excomunhão, que proibissem as apostas nos seus Estados. Parece que foi em vão; mas os banqueiros florentinos de Roma já tinham proposto ao papa um estranho negócio: se a bula não fosse publicada, dariam 50 000 escudos para a construção de uma igreja num bairro mal frequentado da cidade. Quanto às lotarias vindas de Itália para França através da Flandres, e das quais Francisco I começara por querer afastar os seus súbditos, «tanto nobres como burgueses, mercadores ou outros, inclinados e desejosos de jogos e loucos movimentos», passaram a ser prática corrente durante o século XVI. Es-

1572, um mercador de Lyon organizou um sorteio em que os 72 prémios eram constituídos por rendas do município parisiense.

★

O movimento financeiro, que foi aumentando na sociedade ocidental do século XIV até ao século XVII, não deve fazer-nos esquecer a relação existente enrre a letra de câmbio e o comércio. «O câmbio — escrevia Boyron em 1582 no *Traité de la marchandise et du parfait commerçant* — é uma gentil invenção e como que um elemento, ou tempero, de todo o tráfico: sem o qual (tal como a humana fábrica não pode subsistir sem os elementos) o tráfico não pode existir». Ora foi o comércio, e não a banca, que, na época do Renascimento, suscitou as mais modernas sociedades — aquelas que não eram dominadas por uma só família e que, por conseguinte, deixam já prever as sociedades anónimas. Pensamos nos *Merchant adventurers*, companhia londrina fundada no princípio do século XV e que monopolizou o comércio inglês com os Países Baixos e outros países ribeirinhos do Mar do Norte. Essa *regulated company* tinha já personalidade jurídica e a sua vida era independente da dos seus membros. Conservava, porém, o aspecto artesanal e as características de uma confraria. Mais moderna parece a *Grande Sociedade* de Ravensburgo, criada no fim do século XIV, que ultrapassou tanto o nível artesanal como o estádio familiar. Desde o início reuniu três famílias residentes em três cidades diferentes, Ravensburgo, Constança e Büchorn. Sabe-se de certeza que, no fim do século XV, em 590 000 florins 430 000 pertenciam aos quatro sócios principais. Mas, de 1380 a 1530 — note-se, de passagem, a longevidade da companhia —, teve mais de 300 associados de 120 famílias diferentes. Cerca de 1500, tinha escritórios ou sucursais em Berna, Genebra, Lyon, Avinhão, Marselha, Milão, Génova, Barcelona, Valência, Saragoça, Antuérpia, Colónia, Nuremberga, Viena, Budapest, etc. Trazia para a Alemanha o algodão do Oriente, as sedas italianas, os panos ingleses e flamengos, o açúcar da região valenciana, o açafrão de Espanha e de França. Exportava o cobre e a prata da Europa Central, as telas de cânhamo e os fustões fabricados na Suábia. Notáveis foram também as associações genovesas do século XV, que se dedicaram à exploração de um monopólio: o transporte de sal pelos Apeninos, do alúmen oriental, do coral da Tunísia, do mercúrio de Castela, da cortiça de Portugal, dos frutos e do açúcar do reino de Granada. Nessas sociedades, o capital era, vulgarmente, repartido por 24 partes, ou «carats», indefinidamente divisíveis e susceptíveis de cessão a todo o momento sem formalidades. A Companhia do coral dos mares de Bône, fundada em Marselha em 1533 e que durou até ao fim do século, era parecida com as sociedades genovesas: os participantes tinham também uma parte dos 25 «carats» que constituíam o capital. Mas a associação estava incompleta, pois não possuía capital fixo. Os fundos

necessários eram reunidos operação a operação. Era esta também a regra na *Moscovy Company*, criada em 1555, na *Levant Company*, fundada em 1581 e mesmo, até 1657, na *East India Company*, nascida no último dia de 1600. Em compensação, realizou-se um progresso decisivo com a sociedade neerlandesa *Oost Indische Kompagnie* (1602) a despeito das numerosas características arcaicas que ainda tinha. O seu capital, logo de entrada, elevou-se à considerável soma de 6 300 000 florins (ou seja, 69,3 toneladas de prata fina). Foi subscrito em três fases (1603-1605) depois da afixação de cartazes. Os privilégios concedidos pelos governos a estas novas companhias davam uma espécie de garantia — acompanhada, é certo, de uma espécie de supervisão — a estes grandes organismos capitalistas em formação.

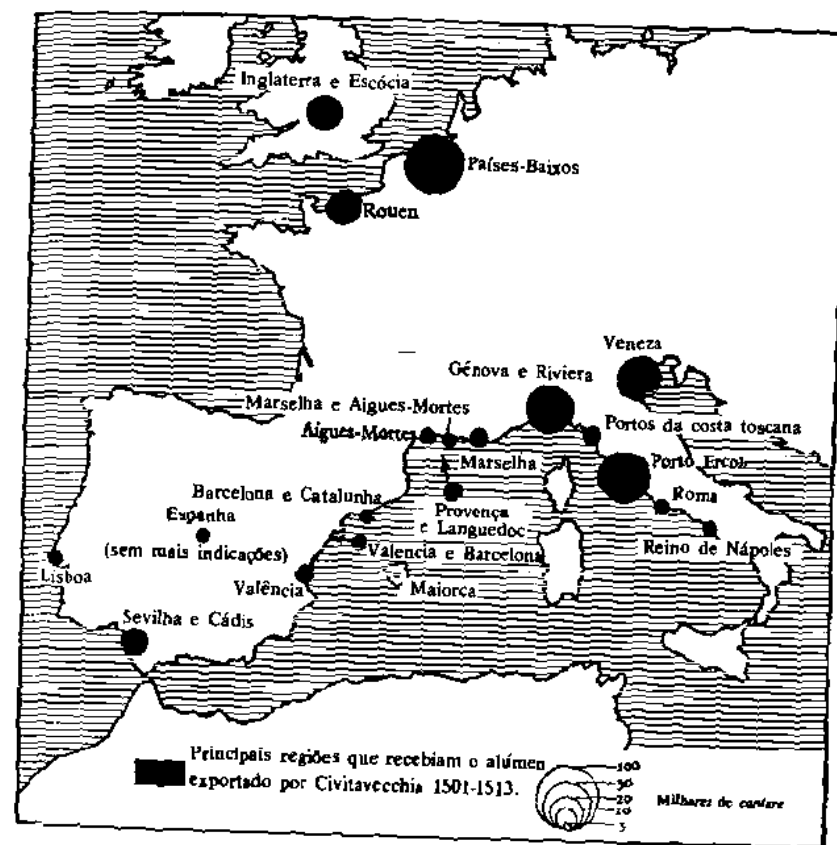
★

Podemos perguntar, com L. Dermigny, em que medida as novas companhias coloniais eram verdadeiramente criadoras de riqueza. Eram, antes, «órgãos de dupla cobrança», visto que cobravam uma espécie de imposto tanto aos produtores como aos consumidores da Ásia e da Europa. Se facilitaram a acumulação de capital na Europa, foi por uma «transferência de riqueza da Ásia para a Europa». Interrogar-se sobre a «modernidade» das primeiras companhias coloniais e sobre o carácter, muitas vezes excessivo, dos lucros que realizavam (em média mais de 20 % em dividendos distribuídos anualmente aos accionistas da Companhia neerlandesa das Índias Orientais entre 1633 e 1712) é colocar, num plano mais geral, a questão do capitalismo * do século XVII e, com maioria de razão, da época do Renascimento. No início da colonização portuguesa do Oceano Índico, certas viagens deram mais de 100 % de lucro. Num dos mais esplendorosos períodos da sua história, entre 1511 e 1527, a firma dos Fugger realizou lucros anuais médios da ordem dos 54 %. P. Jeannin faz, justamente, notar que esses enormes lucros, nos quais se vê por vezes a mais espectacular prova do ímpeto do capitalismo no século XVI, atestam, pelo contrário, «o fraco desenvolvimento das estruturas capitalistas na vida económica em geral». As consideráveis diferenças entre preços de venda e preços de custo explicam-se apenas «pela imperfeição das comunicações e pelo carácter descontínuo, irregular, embrionário, do mercado». Além disso, o capitalismo, pelo menos na sua forma industrial dos séculos XIX e XX, baseou-se na produção de cada vez maior número de objectos. Ora os grandes mercadores-banqueiros do Renascimento tiveram tendência para afastar-se da indústria para apostar cada vez mais nos negócios financeiros (empréstimo a juros, especulação com letras de câmbio, etc.). Daí a «esterilização pela finança de capitais que poderiam ter sido activos (J. Bouvier). É necessário acrescentar que a economia europeia do Renascimento continuava essencialmente rural e que, mesmo nas cidades, o artesanato continuava a ser preponderante. Haverá então que se negar toda e qualquer presença do capitalismo na Europa dos séculos XIV a XVI? Ou ainda, com Marx e Sowbart, só o reconhecer, e timidamente, no século XVI? Certamente que a noção de um capitalismo eterno, que pudéssemos encontrar em todas as épocas, não resiste à análise. Mesmo, porém, que se adopte a definição estreita do capitalismo dada por Marx — um sistema baseado na separação entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção e no qual a força de trabalho é uma mercadoria como as outras —, há que concluir que ele existiu antes do século XVI e se desenvolveu no último período do Renascimento. A Flandres e a Toscana conheceram, desde o século XIV, no domínio dos têxteis, uma dissociação entre trabalho e capital. O tipo do «mercador-fabricante» que fornece um adiantamento em dinheiro ao artesão, e muitas vezes também a própria matéria-prima, adquirindo até a propriedade do tear, espalhou-se nos séculos XV e XVI nas regiões do Ocidente onde se fabricava telas: Suábia, Países Baixos, Oeste da França.

A construção naval, especialmente em Veneza, fornece exemplos semelhantes a estes. Quando os barcos eram construídos para particulares o sistema mais corrente, entre 1425 e 1570, era a construção pelo mercador adquirente. Este tratava da compra da madeira e do fornecimento de matérias-primas aos artesãos, alugava o estaleiro, contratava e fiscalizava os operários e fazia a contabilidade. Empresa tipicamente capitalista foi, no fim do século XV, a de Jakob Fugger, na época em que a sua firma baseava essencialmente a sua riqueza na produção de cobre e prata. Dominando as minas do Tirol e da Hungria, Jakob, «o rico», utilizava os mais modernos métodos do seu tempo para o tratamento do minério e fundou três instalações de refinação: em Hohenkirchen, na Turíngia — isto é, a meio caminho entre Leipzig, Nuremberga e Frankfurt, importantes mercados de metais; em Fuggerau, na Caríntia, no eixo Hungria-Veneza; e em Moscovee, na estrada que ligava as suas minas húngaras de Neusohl a Cracóvia. Em 1523 adquiriu também a exploração das minas de mercúrio de Almadén, em Espanha, pois o mercúrio era necessário ao tratamento do minério argentífero pelo processo do amálgama. Claro que no século XVI foram raras as empresas industriais. Mas o número total de operários normalmente empregados no arsenal de Veneza cerca de 1560 pode, segundo F. C. Lane, estimar-se em perto de 2000. Quando havia alerta militar podia ir além de 3000. Não é suficientemente sabido que as minas de alúmen de Tolfa, perto de Roma, reuniram, por volta de 1550, quase 800 operários para a extracção do minério e para a monótona e contínua produção de pães de alúmen. A direcção do negócio estava garantida por uma grande companhia mercantil — inicialmente, a dos Médicis — que firmava contratos de doze anos com a câmara apostólica. A própria produção agrícola teve de sofrer um crescente domínio do capital. Os mercadores de Toulouse do século XV estudados por Ph. Wolff concediam aos camponeses

adiantamentos pagáveis em casca de pastel. O movimento das *enclosures*, no qual participaram homens de negócios, ao provocar a expropriação das classes rurais inglesas foi, para os beneficiários da operação, uma fonte de «acumulação primitiva» de capital. A Europa Oriental, onde a servidão se agravou e a produção cerealífera aumentou, viu desenvolver-se, na época do Renascimento, um capitalismo agrário. Quanto à colonização, deu origem a um capitalismo açucareiro e esclavagista. Cerca de 1635, uma das maiores explorações açucareiras do Brasil, a do *Colégio de Santo Antão*, empregava perto de oitenta Negros e uns quinze indivíduos que desempenhavam funções técnicas.

Mas haverá que manter a definição estreita do capitalismo dada por Marx? Verificamos, em vez disso, que a partir do século XIII começou a emergir, apesar da desconfiança dos teólogos e do povo, um sistema económico novo e complexo que só no século XIX viria a alcançar o seu pleno desenvolvimento. Nesta última data, as suas características dominantes eram as seguintes: triunfo das grandes potências da finança, mobilidade da riqueza, extensão do crédito, dimensões mundiais do comércio, abandono das regras e interdições em matéria económica e, portanto, liberdade de concorrência, propriedade privada dos meios de produção, avanço da técnica e, portanto, da grande indústria e, finalmente, separação do capital e do trabalho com predominância do primeiro sobre o segundo. Durante o período que estudamos, as características constitutivas do capitalismo não estavam igualmente desenvolvidas mas o processo que viria a terminar pelo seu triunfo estava já em andamento. De modo que não houve solução de continuidade entre a época do capitalismo financeiro e comercial e a época do capitalismo industrial; uma preparou a outra e a ligação entre elas foi constituída pelo *espírito* capitalista — esse mesmo espírito que, muito antes do século XVI, apurou os instrumentos comerciais, bancários, financeiros e contabilísticos de que ainda hoje nos servimos.

Muitos historiadores — Weber, Troeltsch, Tawney, Robertson, Fa[...] fani, etc. — procuraram, com razão, iluminar o conteúdo do capitalismo examinando-o não só do ponto de vista económico mas também do pont[...] de vista sociológico. Ora esses historiadores descobriram que os grand[...] mercadores italianos do *Trecento* e do *Quattrocento* tinham uma ment[...] lidade que, se as palavras têm realmente sentido, se tem de consider[...] como capitalista. Essa mentalidade, radicalmente oposta ao estado [...] espírito franciscano, considera o lucro — um lucro em termos de [...] nheiro — como um fim em si, o aumento da riqueza como o objecti[...] do curso terrestre do homem e a pobreza como uma *tara*: «Não f[...] quentes os pobres», lê-se num folheto florentino intitulado *Conselhos so[...] o comércio*, «pois nada tens a esperar deles». E Dante, já no início [...] século, fustiga a «gente cúpida, invejosa, orgulhosa», amante do flori[...] «essa flor que tresmalhou as ovelhas e os cordeiros». Um pouco m[...] tarde, um mercador florentino ensina a um jovem orientado para [...]

57. O COMERCIO DO ALUMEN DA TOLFA NO TEMPO DE AGOSTINO CHIGI.
(*Segundo J. Delumeau*, L'Alun de Rome.)

O *cantare* tinha um pouco menos de 50 kg. O alúmen do entreposto de Porto Ercole era reexportado para a Europa do Norte e para a Península Ibérica.

negócios: «O teu auxílio, a tua defesa, a tua honra, o teu proveito: é o dinheiro» — um dinheiro que não há-de dormir nos cofres. Outro florentino, com efeito, aconselha: «Se tiverdes dinheiro, não fiqueis inactivos; não o deixeis estar estéril dentro de casa porque é melhor agir, mesmo que se não obtenha lucro, do que ficar passivo e também sem ganho». Não é isto já o activismo que mais tarde encontraremos nos puritanos? Homem de iniciativa mas também de cabeça fria, o «mercador» italiano acredita, desde o *Trecento*, na experiência, na organização, no método e nessa mistura de cálculo e raciocínio implicada, na época,

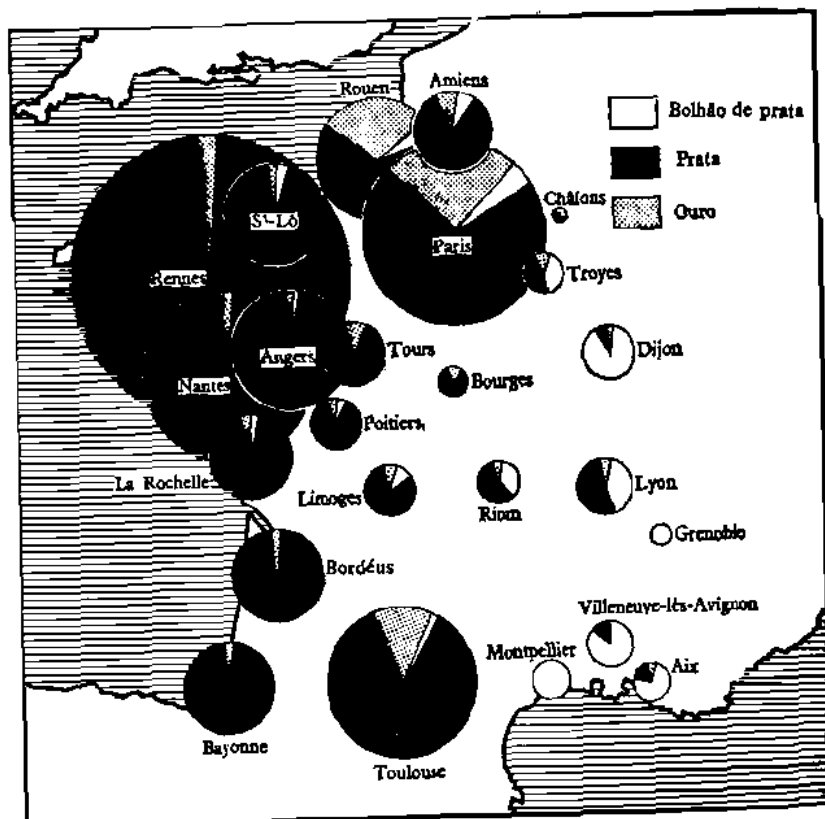
pela palavra *ragione*. «Que grande erro — afirma o autor dos *Conselhos* — fazer comércio empiricamente! O comércio é uma questão de cálculo (*si vuole fare per ragione*)». Esta mentalidade provocou a «revolução comercial» que pôs a Europa à frente do mundo e forçou a criação de novas técnicas de negócios.

O espírito capitalista aparece com particular nitidez nos esboços de cartéis que aqui e além se formaram já no século XV. Em 1448, num momento em que os preços do alúmen do Oriente estavam no Ocidente muito baixos, o genovês Francesco Draperio formou uma sociedade que dominou a produção de todas as minas de alúmen da Ásia Menor e da Grécia e que monopolizou a sua exportação para Génova, Bruges e a Inglaterra. Como era preciso evitar a baixa dos preços devida à sobreprodução, ficou resolvido que nenhum dos membros da sociedade poderia extrair ou vender alúmen por sua conta. Era o conselho de administração, com sede em Chio, que tudo decidia. Os alúmenes das várias procedências eram reunidos em Chio e dali encaminhados aos seus destinos finais. Só o conselho de Chio podia alugar navios. Três conselhos de administração, dependentes deste, asseguravam em Génova, em Bruges e em Inglaterra a recepção e venda dos carregamentos. A formação desta organização teve, efectivamente, como resultado, a subida das cotações do alúmen e a alta continuava quando Constantinopla foi tomada em 1453. O domínio turco fez depois subir excessivamente o minério, de tal modo que se passou a procurá-lo no Ocidente. Foi encontrado, principalmente, nos montes da Tolfa. Os Médicis entre 1463 e 1476 e Agostino Chigi * entre 1501 e 1513 tentaram repetir com o alúmen da Tolfa a operação que os Genoveses tinham momentaneamente realizado com êxito com o alúmen da Ásia Menor e da Grécia. Bulas pontifieais ordenaram aos príncipes que comprassem apenas o minério do Estado eclesiástico. Esse monopólio falhou, pois o alúmen turco continuava a entrar de contrabando e, além do mais, foram também descobertas outras minas de alúmen em Mazarron, perto de Cartagena. Mas a tentativa nem por isso é menos interessante. Os Fugger tiveram mais sorte com o cobre, cuja produção praticamente açambarcaram no Tirol, na Caríntia e na Hungria entre 1495 e 1548. Nesta data, Anton Fugger cedeu a Mathäus Manlich a concessão das minas húngaras e os dois parceiros entenderam-se acerca da partilha dos mercados. O acordo citava os direitos que cada um deles reconhecia ao outro em França, em Espanha, em Portugal, etc. No caso dos Países Baixos, fieava combinado que se mantinha o preço actual e que o contratante que o baixasse teria de pagar ao outro uma multa.

★

A «modernidade» do Renascimento, que surge na atitude dos homens de negócios de Génova, dos Médicis e dos Fugger, foi inseparável de uma

certa promoção do quantitativo, na qual, segundo J. U. Nef, é necessário insistir bastante. A quantidade passa então a ser — mas aos poucos — uma dimensão nova da civilização ocidental. Mesmo que os números dos séculos XIV, XV e XVI pareçam modestos quando comparados com aqueles a que estamos habituados, nem por isso deixaram de ser novidades carregadas de futuro. Deitemos neste momento para a discussão alguns valores quase a granel. R. Ehrenberg calculou que os Pazzi dispunham, no princípio do século XIV, de um capital equivalente a 147 kg de ouro fino; o capital de Cosme, o Antigo, em meados do século XV, era, ao que parece, de 1750 kg; e o capital social dos Fugger, em 1546, era de 13 000 kg. De 1494 a 1526, a produção de prata nas fábricas dos Fugger, a partir do minério húngaro, elevou-se a 316 832 marcos (ou seja, mais de 77 toneladas de prata fina). A sua produção de cobre húngaro no mesmo período foi de 818 580 quintais. Até 1540, expediram anualmente mais de 10 000 quintais de cobre de Dantzig para Antuérpia. No seu inventário de 1546, o activo atingia 7 100 000 florins, valendo o total das mercadorias em armazém 1 250 000 florins (1 milhão de cobre e 250 000 de fustões). Dois anos depois, a firma Fugger comprometeu-se a fornecer ao feitor do rei de Portugal em Antuérpia 7500 quintais de braceletes de latão e mais de 4000 caldeiros e outros utensílios deste metal, destinados a Lisboa e daí a África para o «tráfico da Guiné». Daí o número relativamente importante dos trabalhadores empregados, principalmente na Europa Central, na indústria mineira. Segundo Carlos V, teria havido em 1525 centenas de milhares de pessoas a trabalhar nas minas da Alemanha. Número impossível de comprovar, e provavelmente exagerado, mas que reflecte uma realidade já quantitativamente importante. Na verdade, a exploração mineira do distrito de Schwaz, no Tirol, parece ter requerido o concurso de 20 000 operários e técnicos. Os exploradores das minas formavam cooperativas que compravam em comum os cereais na Baviera e nos arquiducados austríacos. Em 1526 já se abatia em Schwaz em cada semana uma centena de bois importados da alta e baixa Áustria e da Hungria. Claro que, isoladamente, cada uma destas explorações mineiras era pequena. Mas em Tolfa, como já vimos, a mão-de-obra estava concentrada. A empresa pontifical, provavelmente única na época pelo seu género e pelas suas dimensões, produziu entre 1464 e 1614 umas 186 000 toneladas de alúmen exportável.

Outros números não deixam também de ser impressionantes. Em 1585, um pequeno grupo de homens de negócios tomou o encargo de abastecer de sal ibérico todo o reino de França. Este *grand party* do sal previa o fretamento de 30 000 tonéis de navios. Livorno, que no fim do século XVI e no início do século XVII era o maior porto italiano, acolheu em 1573-1574 357 barcos, dos quais 45 eram navios grandes (*navi*) e, em 1609-1610, 2454, dos quais 149 eram *navi*. Noutro domínio, a reconstrução de S. Pedro de Roma a uma escala grandiosa, entre 1506 e 1626, mobilizou, avaliando por baixo, 44 toneladas de prata

58. *CUNHAGEM DE MOEDA EM FRANÇA EM 1581-1590.* (*Segundo F. Spooner*, L'Économie mondiale et les frappes monétaires en France.)

A riqueza vem do Sul e do Oeste. A prata chega de Espanha.

fina. A inflação das despesas e receitas dos estados dá, talvez, a melho[r] prova do irresistível impulso do quantitativo na civilização do Renas[ci]cimento. O acréscimo nominal dos recursos pontificais entre 1510 [e] 1605 está calculado em cerca de 440 %; foi, portanto, superior ao aumen[to] dos preços no mesmo período, 300 %. As receitas do Estado florenti[no] no mesmo período aumentaram cerca de 365 %. Em 1560, os recurs[os] anuais ordinários de Castela eram da ordem de 1 600 000 ducados [e] as despesas ordinárias de 3 200 000 ducados. Em 1598, estes númer[os] tinham passado, respectivamente, para 4 800 000 ducados e 7 500 000 du[ca]dos. A guerra, estimulada pelos progressos da artilharia, pesava ago[ra] cada vez mais nas finanças dos estados e foi, por excelência, o cav[alo]

de Tróia graças ao qual o quantitativo se introduziu no interior dos muros da civilização ocidental. «Do século XI até ao fim do século XV, não possuímos nenhum testemunho seguro da existência de um exército europeu com mais de dez ou, quando muito, doze mil combatentes. Cinco ou seis mil soldados constituíam uma bela tropa a dispor em linha, mesmo ainda no século XV. O exército inglês que ganhou a batalha de Azincourt tinha só sete mil homens e, ao contrário da impressão geral, o exército francês vencido era um pouco inferior em número» (J. U. Nef). Em terra, no princípio da Guerra dos Trinta Anos, as forças alinhadas tinham quase triplicado em relação ao que eram cento e cinquenta anos antes. No mar, o século XVI chegou a reunir frotas e efeetivos impressionantes. A *Invencível Armada* tinha, a princípio, 130 navios que somavam 57 868 toneladas com 2431 canhões e 29 305 marinheiros e soldados. Do outro lado, os Ingleses alinharam 197 barcos e 16 000 homens. A frota cristã que combateu em Lepanto era ainda maior que a *Invencível Armada*: 207 galeras, 30 barcos, 6 galeotas com 1740 canhões, 43 500 remadores, 12 920 marinheiros e 28 000 soldados (ou seja, um total de 84 420 homens).

O século XVI caracteriza-se, pois, pela maior dimensão das empresas, económicas ou militares. Do mesmo modo a época dos Fugger, de Cortez e de Pizarro viu o entretecer de uma economia mundial evidentemente impensável antes da descoberta da América.

★

Transformações diversas e essenciais modificaram, portanto, o comércio internacional no início dos tempos modernos. A liga das cidades hanseáticas, que no século XIV era a principal organização económica europeia, entrou em gradual declínio. Na época em que se consolidavam as estruturas do absolutismo, faltava-lhe o apoio de um estado forte. Teve também contra si o enfraquecimento da Ordem Teutónica, a tomada de Novgorod por Ivan III em 1478, a decadência de Bruges — Novgorod e Bruges tinham sido, durante muito tempo, os dois pilares da fortuna da Hansa —, o desenvolvimento das pescarias da Terra Nova em detrimento das da Noruega, a intrusão dos Fugger no mercado da Europa Central, lançando o cobre húngaro contra o cobre sueco que os hanseatas tinham por hábito transportar, a chegada dos Ingleses à Moscóvia (1555) e, principalmente, a concorrência holandesa. Claro que a Hansa ainda era, em 1600, uma potência económica com certa superfície. Os soberanos de Espanha, em luta contra as Províncias Unidas, tentaram ajudá-la. Em 1590, 300 barcos alemães visitaram os portos ibéricos, especialmente o Porto, Lisboa, Setúbal, Cádis e Sevilha. Traziam madeira, salitre, armas, cobre para artilharia e amoedagem, linho e cânhamo para velas e cordames dos navios. Levavam para o Mar do Norte e para o Báltico o sal de Setúbal, o azeite e os frutos mediterrânicos, os artigos exóticos

— especiarias, madeiras de cor, açúcar de S. Tomé ou do Brasil. Apro-
veitando a fome que grassou em Itália em 1591, 25 navios hanseáticos
carregados de trigo, dos quais 21 de Lübeck, passaram o Sund nesse
ano em direcção de Génova, Livorno, Civitavecchia, etc. Os barcos de
Dantzig foram vistos no Adriático e mesmo em Creta. Mas a prospe-
ridade da Hansa, apesar desta renovação, era coisa do passado. Entre
os navios hanseáticos que frequentavam portos da Península Ibérica havia,
na realidade, muitos que eram holandeses e que escondiam a sua verda-
deira nacionalidade para poder fazer negócios com o inimigo. Os Holan-
deses e os Zelandeses tinham começado a desenvolver a sua frota muito
antes da secessão de 1581. Mas, depois desta data, o progresso de tal
frota acelerou-se. Calcula-se que, no fim do século XVI, a Hansa tinha
um milhar de navios com uma capacidade de carga de 45 000 *last* (90 000
toneladas), ao passo que os Neerlandeses dispunham, pelo menos, de
120 000 *last*. Entre 1557 e 1585, mais de metade dos navios que vinham
de Dantzig — porto hanseata — e passaram o Sund eram neerlandeses.
Mas a gradual substituição dos barcos da Hansa pelos das Províncias
Unidas coincidiu, ao todo, com a intensificação das trocas entre os países
do Báltico e os países do Ocidente. À maior produção de cereais na
planície germano-polaca — produção largamente exportada para oeste e
para sul — responderam importações crescentes de sal e produtos mediter-
rânicos pelas regiões situadas além-Sund. Em 1497 (é esta a mais antiga
indicação de que se dispõe) foram contadas 795 passagens dos estreitos
dinamarqueses em ambos os sentidos. No período 1557-1569, a médi
anual passou para 3280 e, no decénio 1581-1590, para 6673. As expor
tações de centeio de Dantzig subiram de 10 000 *last* por ano no fi
do século XV para mais de 65 000 *last* entre 1617 e 1621. Amsterd
estava, pois, bem situada para no século XVII ser o principal merca
e a maior praça de redistribuição de cereais da Europa.

Esta animação dos mares do norte europeu, cada vez mais inten
teria sido compensada — como no movimento dos pratos de uma b
lança — por um afrouxamento das trocas no Mediterrâneo? Duran
muito tempo, afirmou-se que o Mediterrâneo entrou em declínio
século XVI. Depois da grande tese de F. Braudel, aparecida em 194
os historiadores reviram este juízo, pronunciado com demasiada pre
e tomaram consciência de o mar interior ter continuado em activid
ao longo de todo o século XVI. Ancona, que era então um gra
porto mas cuja importância por muito tempo escapou aos próp
especialistas, viu entrar, de 21 de Maio a 31 de Agosto de 1552,
barcos que traziam, entre outras mercadorias, 470 000 libras de cou
270 000 libras de lã, 111 000 libras de cinza (para as indústrias do vi
e do sabão), 128 000 libras de cera, 282 000 libras de tecidos de lã. E
últimos (*panni*) vinham de Itália ou de Inglaterra e os outros produ
vinham dos Balcãs e do Levante. É indiscutível que as trocas comerc
entre a Itália e o Próximo Oriente sofreram muito cedo as inevitá

59. O COMÉRCIO HANSEÁTICO NA EUROPA NO SÉCULO XV.
(Segundo Ph. Dollinger, La Hanse.)

consequências das explorações portuguesas. A viagem de Vasco da Gama
e a chegada das especiarias do Oriente pela via do Cabo provocaram o
pânico em Veneza. As cerca de quinze galés e naves venezianas que,
ao longo de todo o século XV, iam todos os anos à Síria e a Alexandria
carregavam ali, essencialmente, juntamente com o algodão, todos aqueles
produtos orientais, em primeiro lugar a pimenta, mas também o gengibre,
a canela, a noz moscada, as drogas e essências aromáticas de que o Oci-

dente fazia cada vez maior gasto. Os Venezianos compararam a perda das especiarias pela sua cidade «ao leite e ao alimento que faltasse a um recém-nascido». A pimenta portuguesa chegou a Antuérpia em 1501, a Inglaterra em 1504. Três anos depois, a Companhia de Ravensburgo resolveu passar a comprar pimenta apenas em Antuérpia, onde o feitor do rei de Portugal vendia já as especiarias do seu senhor. Em 1499, 1504, 1506, 1513, 1517, 1519, 1523, 1524, 1529 ou os navios venezianos não foram a Alexandria e a Beirute ou então voltaram vazios ou quase vazios. Em 1496-1498 os mercadores da Sereníssima traziam todos os anos do Levante uns 6730 *colli* de especiarias; no periodo de 1502 a 1513, e descontando os anos de valor completamente nulo neste aspecto, a média anual caiu para 600 *colli*. Em 1515, Veneza foi obrigada a pedir a Lisboa a pimenta de que necessitava para consumo local. Doze anos depois, propôs ao rei de Portugal tomar firme toda a pimenta que chegasse a Lisboa com excepção da que fosse necessária para Portugal. «O projecto não se concretizou. Mas mostra em que estado estava Veneza em 1527: traduz a subida vitoriosa do mercado de Lisboa» (F. Braudel). Houve, todavia, uma «desforra mediterrânica» em meados do século XVI e as antigas rotas das especiarias, pelo Mar Vermelho e por Alexandria ou pelo Golfo Pérsico e pela Síria, tiveram nova vida. Os Portugueses, depoi[s] dos êxitos iniciais, não conseguiram dominar verdadeiramente — ou, pelo menos, totalmente — o comércio árabe do Oceano Índico. De qualquer modo, por alturas de 1540, a pimenta mediterrânica influenciava os preços da cidade do Escalda. Nove anos depois, o rei de Portugal fechava a fe[i]toria de Antuérpia. Em 1555-1565, os Venezianos levantavam novamente em cada ano uns 11 700 quintais de pimenta em Alexandria — mais qu[e] em 1500. Só no fim do século XVI e nos princípios do século seguinte [o] Próximo Oriente se fechou ao trânsito das especiarias — quando o[s] Neerlandeses, que penetraram no Oceano Índico pela primeira vez em 1596, ficaram senhores do comércio nessa parte do mundo.

Mas, se a recessão era evidente desde 1600 no Mediterrâneo Orient[al], mais a oeste Marselha e Livorno estavam em plena ascensão e Génov[a], aproveitando a decadência de Antuérpia, funcionava como capital ba[n]cária de toda a Europa, ao mesmo tempo que a Itália era, de todos o[s] paises do continente, aquele que possuía mais cidades com mais d[e] 100 000 habitantes. Na realidade, um longo movimento multissecular co[n]tinuava a deslocar de leste para oeste o centro de gravidade da econom[ia] mediterrânica. O escorregar dos interesses genoveses do Mar Negro para [a] Península Ibérica entre os séculos XIV e XVI é, a este respeito, reve[la]dor. No princípio do século XIV a restauração do Império Bizanti[no] permitiu aos Genoveses instalar-se solidamente em Constantinopla e ave[n]turar-se a criar nas margens do Mar Negro uma espécie de impé[rio] colonial em que Trebizonda, Caffa da Crimeia e Tana, ao fundo [do] Mar de Azov, faziam de capitais. Os pesados navios de Génova traz[iam] dos países ribeirinhos do Mar Negro cereais, sal, madeiras, peixe salga[do,]

peles... e escravos. Além disso, a rota mongol que vinha da China com especiarias e sedas terminava em Tana. Com este itinerário setentrional, os Genoveses rodeavam por norte o «dispendioso intermediário muçulmano» a que Venezianos, Ragusanos, Catalães e Franceses costumavam dirigir-se no Egipto e na Síria. Os homens de negócios de Génova dominavam, ainda, desde 1264, o comércio do alúmen oriental. Ora todos estes tráficos iam escapando gradualmente aos mercadores da cidade de S. Jorge. O Império Mongol afundou-se a partir de meados do século XIV. Em 1396, os cruzados cristãos foram vencidos pelos Otomanos em Nicópolis. Tamerlão saqueou Tana na mesma altura e a Foceia em 1403. As partidas de navios para o Mar Negro, interrompidas por algum tempo, recomeçaram, não já para ir buscar especiarias mas produtos da região: cera, frutos, peixe, sal e cereais em grão; e às vezes seda. A queda de Constantinopla significou para o Ocidente o fim do tráfico dos produtos da Turquia e não o das especiarias, que prosseguiu, como já vimos, por Alexandria, Beirute e Trípoli da Síria. A perda das minas de alúmen do Oriente foi para os Genoveses um golpe muito rude, mas eles estavam já a preparar soluções para as substituir. Investiram a ocidente, estabelecendo relações económicas com a Inglaterra, desenvolvendo a produção de vinhos napolitanos, passas de Málaga, seda da Calábria, do reino de Granada e dos arredores de Valência, açúcar também de Granada e do Algarve, do Sul de Marrocos, da Madeira e, a breve trecho, de Cuba e do continente americano. Na era dos «descobridores», adiantaram a castelhanos e andaluzes os capitais necessários ao armamento das primeiras frotas da América e precipitaram-se a participar no tráfico de Negros. Entre 1531 e 1578 foram concessionários das minas de alúmen da Tolfa, que estavam então em plena prosperidade. Génova, enfim, politicamente ligada à Espanha desde 1528, encontrou nos empréstimos aos soberanos espanhóis uma fonte de lucros enormes. Veneza não conseguiu, como Génova, fazer deslocar o seu comércio para ocidente, embora o tentasse. Em 1402, lançou o comboio de Aigues-Mortes, que tocava na Sicília e em Nápoles; e, em 1436, lançou o da Barbária. No século XV, Veneza enviava todos os anos muitos navios à Flandres e ao «Poente». Mas a cidade da laguna, apesar da prosperidade de Murano e dos progressos verificados no fim do Renascimento na sua indústria de lanifícios, ligara demasiado a sua sorte às especiarias que transitavam pelo Levante e era severamente atingida pela redução desse tráfico.

O século XV assistiu, pois, à promoção do Tirreno — e este mar continuou a prosperar no século XVI. Essa promoção era, porém, apenas uma fase do processo, mais vasto, de gigantesca transferência para oeste. Depois das grandes viagens de descoberta, as riquezas de outros continentes afluíram, principalmente, ao extremo ocidental da Europa: a Sevilha, a Lisboa, a Antuérpia, e depois a Bristol e a Amsterdão. Estabelecia-se uma economia mundial para maior benefício das regiões da Europa banhadas pelo Atlântico e pelo Mar do Norte. Cerca de 1500,

a Europa importava à volta de 17 000 quintais de pimenta por ano; em 1560, importava 27 000. Dez anos depois, só pela rota do Cabo transitavam por ano uns 30 000 quintais de especiarias. A *Casa de la contratación* * despachava frotas em número cada vez maior para as viagens entre a Europa e a América. Segundo P. Chaunu, o movimento global — idas e voltas — de navios entre Sevilha e a América espanhola subiu de 15 680 tonéis nos anos 1506-1510 para 273 560 tonéis em 1606-1610. Tomemos um exemplo: em 1587 a *armada* da Terra Firme e a frota da Nova Espanha trouxeram a Cádis-Sevilha 7 800 000 pesos, que representavam 327,6 toneladas de prata fina, 99 000 peles, 25 000 libras de anil, 900 000 libras de açúcar, 22 000 libras de gengibre, 5000 libras de salsaparrilha, 4800 libras de *cassia fistula,* 13 000 quintais de madeiras exóticas, 5600 arrobas de cochonilha e 64 arrobas de algodão.

A América estava, portanto, ligada à Europa por laços estreitos. Ao mesmo tempo, entrava em contacto com a Ásia, sempre graças à iniciativa dos Europeus. Em 1564, os Espanhóis instalaram-se nas Filipinas, em frente de Macau, onde os Portugueses estavam já desde 1557. Pouco depois, havia tráfego regular entre as Filipinas e a Nova Espanha — todos os anos iam e vinham dois galeões. Uma parte da prata americana encaminhou-se para o Pacífico. Segundo os cálculos de P. Chaunu, a taxa sobre metais preciosos exportados do México para Manila passou de 1030 pesos, em 1591-1595 (média anual) para 8411 em 1611-1615. Ao mesmo tempo, aumentava o número de navios asiáticos — excluindo a navegação costeira — que entravam no porto de Manila; em 1577 não atingiam 15, em 1599 eram já mais de 29, em 1612 eram 53. A maioria desses navios vinha da China. Pela primeira vez se fechava o círculo da economia mundial: a rota portuguesa do Extremo Oriente, pelo Cabo, encontrava-se em Manila com a rota que levava de Cádis às Filipinas passando pelo México e por Acapulco. Em todos esses itinerários era preponderante a moeda espanhola. O holandês Linschoten, que viajou no Oceano Índico de 1583 a 1589, descrevia assim o tráfico dos portugueses de Goa: «tiram grande lucro do câmbio das moedas, de tal modo que, quando os navios de Portugal chegam, compram os grandes reais (os «reales» espanhóis), dando doze por cento de lucro até ao mês de Abril, altura em que os mercadores que vão à China os procuram tanto que quem os tiver obtém bem uns vinte e cinco por cento de acréscimo».

Linschoten é um dos que aconselharam os Neerlandeses a implantar-se num mundo extremo-oriental que os Portugueses dominavam imperfeitamente. O século XVII viu os cidadãos das Províncias Unidas substituir os Portugueses e instalar-se no Cabo, nas costas do Decão, em Ceilão, em Malaca, nas ilhas das especiarias, comerciando intensamente com a China e com o Japão. Ao mesmo tempo, os Ingleses punham o pé na Índia e começavam a povoar a imensa parte da América que não interessava aos Ibéricos. O fiel da balança histórica começou então a pender para o Norte da Europa em detrimento dos povos meridionais. Mas os sinais

que prenunciavam esta redistribuição de forças económicas já tinham aparecido nos mares europeus nos anos 70. Depois da revolta dos Países Baixos, quando Neerlandeses e Ingleses começaram a captura na Mancha e no Pas-de-Calais os barcos espanhóis ou pertencentes a súbditos do rei católico, as marinhas meridionais — de Veneza, de Génova, da Catalunha e da Biscaia — rarefizeram-se e desertaram não só da rota marítima da Flandres como até do próprio Mediterrâneo. Por alturas de 1600, os grandes navios de carga que sulcavam o mar interior eram quase todos holandeses, ingleses, alemães e, por vezes, franceses ou escandinavos. No fim do Renascimento, o Mediterrâneo pertencia já, se não politicamente pelo menos economicamente, às nações laboriosas e produtivas do Norte europeu.

CAPÍTULO VIII

AS CIDADES E O CAMPO

Lentos ou rápidos, menores ou decisivos, os progressos realizados pelo Ocidente entre o século XIV e o século XVII na indústria e nos transportes, no comércio e na banca pareceram-nos merecedores de atento estudo. Graças a eles pudemos identificar os elementos motores de uma civilização. Haverá, face a eles, de se classificar pura e simplesmente como inércia o que se passou entretanto no imenso sector rural, cuja população representava então, mesmo na parte ocidental do continente, 85 %, pelo menos, da população total? As coisas não são assim tão simples.

O oceano do mundo rural era, nessa época, frequentemente agitado, ora numa região ora noutra, por bruscas e violentas tempestades. Esses três séculos, bem como o século XVII, estão cheios de loucas revoltas e de labaredas de cólera dirigidas desordenadamente contra os agentes fiscais dos príncipes, contra os feudais, as abadias e outros dizimadores, por vezes contra as cidades e até contra os imigrantes estrangeiros. Movimentos revolucionários dos campos flamengos no início do século XIV, «jacques» da Île-de-France em 1359, bandos rurais de Wat Tyler, que se apoderaram de Londres em 1381 perguntando «quando Adão cavava e Eva fiava, quem eram os fidalgos?», *remensas* de Aragão sublevados no século XV contra os impostos reais, camponeses checos, transilvanianos, austríacos, eslovenos, cujas revoltas polvilham os anos 1419-1515 — o hussismo dera aí a faísca inicial —, guerra social alemã de 1524-1525, que viu as tropas camponesas, conduzidas por Münzer, irromper pelas cidades e defrontar os exércitos dos poderosos senhores, cretenses em rebelião contra os feudais venezianos em 1556-1570, agitação hostil simultaneamente aos nobres e aos Otomanos a estalar na Dobrudja, na Macedónia e na Croácia na segunda metade do século XVI: todas estas explosões de violência, e muitas outras que nos fariam alongar demasiado a exposição, rapidamente perderam força e redundaram em derrotas. Não aliviaram

as penas dos homens. Não conduziram a nenhum melhoramento social nem a nenhum progresso técnico.

De maior amplidão, como uma respiração funda, aparece, num país como a França, por baixo das agitações superficiais, o ritmo da mortalidade e da natalidade, das deserções de aldeias e do repovoamento. A França entra sobrepovoada no século XIV. Vêm os anos pluviosos e as más colheitas e a terra não consegue já alimentar todas as bocas. Dentro em pouco as guerras e a peste ferirão uma população já enfraquecida e dá-se a hecatombe: desaparece um terço dos seres humanos. As zonas marginais são evacuadas, os locais de maior risco são abandonados. Trágico século XIV! Felizes, porém, os que sobreviveram! Os beneficiários de inesperadas heranças reagrupam as terras e reúnem as parcelas. Exigem aos senhores, cujas propriedades estão sem mão-de-obra, arrendamentos vantajosos para si. O solo, menos solicitado, alimenta melhor uma população menos pletórica. Se, por um lado, os preços dos cereais estagnam ou descem por ter diminuído o número dos consumidores, por outro lado consome-se mais carne — nas cidades, as corporações de talhantes ganham importância — e presta-se maior atenção aos cultivos industriais. Imigrantes instalam-se nas zonas devastadas pela peste e pela guerra. A massa camponesa francesa retoma assim força e vigor e, a partir dos anos 80, é já capaz de expandir-se. Esboça-se um novo desenvolvimento, provocado pela «simples acumulação de factores endógenos: os materiais combustíveis estão empilhados há muito e a menor faísca (onda de boas colheitas, injecção suplementar de metal precioso na circulação monetária, influência dos novos circuitos comerciais ou dos pólos de crescimento urbano ou, muito simplesmente, um período de paz e segurança) bastará, em tais condições, para fazer surgir as chamas e propagá-las a toda a parte» (E. Le Roy Ladurie). A população arranca novamente e assalta os baldios e terras de pousio que tinham sido restabelecidos. O trigo ganha outra vez à lã e à carne. Mas, como a natalidade é novamente maior, vai ser preciso, a breve trecho, voltar a fragmentar o solo e multiplicar as subenfiteuses. Numa economia rural em que a «rigidez obstinada da produção» se opõe incessantemente à «elasticidade dinâmica» da população, o crescimento do «belo século XVI» não pode deixar de travar-se a si próprio. Guerras religiosas, aumento dos impostos, subida da renda fundiária em todos os seus aspectos e, principalmente, subalimentação crescente de um mundo rural novamente excedentário no aspecto demográfico conduzem depois de 1600 ao abrandamento da expansão populacional e à degradação das condições de vida nos campos, agravados ainda, a partir do último terço do século XVI, pela «vontade explícita, racionalizante, simplificadora dos donos do solo» (E. Le Roy Ladurie). História imóvel, cíclica no verdadeiro sentido da palavra, de um campesinato que não consegue sair do círculo em que o encerra a inexorável estagnação técnica.

★

Apesar disto, a história da terra na Europa entre os séculos XIV e XVII nem sempre, e nem em toda a parte, foi imóvel. Deram-se nessa época modificações duradouras, quando não irreversíveis, que foram, por vezes, recuos e outras vezes foram avanços: deserções de aldeias na Alemanha e na Alsácia; incremento do cultivo de plantas industriais (linho nos Países Baixos, cânhamo no oeste armórico, açafrão, garança e pastel nas regiões vizinhas do Mediterrâneo); movimento das *enclosures* em Inglaterra; desenvolvimento da pecuária em detrimento dos cereais nos Alpes do Sul, em Espanha e na campina romana. Insistamos brevemente na nova importância do carneiro na época do Renascimento. Os panos de lã ingleses, que a partir do século XV substituem os da Flandres, provocam na ilha a redistribuição de actividades. Os campos despovoam-se ao mesmo tempo que se desenvolve a criação de ovinos nas regiões do Sul e do Oeste, próximas dos grandes centros de tecelagem de Londres, Winchester, Salisbury, Coventry e Bristol. Em contrapartida, o Leste, cerealífero, entra em declínio. Nos Alpes do Sul, as comunidades de aldeia de Ubaye e do alto Var criam o costume de pôr em leilão e alugar, ano a ano, as suas «montanhas» aos burgueses de Barceloneta, que os cedem, por sua vez, aos «nourriguiers», verdadeiros empresários da criação de gado *. Deste modo, o século XV vê estabelecer-se na Provença a prática da transumância, apesar dos protestos dos agricultores. Um recenseamento de 1471 conta 24 000 carneiros nas oito localidades do bailio de Saint-Paul-de-Vence e mais de 26 000 nas catorze da vigararia de Grasse: ou seja, na maioria dos casos, uma média de 100 animais por família. Quanto à Espanha, julgou-se durante muito tempo que o desenvolvimento da criação de gado e da *Mesta* — a associação de proprietários de rebanhos que confiavam os animais a pastores comuns — tinha sido uma consequência do despovoamento provocado pela Peste Negra de 1348. O gado teria substituído, nos campos, os homens desaparecidos. A historiografia recente pôs de lado tal hipótese. Genoveses da Andaluzia, perante o escassear da lã inglesa, que cada vez era mais utilizada no país de origem, teriam introduzido em Espanha, a partir dos anos de 1300, a raça africana dos *merinos*, de lã branca e fina. De um ou de outro modo, Castela tinha-se transformado, no fim do século XV, numa espécie de Austrália europeia; e a lã era «a coluna vertebral da economia castelhana». Cerca de 1467, os efectivos ovinos do reino eram já de 2 700 000 cabeças. A *Mesta* reunia então uns 3000 criadores, cujos rebanhos transitavam regularmente de norte a sul e de sul a norte por três itinerários principais, as *canadas*, de comprimentos que iam de 270 a 830 km. Os «juízes encarregados da *Mesta*» aproveitavam todas as oportunidades para fazer recuar à custa dos agricultores os marcos que delimitavam a largura dos caminhos percorridos pelos imensos rebanhos. A campina romana e o *Tavoliere* — que é a zona compreendida, no reino

de Nápoles, entre os Apeninos e o Adriático — transformaram-se, igualmente, a partir do século XIV, em pastagem de carneiros. O número de animais que todos os anos desciam, na estação invernosa, ao *Tavoliere* passou de 1 500 000 cerca de 1460 para 5 500 000 no princípio do século XVII. Foi depois de 1300 que na campina romana surgiu o hábito de receber no Inverno os rebanhos provenientes das regiões montanhosas. Embora durante a Idade Média tivessem nascido 57 aldeias no distrito rural de Roma, o período seguinte ficou assinalado por um rápido despovoamento, pois os grandes proprietários achavam que a criação de gado dava maior lucro que a agricultura e tudo faziam para expulsar os camponeses. Sabe-se que o governo promulgou legislação protectora de camponeses e colheitas; mas ele próprio lhe anulou os efeitos ao pedir à «alfândega do gado» receitas crescentes de ano para ano. G. Tomassetti estimou a população rural à volta de Roma em 500 000 almas em 1300 e 110 000 em 1537, e depois desta data o refluxo acentuou-se.

Abandonos aqui, progressos além. É certo que a construção de canais na Lombardia, entre 1350 e 1500, provocou um indiscutível desenvolvimento da agricultura nessa região. Quanto a Veneza, fez ao longo de todo o período do Renascimento um esforço considerável para aumentar e melhorar o seu território rural, beneficiando toda a zona pantanosa situada entre Brenta e Piave. De 1440 a 1460 duplicou-se o caudal dos dois rios; depois, entre 1500 e 1530, criou-se uma rede perpendicular às linhas de declive natural. Houve, claro, fracassos localizados, atestados por Montaigne, que visitou aquela região em 1580. Mas, mesmo assim, tinha-se diminuído a gravidade das inundações da baixa padana, tinha-se facilitado a navegação entre Veneza e o seu rico interior e tinha-se possibilitado a implantação — ao que parece a partir de 1475 — da cultura do arroz graças às sementes provenientes da região de Valência. Leão X, primeiro, e Sisto V no fim do século XVI tentaram, sem resultado, beneficiar os pântanos pontinos, onde a malária ia em progresso; os grão-duques da Toscana falharam igualmente ao tentar drenar o Val di Chiana. Em contrapartida, o labor tenaz dos Neerlandeses conseguiu fazer recuar as águas tanto à beira-mar como no interior do território. Já antes do século XIV os habitantes tinham conseguido proteger com um dique a região situada entre a foz do Escalda e a foz do Mosa. Mas, cerca de 1300, repetidas tempestades abriram o Zuyderzee e, durante a noite de 18 para 19 de Novembro de 1421 («a noite de Santa Isabel»), toda a região vizinha de Dordrecht — 10 000 pessoas e 65 aldeias — ficou submersa. A utilização de moinhos — novidade na época — para bombear as águas permitiu a rápida reconquista da zona inundada. Entre 1430 e 1460 esta zona foi rodeada de diques e os *polders* foram-se formando a partir de 1435. O método aperfeiçoado durante o século XV era o seguinte: levantava-se diques mais altos que o nível do mar e dos rios a toda a volta da região a secar; no interior desta região era traçada uma quadrícula de drenagem; fazia-se passar sobre os diques os canais de evacuação; e, finalmente, por meio dos moinhos, fazia-se subir a água a estes canais. No fim do século XV foram construídos os diques da ilha de Walcheren com 4 km de comprimento; e, depois de 1550, os da Frísia. Os Holandeses iam, ao mesmo tempo, secando lagos interiores: Dergmeer, Kerkmeer, Kromwater, Weidgreb, Rietgreb. Os engenheiros dos Países Baixos tinham reputação europeia desde o início do século XVI. Entre 1528 e 1562 estiveram encarregados de secar a foz do Vístula, e Henrique IV confiou em 1599 a um brabantino o cargo de «mestre dos diques e canais» de França.

A leste do Elba, a reacção senhorial, da qual dentro em pouco falaremos, teve pelo menos a vantagem — atendendo às crescentes necessidades do Ocidente em matéria de cereais — de dar origem ao progresso da cultura de grãos comestíveis. Em 1534 havia quem escrevesse à regente dos Países Baixos: «Todos os grandes senhores e donos da Polónia e da Prússia arranjaram, de há vinte e cinco anos para cá, maneira de enviar por certos rios todo o seu trigo a Dantzig e aí o mandar vender aos residentes. Por este motivo, o reino da Polónia e os grandes senhores são agora muito ricos e vão em progresso». Além da Polónia, a Rússia de Ivan IV e dos seus sucessores, que se estendia para sul e para leste, chamou à vida novas terras. Os agricultores instalaram-se entre o Desna e o Don atrás de uma linha de cidades recém-fundadas: Briansk (1560), Orel (1564), Voronej (1586). A Igreja, a nobreza e até grandes mercadores como os Stroganov obtiveram imensos domínios nas bacias do Kama e do Volga médio, onde atraíram os camponeses. Também aqui a colonização se fez com apoio de novas cidades: Ufa (1586), Samara (1586), Saratov (1590).

À cultura extensiva da grande planície europeia a leste do Elba contrapunha-se, já no tempo do Renascimento, a cultura intensiva dos campos flamengos. Na realidade, nesta parte bem pouco favorecida do continente houve progressos agrícolas decisivos. A agricultura flamenga serviu de modelo a toda a Europa. A transformação das formas de cultivo foi aqui o resultado de um longo esforço, realizado «sem espavento e no meio da barbárie geral». Num verdadeiro trabalho de jardinagem, revolveu-se à enxada o barro que se colava aos pés e às ferramentas, escoou-se-lhe a água com bombas, valas e canais. Aos solos ligeiros e arenosos, pelo contrário, juntou-se «a vasa das valas, a lama dos canais, os resíduos industriais e domésticos, as ramas dos lagares, os despejos (o adubo flamengo) recolhidos até nas cidades. Estas técnicas são aparentadas com as da agricultura chinesa e a sua aplicação só é possível à força de trabalho manual; foi com uma grande vaga de trabalho manual que se realizou a espantosa transformação da terra flamenga» (D. Faucher). Deste modo, já no fim do século XVI os campos tinham substituído, na Flandres, os bosques, os pântanos e o mato. B. H. Slicher Van Bath calculou que, em trigo, centeio e cevada, o rendimento da Flandres atingia, na segunda metade do século XVI, 7,3 para 1, ao passo que, na mesma

altura, não ia além de 5 para 1 no resto da Europa. O país produzia ainda trigo sarraceno, plantas oleaginosas, linho para a sua indústria têxtil, favas, ervilhas, feijão e lentilhas. Tendo alternado desde o século XIV a cultura de forraginosas — trevo e nabos — com a cultura dos cereais, o camponês flamengo sustentava animais mais numerosos e mais bem alimentados que os de qualquer outro país europeu; daí uma terra mais bem estrumada e colheitas mais abundantes. Ali, ao contrário do que se via no resto do continente, a terra nunca estava de pousio, graças à harmoniosa combinação da criação de gado com o cultivo e rotação das plantas. A Flandres era um jardim por todos admirado. Já no século XV enviava cebola e couves para Inglaterra; e foi com os Flamengos que os Ingleses aprenderam, nessa mesma época, a cultivar o lúpulo. Cerca de 1570, protestantes perseguidos pelo duque de Alba introduziram o trevo — «erva da Borgonha» — no Palatinado. Depois de 1550, o trevo é também visto na França meridional. Um agrónomo inglês, Barnaby Googe, que em 1577 publicou *Foure bookes of husbandry*, recomendou que no seu país fossem adoptados os métodos agrícolas dos Países Baixos. Mas nesse tempo ninguém lhe deu ouvidos. Para seguir o exemplo flamengo, a Inglaterra teria de esperar pelo século XVIII.

★

A Itália também praticou a horticultura e não foi por acaso que os primeiros jardins botânicos da Europa foram criados na península: em Ferrara em 1528, em Pisa em 1544, em Pádua em 1546 e em Bolonha em 1548. Os hortelãos italianos realizaram pacientemente a lenta transformação de certas espécies e a aclimatação de outras. A cenoura, menos lenhosa depois de tal trabalho, passou a ser apreciada na época do Renascimento. A beterraba nasceu de uma acelga melhorada. A alcachofra, introduzida pelos Árabes, foi cultivada na Itália do Sul. No fim do século XV e no século XVI era o legume mais estimado pela aristocracia europeia. O melão foi levado de Itália para França por Carlos VIII. Muitas, e por vezes modestas, beneficiações da agricultura permitiram, pois, algum progresso na alimentação — pelo menos na dos ricos. A partir da época de Carlos V começou-se a comer alface em França. Os morangos, antigamente apanhados nos bosques, passaram a ser cultivados em jardins e apareceram na mesa de Carlos V em 1368 e na do duque da Borgonha em 1375. O mesmo se deu com as framboesas e a groselha.

Novas plantas foram introduzidas no Ocidente: a couve-flor, assinalada no século XVI nas nossas regiões mas já conhecida dos Árabes no século XII; o cravo e a canela, trazidos por Vasco da Gama; o trigo sarraceno, que se propagou de leste para oeste, atingindo a Normandia cerca de 1460 e a Bretanha cerca de 1500; a amoreira branca, originária da China, que foi introduzida na Toscana em 1434, assinalada na Provença e no Languedoc no fim do século XV, e que prosperou em Espanha à volta de Murcia e de Granada. Ao longo de todo o Renascimento os príncipes tiveram uma política sericícola: primeiro os Sforza no Milanês, depois os grão-duques da Toscana, os papas, Emanuel-Filiberto de Sabóia e logo a seguir Henrique IV.

A contribuição botânica da América para a Europa é actualmente muito discutida. Os campos do Ocidente viram no século XVI multiplicar-se nos locais húmidos os choupos, e não se exclui que tais plantações tenham sido possíveis graças à importação de uma variedade americana melhor que as que até então havia na Europa. Não é seguro que o feijão branco tenha vindo da América. Há até dúvidas acerca do milho, que no entanto bem parece ser de importação americana e se expandiu na segunda metade do século XVI em Espanha, Itália e no Sudoeste da França. Por outro lado, a batata e o tomate — e não há certeza de este ter vindo do outro lado do Atlântico — só se impuseram na Europa do Renascimento. No fim de contas, as transferências botânicas no sentido América-Europa foram menos importantes que aquelas que se operaram no sentido inverso, pois os Europeus introduziram no Novo Mundo o trigo, a vinha, o limoeiro, a laranjeira, a amoreira, a oliveira, a cana-de-açúcar, o cacau, o anil e, mais tarde, o café. E a mesma observação se faz no que à pecuária respeita. A galinha-pintada, ou galinha-da-Índia, foi introduzida em França no século XVI por mercadores que vinham não da América mas da Guiné. Os perus foram vulgares no Ocidente a partir do Renascimento, mas pode-se perguntar se são originários do Oriente ou do Novo Mundo. Mas os colonizadores levaram para a América os animais domésticos da Europa: o cavalo, o carneiro, o boi, o porco, o burro, a mula, etc.

★

Todas as modificações que temos vindo a descrever e alguns aperfeiçoamentos da utensilagem agrícola — maior uso da enxada metálica, adaptação às charruas da alça da artilharia — não podem fazer-nos esquecer que o mundo rural, desdenhado pelas camadas superiores da sociedade, ficou ainda por muito tempo técnica e mentalmente conservador. Bernard Palissy lamentava-se por ver os engenheiros a melhorar incessantemente as armas, desinteressando-se dos instrumentos agrícolas, que eram sempre de «uma moda costumada». Quanto a Olivier de Serres, cujo *Théâtre d'agriculture ou le Mesnage des champs*, publicado em 1600, teve oito edições em vida do autor, recomendava, acima de tudo, a estabilidade: «Não mudes de aiveca — dizia ele ao camponês —, dado o perigo de perda trazido por qualquer transformação». Em quase toda a Europa, com excepção das pradarias artificiais, se conservou o tradicional afolhamento bienal ou trienal com pousio; o primeiro mais espalhado — mas não em exclusivo — nas regiões meridionais e o segundo no Norte. Como regra geral, apesar da extensão da criação de carneiros

(em Inglaterra, em Itália, nos Alpes e em Espanha), a cultura de cereais manteve a sua posição preponderante. A proporção prados/terras da região parisiense parece ter sido, no início do século XVI, sensivelmente a mesma que no século IX. Além disso, em nenhuma parte da Europa se usou antes do século XVIII o cultivo por sulcos, que permite utilizar menos semente. Excluindo os Países Baixos e a Inglaterra, o rendimento cerealífero médio por hectare foi constante de 1500 até 1800, raramente ultrapassando 5 para 1. A agricultura europeia ficou, pois, apertada naquele aro de bronze de que tanto falaram os historiadores da terra: falta de ervas, falta de gado, falta de adubo, colheitas insuficientes. A comparação dos rendimentos de outrora com os de hoje ajuda-nos a melhor compreender as insuficiências das agriculturas de tipo antigo. No Languedoc, estima E. Le Roy Ladurie, as colheitas de antes de 1725 davam 8 quintais de grão por hectare. Hoje, os rendimentos são de 10 quintais por hectare nos países de cultura extensiva (URSS, Canadá) e de 20 em França e 40 na Holanda e na Dinamarca. Antigamente semeava-se 2 quintais por hectare; nos nossos dias, os agrónomos da escola de agricultura de Montpellier semeiam 1,3. Entre 1500 e 1800, o camponês da Europa Ocidental lavrava 0,3 a 0,4 hectares por dia. Agora, com um tractor de cavalos, que é um modelo bastante vulgar, lavra um hectare por hora. Segundo os cálculos de B. H. Slicher Van Bath, uma vaca dava antigamente 800 kg de leite em cada lactação e 100 kg de carne limpa; um boi dava 150 a 200 kg de carne. Hoje em dia, as vacas normandas fornecem pelo menos 3000 kg de leite na primeira lactação, ultrapassam os 4000 a partir da terceira e dão perto de 300 kg de carne; os machos da mesma raça dão 400 kg.

Muitos factores explicam sem sombra de dúvida a estagnação da economia agrícola. No Sul, a mediocridade de meios técnicos estava ligada ao individualismo dos camponeses. «Libertos em quase toda a parte da servidão, os rendeiros consideravam-se proprietários hereditários. A exploração das terras de cereal não lhes impunha — salvo algumas excepções, já lhes não era imposto — o respeito das regras colectivas tradicionais, carregadas de obrigações, como impunha, pelo contrário, em vastas partes do Norte da Europa. Cada um cultivava a seu modo uma exígua terra formada por parcelas. Desde que se tivesse algum trigo nas terras melhores, um canto de vinha bem exposta ao sol, umas oliveiras ou umas árvores de fruto, ficava-se satisfeito» (D. Faucher). Ao contrário, nos países de campo aberto, não só os contratos eram — exceptuando a Flandres — de curta duração, de modo que os rendeiros não tinham interesse em aperfeiçoar a técnica de cultivo, mas também o sistema era demasiado apertado. Os camponeses que praticassem o mesmo cultivo tinham de semear com os mesmos cereais em cada ano e tinham de deixar as terras de pousio ao mesmo tempo. Finalmente, a pastagem solta impedia-os de cercar as terras, e contra isto tentou reagir o rei de Inglaterra. Mas, ainda mais grave que estas obrigações comunitárias,

surge-nos o limite imposto pelo atraso técnico, que só os Flamengos souberam vencer. Suprimir o pousio e criar pradarias artificiais era, na Europa, a principal solução para o problema da fome.

★

Mundo rural atrasado, mundo quase alheio à civilização da escrita. As sondagens feitas por E. Le Roy Ladurie no Languedoc no fim do século XVI fazem surgir com evidência o abismo que, a este respeito, separava as cidades e os campos. Eis o registo de um notário de Montpellier nos anos 1574-1576: 72 % dos trabalhadores que vêm ter com Mestre Navarre para pedir um empréstimo ou fechar um contrato de arrendamento não sabem assinar. Mas, dos artesãos, clientes do mesmo notário, 63 % sabem assinar bem, 11 % assinam com as iniciais e 27 % são analfabetos. Vejamos ainda os contratos feitos com os cónegos dos capítulos de Béziers e de Narbonne entre 1575 e 1593: mostram 90,1 % de iletrados entre os operários agrícolas. No sector dos outros trabalhadores (rendeiros, meeiros, pequenos proprietários, concessionários), o analfabetismo é menos generalizado. No entanto, ainda é elevado, pois ⅔ são iletrados. Mas, de 100 artesãos de Narbonne, 34 assinam bem, 33 usam as iniciais e só 33 são analfabetos. As cidades aparecem, assim, como ilhas de luz num oceano de trevas. Mas houve Renascimento — digamos antes progresso do Ocidente — por ter havido a ascensão das cidades. Foi no interior das muralhas urbanas que amadureceu a cultura, que se expandiram as obras de arte, que o homem aprendeu a ultrapassar-se. Por isso o citadino dos séculos XV e XVI despreza o vilão, que sabe ser menos instruído e menos privilegiado que ele. Sente-se, em certa medida, protegido pelas muralhas; tem hospitais, serviços de abastecimento nos períodos de carência; tem orgulho nos seus monumentos e no relógio do campanário. Tem direito a espectáculos recusados à gente do campo: chegadas de príncipes, carnavais, espectáculos teatrais dados por confrarias, por grupos ambulantes e, dentro de algum tempo, por companhias fixas.

Mas as cidades, por mais orgulhosos que sejam os seus monumentos e por mais poderosas que sejam as suas muralhas, são, em todos os tempos, entidades vulneráveis. Quanto mais civilizadas são, mais dependentes ficam; quanto maior a sua beleza, mais invejadas se sentem. Roma teve disso uma experiência trágica em 1527. Os contemporâneos falaram de 40 000 mortos e de 13 600 casas incendiadas ou pilhadas: números claramente exagerados mas que deixam entrever um enorme desastre. Meio século depois, Roma estava novamente ameaçada, desta vez por um perigo diferente: o banditismo *. Durante perto de vinte anos, entre 1578 e 1595, os *fuorusciti*, vindos em grupos compactos dos campos próximos, devastaram os arredores da cidade, cortando quase todas as semanas a via

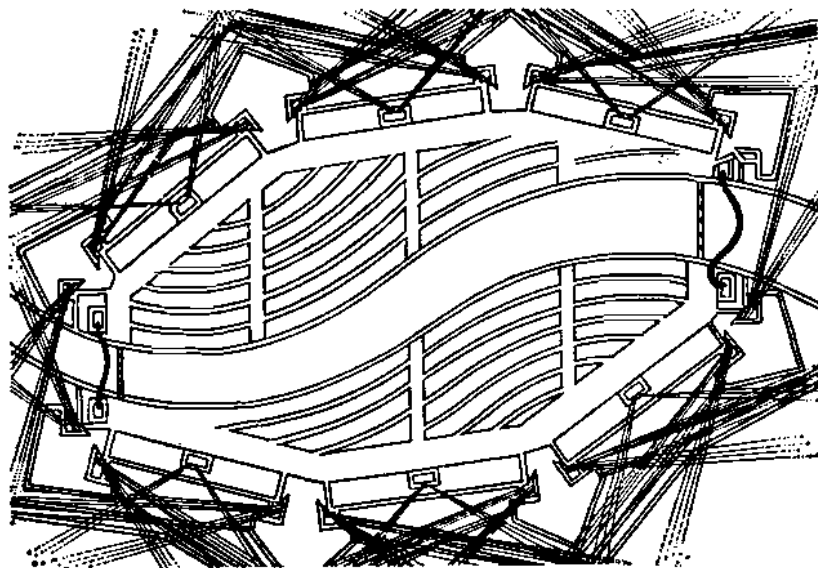
Appia, frágil ligação entre Nápoles e a cidade dos papas pela qual teimavam em passar os correios da posta e os carregamentos de seda bruta e de tecidos. Muitas vezes foi necessário fechar as portas de Roma durante a noite, como em tempo de guerra, proteger com tropas os correios e as mercadorias e, por fim, foi necessário pôr em pé de guerra um verdadeiro exército para lutar contra os bandidos.

Mas as epidemias de peste são para as cidades do Renascimento mais temíveis ainda que os homens de armas. Aparecem com maior frequência e fazem mais vítimas. A partir do século XV, a peste foi, na Europa, um fenómeno essencialmente urbano. Portanto, feitas as contas, foi menos perigosa que no século anterior, dado que a população era, principalmente, rural. Mas os citadinos continuaram a sofrer os assaltos de uma doença cujos agentes transmissores, ao que parece, ignoravam. «Peste é um vapor venenoso do ar, inimigo do coração», lê-se num livro de razão do século XVI. O homem só podia defender-se deste inimigo isolando casas, bairros e cidades inteiras.. Entre 1407 e 1479, Londres foi atingida por onze epidemias de peste mas só cinco delas tiveram carácter nacional. A peste, nas ruas estreitas e sujas das cidades desse tempo, propagava-se como o fogo. Os contemporâneos deram, sobre as vítimas da doença, números comparáveis àqueles que foi já possível obter em relação a Florença ou Albi no tempo da Peste Negra: 600 mortos por dia em Constantinopla (1466), 230 000 falecimentos em Milão no tempo de Ludovico, o Mouro, 50 000 em Veneza entre 1575 e 1577, 40 000 em Messina entre 1575 e 1578, 60 000 em Roma (1581). Estes números, naturalmente, serão exagerados, «mas indicam, sem erro possível, que um quarto ou um terço de uma cidade podia desaparecer bruscamente numa época em que os conhecimentos de higiene e de medicina não davam defesas contra o contágio. E concordam com todas as narrações já lidas, com as descrições de ruas juncadas de mortos, da carroça que passava diariamente cheia de cadáveres empilhados uns sobre os outros, em tão grande número que já se não podia dar-lhes sepultura» (F. Braudel). Quando, por meio de documentos conservados nos arquivos, se consegue estabelecer avaliações precisas, fica-se impressionado com a gravidade das epidemias. Na pequena cidade de Ülzen, perto de Hanôver, a peste levou no ano de 1566 279 dos 1180 habitantes (23,50 %) e, em 1597, 510 de 1540 (33 %).

As cidades são frágeis mas tenazes. Nos nossos dias, a ressurreição de Varsóvia prova-o bem. Devastadas pelo inimigo ou despovoadas pela peste, as cidades do Renascimento eram, salvo algumas excepções, como Florença e Barcelona, muito mais populosas em 1600 que em 1300. O crescimento urbano foi importante principalmente no século XVI, na época da recuperação demográfica que se seguiu à quebra dos anos 1320-1450. Em 1500, só cinco cidades da Europa tinham 100 000 habitantes ou mais; em 1600 havia já onze ou doze cidades dessas. No princípio do século XVI, classificavam-se do seguinte modo: Constantinopla (250 000), Paris (talvez 200 000), Nápoles (150 000), Veneza (cerca de 105 000), Milão (100 000?). No dealbar do século XVII, a hierarquia das grandes cidades europeias, agora mais populosas, parece ter sido a seguinte: Constantinopla (perto de 600 000); Paris, que devia ter 300 000 almas antes das guerras da Liga e que, depois de uma quebra momentânea, parece ter atingido 415 000 habitantes em 1637; Nápoles (280 000); Londres (225 000 contra 60 000 no início do século XVI); Veneza (140 000); Lisboa (125 000); Milão (120 000); Moscovo, com mais de 100 000, pois já em 1530 os tinha; Roma, Palermo, Messina, com cerca de 100 000 cada uma. Antuérpia abrigava em 1568 104 981 habitantes, dos quais 15 000 eram estrangeiros. Mas as perturbações sofridas pelos Países Baixos reduziram a sua população. O seu lugar foi ocupado por Amsterdão, pequena cidade de 35 000 almas em meados do século XVI e já com 104 930 em 1622. Em França, Rouen e Lyon aproximaram-se, sem dúvida, dos 100 000 habitantes antes das guerras religiosas. Depois destas guerras, porém, a sua população foi menor. Marselha, em 1583, teria perto de 80 000 pessoas. Em Espanha, a maior cidade era Sevilha, com 90 000 habitantes em 1594. As grandes cidades da época do Renascimento estavam, pois, situadas a ocidente, exceptuando Constantinopla e Moscovo; e foi em Itália que a urbanização teve maior ímpeto. De facto, este país tinha também outros aglomerados, de importância mediana, como Florença e Bolonha (um pouco mais de 60 000 habitantes cada uma por alturas de 1600) e Verona (perto de 50 000). Em contrapartida, a Alemanha não tinha cidades muito grandes. No tempo do seu apogeu, Augsburgo não passou de 60 000 habitantes. A sua população baixou a partir de 1580, de modo que, por alturas de 1620, Hamburgo era a principal cidade alemã, à frente de Nuremberga e Colónia, que tinham cerca de 40 000 habitantes cada uma. Um porto com a actividade de Dantzig não tinha, em 1580, mais de 30 000 almas.

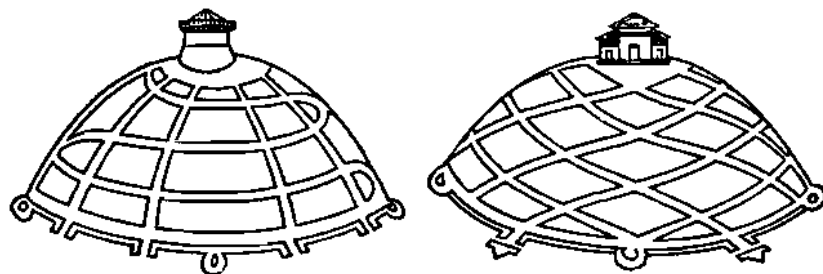
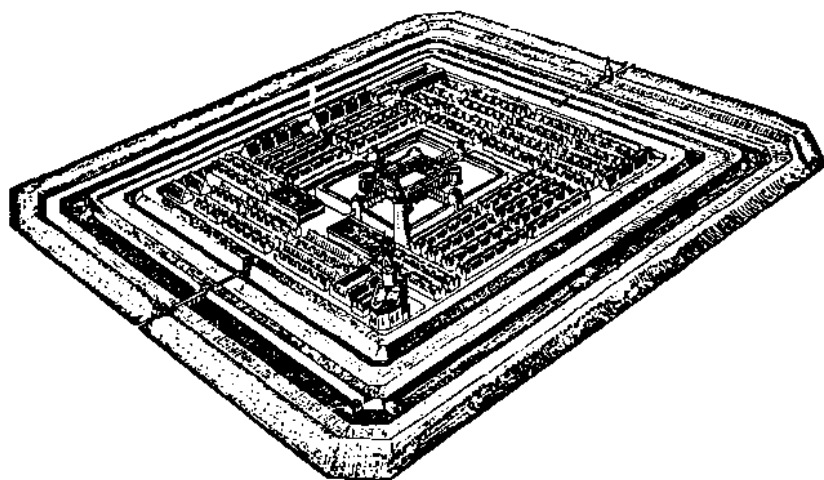
Mais importante que os valores absolutos é o ritmo do aumento. Certamente que várias cidades conheceram no século XVI uma quebra demográfica. Bolonha desceu de 70 680 habitantes em 1581 para 62 840 em 1600; Veneza desceu de 175 000 em 1575 para 140 000 em 1600. Antuérpia e Augsburgo entraram em perda de população com a aproximação do século XVII. E também em Castela onze cidades, pequenas ou médias, viram baixar a sua população entre 1530 e 1594. Mas, para onze cidades que perdem habitantes, há vinte que vêem o seu aumento no mesmo período. O balanço total destas trinta e uma cidades salda-se, ao todo, por um ganho de 172 440 habitantes. Sevilha aumentou 100 %, passando, de 1530 a 1594, de 45 000 para 90 000 almas. O crescimento demográfico de Londres, de Lisboa e de Roma foi espectacular e ultrapassou largamente os 100 % num século. Também a urbanização da Holanda foi muito notável. Calculou-se que, de 1514 a 1622, a população das cidades desta província aumentou 185 %; e a população rural 110 %.

★

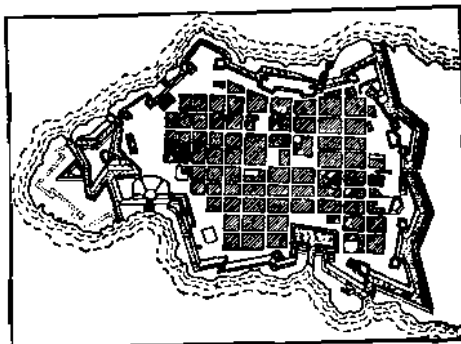
Crescimento das cidades mas, mais ainda, promoção da cidade. A cidade, na época do Renascimento, é um ser de razão. Não só é vivida como também é pensada. Mas neste domínio, como em muitos outros, não se observa um corte radical entre o período medieval e o período que se lhe seguiu. Quando os arquitectos do Renascimento começaram a reflectir sobre a cidade, não rejeitaram em conjunto as fórmulas a que os acasos, as tentativas e a diversidade dos locais tinham conduzido os seus predecessores. Alberti, com quem, no século XV, começa a ciência do urbanismo, embora desejando que as ruas mais importantes de uma cidade fossem rigorosamente rectilíneas, com casas da mesma altura, alinhadas «com régua e cordel» e ladeadas de pórticos da mesma traça, conservou ruas curvas. «Dentro da cidade convirá que também o caminho não seja todo a direito, mas à maneira dos rios, curvando suavemente ora para um lado ora para o outro em vários sítios». Alberti, portanto, não pretende impor a mesma planta a todos os aglomerados populacionais. Pelo contrário: «É preciso que o circuito de uma cidade e a distribuição das suas partes se modifiquem conforme a diversidade dos locais». No fim do século XV, Francesco di Giorgio raciocina de modo semelhante. Aceita que o traçado das ruas varie conforme o local;

60. FRANCESCO DE MARCHI: CIDADE À BEIRA DE UM RIO.
(*Segundo M. Morini,* Atlante di storia dell'urbanistica.)

no caso de uma colina, as ruas poderão subir em espiral ou obliquamente ou ainda seguir um traçado reticulado ou radial.

A Idade Média, porém, tinha, por vezes, ultrapassado o estádio do empirismo urbanístico. No século XIII, as cidades novas da Alemanha do Norte e de Leste, ligadas à conquista do solo para a agricultura ou à expansão comercial, organizaram-se em volta da praça do edifício municipal e ao longo de ruas rectilíneas que se cortavam em ângulos rectos. No outro extremo da Europa, as povoações de Espanha e da Aquitânia, que eram ao mesmo tempo fortalezas, centros administrativos, núcleos de povoamento e cidades-mercados, retomaram as tradições helenísticas e romanas: muralha com quatro portas orientadas e planta em xadrez com uma praça principal no meio, de forma quadrada ou rectangular. Mas estas povoações e as novas cidades alemãs foram excepções no urbanismo * medieval, as mais das vezes caracterizado pela diversidade, pela ausência de composição e pelo empilhamento das construções.

A vontade de geometria urbana, que só incidentalmente aparecera no século XIII, e à qual Alberti e Fancesco di Giorgio aceitavam ainda excepções, generalizou-se muito mais no século XVI. Embora Dürer e muitos arquitectos italianos se mantivessem fiéis à planta em xadrez, já não concebiam uma cidade nova ou renovada que não obedecesse à razão matemática e não fosse desenhada racionalmente. A cidade ideal, descrita por Dürer na *Arte de Fortificar as Cidades*, é o tipo acabado destas elaborações rigorosas, que pretendem dobrar a vida dos homens à estrita disciplina do urbanismo. É um quadrilátero, cujo centro, reservado ao palácio do soberano, é um quadrado. Entre o palácio e a muralha exterior, o espaço urbano fica dividido em cerca de quarenta quarteirões cujos lados maiores são paralelos à muralha. A fórmula da planta em xadrez teve, no século XVI — e depois dele ainda — um êxito atestado na actualidade por muitos exemplos, desde o de Lima (bem como o Panamá e Manila no século XVII) até ao de Zamosc,

61. FRANCESCO DI GIORGIO MARTINI: CIDADES SITUADAS EM COLINAS.
(*Segundo M. Morini,* ibid.).

62. DÜRER: A CIDADE IDEAL. *(Segundo M. Morini*, ibid.).

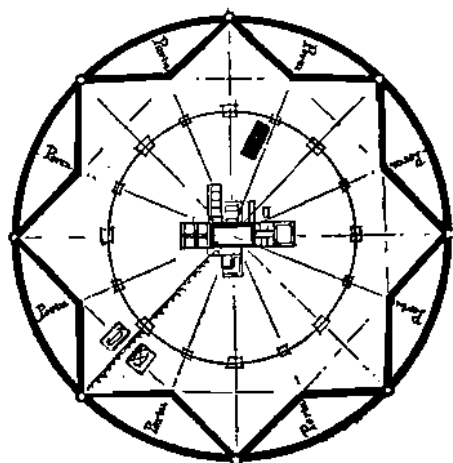
63. PLANTA DE LA VALETTA, EM MALTA.

Construída entre 1566 e 1571, La Valetta é uma das principais realizações do urbanismo militar italiano do século XVI.

na Polónia, desde La Valetta (Malta) até Nancy, passando por Livorno, Gattinara (Piemonte), Vallauris, Brouage e Vitry-le-François. É sintomática a decisão de Francisco I ao pensar que o primeiro arquitecto do Havre, Guyon Le Roy, tinha optado por uma planta má e um recorte desajeitado: pediu ao italiano Bellarmato que remodelasse a cidade nascente e este arrumou as construções em volta de duas grandes ruas que se cruzavam em ângulo recto.

A Idade Média distribuíra frequentemente as corporações por arruamentos especializados. O Renascimento, longe de pôr de lado esta fórmula, adoptou-a mas revendo-a à luz de uma nova noção: a noção de higiene. Alberti aconselha: «Haverá que situar os ofícios mais mal-cheirosos, como os dos curtidores, correeiros e outros semelhantes, nas ruas afastadas, onde pouco se vai». Mais autoritário ainda, Leonardo da

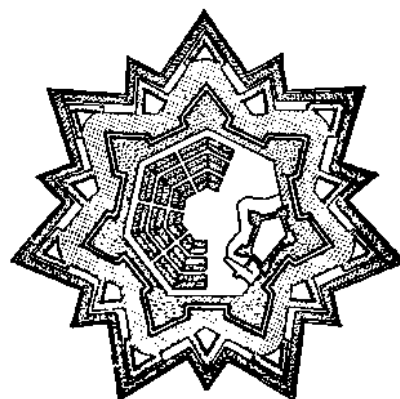
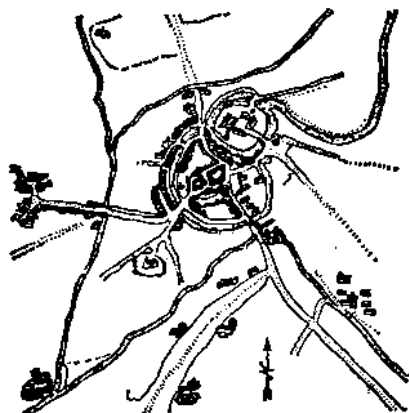
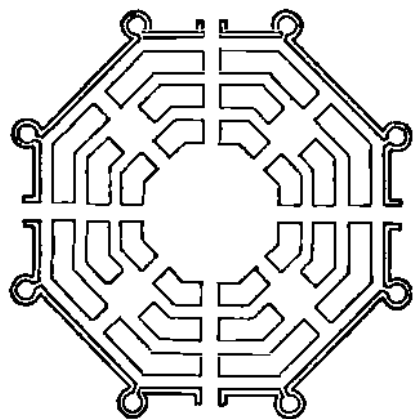
Vinci pede a Ludovico, o Mouro, que desejava embelezar e reorganizar Milão, dizimada pela peste, que redistribuísse a população, demasiado concentrada: «Dispersaria semelhante acumulação de gente, que, vivendo uns em cima dos outros como as cabras e emporcalhando todos os sítios, são fonte de contágio e de morte». Ao projectar uma cidade ideal, Leonardo não receia planear uma cidade de dois andares comunicantes entre si por escadas, só no de baixo sendo permitido — e possível — o trânsito de carros e de bestas de carga. Quanto a Dürer, não pensa em sobrepor níveis, mas a sua cidade ideal, conservando embora a prática medieval da especialização dos quarteirões, revela o espírito sistemático e a exigência de racionalidade de um arquitecto dos novos tempos. Orientando os quatro vértices para os pontos cardeais, Dürer reserva o lado leste para a igreja, em volta da qual «são instaladas pessoas cujos afazeres as fazem levar uma vida tranquila». Ao contrário, põe no ângulo sul «as fundições de bronze e de cobre» e «não será permitido fundir em mais nenhum sítio». Todos os trabalhadores de metais ficarão em volta dessas oficinas. Dürer, que também prevê um quarteirão administrativo, reserva ainda espaços verdes, abstendo-se de construir edifícios em certas ilhotas delimitadas no seu quadriculado. Estamos aqui perante um evidente esboço do que hoje se chama *zoning*.

★

Mas o Renascimento acrescenta à noção de *commoditas* a noção de *voluptas*. A cidade não deve ser apenas prática. É conveniente que seja também bela. Se Alberti conserva as ruas sinuosas é por motivos estéticos: farão com que «a cidade seja vista como maior e mais magnífica». E estabelece ainda este princípio: «A cidade não deve ser feita apenas para a comodidade e a necessidade dos habitantes, deve também ser disposta de tal modo que nela haja lugares muito agradáveis e dignos». Segundo ele, o ideal de beleza de uma cidade seria a actualização, na sua planta, da lei dos números e do cosmos dos pitagóricos *. No seu *Tratado de Arquitectura Civil e Militar*, Francesco di Giorgio retoma também a ideia de a cidade ser o lugar onde é encarnada a beleza. É preciso, escreve, construir «edifícios bem proporcionados e agradáveis... de aparência deleitosa e onde seja agradável estar». A cidade e cada um dos seus edifícios deveriam reflectir a maravilhosa organização do corpo humano, «sendo o corpo do homem mais bem organizado que nenhum outro e mais perfeito... é coisa conveniente que todos os edifícios se lhe possam assemelhar». Beleza do homem, beleza da cidade, prestígio da arquitectura: três descobertas — ou redescobertas — conjuntas do Renascimento. E construir não é senão engendrar. «Construir, assevera Filaretto, não é outra coisa senão um prazer voluptuoso, como o do homem quando está apaixonado».

64. FILARETO: PLANTA DE SFORZINDA.

Teria chegado já a idade das «cidades radiosas»? Da teoria à sua realização há um longo caminho. Mas era importante que arquitectos e utopistas — por vezes confundem-se — concebessem nesse tempo projectos de cidades «belas e boas e perfeitas conforme o curso natural das coisas», como a Sforzinda de Filaretto, funcional, geométrica e faustosa. Passa sempre alguma coisa da utopia para a realidade — di-lo-emos mais adiante. A partir do Renascimento, os príncipes tomaram a peito fazer as suas cidades simultaneamente mais práticas e mais estéticas. Esta preocupação é particularmente visível nos papas do fim do século XV e do século seguinte. Abundam textos que o atestam. Num breve de 1473, Sisto IV escrevia: «Entre os inúmeros objectos que chamam a nossa solicitude não nos é permitido esquecer a limpeza e embelezamento da nossa residência. De facto, se há cidade no mundo que deva brilhar pela limpeza e pela beleza, é antes de todas aquela que tem o título de capital do universo». Sisto V, o grande renovador de Roma, exprimiu a mesma doutrina num texto legislativo de 1590 que podemos considerar como o seu testamento em matéria de construção: «Sede inabalável e trono venerável do bem-aventurado Pedro, príncipe dos Apóstolos, domicílio da religião cristã, mãe e pátria comum de todos os fiéis, porto muito seguro para todas as nações que do mundo inteiro para ela confluem, Roma não tem necessidade apenas da protecção divina e da força sagrada e espiritual, é-lhe também necessária a beleza que o conforto e os ornamentos materiais dão».

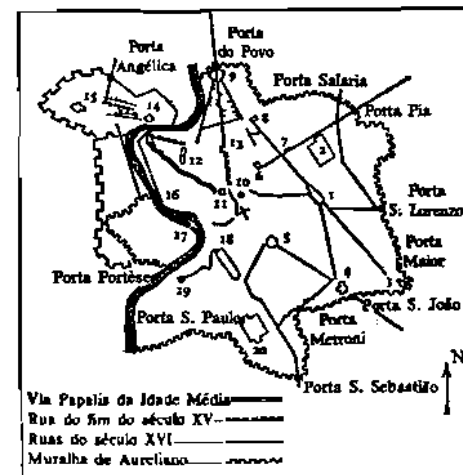
A planta reticulada, herdada de Hippodamos de Mileto e do *campus* romano, tinha a seu favor a beleza que lhe dá a clareza e disciplina das linhas e da simetria. Mas uma figura geométrica pode ser mais bela que outra. Os principais teóricos do Renascimento preferiram o esquema radial ao quadriculado do tabuleiro de xadrez sem com isso conseguir fazer triunfar completamente aquele sobre este. Antes do século XIII e das construções urbanas de Espanha e da Aquitânia anteriormente citadas, a Idade Média já tinha praticado a planta radial, estrelada, a partir de um ponto — castelo ou praça —, com ruas ligadas por artérias concêntricas. Essa teia de aranha é ainda visível em Agen, Avinhão, Beaune, Chartres, Bram (no Aude), etc. Teriam os arquitectos italianos oportunidade de meditar sobre estas realizações? É bem mais provável que tenham redescoberto o sistema radial partindo de uma reflexão original. Muitos deles eram engenheiros militares. Compreenderam com facilidade que, numa cidade em teia de aranha, «colocado na praça grande, o canhão pode disparar ao longo de todas as ruas» que partem do centro. Calcularam ainda que o traçado poligonal da muralha aumenta as possibilidades de tiro contra o assaltante. Não devemos, portanto, admirar-nos ao verificar que as mais bem conseguidas realizações do esquema radial no Renascimento foram duas cidades fortificadas: Palmanova, na Venécia que tem a forma de polígono com nove lados, e Cœworden, na Holanda, em forma de heptágono rodeado por um sistema de bastiões em estrela. Ambas estas cidades são praticamente da mesma época — uma foi começada em 1593 e a outra em 1597.

Mas não são só as razões de ordem militar que explicam a nova preferência dos arquitectos pelo sistema radial. Nessa preferência agiram também preocupações estéticas e filosóficas, isto é, platónicas. A cidade circular ou poligonal — pois o polígono sugere a circunferência em que se inscreve — apareceu-lhes, como a cidade de Platão, na condição de imagem do próprio cosmos, um resumo do esplendor dos céus, a encarnação no solo e na pedra da perfeição esférica do universo. Numa obra do fim do século XVI (G. Lanteri, *Due dialoghi... del modo di disegnare le pianti delle fortezze...*, Veneza, 1577), a correlação entre o ponto de vista prático — as necessidades da defesa — e o ponto de vista filosófico é perfeitamente acentuada por um dos interlocutores dos diálogos: «Como não há em Deus — diz ele — nem princípio nem fim, era normal que o céu tivesse também uma forma sem princípio nem fim, como a forma circular. É por isso que eu digo que todas as fortalezas e cidades que mais se aproximarem dessa forma no desenho das muralhas serão mais fortes que as que dela se afastarem». Um século antes, Francesco di Giorgio não pensava de outro modo. Aceitava, sim, ruas sinuosas num local onde houvesse colinas e admitia a forma reticulada numa cidade plana atravessada por um rio. Mas, se a ausência de cursos de água e de relevo do terreno deixassem o arquitecto livre, este optava então pela planta radial e propunha um octógono com praça central também octogonal da qual irradiariam oito ruas. A Sforzinda de Filaretto também é um polígono, mas de dezasseis lados em estrela, que o autor teve o cuidado de inscrever numa circunferência. Repetição

65. PLANTA DE COEWORDEN (PROVÍNCIAS UNIDAS) ANTES DA DESTRUIÇÃO (POR VOLTA DE 1570) E DEPOIS DA RECONSTRUÇÃO (A PARTIR DE 1597). (*Segundo G. L. Burke*, The Making of Dutch Towns.)

66. FRANCESCO DI GIORGIO MARTINI: PLANTA DE CIDADE IDEAL (*Segundo P. Lavedan*, Histoire de l'Urbanisme.)

reveladora: a maioria das cidades ideais dos utopistas do Renascimento, a do Anónimo Destailleurs, a de Doni, a «Eudémona» de Stiblin, a «Cidade do Sol» de Campanella *, tem a forma circular preconizada por Platão.

Além das cidades-fortalezas, criadas *ex nihilo*, ter-se-á passado da teoria à prática? Chegou-se a inscrever no terreno os raios de uma estrela urbana? A Roma do século XVI dá uma resposta parcial a esta pergunta, mas uma resposta que é decisiva. Ao remodelar a cidade dos papas, os urbanistas não só traçaram muitas ruas em linha recta, como a via Giulia, mas também aplicaram, sempre que puderam, o esquema radial: à saída da ponte Sant'Angelo, na margem esquerda do Tibre; na zona da Piazza del Popolo; enfim, e principalmente, na cidade nova, criada por Sisto V nas colinas. Ora nestes casos nenhuma consideração

67. RUAS NOVAS DE ROMA NOS SÉCULOS XV E XVI. (*Segundo J. Delumeau*, Vie économique et sociale de Rome...).

1. Praça de Santa Maria Maior. — 2. Termas de Diocleciano. — 3. Santa Cruz de Jerusalém. — 4. S. João de Latrão (S. Salvador). — 5. Coliseu. — 6. Palácio do Quirinal. — 7. Cruzamento das Quatro Fontes. — 8. Trindade dos Montes. — 9. Praça do Povo. — 10. Coluna de Trajano. — 11. Praça de S. Marcos. — 12. Praça Navona. — 13. Praça Colonna. — 14. Castelo Sant'Angelo. — 15. S. Pedro. — 16. Ponte de Sisto. — 17. Ponte de Santa Maria (Ponte Rotto). — 16. Grande circo. — 19. Santa Sabina. — 20. Termas de Caracalla.

de carácter militar impôs a aplicação desse esquema. Apenas intervieram em seu favor uma atitude estética e uma filosofia da cidade. E as ruas novas ou renovadas foram todas organizadas em vista de um cenário final, orientadas para um monumento em perspectiva: aqui o palácio de Sant'Angelo, além (Piazza del Popolo) uma fonte e um obelisco, mais adiante a Basílica de Santa Maria Maior, isolada no centro de uma praça e precedida por um obelisco.

O esquema radial e as suas variantes — pensamos aqui em Freudenstadt (fim do século XVI) e em Charleville (início do século XVII), formadas por quadrados encaixados uns nos outros — contribuíram muito para a valorização da praça, que passou a ter uma importância maior no contexto urbano. Espontânea e funcional, a praça era na Idade Média recheada de elementos mais ou menos felizmente justapostos. A partir do Renascimento, é pensada, estudada, composta, desenhada à medida da cidade em que se insere. Alberti calcula a sua largura em função dos edifícios que a rodeiam e aconselha que seja ladeada por pórticos com largura igual à altura das colunas. Palladio dá uma teoria da praça; esta já não é, como antigamente, apenas um mercado ou o adro do edifício municipal. Numa cidade bem organizada, escreve, «são preparados grandes espaços para que o povo, ao juntar-se, possa passear, discutir... É bom que haja várias praças esparsas pela cidade, e isso é tanto mais necessário... quanto é certo que deve haver uma que seja a principal, que possa ser chamada praça pública. Estas praças principais devem ser tão grandes quanto o exigir a quantidade

dos cidadãos, de modo que não sejam demasiado pequenas para as suas conveniências e costumes e também que, se houver poucos cidadãos, não pareçam desertas».

O Renascimento concebeu a praça como «um pátio de palácio ampliado à escala da cidade» (P. Lavedan). Daí a necessidade de embelezá-la, especialmente com estátuas, e de lhe unificar a decoração. Antonio da San Gallo, ao trabalhar, setenta e cinco anos depois de Brunelleschi, na Praça da Annunziata, de Florença, considera necessário repetir as arcadas do Spedale degli Innocenti. Ainda em Florença, procura regularizar a praça que serve de adro a Santa Croce rodeando-a de casas simétricas. Miguel Ângelo, encarregado de refazer a Praça do Capitólio, de Roma, imagina uma praça em forma de trapézio em cuja periferia um terceiro palácio dará réplica aos dois que já lá estão; o quarto lado é concebido como varanda de onde se poderá admirar a magnífica e teatral paisagem urbana. A Praça de S. Marcos, de Veneza, é um «perfeito exemplo de pátio de palácio ampliado à escala urbana, a sala de festas da cidade» (P. Lavedan). Dado o modelo por Pietro Lombardo com as *Procuratie vecchie* (1481), Scamozzi, cem anos depois, retoma nas *Procuratie nuove* os mesmos motivos: há também um rés-do-chão de pórtico contínuo e três andares. Mas a realização mais notável de uma praça com programa na época do Renascimento é a de Vigevano, em que trabalharam o engenheiro Ambrogio de Curtis, Bramante e, talvez, Leonardo. «Déspota iluminado» *avant la lettre*, Ludovico, o Mouro ordenou em 1492 aos habitantes da pequena cidade que demolissem a velha praça do mercado. Substituiu-a por um rectângulo de casas com fachadas iguais, arcadas no andar térreo e decoração pintada e regularmente repetida. A rigidez das cidades de utopia inscrevia-se, assim, na realidade. Estava dada para sempre a fórmula das praças com programa, que toda a Europa adoptou entusiasticamente, em Livorno como em Charleville ou em Freudenstadt. Formando um rectângulo — ou um quadrado — de cantos fechados, com acesso pelos meios dos lados, e centrada numa estátua de monarca, transformou-se na praça real francesa da época clássica.

★

A noção de urbanismo foi dada — melhor, restituída — à Europa pela Itália, o país do Ocidente que tinha nessa época mais cidades e que mais perto estava do passado greco-romano. Verifica-se, realmente, que no século XVI, longe da península, há bastantes cidades importantes que se desenvolvem de modo anárquico, sem se preocuparem com o ar, o alinhamento ou a perspectiva. Isto é válido quanto a Londres *, que em 1600 era ainda uma capital sem ordem nem beleza em que 100 000 habitantes viviam, como em Moscovo, em casa de madeira. É válido também quanto a Paris *. O município parisiense concede à Rue Neuve-Notre-Dame, reconstruída a partir de 1507, 20 pés de largura (6,50 m)

— a comparar com os 16 e 18 metros dados por Hércules I de Este aos dois eixos principais da nova Ferrara (a *Addizione Ercolea*). Nenhuma transformação de conjunto afecta Paris no Renascimento: a cidade contenta-se em distribuir e acumular ao acaso a população que para ela aflui. Os reis alienam e transformam em terrenos de construção palácios reais e espaços ainda não ocupados situados entre a actual rua Étienne-Marcel e os *boulevards* Henri-IV e Beaumarchais. Há também loteamentos nos *faubourgs* Saint-Marceau, Saint-Médard e Saint-Jacques. Mas nenhuma ideia directora preside a essa urbanização. É verdade que Henrique II pediu a Bellarmato um plano de arranjo do *faubourg* Saint-Germain, que, como o *faubourg* Saint-Honoré, foi então prolongado. Mas o projecto do arquitecto italiano foi rapidamente abandonado. Apesar da construção da fonte dos Inocentes, dos trabalhos de Pierre Lescot e Jean Goujon no Louvre e de Philibert de L'Orme nas Tulherias, a Paris do século XVI não se libertara ainda do empirismo medieval. O espírito do Renascimento só ali triunfou no início do século XVII, com a construção da Ponte Nova (terminada em 1606), cujo projecto, todavia, estava aprovado desde 1578, com o arranjo da Place Dauphine e da Place Royale (Place des Vosges), esta última para servir, na expressão de Henrique IV, de «passeio para os habitantes, muito apertados nas suas casas». Na província, Rouen cria muitas fontes mas Lyon não busca a higiene nem a beleza. E é uma cidade que cresce depressa. Uma deliberação consular de 1542 afirma, sem dúvida com algum exagero: «Lyon aumentou não simplesmente metade mas quatro quintos, tanto em número de gente de mesteres como em construção de casas, que todos os dias aparecem». Os loteamentos, porém, são feitos sem ordem. Em 1556-1557, duas praças — a Place des Cordeliers e a Place des Jacobins — são abertas sobre antigos cemitérios; mas são de forma irregular. Em 1562-1563, o barão de Adrets, que ocupa a cidade, faz arranjar uma praça num antigo pomar: é a origem da Place Bellecœur. Na sua ideia, porém, a praça era apenas para efeitos militares. Não há em Lyon nenhum edifício notável que seja do século XVI. Por outro lado, Antuérpia, onde é forte a influência italiana, procura associar a qualidade à quantidade. Nos três primeiros quartos do século, constrói com ardor nobres monumentos: a torre da catedral (1521-1530), a bolsa (1531) — a primeira do seu género na Europa —, o edifício municipal (1561-1565) e as casas de corporações que o rodeiam. Também é desse período a cintura de muralhas que Anvers conservou até ao século XIX, provavelmente concebida por um arquitecto italiano. No interior destas muralhas, um urbanista local, Van Schoonebeke, que trabalhou nos meados do século XVI, recortou geometricamente a planta da nova cidade, cujo eixo é a Rue des Brasseurs, onde construiu vinte e quatro fábricas de cerveja e uma casa hidráulica para lhes fornecer água. Libertou, no interior da cidade velha, espaços destinados a servir de centros locais. Além-muralhas, por fim, nas proximidades da estrada de Malines, adquiriu um grande terreno onde

abriu uma larga avenida. Ao longo desta via foram construídas casas de campo, comprometendo-se os compradores a plantar árvores à sua volta.

Mas, no fim do Renascimento, nenhuma cidade da Europa podia apresentar um balanço como o de Roma. Raramente uma renovação urbana soube aliar com tanta felicidade o qualitativo ao quantitativo. Esse balanço pode ser esquematizado do seguinte modo:

Pelo menos cinquenta e quatro igrejas foram construídas ou inteiramente recoustruídas durante o século XVI, entre elas S. Pedro, a maior do mundo.

Surgiram cerca de sessenta palácios, um dos quais, o do Vaticano, que é dos maiores de todo o mundo, foi essencialmente construído no século XVI.

Vinte residências aristocráticas da cidade ou dos arredores são do século XVI; muitas delas são autênticos palácios.

Entre 1500 e 1600 foram alojados mais de 50 000 imigrantes, talvez até 70 000, em casas novas.

Apareceram dois bairros novos: um ao lado do Borgo San Pietro e o outro nas imediações da Piazza del Popolo; um terceiro começou a ser construído nos montes, em volta de Santa Maria Maior, ao longo de um eixo que ligava esta igreja à Trinità dei Monti.

Foram abertas, ao longo do século XVI, mais de trinta novas ruas; as do tempo de Sisto V (1585-1590) cobrem mais de 10 km. A maior parte destas ruas recebeu pavimento com lajes.

Entre 1565 e 1612 foram reparados três aquedutos antigos. O seu comprimento total era de 108 km. No fim do século XVI, Roma recebia pelos aquedutos 86 320 m³ de água por dia e a este caudal veio acrescentar-se em 1612 o da Acqua Paola, de 94 190 m³. Depois da reparação da Acqua Vergine, ou seja, de 1572 até ao fim do século, foram postas ao serviço da cidade pelo menos trinta e cinco fontes públicas.

Roma era, na Europa do fim do Renascimento, uma cidade-piloto, com as suas ruas novas, direitas, os seus majestosos monumentos, as suas graciosas fontes, os seus jardins, já em grande número (Quirinal, Villa Mattei, Villa Médicis). É compreensível a admiração de um jovem fidalgo alemão que em 1596 escrevia ao pai: «Esta belíssima cidade merece verdadeiramente que se lhe chame capital do mundo.»

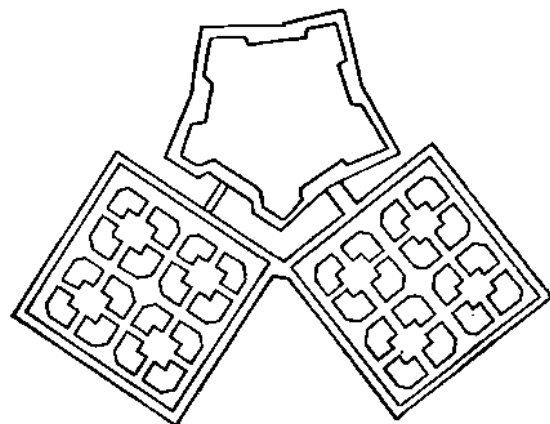
«Vanguardas da civilização», as cidades da Europa, e, principalmente, as de Itália afirmam-se como tal na época do Renascimento. E, se é verdade em todas as épocas que, «nesta espécie de indissolúvel acoplamento formado pela cidade e pelo campo, este faz, na maior parte dos casos, de travão e aquela de motor», este motor só pode impelir uma sociedade quando as cidades tomam suficiente peso e suficiente força, quando se impõem na paisagem pelo seu tamanho, pelos seus monumentos e pela sua organização. Aspiram então «o homem bárbaro, o animal humano, tiram-no aos seus montes ou às suas planícies, dão-lhe esquadria, forma, polimento, formam-no para a vida das casas, das ruas e das

praças públicas» (F. Braudel). Mas não imaginemos que houvesse um corte total entre o mundo campestre e o mundo citadino. Em pleno século XVI, o campo ainda se insinua profundamente no interior das muralhas das cidades. P. Lavedan mostrou que, no tempo de Francisco I, Paris continuava a ser, em muitos aspectos, um aglomerado rural: «Não só campos e prados rodeiam a cidade como, mesmo no interior das muralhas, a população inclui cavadores e vinhateiros. À entrada da abadia de Saint-Victor há um moinho de vento. São precisas muitas ordens reais para conseguir que os parisienses deixem de criar coelhos e porcos. Francisco I tolerava, quando muito, capoeiras de galinhas». A planta de Londres desenhada por Aga em 1570 (ou 1590) mostra em muitos locais do burgo de Westminster «animais a pastar ou donas de casa a estender roupa pelo chão para secar». A Roma do fim do século XVI, visitada por Montaigne em 1580-1581, estava «em mais de dois terços vazia» e flutuava dentro dos limites de Aureliano. No *forum* da república clássica, transformado em «campo das vacas», fazia-se a venda de porcos, fabricava-se carroças e cangas. Em frescos do tempo de Sisto V ainda se vê porcos a foçar pelas ruas e praças de Roma.

★

Mais interessante é, porém, o movimento inverso: a penetração da cidade no campo e a disciplina urbana imposta à natureza. No século XVI, os maiores domínios fundiários dos arredores de Paris pertenciam ainda a grandes instituições religiosas. Mas havia já um grupo parisiense que tinha conseguido constituir uma sólida riqueza em terras. Não já os homens de negócios ou os comerciantes, mas aquela «categoria que domina os grandes corpos do estado e da igreja, como o parlamento ou o capítulo de Notre-Dame» (G. Fourquin). Como Paris é a capital, os elementos urbanos que assim penetram no campo são os homens mais ricos e mais influentes da comitiva real. Mas a invasão urbana à volta de Paris é evidente principalmente depois de 1560. Começa nessa altura o «massacre» dos pequenos lugarejos e a época dos «amontoadores de terra», muitos dos quais são já burgueses com pretensões nobiliárquicas. Será necessário acrescentar que este fenómeno não é apenas parisiense e se desenvolve, no fim do Renascimento, nos arredores de todas as grandes cidades? Outro facto novo, a construção de palácios e a instalação de parques privados, tem às vezes como contrapartida o desaparecimento de grupos de habitações camponesas. A natureza só é então embelezada, organizada e urbanizada à custa da erradicação de certas aldeias.

Todas as civilizações que vingam se expandem em jardins *. A época do Renascimento não inventou os jardins, mas multiplicou-os. Também não descobriu a fórmula do jardim de traça reticulada, recomendada já em 1305 pelo agrónomo Pietro de'Crescenzi e que se parece com a planta das novas cidades do século XIII. Mas um quadriculado é apenas um

esboço de composição. Francesco di Giorgio, Bramante, Vignola introduzem a perspectiva, a hierarquia das áleas umas em relação às outras, o escalonamento de níveis dos canteiros, a sábia distribuição dos jogos de água. No Belvedere do Vaticano, Bramante não só sobrepôs terraços como criou um grande eixo perpendicular ao palácio distribuindo os canteiros em relação a ele. Na Caprarola, residência de Verão dos Farnese, Vignola imaginou dois jardins quadrados, divididos em quatro quadrados cada um por áleas que convergem numa praça de cantos cortados. Cada um dos pequenos quadrados é, por sua vez, formado por quatro elementos dispostos em volta de áleas que terminam em praças secundárias de cantos fechados. Temos aqui bem evidente o caso do arquitecto a aplicar à natureza as fórmulas do urbanismo. Mas neste domínio dos jardins a obra-prima do Renascimento é, sem dúvida, a «villa» de Tivoli, mandada arranjar na segunda metade do século XVI pelo cardeal Ippolito d'Este. O autoritarismo da composição é mitigado pela abundância de águas, por terraços em sucessão e pela perspectiva ascendente, semelhante à de um quadro, e que, desde a entrada principal, conduz o nosso olhar dos pequenos maciços de ciprestes, dos tanques com repuxos, dos sucessivos planos escalonados até à fachada principal do palácio. Mais discreto, mais florido, de uma geometria mais subtil, com espaço para a horta, o jardim

68. PLANTA DOS JARDINS DE CAPRAROLA DESENHADOS POR VIGNOLA. (Segundo P. Lavedan, op. cit.)

de Villandry reflecte a doçura íntima da Touraine. Mas também está admiravelmente bem composto, com os seus três «claustros» sobrepostos, cada um deles dominado por um passeio ensombrado por latadas ou tílias a formar túnel. Procurou e conseguiu harmonizar-se com a velha aldeia, a igreja românica vizinha e as tonalidades suaves do Val-de-Loire. Mas é um quadro muito sabiamente organizado; jardim de amores, certamente, mas cujo mínimo pormenor foi calculado. Foi desenhado por um arquitecto de Paris, Du Cerceau.

O Renascimento, promoção de uma civilização urbana, foi, ao mesmo tempo, uma descoberta dos campos. Os campos tinham sido durante muito tempo a zona do medo, e há ainda algo disso em certas paisagens fantásticas dos pintores flamengos do século XVI. Bem sabemos que o mundo dos campos, dos rios e das florestas estava longe, então, de ter alcançado a verdadeira tranquilidade — seja no caso da Itália, frequentemente percorrida, até 1559, pelos homens de armas, seja no caso da Alemanha, abalada em 1525 pela guerra dos camponeses, seja no caso da Provença e da Champagne, devastadas pelos Imperiais. Mas as acalmias, são, ao todo, mais duradouras; as cidades são já mais fortes e estendem a sectores cada vez mais vastos a *pax urbana*; as lutas entre senhores ou entre castelos tendem a desaparecer. Os artistas e os ricos, polidos e requintados pela cultura das cidades, têm agora bastante vagar e liberdade espiritual para descobrir a beleza do mundo exterior às muralhas urbanas e para levar para lá o luxo da cidade. Se, pois, uma parte extensíssima dos campos continua a ser lugar de sofrimento humano, de monotonia quotidiana, de indigência rural, outra parte é chamada à civilização pelo dinheiro e pela cultura dos grupos privilegiados da sociedade. Aí desabrocham flores luxuriantes, jardins de amores, concertos, jogos de água, palácios de conto de fadas. Daí a necessidade de salientar um largo sincronismo que assinalou o avanço de uma civilização. A descoberta da paisagem por muitos artistas, desde o rei René até Ticiano, passando pela escola do Danúbio e por Dürer, o êxito das tapeçarias da Touraine e das «caças» de Maximiliano, vindas das oficinas de Bruxelas, a transformação dos castelos, que perdem o ar marcial e se abrem à luz e à alegria dos jardins, as coroas de «villas» com que se enfeitam Florença, Roma e Veneza, as residências isabelinas, que semeiam, por obra da aristocracia, os campos ingleses: todos estes fenómenos, distribuídos por uns cento e cinquenta anos, estão ligados uns aos outros e ligados ao desenvolvimento da cidade. Em boa verdade, um palácio do Renascimento nos campos é uma cidade no meio rural. Vejamos só uma prova desta afirmação: Chambord, onde se diz que chegaram a trabalhar 1800 operários. A decoração dos terraços faz-nos esquecer completamente a planta do gigantesco edifício. Os torreões, as lucarnas, os 800 capitéis, as 365 chaminés, as flechas e torrinhas entremeadas pretendiam aqui fazer lembrar uma cidade de ruas estreitas e ornamentadas em que o zimbório central representa o campanário de uma igreja. Era dessa cidade suspensa que as damas apreciavam as festas e tornèios, as partidas e chegadas da caça.

Visto que se queria prolongar no campo a vida da cidade, a deslocação de uma corte — especialmente da corte francesa — levantava, no século XVI, problemas de mudanças cada vez maiores. Claro que, como assevera Brantôme, se era tratado «numa aldeia, em florestas... como se

se estivesse em Paris», mas para chegar a tal resultado havia que deslocar 10 000 cavalos, mulas, carroças, liteiras, baixelas de prata, tapeçarias, móveis e todo um mundo de servidores. É compreensível que Francisco I tenha anunciado em 1528 a sua intenção «de, doravante, fazer a maior parte da sua estadia e morada na sua boa cidade de Paris e arredores». Abandonando Chambord, mandou instalar na Île-de-France as duas grandes casas reais do Bosque de Bolonha (palácio de Madrid) e de Fontainebleau. Mas a corte de França continuou a ser itinerante ao longo de quase todo o século XVI; e, no tempo das guerras religiosas, voltou muitas vezes ao Val-de-Loire. Uma evolução inelutável levava, porém, as cortes, verdadeiras cidades ambulantes, a fixarem-se. E, mesmo que os soberanos se deslocassem, os estados precisavam de ter as suas capitais.

★

O Renascimento — e, no seu interior, principalmente o século XVI — assistiu, portanto, à ascensão das capitais: Paris, Londres, Moscovo, Constantinopla e já também Madrid. Quando Maomé II tomou Constantinopla, a cidade, parcialmente abandonada pelos habitantes, não tinha mais de 100 000 almas. Os sultões quiseram restituir-lhe vida e animação e, ao mesmo tempo, suplantar o Cairo como metrópole do mundo muçulmano. Levaram para lá Turcos da Ásia Menor, não-muçulmanos dos Balcãs, gente do Cáucaso, Sírios, Egípcios. Apareceram também mouros e judeus expulsos de Espanha. Em 1535 a cidade reunia já 400 000 habitantes que, vinte anos depois, eram já talvez 500 000. O ritmo do avanço demográfico de Madrid é igualmente revelador: em 1530 tinha apenas 4060 habitantes; em 1596 eram já 37 500. Esta antiga fortaleza árabe, instalada no meio de uma região árida, encontrava-se no centro do país: motivo doravante suficiente para o seu crescimento. Foi isso que levou Filipe II a resolver, em 1561, fazer de Madrid a sua capital e a construir perto dela o Escorial *. Os reis de França adoptarão com algum atraso a tradição iniciada por Francisco I. A partir de Henrique IV, residirão, a maior parte do tempo, em Paris ou nos palácios próximos de Paris: Fontainebleau, Saint-Germain-en-Laye e, dentro em pouco, Versalhes.

Paradoxo aparente: na época do Renascimento, há diversas cidades que crescem exactamente quando parecem fundir-se num vasto conjunto e quando se concretiza a «derrota das cidades-estado». Ao declínio de Gand, Lübeck e Novgorod corresponde o apagamento de muitas repúblicas ou principados urbanos anteriormente célebres: Pádua, Vicência, Verona, absorvidas por Veneza no princípio do século XV; Pisa por Florença em 1406; Barcelona, «um Estado dentro do Estado», submetida em 1472 por João II de Aragão; Granada, reunida à Espanha em 1492; Bolonha, onde Júlio II entra triunfalmente em 1506; Perugia, vencida em 1540 pelas tropas de Paulo III; Ferrara, anexada aos Estados da Igreja em 1598.

Daí em diante, as cidades votadas ao maior desenvolvimento são capitais de vastos territórios. Essa promoção não traz só vantagens: as cidades perdem autonomia por passar a capitais e sofrem a pesada tutela do governo. Constantinopla fica sob a autoridade directa do sultão. Francisco I deita mão às receitas de Paris e os papas às de Roma. O «Senado e o Povo» da mais ilustre cidade do Ocidente conservam apenas uma irrisória parte dos rendimentos urbanos: as finanças do Estado confundem-se parcialmente com as finanças da cidade de Roma. O Estado anexa, assim, a sua capital; mas, mais ainda, a capital anexa o Estado.

O caso-limite é, mais uma vez, Roma. Para o seu primeiro aqueduto, reconstruído em 1570, Roma vai buscar a água a 12 km; para o segundo, concluído em 1589, a 30 km; para o terceiro, que data de 1612, a mais de 50 km: progressão significativa. As colheitas dos campos próximos já não chegam para alimentar os Romanos e os muitos peregrinos que todos os anos afluem a Roma. Na segunda metade do século XVI, o governo é obrigado a criar em províncias afastadas — na Romanha e na marca de Ancona — celeiros para acorrer às necessidades de Roma, a proibir com frequência as exportações de cereais, a mobilizar a produção cerealífera de todo o Estado em benefício de Roma. De um modo mais geral, a história do «Estado eclesiástico» entre os séculos XVI e XIX é a história do empobrecimento da província em benefício de Roma. Exemplo extremo mas que ajuda a compreender uma realidade mais vasta.

No século XIV, Paris, que um veneziano irá algum tempo depois classificar como «loja da França», estende o seu espaço económico aos campos de Beauce e da Île-de-France, de Brie e do Vexin. Meaux, Étampes, Melun são mercados de cereais que só têm vida e razão de ser porque há necessidade de reunir os cereais exigidos pela grande cidade. Os burgueses de Paris monopolizam o comércio do vinho, provocando assim o desenvolvimento da «vinha francesa». Do estudo realizado por G. Fourquin sobre os campos da região parisiense de meados do século XIII até ao início do século XVI resulta com evidência que, num raio de cinquenta quilómetros à volta de Paris, havia um *contado* parisiense «onde a influência da cidade marca a estrutura social e a actividade económica». Mas, na época do Renascimento, a autoridade de Paris é muito maior. As sentenças do seu parlamento, que tem 88 oficiais em 1499 e 188 um século depois, são recebidas numa imensa região que vai de Aurillac à fronteira dos Países Baixos. A monarquia francesa, enfim, que cria um embrião de administração central com o «Tesouro de poupança» de Francisco I, com a formação de secções no conselho real e o aparecimento de «secretários de estado» sob Henrique II, sente já — e vai sentir cada vez mais — a necessidade de um centro de onde partam e onde cheguem os «comissários distribuídos», encarregados de unificar o Estado e de o soldar à sua capital. A burocracia francesa, mesmo no fim do século XVI, continua, porém, muito atrasada em relação à de Filipe II ou à de Sisto V. De facto, o «rei prudente», lento, hesitante e dado a

papeladas, não só se rodeia de secretários como dá a toda uma série de conselhos a preparação das suas decisões: *Consejo de Estado*, onde vêm os assuntos respeitantes ao conjunto do império e os grandes problemas de política internacional, conselhos de Castela, de Aragão, de Itália, das Índias — é deste que depende a *Casa de la contratación* —, conselhos da Guerra, da Inquisição, das Ordens (de cavalaria), conselho da *Hacienda* (finanças e economia). Toda uma hierarquia judicial e administrativa — as seis chancelarias, as *audiencias*, os *alcaldes* — fica sob a autoridade dos conselhos.

Em Roma concentra-se também uma considerável organização administrativa que tem a dupla tarefa de governar um estado e uma religião. Na época de Sisto V vieram juntar-se dezassete congregações ou comissões, compostas por cardeais e especialistas, aos três tribunais tradicionais (da Penitência, da Assinatura e da Rota) e aos quatro grandes serviços centrais (Chancelaria, Dataria, Câmara Apostólica e Secretaria de Estado). Onze delas tratam de questões religiosas e as outras seis do domínio temporal (abastecimentos, frota de guerra, impostos, obras públicas, Universidade de Roma, revisão de processos cíveis e criminais).

A glória do soberano e as necessidades burocráticas impõem a construção de enormes palácios, cujo prestígio e fausto se repercutem quer no príncipe quer na cidade a que estão ligados. O Escorial, a 50 km de Madrid, construído entre 1563 e 1584, e que é ao mesmo tempo convento, necrópole e palácio, ocupa 33 170 m². Tem uma igreja, 16 pátios e 2700 janelas. Mas ainda está longe das dimensões do monumental conjunto formado pelo Vaticano a partir do fim do século XVI: 3 apartamentos reais, 2 «casinos», 25 pátios, 15 salões, 228 salas menores e um total de 11 500 divisões — isto é, uma superfície total de 55 000 m² sem os jardins e de 107 000 m² com eles. Foi, pois, o Renascimento que forneceu a fórmula de Versalhes. Mas já no século XVI a monarquia francesa não podia deixar de mandar construir à beira do Sena edifícios verdadeiramente reais, o novo Louvre e as Tulherias, que Henrique IV se apressou a reunir um ao outro. Palácios muito luxuosos e capitais muito belas são um perigo. Os reis absolutos da Europa clássica escaparam cada vez menos a essas prisões douradas e, com isso, perderam contacto com os seus países e os seus povos. Mas o esplendor da vida urbana, que culmina nas festas da corte, tem pelo menos a vantagem de atrair a grande nobreza, que na época do Renascimento abandona gradualmente o estilo de vida militar e rústica que seguira anteriormente. Fenómeno muito importante: senhores feudais outrora belicosos, Orsini e Colonna passam a ser pacíficos «assistentes do trono pontifical». Roma povoa-se de palácios que antigos e novos fidalgos — velhos e novos ricos — querem erguer perto dos do papa. Em Paris, os *faubourgs* Saint-Germain e Saint-Honoré desenvolvem-se no século XVI e transformam-se em bairros «residenciais» porque estão perto do Louvre e das Tulherias. Em 1545, enquanto a corte de Espanha reside ainda em Valladolid, pode-se admirar o número e a riqueza das casas de recente construção erguidas na cidade pelos fidalgos. Mas a escolha de Madrid por Filipe II e seus sucessores provoca logo a seguir a deslocação da nobreza para a nova capital. A nobreza «deixa-se ganhar pela vida das festas e representações da Corte e pelas corridas de touros na Plaza Mayor... Aloja-se em Madrid, adapta-se ao luxo da cidade, aos seus costumes, aos longos passeios pelas ruas e à vida nocturna...» (F. Braudel). Os nobres, observados directamente pelo príncipe, fazem-se menos perigosos. Mas menos perigosos também porque a vida da cidade é mais cara. Construir e mobilar palácios, fazer figura de mecenas, comparecer nas festas da corte, dar ricos dotes às filhas, dar esmolas — que foi moda na época da reforma católica —, andar de coche: tudo isso só é financeiramente possível a quem gozar dos favores do soberano. Só este, dando pensões, passando uma esponja sobre dívidas, é agora capaz de dar à grande nobreza condições para se manter no seu nível.

A urbanização não engendrou necessariamente, no «ancien Régime», a monarquia absoluta: são testemunhos disso a Inglaterra e as Províncias Unidas. Mas, sem a ascensão das capitais e sem a urbanização da grande nobreza, a monarquia absoluta não poderia triunfar.

CAPÍTULO IX

MOBILIDADE SOCIAL. RICOS E POBRES

A época do humanismo viu a concretização de dois aspectos aparentemente opostos da civilização ocidental: a afirmação das individualidades nacionais e a intensificação das trocas entre os países. Podemos apreciar mil provas dessas múltiplas interpenetrações nos domínios da arte e da cultura. Os arquitectos, escultores e pintores italianos dos séculos XV e XVI dispersaram-se por toda a Europa, de Londres a Moscovo, passando por Praga e Cracóvia. Os músicos flamengos fizeram irradiar o seu estilo polifónico em França, em Inglaterra, na Alemanha e em Itália. Erasmo, que não gostava de viajar, percorreu, apesar disso, a Europa Ocidental de Cambridge a Roma. Copérnico estudou e ensinou por duas vezes em Itália. Consideremos ainda os 167 artistas das mais diversas especialidades que trabalharam em Roma de 1503 a 1605: 69 vinham da Toscana, 93 da Itália padana ou transpadana, 24 da marca de Ancona e da Úmbria, 7 da Itália do Sul e da Sicília, 43 das regiões actualmente incluídas na Bélgica e na Holanda, 10 de regiões da actual França, 4 dos outros países não italianos; 17 somente eram romanos e, deles, só um verdadeiramente célebre, Giulio Romano. Mas isto são apenas casos particulares de uma mobilidade horizontal muito mais generalizada. Francisco Xavier morreu perto de Cantão, Camões viveu em Macau, Cervantes foi ferido em Lepanto; mas, principalmente, milhares de espanhóis e de portugueses atravessaram o Atlântico para se instalar na América, onde já em 1600 viviam mais de 140 000 homens de raça branca. Na própria Europa as pessoas de modesta condição deslocavam-se muito mais frequentemente do que geralmente hoje se pensa, e em viagens consideráveis. No «ano santo» de 1575, mais de 400 000 peregrinos afluíram à «cidade eterna»; e, em 1600, perto de 600 000. Em quaisquer condições, os visitantes de Roma eram sempre muitos, mesmo sem ser em «anos santos», e foi preciso organizar um sistema de alojamentos — o melhor de Itália e, provavelmente, de toda a Europa. Um recenseamento de 1517, infelizmente incompleto, menciona já 171 albergues, estalagens e tabernas

existentes na cidade. Mas o de 1526-1527 conta já 236. Em Roma, nessa altura, há 233 habitantes por cada estabelecimento deste género, ao passo que, em Como, havia 500 (1553), em Milão 1100 (1587) e em Florença 1488 (1561).

Mais interessante ainda que esta mobilidade ocasional é a emigração, muitas vezes silenciosa e pouco visível, para as grandes cidades. Não abandonemos o exemplo de Roma. O recenseamento de 1526-1527, feito pouco antes do saque, acusou 53 897 habitantes, 1750 dos quais israelitas. A fantasia dos copistas esclarece-nos sobre a origem de 3495 cristãos. Parece que, nesse total, só 16,4 % eram romanos ou provenientes das cercanias da cidade. Os outros italianos, em contrapartida, constituíam 63,6 % do total; e os não italianos 20 %. Encontraríamos as mesmas proporções se pudéssemos levar a estatística ao conjunto da população urbana? Essa hipótese nada tem de inverosímil, estando-se, como se está, no caso da cidade mais cosmopolita da época e atendendo-se a que Antuérpia, outra cidade muito internacional, tinha em 1568 15 000 estrangeiros num total de 104 981 habitantes (14,4 %). É, porém, certo que Roma se italianizou durante o século XVI na própria medida em que aumentou a sua população. É mesmo provável que se tenha romanizado, com a imigração de camponeses expulsos dos campos próximos pelos grandes proprietários de rebanhos. Na verdade, como haviam as cidades europeias de ter aumentado na época do Renascimento, com a forte mortalidade urbana devida às epidemias, se não fosse a punção demográfica das populações rurais? A mobilidade física, mesmo nas aldeias, deve ter sido muito maior que o que nos poderia parecer. Um inquérito sobre duas aldeias inglesas do princípio do século XVII mostrou uma renovação de 50 a 60 % em dez anos. Se atribuirmos 20 % à mortalidade, ficamos com 30 a 40 % para a mobilidade. Deslocação para terras postas recentemente em cultivo e menos povoadas, compras e vendas de terrenos, casamentos com mudança de domicílio, partida para palácios mais ou menos próximos onde se ia trabalhar como lacaio ou criada — todas estas causas entram em jogo, mas, mais que elas, funciona também a atracção da cidade e do seu mercado de trabalho. Seja como for, Londres, cerca de 1500, com 60 000 habitantes, aglomerava uns 2 % da população total de Inglaterra e do País de Gales; em 1600, com 225 000 almas, reunia já 5 %. Cidades como Norwich, Newcastle, York e Bristol duplicaram ou triplicaram durante o século XVI em número de habitantes: este, que era de cerca de 5000 em cada uma, passou para 12 000 ou 15 000. Ora as cidades eram frequentemente devastadas por pestes mortíferas. Aquela que atingiu Londres em 1603 ter-lhe-ia tirado 15 % da população: daí a necessidade de preencher as vagas e reforçar, pelo menos momentaneamente, a imigração. Sondagens feitas no interior das corporações londrinas confirmam esta incessante chegada de gente a uma cidade em rápida expansão. Em dois desses ofícios, no fim do século XV, perto de metade dos aprendizes provinha do Norte de Inglaterra. Entre 1535 e 1553, cerca

de 50 % dos aprendizes que receberam o direito de cidadania em Londres vinham de regiões situadas a leste e a norte da linha Bournemouth--Severn-Trent.

★

Em que medida foi esta mobilidade física, ou horizontal, acompanhada de uma mobilidade vertical? Claro está que aqueles que fugiam ao campo para se instalar na cidade esperavam conseguir nela alguma ascensão social, por modesta que fosse. Quantos a alcançaram? A massa de pessoas pobres continuou, sabe-se, a ser enorme. Mas eram-lhes oferecidas certas possibilidades de escapar à sua anterior condição — possibilidades que estavam sob algum dos títulos seguintes: Igreja, bens fundiários, comércio, ofícios, emigração para as colónias.

É bem verdade que a época do Renascimento ficou assinalada por êxitos individuais espantosos — Leonardo da Vinci, Erasmo, Miguel Ângelo, etc., homens que, pelo seu nascimento, não pareciam prometidos a tais destinos. Também certas famílias subiram de forma espectacular enquanto outras se afundavam rapidamente. Houve nessa época uma grande redistribuição de fortunas. Nunca tinha havido tantos novos-ricos. Os Médicis, de banqueiros, passaram a grão-duques da Toscana e ligaram-se, por meio de casamentos, aos reis de França. Jakob Fugger, originariamente um médio burguês de Augsburg, foi o árbitro da eleição imperial de 1519, foi conde palatino e meteu a família na alta nobreza alemã. Uma Welser casou com o filho do imperador Fernando I. Estes exemplos servem apenas para ilustrar com clareza um fenómeno mais geral. Homens cultos que compreenderam o interesse da imprensa deram-se a si próprios, a seus filhos e a seus netos uma situação social invejável: assim surgiu a dinastia dos Estienne * e, ainda mais, talvez, a família Plantin-Moretus. Christophe Plantin, aprendiz de encadernador em Caen em 1540, feito cidadão de Antuérpia dez anos depois, conseguiu publicar entre 1563 e 1568 260 livros diferentes e, alguns anos depois, a célebre *Biblia regia*. Em 1576 tinha a trabalhar 16 prelos. A sua produção foi, em trinta e quatro anos, de mil e quinhentas obras. Deixou ao genro Moretus a oficina e esta ficou em mãos dos seus descendentes até ao século XIX.

Plantin representa perfeitamente a classe média do século XVI e não há dúvida de esta classe média ter aumentado numericamente durante o Renascimento, ao mesmo tempo que iam aumentando as populações urbanas. Todas as cidades de alguma importância albergavam uma multidão de artesãos, lojistas, vendedores a retalho, funcionários municipais, notários, intermediários diversos, médicos, boticários e clérigos. Já no reinado de Luís XI fora necessário repartir «as gentes de mesteres e mercadores» de Paris por sessenta e uma «bandeiras» ou «companhias». Em Roma contava-se, em 1526, um médico por cada 815 habitantes. Um

recenseamento de profissões contou em 1622 nesta mesma cidade 6609 patrões ou mestres-artesãos (e 17 584 aprendizes). O inusitado desenvolvimento artístico dos séculos XV e XVI, especialmente em Itália e na Flandres, não teria sido possível sem a presença destes estratos sociais intermédios, que, principalmente nas cidades, pelo seu saber profissional, por alguma instrução que possuíam e por uma verdadeira cultura, deram origem não só aos artistas como também ao público capaz de lhes apreciar as obras. Os burgueses italianos e flamengos — clérigos ou laicos — foram, sem dúvida, permeáveis aos valores estéticos e intelectuais antes dos príncipes e dos nobres. A opinião pública que eles constituíam levou os soberanos ao mecenato, que gradualmente se tornou necessidade política. Mas o Renascimento marca o momento em que os príncipes e a aristocracia — esta, de resto, permanentemente renovada por elementos vindos da burguesia — compreenderam a lição que lhes chegava de baixo e se embrenharam na via da cultura. Com o poder do dinheiro a seu favor, coroaram poetas, fizeram encomendas aos artistas, chamaram uns e outros às suas cortes. O esplendor crescente da vida aristocrática teve, assim, uma estranha consequência. Um meio social intermediário que nesse tempo deu à Europa os seus melhores escritores (Boccacio, Maquiavel, Erasmo, Rabelais, Shakespeare), os seus mais prestigiados artistas (Fouquet, os Van Eyck, Leonardo, Miguel Ângelo, Palestrina *, etc.), descobridores (Cristovão Colombo, Jacques Cartier) e reformadores de têmpera excepcional (Lutero, Calvino, Zwingli) não conseguiu definir-se como classe e teve apenas um desejo, o desejo de não ficar como era.

Há para isso uma razão importante. Se as insurreições burguesas de Étienne Marcel e dos Artevelde falharam foi, no fim de contas, por não ter do seu lado as massas. A Europa do seu tempo não tinha bastantes cidades nem bastantes grandes cidades. Seja como for, a burguesia foi, essencialmente, um estádio de transição ou, ainda, um «mundo em perpétua reorganização» (R. Boutruche). O Renascimento, portanto, confirmou as estruturas sociais anteriores e até as reforçou, admitindo na nobreza aqueles cuja fortuna os autorizava a aspirar pertencer-lhe. Os recém-enobrecidos fizeram, sem dúvida, e gradualmente, com que a sua ordem social de adopção aceitasse os valores que não provinham da tradição da cavalaria: a predilecção pela cidade, o desejo de se instruir, etc. Em contrapartida, porém, assimilaram os valores da nobreza: o gosto pelas aparências, o apego aos bens fundiários, o desprezo pelo trabalho, a mentalidade de quem vive de rendimentos. De modo que se não pode, de modo algum, sustentar a afirmação de H. Hauser, que diagnosticou no século XVI «uma inversão dos valores sociais». Há, em vez disso, que concluir que a nobreza se aburguesou menos e a burguesia se afidalgou mais. Dê por onde der, foi por a nobreza ter continuado aberta que o mundo burguês não conseguiu adquirir, logo no Renascimento, consciência de classe. A burguesia só seria levada a pensar-se como tal, num país como a França, a partir do momento — fim do século XVII e século XVIII — em que as reformas da aristocracia começaram a tentar barrar a comerciantes, juristas e funcionários a entrada na mais alta ordem laica.

A renovação da nobreza é um fenómeno que se pode acompanhar na Europa ao longo dos séculos XIV a XVI. Quer se estude a ascensão dos Ysalguier de Toulouse, dos Jossard de Lyon ou dos Frémault de Lille, descobrir-se-á sempre o mesmo processo de promoção social das linhagens burguesas. Cambistas de Toulouse, comerciantes de panos de Lyon, mercadores de vinho de Lille imiscuem-se no serviço municipal, que depois largam pelo serviço dos príncipes, e em pouco tempo são credores ou conselheiros destes. Compram senhorios, casam filhos e filhas na classe nobre, conseguem ser enobrecidos. Em 1470, Luís XI tomou uma decisão capital: declarou nobres os possuidores de feudos. Assim começou a idade de ouro de uma nobreza togada a que a multiplicação e hereditariedade de cargos vão dar, nos séculos seguintes, uma superfície social cada vez maior.

É verdade que os nobres, antigos ou novos, conhecem por vezes o esgotamento do seu inicial dinamismo; não estão ao abrigo das variações da conjuntura, do empobrecimento ocasionado pelos gastos de guerra, das modificações políticas. No início do século XVI, os Ysalguier e os Jossard, que tinham subido rapidamente no século XIV, estão endividados, dispersam os bens e caminham para a extinção. A subida de preços do século XVI deu vantagem àqueles nobres que recebiam, principalmente, rendas em géneros e desfavoreceu aqueles cujos rendimentos eram formados, principalmente, por contribuições pecuniárias. As guerras de Itália foram ruinosas para uma quantidade de senhores franceses e italianos, que gastaram na península mais do que o que lá ganharam. Ou o ardor belicoso da velha nobreza de França em qualquer dos dois campos que se opuseram reciprocamente nas guerras religiosas não se explica, pelo menos em parte, pelo desejo de reconstituir, graças às lutas civis, fortunas gravemente comprometidas em Itália no meio século anterior? Tal como a guerra dos cavaleiros, na Alemanha de 1522, tem os seus motivos no declínio de uma categoria social que procurava sobreviver. Em Inglaterra, o advento dos Tudor, no fim do século XV, significou o apagamento da grande nobreza militar, até aí toda-poderosa na província. Muitas famílias ilustres que poderiam oferecer perigo para a nova dinastia foram impiedosamente eliminadas: os Stafford, os Courtenay, os Pole, os Percy e, mais tarde, os Howard. A coroa favoreceu, em seu lugar, a pequena nobreza devotada à família real, ou mesmo gente de origem ainda mais humilde, como Thomas Cromwell e os Cecil. A criação de pariatos e a distribuição de bens dos mosteiros confiscados vieram acentuar a revonação da nobreza inglesa. Dos 61 pariatos existentes em 1559, 26 tinham sido criados depois de 1529. A revolta dos barões do Norte, que fracassou em 1569, só conseguiu acelerar a substituição da velha aristocracia inglesa por uma nobreza de fresca data. Investigações sobre a propriedade dos

solos confirmam, de resto, a intensidade de um movimento que depois acalmou. R. H. Tawney calculou que, em dez condados, um terço dos castelos mudou de dono entre 1561 e 1640, por via de compras e vendas, pelo menos uma vez em cada quarenta anos. Em contrapartida, de 62 grandes famílias que em 1640 possuíam bens fundiários, mais de metade estava ainda nas mesmas propriedades em 1878. Daí a necessidade de trazer bem à luz uma mobilidade vertical que foi, verdadeiramente, uma das características da época; a época clássica foi, pelo contrário, caracterizada por uma relativa estabilização das situações adquiridas.

Assim, o Renascimento conduziu, em Veneza como em Inglaterra, em Espanha como na Alemanha, onde a Hansa e as burguesias urbanas se afundaram, a uma retumbante consolidação da nobreza. Quer esta se tenha renovado à custa de repetidas «más alianças» quer tenha sido rejuvenescida por vias autoritárias e porque os príncipes lançaram no mercado marquesados, condados e títulos de escudeiro, quer os «fidalgos de pergaminho» tenham, dessa época em diante, pululado, quer o direito de usar brasão tenha sido «comprado na feira», nada disso tira o que quer que seja a um facto fundamental: o Renascimento não provocou o triunfo da burguesia como tal; pelo contrário, consolidou a hierarquia tradicional. Já se escreveu demasiadas vezes que a realeza francesa se apoiou na burguesia contra os nobres. A realidade é mais complicada. Os monarcas absolutos domesticaram a nobreza renovando-a, mas nunca pensaram que o trono pudesse dispensar o círculo formado por uma brilhante aristocracia e apressaram-se a juntar às famílias mais ilustres os burgueses, que faziam ministros. Já no século XVI as monarquias se julgaram inseparáveis de uma nobreza de que, duzentos anos depois, vieram a ser prisioneiras.

★

Apesar da realidade de um estrato, principalmente urbano, intermediário entre o povo e a aristocracia, o que impressiona o historiador do Renascimento é o largo leque dos rendimentos, obstáculo decisivo à constituição de uma mentalidade da classe média. Em Augsburg, já em 1498, uma lista dos 143 contribuintes mais importantes revela que o primeiro era vinte vezes mais rico que os do fim da lista, que ainda eram bastante ricos. Este fenómeno teve maior amplitude durante o século XVI. Os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres mais pobres. Estes últimos foram, nessa época, vítimas da alta de preços e do agravamento enorme dos impostos. Os primeiros, pelo contrário, viram aumentar os seus rendimentos, já por causa da extensão do comércio e da banca, já porque as propriedades do campo lhes davam mais, já pelos dois motivos ao mesmo tempo, pois os «mercadores» mais espertos apressaram-se a transformar em propriedades fundiárias aquilo que ganhavam. Com efeito, a subida dos preços de produtos agrícolas deu lucro aos grandes proprietários e não aos camponeses, muitas vezes vergados ao peso das rendas em espécie e de contratos draconianos. Por outro lado, o encarecimento do trigo, da carne e do vinho foi maior que o das matérias-primas industriais — madeira, ferro, têxteis — e dos produtos acabados. Esta distorção favorecia os artesãos. Os salários, por fim, subiam, geralmente, mais devagar que os preços. Embora as investigações actuais sejam a tal respeito muito incompletas, parece que o século XVI, tomado em conjunto, não escapou à regra e confirmou a maior inércia das remunerações. Daí o abaixamento geral das condições de vida dos trabalhadores, na cidade como no campo, ao mesmo tempo que as grandes empresas comerciais da época e a acumulação de domínios consideráveis nas mãos de famílias privilegiadas possibilitavam a formação de enormes fortunas. Por ocasião da morte de Jakob Fugger, em 1525, o capital do falecido e dos quatro sobrinhos que lhe estavam associados atingia, depois de deduzidas todas as dívidas, um total de 1 602 319 florins renanos. L. Schick calculou que essa fortuna representaria um rendimento anual de cerca de 100 000 florins se os Fugger tivessem colocado o dinheiro a render segundo uma taxa de juro normal. O rendimento de 20 000 florins por ano para cada um dos cinco homens de negócios equivalia a mais de 1300 vezes o salário anual de um servente (cerca de 15 florins) e mais de 650 vezes o de um operário qualificado (cerca de 33 florins).

Na Roma do fim do século XVI podemos encontrar distorções do mesmo tipo. Alexandre Farnese, sobrinho de Paulo III, feito cardeal em 1534, aos catorze anos de idade, e falecido em 1589, tinha, no fim da sua vida, um rendimento de uns 120 000 escudos-moeda (3528 kg de prata fina). Ora, nessa mesma época, um forneiro ou um peneirador de uma padaria de Roma ganhava 42 escudos por ano sem ter em conta, é verdade, as retribuições em espécie. Mesmo que estas retribuições fizessem subir o salário para 80 escudos anuais — o que parece ser um máximo —, o cardeal Farnese tinha, então, um rendimento 1500 vezes superior ao de um operário padeiro. No caso espanhol vamos substituir os escudos por carneiros. Os contrastes entre pequenos e grandes proprietários de rebanhos da *Mesta* não são menos chocantes. Um processo de 1561 revela-nos que os proprietários de rebanhos de menos de 100 cabeças constituíam 67 % dos aderentes da associação e que não iam além de 11 % aqueles que tinham mais de 1000 cabeças. Teremos então de concluir que a *Mesta* tinha carácter democrático? Evidentemente que não, pois o Mosteiro do Escorial possuía 40 000 carneiros de lã, o de Santa Maria de Paular, perto de Segovia, tinha 30 000 e o duque do Infantado tinha 20 000. Na verdade, o poder da aristocracia castelhana e dos «grandes de Espanha» formou-se verdadeiramente, entre os séculos XIV e XVI, com o jogo das guerras civis que aproveitaram àqueles que apostaram em Henrique de Trastamara contra Pedro o Cruel, com o extraordinário desenvolvimento do comércio da lã e com o reconhecimento legal do direito de primogenitura. No fim do século XV, Don Enrique de Soto-

mayor era senhor de domínios com 5000 km² e os Estuniga, que depois foram condes de Placência, tinham quase metade das terras da Estremadura.

Tanto os antigos senhores como os novos-ricos foram ferozes para com os humildes. Essa dureza é, evidentemente, especialmente visível nas fronteiras da civilização ocidental: além-Elba ou na América. Entre 1490 e 1520, a nobreza polaca reforça o seu domínio sobre os camponeses com a cumplicidade do rei. Os camponeses passam a estar ligados à terra e têm a obrigação de cultivá-la. São os senhores quem os representa em justiça, podendo ainda adquirir os bens das comunidades rurais. Os nobres são, ao mesmo tempo, isentados de direitos alfandegários e de obrigações para com o Tesouro. Na Rússia, os soberanos, a partir de Ivan III, criam uma nobreza de funcionários, originariamente pequenos burocratas, que ajudam a dominar os velhos fidalgos. Mas, para melhor dominar os novos senhores, os soberanos dão-lhes terras «negras» com os respectivos camponeses, outrora livres e agora servos da gleba. Como, de resto, a economia monetária se desenvolve e muitos tributos em espécie são substituídos por tributos em dinheiro, e ainda porque os impostos dos príncipes se agravam, os camponeses endividam-se perante os senhores. Perdem a liberdade e, insolventes, passam a servos — a não ser que fujam para leste, onde há terras a ocupar.

Também na América os recém-chegados se reservam grandes extensões territoriais. Cortez, anteriormente fidalgo em dificuldades, passa a marquês del Valle. Constrói em Cuernavaca, no México, um palácio, organiza jardins magníficos, instala plantações de anil, de cana-de-açúcar, de amoreiras, experimenta a criação de bichos da seda e de carneiros merinos. No México e no Peru, como na Rússia, as terras das comunidades rurais são usurpadas pelos senhores. O *hacendado* do fim do século XVI e do século XVII é juiz dos seus escravos e dos seus peões — o *peonaje* —, índios teoricamente livres mas na realidade acorrentados ao senhor da *hacienda* pelos duros elos das dívidas e, por causa destas, obrigados a trabalhar para ele. Exemplos extremos, casos-limite. Mas convidam o historiador a interrogar-se: não terão também funcionado estes mecanismos no próprio coração do Ocidente, talvez de forma menos óbvia?

Ora é seguro que no decurso do Renascimento se produziu na Europa ocidental uma «reacção senhorial»: os novos-ricos, aconselhados pelos seus intendentes, mostraram-se mais rudes ainda que os antigos fidalgos e foram mais brutais que eles. Viu-se na campina romana, muitas vezes, entre 1560 e 1580, proprietários de fresca data entrar em conflito com as comunidades rurais. Tiravam-lhes o direito de eleger representantes, confiscavam-lhes os livros estatutários, anexavam-lhes os terrenos de uso comum, reocupavam terras plantadas de vinha. Entre o novo senhor e os camponeses estalavam assim querelas judiciais que estes perdiam, vendo-se obrigados a sair das aldeias. O resgate de terras pela nobreza

espanhola do século XVI, os reagrupamentos de propriedades que, depois de 1560, começam a verificar-se na região parisiense, o agravamento das rendas em quase toda a parte, no Poitou, na Lombardia, no Franco-Condado, o reajustamento das rendas feudais: todos estes factos, acrescentados à pura e simples evicção de camponeses em Itália, ao longo dos caminhos de rebanhos da Mesta e em Inglaterra, não deixam dúvidas sobre o agravamento das condições de vida dos camponeses no declínio do Renascimento.

★

Seria interessante fazer um inventário dos factos que permitem apreciar o alargamento do fosso entre ricos e pobres, tanto na cidade como no campo. Seria uma tarefa de grande fôlego. Mas é possível apreender, no fim do século XVI, os resultados — já sensíveis — de uma evolução longa e em muitos pontos obscura. O hábito de organizar as residências reais e aristocráticas em volta de pátios interiores e a moda dos palácios de descanso e divertimento e das «villas» provocaram o afastamento de soberanos e fidalgos em relação ao povo. Passaram a ser mais raras as oportunidades de encontro do povo com eles. É claro que as «alegres e triunfantes entradas» dos príncipes na Flandres, em França e em Itália, os carnavais e os casamentos dos grão-duques da Toscana ou de Valois eram ocasião de festas * públicas com decoração da cidade, cortejos na rua e construção de veículos de luxo. Mas os temas escolhidos pelos artistas encarregados da encenação eram cada vez mais tirados de uma mitologia que escapava aos seres comuns. Para glorificar os heróis da época, os poetas e os músicos recorriam a uma estética cada vez mais sapiente e requintada. Quanto às tapeçarias da galeria Uffizi que evocam os faustos e os espectáculos da corte dos Valois, ressuscitam perante nós divertimentos — danças no jardim de um palácio, festas aquáticas, etc. — em que, evidentemente, não participava o povo.

Podemos acompanhar, na Roma da segunda metade do século XVI, a crescente separação dos divertimentos de ricos e pobres. Em 1549, o cardeal Du Bellay, para celebrar o nascimento do segundo filho de Henrique II, deu um grande espectáculo na Praça dos Santos Apóstolos porque — diz Rabelais, que acompanhava o cardeal — «depois da de Agona (a Piazza Navona), é a mais bela e comprida de Roma». Muitos habitantes puderam assim, improvisadamente empoleirados nos telhados, assistir ao assalto de um simulacro de fortaleza onde a soldadesca teria sequestrado uma ninfa. Alguns mirones puderam ainda penetrar, mas certamente com alguma dificuldade, no pátio do Belvedere de Bramante quando do grande torneio organizado em 1565 por ocasião do casamento de Ortensia Borromeo. Mas, depois desta data, as justas decorriam, as mais das vezes, perante um público restrito. Aquela a que Montaigne assistiu em Roma em 1581 realizou-se de noite para uma plateia aristo-

crática. Em 1603, o banqueiro Tiberio Ceuli casou a filha com um Orsini. Houve, nessa festa, uma justa em frente do palácio do banqueiro «na preseuça de bom número de cardeais, embaixadores e damas». Mas a multidão romana não foi admitida no espectáculo; de resto, as ruas do bairro tinham sido fechadas. Sinal dos tempos: os convivas que participaram em 1600 no festim dado pelo cardeal Aldobrandini em honra do vice-rei de Nápoles tiveram de apresentar à entrada o cartão de convite (*bolletino*). Esta evolução não era exclusiva de Roma. Em Nancy, quando do casamento de Henrique de Lorena com Margarida de Gonzaga, em 1606, houve, claro, a entrada solene da princesa na cidade, cuja rua priocipal fora eofeitada com pórticos de dois aodares e um grande arco de triunfo. Mas os divertimentos mais importantes — jogos dos senhores e bailado — decorreram fora das vistas populares. Só uma elite burguesa pôde assistir aos jogos; quanto ao bailado, foi reservado à corte. Ora os divertimentos dos nobres tendiam a anexar as técnicas dos carnavais, pois para esse bailado fora construída «uma máquina em forma de carro triunfal», pintada e decorada por Bellange; representava Cupido e as doze deusas. Em toda a parte da Europa, e particularmente em França a partir de Henrique III, as danças e os espectáculos teatrais sucederam, nas festas, aos desportos e torneios — os divertimentos de interior aos divertimentos ao ar livre. E daí, também por isto, a perda de contacto entre as cortes e os povos.

Em Itália, a posse de um ou mais coches era por excelência, no fim do século XVI, um sinal exterior de riqueza. E, tal como os pátios interiores dos palácios, também os coches, que praticamente só serviam para andar na cidade — pois as estradas eram muito más para eles —, contribuíram para isolar os ricos dos pobres. Esta fuga dos privilegiados à vida quotidiana teve, por vezes, consequências espantosas. Cidades como Roma e Veneza — as duas únicas cidades de Itália onde o elemento feminino era numericamente inferior ao elemento masculino — conheceram, ao longo de todo o período do Renascimento, a lepra da prostituição. Os papas posteriores ao concílio de Trento e, antes deles, santos como Inácio de Loyola, esforçaram-se por lutar cootra esse mal em Roma. Foram criados muitos dotes para raparigas pobres e tentou-se fechar as cortesãs num bairro a elas reservado. Pio V tentou até expulsá-las da cidade. Em 1600 eram, seguramente, em menor número que no tempo de Leão X e de Clemente VII *. Mas, mesmo assim, os recenseamentos dos anos 1599-1605 indicam que Roma tinha então cerca de 17 prostitutas em cada 100 habitantes do sexo feminino. O que aqui nos interessa, porém, é que elas foram cada vez mais relegadas para o fim da escala social. Durante a primeira metade do século XVI, Fiammetta, Imperia, Tullia de Aragão e Isabel de Luna eram convidadas para as mesas aristocráticas. Essa prática cessou depois de 1560 e não se conhece hoje o nome de nenhuma cortesã célebre da segunda metade do século XVI. Além disso, as prostitutas foram proibidas de entrar em coches. Assim desapareceu, no

fim do Renascimento, a categoria das «cortesãs honestas», quer dizer, com sorte, que antes eram contrapostas às «cortesãs de vela na mão» — as das alforjas. O isolamento crescente da nobreza tomou também esse aspecto, de repúdio um tanto ou quanto ostensivo de um pecado tolerado nas pessoas do vulgo e que se procurava localizar numa zona bem delimitada da cidade.

Um bairro reservado às mulheres de má vida é um caso extremo de segregação; mas, numa época que enxota os Judeus para os «ghettos», é indicativo de uma mentalidade que cada vez mais leva a sério, em termos espaciais, as diferenças morais, religiosas e sociais. A cidade ideal de dois andares, imaginada por Leonardo, é reveladora a este respeito. Segundo tal projecto, «nas ruas superiores não devem circular carroças nem veículos semelhantes; servem só às pessoas de posição. Nas ruas inferiores passarão as carroças e outros meios de transporte destinados a uso e comodidade do povo». Em resumo, para os ricos o ar, a luz e o sossego; para os pobres o andar de baixo e os ruídos. Será paradoxal afirmar-se que o projecto de Leonardo teve, um século depois, uma espécie de realização parcial? Pois em Roma os papas do fim do século XVI procuraram dar desenvolvimento ao bairro dos Montes, entre Santa Maria Maior e a actual Piazza di Spagna, por ser mais alto e mais saudável que o Campo de Marte, sobrepovoado e ameaçado por inundações. Foi, porém, essencialmente a aristocracia que se mudou para os pontos elevados — a exemplo dos pontífices, que fizeram do palácio do Quirinal a sua morada predilecta. Assim apareciam os bairros residenciais. Na Paris do Renascimento, as pessoas de fortuna não se instalaram nas colinas; foram povoar os *faubourgs* Saint-Germain e Saint-Honoré, próximos dos palácios reais, e constituíram na capital zonas de *habitat* onde se sentiam particularmente à vontade.

Atitudes como estas subentendem o desprezo pelo trabalho manual — um desprezo que, seguramente, se acentuou durante o Renascimento e era já compartilhado por Ronsard. Claude Rubys, em Lyon, chama «sórdidos e desonestos» aos carniceiros, cordoeiros, alfaiates e até aos impressores e ourives. Bernard Palissy pede que lhe desculpem a sua «pequenez e abjecta condição». Em toda a França do século XVI se afirma um movimento que tende a excluir das assembleias eleitorais das cidades e das funções municipais as «pessoas mecânicas e de baixa condição». Numa cidade do Sul — Albi —, a partir de 1607, nenhum «artesão ou expoente das artes mecânicas poderá ser eleito para transportar o pão abençoado». Pôr no seu lugar o povo miúdo do trabalho significa então também impor-lhe hábitos modestos. Em Paris, proíbe-se em 1569 aos padeiros andar com «mantos, chapéus e calções de fole a não ser aos domingos e dias de festa, em que só lhes é permitido usar chapéus, calções e mantos de pano cinzento ou branco e não de outras cores».

É bem verdade que o luxo do vestuário e o surto da moda — a moda surgiu na Europa no século XIV — contribuíram para aumentar a distância que separava os ricos dos pobres. Os pregadores prometeram indulgências a quem na rua invectivasse as mulheres que andassem com penteados excêntricos; protestaram contra a «imodéstia dos calções» e as «nudezas de colo»; organizaram, como Savonarola em Florença, «fogueiras de vaidade». Os governos publicaram, em toda a parte, leis sumptuárias, tentaram limitar o crescente uso de peles, de sapatos de bico recurvado, de vestidos e mantos de cauda; mais tarde, quiseram regulamentar o abuso de galões e de bordados com metais preciosos. Claro que, no fim do século XVI, sob a tripla influência da moda espanhola, da reforma católica e da austeridade calvinista, o negro tinha já levado a melhor às cores e as formas do vestuário feminino eram mais rígidas. Mas o peso e o preço dos tecidos, o excesso de jóias, compensavam a elegância perdida. O vestuário dos privilegiados contrastava, mais que nunca, com o da gente comum. Esta camada social descobriu na época dos «sans culottes» tudo quanto significa, no plano social, a diferença não so da qualidade dos tecidos mas da forma do vestuário *.

★

Situa-se nos meados do século XIV um momento decisivo da história do vestuário, quando os homens abandonaram, a não ser para o exercício de certas profissões — clero, magistratura, etc. —, o vestido longo e solto que até então fora comum a ambos os sexos. O vestuário masculino e o vestuário feminino seguiram, daí em diante, caminhos separados. Mas em ambos os casos as roupas passaram a ser justas, parcialmente fendidas ou mesmo abertas de alto a baixo, e, portanto, presas com botões ou laços. Era a rejeição de formas velhas de milénios. Ao longo de todo o Renascimento as flutuações da moda e a riqueza da ornamentação caracterizaram mais ainda o vestuário masculino que o feminino — e isto explica que as cortesãs desse tempo tenham vestido, por vezes, à homem.

O vestuário masculino adoptou o gibão, a salientar as formas do peito e da cintura, e os calções justos que, pouco tempo depois, subiam até à cintura e tinham carcela; ao mesmo tempo, as bragas passavam a ser uma peça interior, de pano simples. Em 1440 apareceu o colete, da altura da camisa. O gabão, derivado do cafetã e importado do Oriente por Veneza, também se espalhou por toda a Europa. Cruzado e com mangas compridas, foi a primeira peça de vestuário a ser vestida pelas costas na civilização ocidental e está na origem do manto de mangas. O vestuário feminino diversificou-se em corpetes, espartilhos, camisinhas bordadas, peitilhos. A saia-cota passou a ser um vestido interior, por vezes mais comprido que o exterior e de cor diferente. Homens e mulheres do século XVI usaram rendas e, bem depressa, meias de seda também. Tantos elementos novos incitavam à fantasia. Nas cortes a

preocupação das modas era mais que um passatempo, era uma regra do jogo. O vestuário ganhou de repente uma importância inaudita e passou a estar entre as maiores preocupações de príncipes e fidalgos. A razão de estado e os preconceitos sociais, a partir de então, exprimiram-se, antes do mais, pelo traje. Filipe, o Intrépido «vestiu a seguir uns aos outros — assevera Fr. Boucher ao relatar a entrada em Paris de Isabel da Baviera (1389) — quatro vestidos de veludo ornamentados com flores douradas e pedras preciosas, uma jaqueta vermelho escarlate com quarenta cordeiros e cisnes de pérolas, um vestido verde com as mangas ornadas de silvas e carneiros de pérolas». Nessa mesma época, Valentina Visconti levou para França um enxoval de tecidos bordados e enfeitados com pérolas, figurando pássaros, flores, frutos e emblemas.

Vários países influenciaram, uns depois de outros, a moda europeia. A corte de Borgonha do século XV, onde o luxo do vestuário dos duques foi uma maneira de mostrar pretensões à promoção real, estimava os tecidos preciosos, os penteados exagerados, a profusão de jóias. A Itália lançou na Europa a moda das rendas, dos tecidos de seda — damascos, brocados, veludos e tafetás — e dos decotes quadrados. As carcelas, as aberturas redondas e as fendas são de origem suíça e germânica. A Espanha, na época do seu apogeu, levou a Europa dos ricos a adoptar o primado do preto. Modificou a silhueta feminina, fazendo-a deixar as linhas sinuosas pelas formas direitas. Este efeito era obtido por meio do «corpo», espartilho rígido e alto que comprimia o peito e fazia mais esguio o perfil, e do «*vertugadin*», saiote em forma de sino, sustentado por arames, no qual assentava a saia de cima. Pormenor revelador: esta peça de vestuário nunca foi usada nas camadas populares.

O luxo do vestuário e as modificações, agora frequentes, das roupas corresponderam à subida da civilização ocidental. A moda foi um dos prazeres dos que tinham tempo livre, dinheiro e, também, uma existência menos descolorida e menos militar que noutros tempos. Mas os requintes, muitas vezes, descambavam na excentricidade ou até na obscenidade, como por exemplo no caso das «carcelas salientes». Os penteados femininos do século XV, «maravilhosamente altos e largos, com grandes orelhas de ambos os lados», atraíram as fulminações dos pregadores, que bramavam contra tais «enchumaços, recheados de cabelos de mortas que talvez estejam agora no inferno». O povo troçava dos altos carrapitos cónicos, os «*hennins*» — palavra provavelmente satírica que designava esses penteados «agudos como setas de campanários... dos quais pendem longos véus como bandeiras». Os camisões do século XVI eram guarnecidos de «frestas» por onde se via o forro de seda ou a camisa interior; os calções, que frequentemente tinham aberturas diversas, eram «partidos», isto é, de cor e ornamentação diferentes em cada perna. Henrique III e os seus favoritos usavam regalo e brincos. A gola folhada, que apareceu por volta de 1557, começou por ser um pequeno favo em forma de cálice na parte superior do corpete; mas, no fim do século,

ganhou formas e volume e teve de ser aguentada com arame. Na época de Isabel, que, segundo consta, teve 6000 vestidos e 80 cabeleiras postiças, o vestuário tinha lugar tão importante que avultava mais nos retratos que a face dos retratados.

O luxo do vestuário é contagioso e, com ele, a nobreza atraiu a si todos aqueles que, de um ou de outro modo, podiam esperar vir um dia a entrar nessa camada superior da sociedade. Os burgueses envergonhavam-se de ser burgueses e fingiam de nobres enquanto esperavam por sê-lo: daí a dificuldade de constituição de uma mentalidade de classe. «Quando o grande se excede, o pequeno quer imitá-lo». Tal imitação impressionava, no fim do Renascimento, todos os observadores. Um embaixador do duque de Urbino, descrevendo ao seu senhor o padrão de vida de Roma, observava: «Até aos comerciantes, que vestem as esposas como damas fidalgas e se permitem todos os prazeres seja qual for o seu preço». E Montchrestien ia mais longe em 1615: «É impossível distinguir pelas aparências exteriores. O homem da loja veste como um fidalgo». Na verdade, tanto num caso como no outro, isto não era aplicável a qualquer comerciante. Estava a formar-se no seio das corporações uma aristocracia: testemunho suplementar sobre a tendência geral da época para separar com nitidez o mundo dos ricos — fidalgos e eventuais candidatos à fidalguia — do mundo dos trabalhadores manuais. Em Paris, os seis «melhores» corpos de ofício — retroseiros, fanqueiros, merceeiros, ourives, cambistas e peleiros — faziam questão, já no fim do século XVI, a pôr-se «fora da ordem», eles, que nunca tinham estado «confundidos com as comunidades de artes e ofícios, e cujo comércio, pela sua extensão e pela sua riqueza, merece bem tal distinção».

★

Seria interessante saber se, na época do Renascimento, os privilégios de fortuna e outros se repercutiam mais que noutros tempos no aspecto físico das pessoas. Mesmo que a Europa Ocidental tenha consumido mais carne depois de 1350, mesmo que os camponeses pintados por Bruegel nas suas quermesses nos pareçam grandes comilões, as repetidas revoltas camponesas, as frequentes penúrias alimentares e a elevada mortalidade das camadas populares indicam bastante claramente que, no fim do século XVI, as massas estavam ainda subalimentadas. O povo reunia-se, por vezes, em grandes comezainas, sem dúvida bastante espaçadas, que não servem senão para fazer salientar a frugalidade das refeições habituais. Mas os documentos iconográficos provam que, no mundo dos ricos, a silhueta — e especialmente a silhueta feminina — alargou entre 1450 e 1600. Ao terminar o Renascimento, o Ocidente abandonara já o ideal de beleza esguia dos Van Eyck, de Van der Weyden, de Fouquet e dos artistas italianos do *Quattrocento*. Às Vénus alongadas de Botticelli e de Cranach * sucedem os fortes nus de Rubens, que acusam celulite.

A transição fez-se por Ticiano, que, nos seus quadros sensuais, insistia complacentemente na plenitude das carnes. É facto que o Maneirismo privilegiou, por um breve momento, a linha serpentina, os corpos excessivamente alongados. Mas o exagero era patente e provinha, provavelmente, de uma vontade clara de contrastar com a realidade. A nova silhueta feminina parece ter-se esboçado em Itália, onde os homens apreciaram cada vez mais as mulheres «de carnes plenas». Montaigne dizia: «Fazem-nas gordas e maciças». A utilização crescente do coche e dos repastos cada vez mais opulentos contribuiu, decerto, para estas formas mais pesadas. A glutonaria foi, notoriamente, um vício italiano. A de Catarina de Médicis ficou célebre. P. de L'Estoile assevera que, depois de certo festim, em 1575, Catarina «julgou rebentar... disseram que foi de ter comido muitos fundos de alcachofra e cristas e rins de galo, que apreciava muitíssimo». As refeições continuaram a caracterizar-se pela extraordinária abundância de carnes — e especialmente aves e caça — e a ceia oferecida a Pantagruel no *Quarto Livro* dá desta abundância uma imagem menos irreal do que aquilo que se poderia julgar.

Foi apenas no século XVIII, na época da «Europa francesa», que a cozinha se orientou para menor quantidade e maior requinte. As refeições do Renascimento não só eram copiosas como também violentamente contrastadas pelo excesso de especiarias e doçarias. No entanto, graças à corte da Borgonha e à Itália, a cozinha foi, a partir do século XV, uma arte cuja importância não escapou aos impressores, pois publicaram em França a *Fleur de toute cuisine*, de P. Bidoux, em 1540 e o *Livre fort excellent de cuisine*, em 1542, reeditado em 1570 sob o título *Le Grand Cuisinier de Toute Cuisine*. Montaigne divertiu-se imenso com uma conversa que teve com o antigo chefe de mesa do cardeal Caraffa. «Fiz-lhe — escreve — contar-me o seu ofício. Fez-me um discurso dessa ciência das goelas com gravidade e contenção magistrais, como se estivesse a falar-me de algum importante ponto de teologia. Decifrou-me a diferença que existe entre os apetites: o que temos em jejum e os que temos depois do segundo e do terceiro serviços; os meios de simplesmente os satisfazer ou de os despertar e estimular; a teoria dos molhos, primeiro em geral e depois segundo as particularidades dos ingredientes e dos seus efeitos; as diferenças das saladas conforme as estações, qual deve ser aquecida, qual a que quer ser servida fria, a maneira de as guarnecer e de as enfeitar para que sejam ainda mais agradáveis à vista... E tudo isto com ricas e magníficas palavras, as mesmas que usamos ao falar do governo de um império» (*Ensaios*, I, li). O mais ilustre cozinheiro italiano do século VI foi Bartolomeo Scappi, que serviu vários papas e publicou em 1570, em Veneza, uma obra que é o melhor documento que existe sobre a arte culinária da época do Renascimento. Como o chefe de mesa com quem Montaigne conversou, também Scappi tinha elevada ideia da sua profissão: «O cozinheiro avisado — escreve ele — e à altura do seu ofício que queira começar, prosseguir

e terminar com honra, deve imitar o arquitecto, o qual, depois de desenhar a planta, lança as fundações e ergue nessa sólida base as maravilhas do seu génio». Segundo Scappi, a refeição ideal teria quatro serviços: o primeiro consiste em frutos em calda, os dois seguintes teriam muitas carnes e aves, alternando com iguarias açucaradas. Antes da sobremesa levantava-se a toalha e oferecia-se aos convivas água perfumada para lavar as mãos; depois cobria-se a mesa com doçarias perfumadas, ovos moles e xaropes.

À abundância de iguarias na mesa dos privilegiados opõe-se, na época de Lazarillo de Tormes, a fome de mendigos dia a dia mais numerosos. É sintomático que o primeiro romance picaresco * — é da década de 1550 — tenha por tema principal a fome, a fome do escudeiro famélico que não quer trabalhar para não quebrar as regras mas, principalmente, a fome do seu criado, que, antes de entrar ao serviço do fidalgo, roubava o pão que o patrão, um padre, escondia cuidadosamente numa arca. As cidades, ao aumentar, receberam no século XVI a onda de camponeses expulsos dos campos pelos senhores de rebanhos de carneiros, pelos especuladores de solos e pelo cresciemento demográfico. Ora o Renascimento fez mais comércio que indústria. Daí o maior número de desempregados nas cidades. O problema da mendicidade foi, assim, muito agudo nas cidades e viria a sê-lo durante bastantes séculos. Em 1534, Rouen quis contar os seus desempregados. Segundo um estudo inédito de L. Rousseau, foram contados 7000 «incapazes», 297 mendigos e 225 filhos de mendigos: cerca de 15% da população. Em 1591, o hospital da Ponte Sisto, de Roma, acolhia 1034 pobres mais ou menos enfermos. Com efeito, os papas do fim do século XVI resolveram encerrar num hospício todos os mendigos doentes da sua capital e expulsar os outros. Tal como, mais tarde, Luís XIV, falharam. Em 1613, os coxos, cegos e aleijados de Roma foram autorizados a formar uma corporação! Para ter direito a mendigar, era daí em diante necessário pertencer à «arte» e pagar uma quota mensal.

Paris criou em 1535 a «Esmola geral», instituição de auxílio domiciliário que vivia de um imposto lançado sobre os habitantes. A Inglaterra isabelina, onde a dissolução dos mosteiros e outras instituições eclesiásticas arruinou muitos artesãos e acentuou o isolamento e abandono dos indigentes, votou as *Poor Laws* (1563-1601) e criou as *workhouses*. Todo aquele que tivesse menos de 40 xelins era, daí em diante, obrigado a viver do ofício em que fora criado e não podia ir para fora da sua paróquia sem um certificado. À segunda reincidência, os vagabundos eram punidos com a morte. A aprendizagem ficava regulamentada e os juízes de paz fixavam os salários. A legislação estabelecia como princípio o dever de assistir os necessitados e a obrigação de trabalhar para os que não estivessem fisicamente aptos. Para os desempregados, foram criadas as *workhouses* — que eram verdadeiras prisões. Proliferação dos mendigos nas cidades, aumento do banditismo nos campos de Espa-

nha e de Itália, *Poor Laws*: outros tantos índices, concordantes, de um só drama, o agravamento da pobreza dos pobres, que se tentava aliviar organizando a assistência pública. Em tal contexto, compreende-se que a reforma católica se tenha caracterizado pela renovação da caridade. Todas as pessoas afortunadas se viram moralmente obrigadas a ser generosas para com as obras de beneficência, que nessa época se multiplicaram. Mas essa caridade era uma necessidade social num tempo em que os ricos e os governos investiam pouco — ou nada — na indústria.

Assim, as classes médias bem puderam aumentar numericamente entre os séculos XIV e XVII; nem por isso deram ao Renascimento a nota dominante, que foi aristocrática, tanto o esplendor das cortes e da vida dos grandes contrastava com a mediania dos comuns e com a miséria dos «proletários». A arte e a literatura traduziram este agravamento das diferenças sociais. É certo que a obra de Rabelais e a obra de Shakespeare estão na confluência de várias culturas, a dos nobres e a do povo. É verdade também que a *commedia dell'arte*, nascida no século XVI, foi buscar os seus elementos e as suas personagens à vida quotidiana de Veneza, Bolonha, Milão, Roma e Nápoles. Mas os grupos ambulantes que lhe deram êxito, de cidade em cidade, tomaram o hábito de dar dois tipos de representações: umas nos palácios e outras na praça pública. Em meados do século XVI deixou-se, em Paris e em Roma, de representar as «paixões» e os «mistérios». As tradicionais representações populares — fabulários, sotias, moralidades e a *frottola* — apagaram-se. O lugar de honra foi dado ao soneto, ao madrigal, às festas mitológicas, às falsas poesias pastoris, à epopeia, à tragédia togada à antiga, cujos heróis só podiam ser os grandes do mundo. O homem do povo e o próprio burguês foram postos de lado, por muito tempo, nas figuras de comédia. Facto revelador: a beleza parecia a Cervantes, filho de um médico pobre, privilégio da nobreza. Se a «Boémia de Madrid» das *Novelas Exemplares* toca tão bem tamboril basco, se parece espalhar «pérolas com as mãos», «flores com a boca», é porque, na realidade, é de ascendência nobre. E o mesmo se dá com a «Ilustre serva»: «Esta jóia não foi feita para o engaste vil de uma estalagem». Na realidade, este ser tão belo e tão puro é duquesa sem o saber.

NOVA HISTÓRIA

PUBLICADOS:

1 — *O Nascimento do Purgatório* / Jacques Le Goff
2 — *Guerreiros e Camponeses* / Georges Duby
3 — *A Civilização da Europa Clássica* — Vol. I / Pierre Chaunu
4 — *A Civilização da Europa Clássica* — Vol. II / Pierre Chaunu
5 — *Para um Novo Conceito de Idade Média* / Jacques Le Goff
6 — *A Expansão Europeia* / Frédéric Mauro
7 — *História da Gente Pouco Importante* / José Andrés-Gallego
8 — *O Tempo das Catedrais* / Georges Duby
9 — *Os Árabes na História* / Bernard Lewis
10 — *História e Verdade* / Adam Schaff
11 — *Idade Média e Renascimento* / Eugénio Garin
12 — *Famílias* / Jean-Louis Flandrin
13 — *O Imaginário Medieval* / Jacques Le Goff
14 — *A Civilização do Ocidente Medieval* — Vol. I / Jacques Le Goff
15 — *A Civilização do Ocidente Medieval* — Vol. II / Jacques Le Goff
16 — *As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo* / Georges Duby
17 — *A Civilização do Renascimento* — Vol. I / Jean Delumeau
18 — *A Civilização do Renascimento* — Vol. II / Jean Delumeau